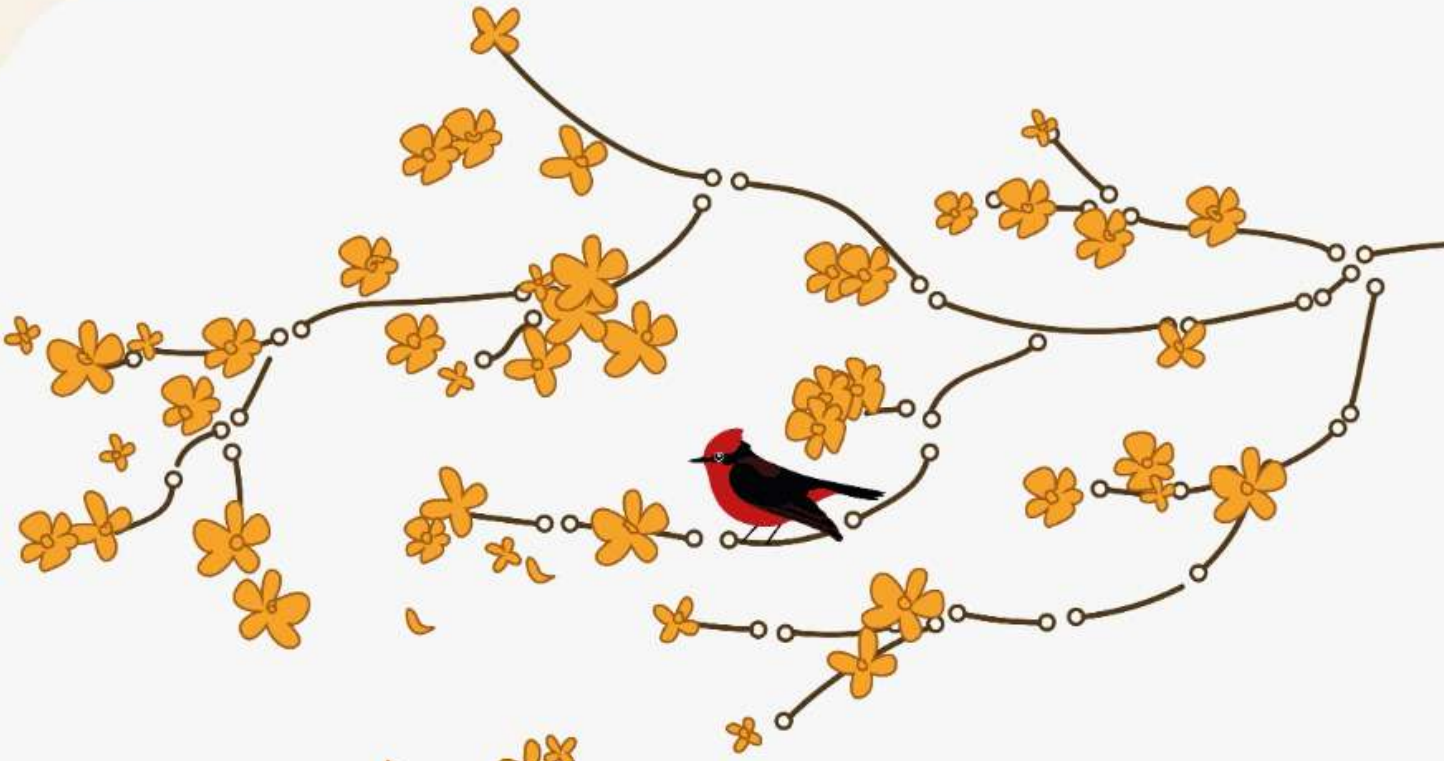
Universidad Pontificia Bolivariana
Acreditación Institucional ALTA CALIDAD • MULTICAMPUS
Res. MEN No. 17228 del 24 de octubre de 2018 • 8 años

ALAIC
Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación.
Associação LatinoAmericana de Investigadores da Comunicação.



ALAIC 2020

Medellín-virtual • 9 - 13 de noviembre

DESAFÍOS Y PARADOJAS

DE LA COMUNICACIÓN EN AMÉRICA LATINA: las ciudadanías y el poder

GT 10. COMUNICACIÓN, TECNOLOGÍA Y DESARROLLO
GT 15. COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E DESEMVOLVIMENTO

ISSN 2179-7617

Facultad de Comunicación Social – Periodismo
Universidad Pontificia Bolivariana
2020

MEMORIAS (V.02/12/21)

GT 10. Comunicación, Tecnología y Desarrollo

GT 10. Comunicação, Tecnologia e Desenvolvimento

Coordinación de GT

Mónica Franchi Carniello (Brasil). monicafcarniello@gmail.com

Vicecoordinación

Federico Beltramelli (Uruguay). federico.beltramelli@fic.edu.uy

Pilar García (Colombia). pigarcia@javeriana.edu.co

Profesor anfitrión UPB

Luis Fernando Gutiérrez Cano. luisfe.gutierrez@upb.edu.co

Comité Directivo ALAIC 2018-2020

Presidencia: Gustavo Cimadevilla (Argentina)

Vicepresidencia: Gabriel Kaplún (Uruguay)

Dirección Científica: Tanius Karam Cárdenas (México)

Dirección Administrativa: Daniela Inés Monje (Argentina)

Dirección de Comunicaciones: Sandra Osses Rivera (Colombia)

ISSN: 2179-7617

Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación – ALAIC

Universidad Pontificia Bolivariana – UPB

2020

Nota: La publicación de las ponencias se hace con autorización de las y los autores de acuerdo con las condiciones publicadas en la convocatoria para la recepción de ponencias del XV Congreso ALAIC 2020. El contenido de los textos es responsabilidad única de quienes firman como autores.

Tabla de contenido

Comunicação e Desenvolvimento Regional: relações alargadas.
Ângela Cristina Trevisan Felippi, Cidonea Machado Deponti ---------- 5

Índice para caracterizar el entorno sociocultural en el estudio de los usos de las TIC para el desarrollo.
Ana Isabel Zermeño Flores, Luis Enrique Cruz García, Mabel Andrea Navarrete Vega ---------- 19

Del Valor Agregado al Valor Fundamental: el Valor somos nosotros.
Claudia Kenbel, , Gustavo Cimadevilla ---------- 37

Comunidades de conocimiento y usos críticos de la tecnología. Una propuesta de investigación interdisciplinaria.
Adriana Marcela Moreno Acosta, Esaú Salvador Bravo Luis. ---------- 47

A agenda de pesquisa em desenvolvimento regional: intersdisciplinaridade e multidisciplinaridade.
Moacir José dos Santo, , Lourival da Cruz Galvão Junio, Monica Franchi Carniel ---------- 58

Big Data como síntesis de la convergencia y la concentración de mercado. La regulación su gran desafío.
Gustavo Buquet, Federico Beltramelli, Eduardo Alonso ---------- 70

Alfabetización digital en tiempos de pandemia: conectividad, usos y representaciones de estudiantes de nivel inicial y primaria en Institutos de Formación Docente de Argentina.
Sebastián Novomisk, Luis Sujatovich, Pamela Vestfrid. ---------- 91

Hacia el aprendizaje móvil en la educación pública de Colombia: el caso de Urabá.
Carolina Campuzano Baena, Javier Cruz Lanchero, María Camila Rendón Fernández ---------- 103

Dispositivos de producción audiovisual en el ámbito académico-universitario: la experiencia del Laboratorio Audiovisual de Contenidos (LAC) y su producción denominada Orientales.
Santiago González Dambrauskas, Juan Pellicer Díaz, María Paula Terra Barra. ----------114

Ideologia, Hegemonia e Algoritmos: o Big Data regulando vidas.
Renata Lipia Lim ----------126

Fotografia e base nacional comum curricular nas aulas remotas do Estado do Paraná.
Roberta Jorge da Silva Wisnievski, Solange Straube Stecz----------137

Modos de alfabetización digital de maestras rurales en tiempos del agronegocio.
Edgardo Carniglia----------150

Conectar(se) en contexto de ruralidad: Políticas de diseminación tecnológicas en la provincia de Jujuy (Argentina)
Rodrigo Fernando Díaz----------167

Os lugares centrais da mídia na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – SP, Brasil: uma análise territorial.
Monica Franchi Carniello, Tamyris Reis Pava, Moacir José dos Santos----------180

Escucha de las programaciones de estaciones de radio en la Região Celeiro del Rio Grande do Sul, BR, por el Internet.
Lidia Paula Trentin ----------197

Comunicação, Saúde e Desenvolvimento: campanhas públicas para prevenir HPV no Brasil.
Stephanie Kern Bonilla, Jaqueline Quincozes Kegler----------207

Memorias visuales de la Plaza Aníbal Pinto y la Estación de Ferrocarriles de Temuco entre 1930-1950, una re-construcción en un mundo virtual basado en relatos personales y el patrimonio cultural.

Paola Andrea González Salas. ----------218

De la infoviolencia a los sentipensamientos para el Vivir Bien: niñas y mujeres jóvenes bolivianas frente a mensajes violentos en las pantallas. . Édgar Dávila, Rigliana Portugal----------235

60+ em meio à comunicação digital móvel: peculiaridades de consumo de uma geração advinda da comunicação analógica.

Melissa Streck ----------249

Mídia Laranja: a informação como indicador de inovação.

Juliano Maurício de Carvalho, Victor Simões Zamberla----------260

Transparência de dados na sociedade da informação e o caso de divulgação da Covid-19 no Brasil.

Callenciane Ferreira Leão, Deise Magalhães Pequeno, Germana Cruz Pereira ----------273

Mapeamento da produção acadêmica da RMVale: uma relação possível entre conhecimento científico e desenvolvimento.

Viviane Fushimi Velloso, Viviane Renata Campo ----------286

A divulgação científica no Estado de Mato Grosso do Sul e suas especificidades.

Jéssica Cristina Corte----------307

Traços Urbanos: uma Análise do Uso da Debreagem Narrativa na Imagem-fluxo.

Alexandre Schirmer Kieling, Kênia Cardoso Vilaça de Freitas, Amanda Caroline Rodrigues, Clarissa Trein de Almeida----------319

Comunicación y Desarrollo Regional: relaciones extendidas

Communication and Regional Development: extended relations

Ângela Cristina Trevisan Felippi[1]
Cidonea Machado Deponti[2]

Resumen: O artigo objetiva apresentar uma proposta de abordagem para a área de Comunicação e Desenvolvimento que contempla as dimensões cultural, social e espacial desses estudos.

Palabras Clave: Comunicação, Desenvolvimento, Estudos Culturais, Ator.

Abstract: The article aims to presente a proposal of approach to the área of Communication and Development which contemplates the cultural, social and spatial dimensions of these studies.

Keywords: Communication, Development, Cultural Studies, Actor.

Introdução à proposta

O que submetemos à discussão dos pares é uma proposta para os estudos de *Comunicação e Desenvolvimento* que contempla as dimensões sociocultural e espacial, e que vem sendo desenvolvida no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC/Brasil no âmbito da pesquisa e da intervenção. Oferecemos duas possibilidades dentro desta proposta, uma calcada nos Estudos Culturais de matriz britânica e latino-americana, e outra, assentada na Perspectiva Orientada ao Ator. As duas abordagens, respectivamente de natureza antropológica e sociológica, são aproximadas ao campo do Desenvolvimento Regional[3], para se pensar a

[1] Ângela Cristina Trevisan Felippi. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, Doutora em Comunicação Social pela PUCRS, Brasil, angelafe@unisc.br .
[2] Cidonea Machado Deponti. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, Doutora em Desenvolvimento Rural pela UFRGS, Brasil, cidonea@unisc.br .
[3] Os estudos de Desenvolvimento Regional no Brasil se institucionalizam nos anos 1990 e estão abrigados na área acadêmica de Planejamento Urbano, Regional e Demografia (PLURD), instituída na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/Governo Federal), situados na grande área das Ciências Sociais e Aplicadas.

relação dos sujeitos com o espaço como essencialmente comunicacional, mediada pelas relações socioculturais, e, aqui, com vistas ao desenvolvimento das regiões.

É sabido que os vínculos entre os campos da Comunicação e do Desenvolvimento na América Latina não são recentes, confundem-se com a gênese da Comunicação no subcontinente, tendo ao menos sete décadas. Esta "subárea" historicamente teve caráter aplicado, instrumental e nasceu em meio ao processo de modernização latino-americana, a partir de agências de desenvolvimento e universidades dos países centrais, recebendo a denominação de Comunicação para o Desenvolvimento. De base funcionalista e sob o paradigma da teoria da informação, alcança a hegemonia nos estudos de Comunicação latino-americanos entre os anos 1950 e 1960. No entanto, nas décadas seguintes seu caráter instrumental e sua efetividade são questionados, tanto pela ineficácia prática do modelo que carrega, quanto por teorias da Comunicação, Linguagem, Educação e Desenvolvimento que emergem nesse período. A teoria Crítica, a Semiótica e a Semiologia, a Educação Libertadora/do Oprimido e a teoria da Dependência contribuíram para a crítica ao que se vinha praticando no subcontinente, como à emergência de novos paradigmas para a Comunicação relacionada ao Desenvolvimento. A literatura a respeito é vasta e não é o propósito deste texto fazer sua revisão. O que objetivamos é trazer possibilidades em construção de abordagens teóricas e metodológicas que respondam às demandas contemporâneas da sociedade no que diz respeito ao seu futuro.

Destaca-se que com o colapso da comunicação difusionista, a disciplina passa por uma dispersão conceitual (ÁNGEL, BARRANQUERO, 2016), que, por um lado, promove um alargamento dos objetos de estudo, porém, de outro, dispersa a possível unidade disciplinar e sua manutenção institucionalizada. No campo acadêmico, em países latino-americanos, entre os quais destacamos Colômbia, Argentina, Paraguai, Bolívia, e europeus - Espanha, Dinamarca, Suécia - a Comunicação para o Desenvolvimento segue como subárea da Comunicação, com atualizações na sua denominação (Comunicação para a Mudança *Social, Comunicação para o Desenvolvimento e Mudança Social*, entre outras derivações do original), mantendo o dinamismo. Esse dinamismo é traduzido em produção de conhecimento e práticas de

intervenção social que incorporam novas abordagens teóricas, atentas ao contexto comunicacional e aos problemas socioeconômicos, culturais e ambientais contemporâneos relacionados à condição do desenvolvimento das nações.

No Brasil, por outro lado, a *Comunicação para o Desenvolvimento* se manteve residual em organizações estatais, privadas e da sociedade civil, em práticas que em muitos casos carregam a contradição de estarem abrigadas em discursos progressistas, porém materializados em ações tradicionais. E, numa grande parte das organizações, a *Comunicação para o Desenvolvimento* se desprende desta denominação e segue presente em práticas relacionadas à marketing e à divulgação institucional. No campo acadêmico, do mesmo modo, cede lugar a outras subáreas emergentes no contexto democrático a partir da década de 1980 (*Comunicação Comunitária, Comunicação Alternativa, Comunicação Cidadã*, entre outras), praticamente desaparecendo dos currículos da graduação e pós-graduação, com algumas poucas exceções.

No entanto, em paralelo a esta fragilização, a problemática relacionada à comunicação e o desenvolvimento segue existindo, com velhos e novos desafios. A centralidade dos processos de comunicação garantida em parte emergência das tecnologias digitais, e a agudização de muitos problemas relacionados à falta de informações, de acesso ao conhecimento, à brecha digital, às formas de participação política mediadas por artefatos tecnológicos e à falta de representatividade nas mídias requer a presença desse debate nos campos do Desenvolvimento e da Comunicação. Apesar da comunicação não ocupar centralidade dos debates sobre desenvolvimento e, do mesmo modo, o desenvolvimento ter espaço restrito na Comunicação, este é um dos desafios a ser superado.

Dito isso, partimos para a apresentação de duas possibilidades contemporâneas de abordagem da aproximação das áreas - a que preferimos nominar *Comunicação e Desenvolvimento* – COMDES. As aproximações cremos serem pertinentes não apenas para o contexto brasileiro, mas latino-americano, dado o lugar que esta região ocupa na divisão internacional do trabalho e na geopolítica mundial, de subalternidade, o que repercute e é repercutido nas dinâmicas cultural e comunicacional. Ambas as possibilidades

teórico-metodológicas têm sido trabalhadas no Desenvolvimento Regional na busca por construir perspectivas críticas de abordagem das problemáticas sócio comunicacionais que alcancem compreender os processos de comunicação mediados e interpessoais envolvendo os distintos grupos sociais, com especial atenção aos populares.

A abordagem dos Estudos Culturais

A primeira proposição a ser apresentada tem sido desenvolvida nos últimos dez anos no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional por meio de pesquisas de trabalhos orientados, e consiste na aproximação das matrizes britânica e latino-americana dos Estudos Culturais com os referenciais sobre espaço, território e desenvolvimento regional. A proposta vem sendo acionada no enfrentamento de temáticas envolvendo o trinômio comunicação - cultura – desenvolvimento, materializados em objetos de pesquisa relacionados à temas como comunicação e mídia regional; redes de comunicação; TICs e governança; comunicação alternativa e independente; comunicação, mídia e cultura e suas decorrências; comunicação e identidades regionais e territoriais; comunicação e culturas populares. Os Estudos Culturais têm fornecido referenciais conceituais e esquemas metodológicos[4] que na aproximação com a literatura do Desenvolvimento Regional e mesmo de outras teorias da Comunicação possibilitam a montagem de protocolos analíticos para os objetos da COMDES.

Colocando-se como uma teoria social crítica, os Cultural Studies são forjados na metade do século XX, na Inglaterra, no contexto da "virada cultural" europeia das ciências sociais e da linguagem. Se institucionalizam a partir do Center for Contemporary of Cultural Studies, de Birmingham, num "coletivo" de pesquisadores cuja proposta era "de cooperação entre disciplinas (literatura, ciências sociais, antropologia/etnografia, educação) e objetos de estudo (feminismo, psicanálise, comunicação, por exemplo)" (COIRO MORAES, 2011, p. 2). Buscam romper com uma visão acadêmica disciplinar, construindo objetos complexos, a partir das inter-relações entre os campos do conhecimento. Nesse sentido, partem do

[4] Alguns protocolos acionados em pesquisas no PPGDR-UNISC podem ser encontrados em FELIPPI (2020).

alargamento das fronteiras do conceito de cultura, incorporando à visão antropológica, as preocupações da sociologia e da linguística, associadas ao tensionamento político em torno da questão cultural.

Os Estudos Culturais se expandem e institucionalizam pelo globo nas décadas seguintes, constituindo-se em diferentes matizes a partir da realidade dos territórios onde se desenvolvem. É o caso da teoria das mediações e dos estudos de recepção e de consumo desenvolvidos na América Latina. Na origem e na sua expansão, esta frente de estudos esteve sintonizada com as demandas sociais emergentes do espaço onde se dava, demandas transformadas em seus objetos de estudo. Do mesmo modo, como teoria que se propõe *inter* ou mesmo transdisciplinar, extravasou para dentro de outros campos do conhecimento, sempre em intersecção com seus aportes teóricos originais. Sendo, por origem, uma teoria que tem entre os seus méritos, a possibilidade do diálogo interdisciplinar.

É neste diálogo que os Estudos Culturais são tomados pela área de Comunicação, tendo tangência na mútua compreensão da estreita relação entre cultura e comunicação, na perspectiva da construção da realidade a partir da interação entre os sujeitos, assim como nos espaços "entre sujeitos", as mediações (MARTÍN-BARBERO, 2009). No Brasil, os Estudos Culturais chegam à Comunicação na década de 1980 e vem se marcando pelos estudos em recepção e em identidade cultural, numa mestiçagem, para usar um termo caro a esses estudos, das matrizes anglo-saxã e latino-americana.

A área de Comunicação se constrói na interdisciplinaridade, e o mesmo acontece com o Desenvolvimento Regional, prova é a própria existência da COMDES. Assim como na Comunicação, entendemos que no Desenvolvimento Regional tem-se encontrado possiblidades de diálogo com os Estudos Culturais. Há identificação entre alguns pressupostos teórico-metodológicos dos Estudos Culturais com outros do Desenvolvimento Regional, como a busca de uma visão multidimensional para os processos sociais, rompendo com as análises setoriais e disciplinares. Em que pese o predomínio dos enfoques econômicos no Desenvolvimento Regional, entre os desafios acadêmicos e de aplicação da área estão a superação do economicismo. Os Estudos Culturais, por sua vez, oferecem uma interpretação do lugar da cultura, tanto no seu aspecto simbólico, como material, não

numa relação e subordinação à esfera econômica, mas relacional.

Outro ponto possível de apego está na consideração da categoria do *território* como o *locus* da ocorrência dos processos sociais, território esse que se constitui pela ação histórica dos sujeitos sobre o espaço, a partir de suas relações de poder, concretas e simbólicas (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). O território se forma ainda na tensão com o que lhe é externo, na relação de forças globais e locais, as horizontalidades e as verticalidades (SANTOS, 2000). Para o campo do Desenvolvimento Regional, o território é potencialmente o lugar de articulação das estratégias de desenvolvimento. A abordagem da Comunicação pelos Estudos Culturais reconhece a força do espaço construído na constituição dos processos comunicacionais, presente em suas particularidades, reconhecimento materializado nas particularidades que essa teoria ganha nos diferentes lugares que se desenvolve. Há o reconhecimento, no caso latino-americano nas obras de Jesús Martín-Barbero e Néstor Garcia Canclini, de que é no território onde a simbolização e a materialização da cultura ocorrem, a partir das condições históricas e políticas desses espaços. Portanto, a associação da dimensão comunicacional-cultural com a dimensão espacial nas análises do Desenvolvimento Regional permite compreender os arranjos próprios dos lugares, assim como os ordenamentos de fora que nele agem. Ou, como dito anteriormente, "observamos que a cultura pode ser pensada enquanto produção e prática social, sendo essas expressas por meio de representações simbólicas que impregnam o espaço geográfico." (FELIPPI; BRANDT, 2016, p. 46).

Com a brevidade necessária neste espaço, procurou-se apresentar nesta seção a trajetória de uma aproximação de abordagem cultural da Comunicação no Desenvolvimento Regional. Este percurso tem sido documentado em outros textos (FELIPPI, 2020; FELIPPI, SÁNCHEZ, SILVEIRA, 2019; ESCOSTEGUY, 2019; FELIPPI, BRANDT, 2016) e está em processo.

A Perspectiva Orientada ao Ator

A segunda proposição tem sido utilizada, originalmente no Brasil, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Um dos primeiros trabalhos a utilizar tal perspectiva para analisar o processo de intervenção para o desenvolvimento, a partir de um olhar sobre a extensão rural do RS foi

desenvolvido por Deponti (2010). Após esta pesquisa diversos trabalhos[5] foram desenvolvidos por meio do aporte teórico-metodológica da Perspectiva Orientada ao Ator (POA). No campo do desenvolvimento regional, a POA ainda carece de maior apropriação e desenvolvimento. Contudo, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul algumas pesquisas têm utilizado essa abordagem, consistindo em uma inter-relação dos referenciais sobre intervenção, mediação social e extensão. Tal interface busca explorar, a partir de uma visão interdisciplinar, os processos de intervenção para o desenvolvimento por meio de estudos empíricos.

Assim, essa proposta é acionada no enfrentamento de temáticas que envolvem a pesquisa-ação, a comunicação para o desenvolvimento, o desenvolvimento regional e a sociologia do desenvolvimento, materializados em temas como o uso e a apropriação de TICS, os processos de gestão rural dos agricultores familiares, a tomada de decisão gerencial, a compreensão do processo de desenvolvimento regional como complexo e dinâmico; o protagonismo dos atores territoriais, a construção de soluções tecnológicas.

A Perspectiva Orientada ao Ator foi lançada na segunda metade do século XX, sendo resultado de longos anos de pesquisa realizados por Norman Long e, posteriormente, contando com a contribuição de Jan Douwe van der Ploeg, através do Grupo de Desenvolvimento Rural da Universidade de Wageningen, na Holanda. A POA consiste em uma abordagem teórica e metodológica para análise da ação social e da intervenção para o desenvolvimento, caracterizando-se por uma teoria de alcance médio, baseada no construcionismo, no interacionismo simbólico e na estruturação. O objetivo de Long não foi formular uma teoria genérica baseada em princípios universais, mas entender os processos de mudança pelos quais as formas sociais surgem, são transformadas e retrabalhadas na vida cotidiana das pessoas. Dessa forma, esta perspectiva surge como uma resposta às teorias que não acreditam na capacidade de as pessoas comuns alterarem a direção

[5] Estudos sobre a construção social de mercados, foram realizados por Gazolla e Peregrini (2011), Oliveira et al., (2014), Pacífico (2008) e Caravalheiro e Garcez (2007) utilizam a Perspectiva Orientada ao Ator com a noção de produção de novidades. Outros estudos de mestrado e doutorado foram realizados, no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, os quais analisam transversalmente questões técnico-produtivas, dentre eles os estudos de Preiss (2013), Luz (2011), Medeiros (2011), dentre outros.

da sociedade e fazerem sua própria história. (LONG, 2007).

Long e Ploeg (1994) apresentam conceitos analíticos condutores da Perspectiva Orientada ao Ator, tais como: agência, atores sociais, arenas, visões de mundo, práticas discursivas, encontros de interface social, poder, heterogeneidade estrutural. Também apresentam conceitos relacionados, focados na análise dos processos de desenvolvimento, como estratégia, projeto, projetos interligados, estruturas intermediárias, campos organizacionais, redes de conhecimento, processos de negociação, de manobra e de ajuste.

Os conceitos teóricos a seguir descritos são resultados da utilização e da apropriação desta perspectiva para análise de contextos de desenvolvimento regional oriundos de pesquisas, de orientações e de ações de extensão vinculadas a essa temática. Portanto, o enquadramento conceitual oferecido é flexível, pois parte da ação do pesquisador a campo na busca da compreensão dos processos de desenvolvimento regional, mas não exclusivamente deles. Por isso, as categorias analíticas salientadas aqui se constituem naquelas que permitiram analisar o processo de intervenção/mediação e extensão para o desenvolvimento.

A primeira categoria aqui discutida está relacionada com o protagonismo dos atores territoriais. O protagonismo só é garantido caso os atores tenham um sentimento de pertencimento pelo o que está sendo desenvolvido. Nesse sentido, uma nova categoria emerge a da alteridade, a compreensão do outro a partir dele mesmo, não da nossa trajetória, mas dentro do sistema de sentido do outro, do seu conjunto de significado, de crenças e de costumes, do seu próprio pensar-agir-sentir. A alteridade exige sensibilidade que é a capacidade de observar, compreender, se deixar entender, se permitir conhecer e ser conhecido.

Esse protagonismo mobiliza mais uma categoria, a agência humana que se refere à capacidade das pessoas realizarem, serem capazes de fazer/alterar/atuar de outro modo, ser capaz de intervir no mundo. Os agentes humanos têm capacidade de entender o que fazem enquanto fazem, eles sabem tacitamente como continuar, mas sem a capacidade de dar uma explicação discursiva direta. A noção de agência, portanto, apresenta importância estratégica para compreender o significado das redes sociais, garantir informações, formar

opiniões, legitimar pontos de vista e, assim, gerar diferentes relações de poder. A incorporação de novas ideias e modos de comportamento carrega, simultaneamente, processos de transformação.

Outra categoria é a mediação social que consiste em múltiplos processos de negociação, de interface entre as partes envolvidas, nem de cima para baixo (*top-down*), nem de baixo para cima (*buttom-up*), mas de encontro, em que os diferentes conhecimentos se entrelaçam, tornando-se um híbrido, que valoriza tanto o conhecimento técnico quanto o saber-fazer. A mediação leva ao sentimento de pertencimento, ao fazer parte do processo. Quando se é parte, torna-se legítimo e legitimado, representado.

A mediação é um trabalho de longo prazo, de resultados pequenos no curto prazo, de muitas negociações, de conflitos, de características contraditórias, de difícil assimilação e prática, de exigências de novas posturas de abertura e de flexibilidade. Os projetos de desenvolvimento não são desenvolvidos levando em consideração todas essas peculiaridades, e os mediadores em linha de frente têm a árdua tarefa de lidar com a complexidade do processo de mediação social/intervenção para o desenvolvimento regional.

A qualidade da mediação está justamente no desenvolvimento da capacidade de reflexão, de análise e de decisão dos mediados, considerando que as escolhas por estes últimos definidas poderão ser diferentes e diversas daquelas inicialmente propostas. A capacidade de transformar os mediados em sujeitos do processo de desenvolvimento coloca ao mediador a necessidade de um perfil flexível, maleável, diplomático. A dificuldade é essa transformação, a busca por um fazer diferente, a prática de novos saberes e, sobretudo, a aceitação da necessidade desse novo perfil.

Na prática, os processos de mediação, de extensão e de intervenção em contextos de desenvolvimento regional poderão ser qualificados pelo reforço e inter-relação entre as características acima descritas, ou seja, elas se retroalimentam. No entanto, tal situação não ocorre espontaneamente no território implicando em engajamento dos atores, tanto daqueles que estão mediando quanto daqueles que são mediados.

Na área do Planejamento Urbano e Regional, principalmente nos temas vinculados ao desenvolvimento regional, à

comunicação para o desenvolvimento e à inserção social esta proposta poderá contribuir para qualificar tais ações e permitir uma reflexão sobre a importância dos processos de mediação social em contexto de desenvolvimento.

Possibilidades alargadas

O objetivo deste texto foi apresentar duas frentes de reflexão acerca do desenvolvimento das regiões presentes num programa de pós-graduação brasileiro de Desenvolvimento Regional. As frentes têm em comum a dimensão comunicacional, que "remete a uma dimensão da realidade na qual falamos no estabelecimento de relações sociais e a consequente produção de significados" (CIMADEVILLA, 2008, p. 102)[6]. São possibilidades de estudo e de prática social para a área do Desenvolvimento Regional, num contexto de delimitação e de atualização das fronteiras da COMDES, como discutimos em trabalho anterior (FELIPPI, 2020).

Outros aspectos tornam ambas entradas abordadas pertinentes para a COMDES no tempo presente, assim como as aproximam. Entre os quais, destacamos o reconhecimento e a consideração do poder de agência dos sujeitos, seu papel ativo na produção de significados e de cultura. As duas concepções convergem na mirada sociocultural da comunicação e do desenvolvimento, com vertentes discursivas e reconhecendo o caráter processual da comunicação. As duas perspectivas partem da construção da realidade a partir da interação entre os sujeitos, desde o processo de mediação social. Além disso, estes enfoques buscam romper com as análises setoriais e disciplinares, considerando uma visão multidimensional dos processos sociais.

Embora no referido programa de pós-graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul a POA tem sido mais acionada em projetos de intervenção, contribuindo para garantir o protagonismo dos atores sociais, enquanto os Estudos Culturais estejam mais presentes em reflexões críticas, importante lembrar que a POA traz um arcabouço teórico relevante para a reflexão sobre as relações entre sujeitos. Do mesmo modo que os Estudos Culturais nascem de um grupo de intelectuais orgânicos, o que torna essa uma teoria que tem fornecido à práxis suporte

[6] "(...) remite a uma dimensión de la realidad en la cual advertimos el establecimiento de relaciones sociales y la consecuente producción de significados." (CIMADEVILLA, 2008, p. 102)

para uma prática social que leve em consideração a cultura e, a partir dela, as escolhas dos grupos sociais para o futuro.

Referências

ÁNGEL, A.; BARRANQUERO, A (2016). Mapas de objetos y perspectivas en Comunicación, Desarrollo y Cambio Social. *Universitas Humanística* (81), 81, 91-118. Recuperado em 18 de agosto de 2018, em http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/index.

CARAVALHEIRO, E. M.; GARCEZ, D. Da perspectiva orientada ao ator ao processo de mercantilização: o caso da produção de banana ecológica no litoral norte do Rio Grande do Sul. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural,* 45, 2007, Londrina. Anais. Londrina: Sober, 2007.

CIMADEVILLA, G. (2008) Cinco tesis y una semblanza. Trayectos académicos en la convergência comunicación – *desarrollo. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación* (5) 8-9. Recuperado em 25 de setembro 2020, em http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/issue/view/5.

COIRO Moraes, A. L. (2011). *Epistemologia dos Estudos culturais: Da dialética ao materialismo cultural.* Trabalho apresentado no 20º Encontro da Compós. Porto Alegre. Recuperado em 10 de setembro de 2020, em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1660.pdf

DEPONTI, C. M. *Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do Rio Grande do Sul.* 2010. 274f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DEPONTI, C. M. Um olhar teórico-metodológico sobre processos de intervenção e de extensão para o desenvolvimento regional. In: CIDOVAL, M. S.; THEIS, I.; BARBOSA.J. A. *Celso Furtado a esperança militante (Desafios).* Vol 3. Editora: A união e EDUEPB. Campina Grande. PB, 2020.

DEPONTI, C.M.; KIST, R.B.B.; AREND, S. C. Ações de Extensão como Intervenção para o Desenvolvimento Regional: Relato de Experiência do NEGAF/UNISC-RS. In: *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 18, 2019, Natal. Anais... Natal: Anpur, 2019. Disponível em . Acesso em 12 maio 2020.

DEPONTI, C.M., AREND, S. C., KIST, R.B.B. O uso e a apropriação de Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) pela Agricultura Familiar no Vale do Caí – RS: *Relatório de Pesquisa. Edital MCTI/CNPQ/ Universal 14/2014.* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. 121p.

ESCOSTEGUY, A. C. et al. (2019). *As tecnologias da comunicação no cotidiano de famílias rurais: (Re)configurações de uma ruralidade.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 15-31. Recuperado em 8 de setembro de 2020, em: https://www.unisc.br/pt/home/editora/e-books?id_livro=485

FELIPPI, Â. C. T.; SÁNCHEZ Vilella, R.; SILVEIRA, R. L. L. da. (2019) La espacialidad en el Mapa Comunicativo de la Cultura: produto social y condición del devenir. In: JACKS, N.; SCHMITZ, D.; WOTTRICH, L.. *Um nuevo mapa para invertigar la mutación cultural: Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero.* Quito: Ciespal, p. 91-116. Recuperado em 8 de setembro de 2020, em: https://ciespal.org/wp-content/uploads/2019/12/Mutaciones_Culturales_ APROBADO_05_DIC.pdf

FELIPPI, A. C. T.; BRANDT, G. B. (2016). Aproximações entre estudos culturais e desenvolvimento regional: uma proposta teórico metodológica para estudar a comunicação na interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional* (12) 4, 44-63. Recuperado em 4 de novembro de 2019, em https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2603

FELIPPI, A. C. T. (2020). Comunicação e desenvolvimento: possibilidades para uma agenda de pesquisa. In SILVEIRA, R. L. L. da.; DEPONTI, C. M. (Org). Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações Territoriais. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 215-238. Recuperado em 8 de setembro de 2020, em http://www.pedroejoaoeditores.com.br/home/e-books1.

FELIPPI, A. C. T.; BRANDT, G. B. (2016). Aproximações entre estudos culturais e desenvolvimento regional: uma proposta teórico metodológica para estudar a comunicação na interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional* (12) 4, 44-63. Recuperado em 4 de novembro de 2019, em

https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2603.

GAZOLLA, M.; PEREGRINI, G. As experiências familiares de agroindústrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. *Ensaios FEE,* Porto Alegre, 32 (2): 361-388, 2011.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. (2007). O território em tempos de globalização. *Etc, espaço, tempo e crítica - Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas,* n° 2 (4), vol. 1 p. 1-14. Recuperado em 10 de setembro de 2020, em http: //www.uff.br/etc

LONG, N. Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el ator. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007. 504 p.

LONG, N; PLOEG, J D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In BOOTH, D. (org) *Rethinking social development: theory, research and practice.* Essex: Longman Scientific and Technical. 1994.

LUZ, M. da. Carijos e barbaquás no Rio Grande do Sul: resistência camponesa e conservação ambiental no âmbito da fabricação artesanal de erva-mate. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas), Porto Alegre, 2011.

MARTÍN-BARBERO, J. (2009). Uma aventura epistemológica – Entrevista. *Matrizes,* (2) 2, 143-162. https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v2i2p143-162. Recuperado em 5 dezembro 2019, em http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38228.

MEDEIROS, M. Diversidade de saberes em situações de interface: A emergência da agricultura de base ecológica entre agricultores familiares no sul do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, Daniela. *Produção de conhecimento e inovações na transição agroecológica: o caso da agricultura ecológica do Ipê e Antonio Prado/RS.* Tese (Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural –Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, 2014.

PACÍFICO, D.A. *Impasses na transição para uma agricultura de base ecológica: o projeto café de Lerroville-PR*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

PREISS, P. V. *Construção do conhecimento agroecológico: o processo das famílias produtoras de arroz no assentamento Filhos de Sepé-Viamão-RS*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, M. (2000). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Record: Rio de Janeiro.

Índice para caracterizar el entorno sociocultural en el estudio de los usos de las TIC para el desarrollo

Index to characterize the sociocultural environment in the study of the uses of ICT for development

Ana Isabel Zermeño Flores[7]
Luis Enrique Cruz García[8]
Mabel Andrea Navarrete Vega[9]

Resumen: Desde el enfoque de las TIC para el desarrollo se entiende que el entorno incide en los alcances de la relación que las personas establecen con las TIC; por lo cual, se propone construir un instrumento para analizar lo exógeno en dicha relación. El antecedente proviene de un estudio en el que se conceptualizan cuatro dimensiones del entorno sociocultural a nivel meso, como lo social, político, económico y cultural (Zermeño et al., en prensa). El estudio se realiza en el marco del proyecto "Impacto de las tecnologías de información y comunicación en la calidad de vida de los jóvenes universitarios" (FOSEC SEP-CONACYT). La metodología es documental y el resultado es el índice sociocultural para el aprovechamiento de las TIC (ISCTIC) con una batería de 39 indicadores, según variables en la dimensión social (sociodemográfico, educación y etnia), política (política digital, gobierno electrónico, participación ciudadana), económica (empresas con vocación tecnológica, innovación, vinculación al crecimiento, economía digital, empleo/trabajo remunerado) y cultural (usos de TIC, diversidad cultural). El género es una variable transversal en las cuatro dimensiones.

Palabras clave: entorno exógeno, TIC para el desarrollo, Indicadores TIC.

[7] Ana Isabel Zermeño Flores. Agorante, grupo de investigación en sociedad y tecnologías del Centro Universitario de Investigaciones Sociales (CUIS), Universidad de Colima (UdeC), Doctora en Comunicación Audiovisual, México (anaz@ucol.mx).
[8] Luis Enrique Cruz García. Agorante, CUIS, UdeC, Doctorante en Ciencias Sociales, México (lcruz9@ucol.mx).
[9] Mabel Andrea Navarrete Vega. Agorante, CUIS, UdeC, estudiante de Doctorado en Innovación en Tecnología Educativa, México (mnavarrete@ucol.mx).

Abstract: From the ICT approach to development, it is understood that the environment inside within the scope of the relationship that people establish with ICT: therefore, it is proposed to build an instrument to analyze the exogenous in said relationship. The antecedent comes from a study in which four dimensions of the socio-cultural environment at the meso level are conceptualized as the social, political, economic, and cultural (Zermeño et al., in press). The study is carried out within the framework of the project "Impact of information and communication technologies on the quality of life of young university students" (FOSEC SEP-CONACYT). The methodology is documentary, and the result is the sociocultural index for the use of ICT with a battery of 39 indicators according to variables in the social dimension (sociodemographic, education and ethnicity), politics (digital policy, electronic government, citizen participation), economic (companies with a technological vocation, innovation, link to growth, digital economy, employment / paid work) and cultural (uses of ICT, cultural diversity). Gender is a transversal variable in all four dimensions.

Keywords: exogenous environment, ICT for development, ICT indicators.

Introducción

La expansión mundial de las tecnologías de información y comunicación (TIC) abrió la consideración de que éstas son herramientas para el desarrollo humano, porque permiten acceder a información estratégica para la toma de decisiones en la gobernanza de las naciones, la productividad, creatividad y gestión de la vida cotidiana. Se sabe que la tecnología, en general, constituye parte y motor de la historia humana (Kranzberg, 1986); pero, en particular, las TIC son clave para acceder y ejercer los derechos humanos (Bustamante, 2001), ya que pueden ampliar las oportunidades de lograr una vida mejor (Walsham, 2017). Esto derivó en el interés de medir la adopción de las TIC para determinar el desarrollo de los países e implementar políticas de bienestar.

De acuerdo a Wellman (2010), los estudios sobre internet pueden dividirse en tres etapas. Una primera, caracterizada por el tema toral del ciberespacio, donde los correos electrónicos, chats y foros en línea dominan el trabajo académico. Una segunda la representan los trabajos enfocados en los usos y usuarios-red, así como la propuesta de métricas en el uso del internet y la existencia de una brecha digital. Justo en esta etapa aparecen los primeros estudios cuantitativos, básicamente, de carácter economicista. Finalmente, en la tercera etapa, se plantean las primeras propuestas teóricas y metodológicas para el estudio del internet y la brecha digital.

Como se ha dicho, los primeros intentos de medir el uso del internet y el grado de digitalización de una sociedad aparecen en la segunda etapa, se trata de "estudios empíricos que demuestran que la barrera económica es el factor explicativo más importante de la brecha" (Katz *et al.*, 2014, p. 15). Son trabajos que, mayoritariamente, aterrizan en la construcción de índices TIC a nivel país y que permiten la comparación entre países.

Por su parte, los estudios a nivel micro ofrecen información muy rica sobre lo que la gente hace, opina y espera de y con las TIC; sin embargo, los múltiples enfoques teóricos y abordajes metodológicos vuelven imposible las comparaciones sistémicas y diacrónicas. Además, la mayoría de estos estudios cuando observan la relación del sujeto con su entorno se enfocan en las interacciones inmediatas, con la familia, amigos, escuela, trabajo, sean *online* u *offline*; es decir, el centro está en los usuarios de las TIC, no en los entornos.

En consecuencia, lo que se observa es que en los estudios macro (nivel país) son abordajes mayoritariamente economicistas y cuantitativos, donde se desdibuja al sujeto y a sus entornos directos. Mientras que en los micro son preferentemente cualitativos, en los que escasamente se analiza el entorno sociocultural a nivel intermedio (ciudad o estado); por lo que se responsabiliza al usuario de la adopción de estas tecnologías, invisibilizando la participación creativa del entorno (Steward, 1955). Dadas estas lagunas, se vuelve relevante generar conocimiento a nivel meso sobre el entorno sociocultural que integre dimensiones en las TIC y refleje una mirada más cercana a la realidad cotidiana donde se mueven los ciudadanos.

Se parte del supuesto de que el entorno sociocultural a nivel meso incide en las

formas de uso y aprovechamiento de las TIC y se formula la pregunta, ¿cómo identificar la incidencia de las condiciones materiales y sociales que afectan el aprovechamiento de las TIC para que las personas alcancen una mejor calidad de vida?

Se plantea como objetivo: construir un índice que facilite analizar el entorno sociocultural a nivel meso en los estudios sobre el aprovechamiento de las TIC para avanzar en la comprensión de su incidencia en el cambio social; particularmente, en el desarrollo de las personas. A este instrumento se le nombra: Índice Sociocultural para el Aprovechamiento de las TIC (ISCTIC).

Este índice contribuirá a la significación del contexto como catalizador de la apropiación y uso significativo de la tecnología, más allá de la visión endógena que se focaliza en el individuo para el estudio de dicho proceso de apropiación, y también, alejada de la perspectiva exógena que desdibuja el entorno sociocultural que posibilita la vida cotidiana.

Enfoques teóricos. El valor del entorno sociocultural meso

Este estudio sienta sus bases en el enfoque de las capacidades de Amartya Sen (2000) y en la tercera ola de los estudios de las TIC para el desarrollo —ICT4D, por sus siglas en inglés— (Walsham, 2017). Se entiende que las TIC pueden detonar o ayudar en el desarrollo de las personas si se impulsa el marco de libertades individuales y se amplían las oportunidades y la justicia social. Es decir, no basta con tener acceso y usar las TIC con frecuencia y hasta con destreza; se requiere aprovechar sus potencialidades para alcanzar la vida que se desea vivir; y, a la vez, se necesita reflexionar y prepararse para los riesgos que vienen aparejados. Pero esto no es tarea del individuo, se trata del ejercicio cotidiano de la vida social.

Asimismo, este trabajo se focaliza en la tercera brecha digital (van Deursen & Helsper, 2015a), desde la cual se busca comprender los alcances o beneficios por la mediación de las TIC; equivale al uso con sentido (Selwyn, 2004), al uso significativo (Echeverría, 2008; Toboso-Martín, 2014), a la apropiación efectiva (Berrío-Zapata & Rojas, 2014), o a los resultados tangibles (Van Deursen *et al.*, 2017). Específicamente, se concuerda con la perspectiva de que la inclusión digital se corresponde con la inclusión social (Helsper, 2012; van Deursen *et al.*, 2017; van Deursen & Helsper, 2015b).

Por lo tanto, es posible conocer la inclusión digital de las personas si se analizan indicadores de la vida *offline*.

Otro de los pilares teóricos es el enfoque sociocultural desde el cual se acoge la idea de que las capacidades digitales se construyen socialmente en el espacio vivo de la cultura. Se reconoce que fue Steward (1955, citado por Storå, 1994) el primero en considerar la preponderancia de la cultura, como factor clave del entorno social que ayuda a comprender el cambio social. Este enfoque asume que entre sociedad y entorno existe una relación de influencia mutua (no determinista ni posibilista).

Particularmente, desde lo sociocultural se reconoce el valor creativo del entorno meso porque es el espacio donde se efectúan y se interrelacionan las prácticas sociales. Estas prácticas no sólo involucran al actor que las ejecuta, sino al entorno donde se concretan dos condiciones: las materiales y las sociales (Carrera & Mazzarella, 2001). Las primeras, refieren a la disponibilidad de la cultura que se objetiva en la presencia física de infraestructura y recursos; mientras las segundas implican el acceso a la cultura que se concreta en las oportunidades para participar en situaciones de uso donde hay otros usuarios, donde circulan significados y se vuelve factible aprender o socializar (Kalman, 2003).

Así, la ciudad, la comunidad, la región meso se vuelve un entorno influyente —e influenciable— en el uso, adopción y aprovechamiento de las TIC. Por ejemplo, la transformación de San Francisco no puede entenderse sin la instalación y desarrollo de Silicon Valley; donde la llegada de ingenieros informáticos, científicos, empresarios de alto nivel, diseñadores, entre otros profesionistas, así como la instalación de industrias y universidades, generaron una sinergia de desarrollo económico que se amalgamó con los movimientos contraculturales muy presentes en esta ciudad (Castells, 1999).

Aprovechar las TIC, creativa y productivamente, se aprende en el diálogo con otros, en los imaginarios que se diversifican cuando se observa a otros cómo las usan y para qué; cuando en los trabajos, escuelas y oferta de servicios se requieren para funcionar y cuando en el diálogo coloquial aparecen nuevos términos, prácticas, valores relativos a esa cultura digital.

Antecedentes del ISCTIC

Un índice es un instrumento de medición estadística que se conforma por la

asignación de valores a las unidades de análisis; se integra por varios indicadores que permiten trazar en el tiempo o el espacio la situación social o económica. "Un número índice mide cuánto ha cambiado una variable con el tiempo" (Levin & Rubin, 2004, p. 720). A continuación, se da cuenta de los índices relativos a la medición TIC que preceden al ISCTIC (tabla 1).

Nombre índice	Autor	Aspectos que evalúa	Enfoque	Alcance	Objetivo
Índice de Desarrollo de las TIC (IDI)	ITU (2019)	Acceso, uso y competencias en TIC (compuesto por 11 indicadores)	Económico	Macro	Comparar la evolución de las TIC entre los países y en el tiempo
Índice de Digitalización (ID)	Katz, Koutroumpis y Callorda (2014)	Asequibilidad, confiabilidad de la infraestructura, acceso a la red, capacidad, usos y capital humano (cuenta con 14 indicadores)	Económico	Macro	Evaluar el impacto económico y social de las agendas digitales de los países
Índice estatal de desarrollo de las TIC (IDTIC)	Ruiz (2015)	Habilidades y capital humano, infraestructura, penetración en áreas	Económico	Meso	Seguimiento a nivel entidad (México) de la estrategia digital

		estratégicas, intensidad de uso (compuesto por 25 indicadores)			nacional del sexenio (2012-2018).
Índice de desarrollo TIC México (IDTMex)	Micheli y Valle (2018)	Acceso, utilización y aptitudes en las TIC (cuenta con 10 indicadores)	Económico	Meso	Medir la brecha digital regional en México, a partir del índice de la ITU

Tabla 1. Relación de los índices: IDI, ID, IDTMex e IDTIC que son antecedentes del ISCTIC. Fuente: elaboración propia, con base en los índices en TIC (IDI, ID, IDTIC y IDTMex)

Cabe destacar que el Índice de Desarrollo de las TIC —propuesto desde 2008, por la Unión Internacional de Telecomunicaciones (ITU, por sus siglas en inglés)— se ha convertido en una herramienta de referencia para medir la sociedad de la información para una serie de países. Parte de la premisa de que existe una relación directa entre los países que tienen un mayor ingreso y una mayor digitalización (ITU, 2016). El IDI, al igual que el Índice de Digitalización (ID) propuesto por Katz, Koutroumpis y Callorda (2014), limita su medición al comparativo entre países a nivel de variables macroeconómicas e infraestructurales, dejando de lado aspectos significativos de la cultura.

El Índice estatal de desarrollo de las TIC (IDTIC) —de Ruiz (2015)— y el Índice de desarrollo TIC México (IDTMex) —de Micheli y Zárate (2018)— aterrizan en la realidad estatal mexicana; no obstante, el primero es el más cercano a la presente propuesta porque integra indicadores relevantes para el entorno sociocultural.

Micheli y Zárate (2018) mencionan que hay semejanzas con el IDTIC, pero que sus diferencias están en la complejidad (integra más del doble de variables que el IDTMex); con lo cual se "asegura mayor riqueza factual

incorporada al instrumento de medición [pero su] riesgo es la autocorrelación posible, no solo en términos estadísticos sino económicos o sociales" (Micheli & Valle, 2018, p. 43).

Metodología

La estrategia que se siguió fue de tipo documental-comparativo. Se analizó una muestra de cuatro índices relevantes en la medición de las TIC. Como se mencionó, a nivel internacional se tomó el IDI y el ID; mientras que, a nivel nacional, el IDTIC y el IDTMex.

Procedimiento:

Se realizó una comparación entre las variables e indicadores de cuatro índices relevantes a nivel internacional y nacional en la medición de las TIC.

Se reclasificaron y adaptaron los componentes a dimensiones socioculturales: social, política, económica y cultural.

Se identificaron las coincidencias en variables e indicadores y se valoró su incorporación al ISCTIC, tomando en cuenta su incidencia en el entorno sociocultural a nivel meso y no respecto a la medición del desarrollo del país o del estado.

Se verificó la existencia desagregada por estado, confiabilidad y regularidad de los datos-fuente; lo que garantiza el seguimiento en el tiempo y la comparabilidad entre estados.

Se adecuó la denominación de los indicadores a las formas más comunes de nombrarlos o a las nominaciones que usa la fuente de información.

Resultado comparativo de índices TIC

Al igual que otros índices de medición del avance de las TIC en la sociedad, con el Índice sociocultural para el aprovechamiento de las TIC (ISCTIC) el interés final está en el desarrollo humano, aunque con un enfoque en lo meso sociocultural.

Derivado de la comparación de los cuatro índices se construyó la tabla 2, para identificar sus coincidencias, diferencias y ausencias. Se asumió que había coincidencia cuando (al menos) tres de los cuatro índices convinieron; en este caso, hubo siete indicadores similares. Las diferencias se establecieron cuando (máximo) dos índices coincidieron; en este rubro se presentaron nueve casos. Las ausencias se dieron cuando ningún índice tomó en cuenta aspectos que, desde el enfoque sociocultural, resultan importantes para estimular o restringir el aprovechamiento de las TIC; aquí se identificaron 10 indicadores.

Especialmente, la categoría de ausencias resultó del diálogo con el marco teórico que sustenta este índice y que se amplía en el artículo: "Conceptualización de lo exógeno: hacia un índice para caracterizar el contexto sociocultural en el aprovechamiento de las TIC" (Zermeño *et al.*, en prensa).

Coincidencias	Diferencias	Ausencias
100% miden penetración de telefonía celular, el acceso a las TIC, la penetración de internet en los usuarios y hogares y la población con educación terciaria 75% miden la alfabetización y nivel educativo, la disposición de computadora, la disposición de telefonía fija	50% miden el ancho de banda, el gobierno electrónico y el comercio electrónico 25% mide la presencia de ingenieros, otros medios (radio, televisión y teléfono público), costos (línea fija residencial, celular móvil y banda ancha), intensidad y lugar de uso de las TIC y puntaje promedio en el índice PISA	Aspectos de la cultura (género, etnia, generación, multiculturalidad) Áreas STEM en educación Economía digital Política digital Participación ciudadana Innovación Empleo PIB generado por sectores vinculados a la tecnología Percepción sobre ciencia y tecnología Consumo cultural Velocidad de ancho de banda

Tabla 2. Análisis comparativo entre los índices: IDI, ID, IDTIC e IDTMex, desde la perspectiva de relevancia del enfoque sociocultural meso. Fuente: elaboración propia del análisis de los índices en TIC (IDI, ID, IDTIC y IDTMex).

Índice sociocultural TIC

El ISCTIC se organiza en cuatro componentes que corresponden a los contextos: social, político, económico y cultural que integran 13 variables y 39 indicadores (tabla 3). Recoge indicadores de los cuatro índices analizados que influyen de manera directa en el entorno meso de los ciudadanos; es decir, aquellos que configuran las interacciones en su vida cotidiana.

La selección de indicadores, además, cumple con el criterio de verificabilidad; que implica sólo incluir aquellos indicadores de los que se puede obtener información confiable, periódica y desagregada por entidad federativa.

Componente social (25%)	Fuente*
Sociodemográfico	INEGI: Censo de población y vivienda/ Encuesta Intercensal
1. Población total	
2. Porcentaje de población por sexo	
3. Edad promedio de la población	
Educación	
4. Años promedio de escolaridad de la población de 15 años y más edad, por sexo	
5. Porcentaje de población con estudios de nivel superior, por sexo	
6. Porcentaje de matriculados en carreras STEM, según sexo	
7. Puntaje promedio de Pisa en ciencias, matemáticas y lectura	
Etnia	
8. Porcentaje de la población que se autoadscribe como indígena	

9. Años promedio de escolaridad de la población indígena de 15 años y más edad, por grupo de edad, según sexo	
10. Porcentaje relativo de ingresos, por sexo, en la población indígena	
Componente político (25%)	Fuente*
Política digital	
11. Existencia de Marco regulatorio de la política digital en el Estado	Marco normativo del Congreso de los estados
12. Existencia de Agenda digital del Estado	Plan de desarrollo de los estados
13. Suscripciones al servicio fijo de internet por cada 100 hogares	IFETEL: Banco de información de Telecomunicaciones
14. Suscriptores al servicio móvil de internet por cada 100 habitantes	
15. Suscriptores al servicio de telefonía móvil por cada 100 habitantes	
Gobierno electrónico	
16. Índice de gobernanza digital estatal	Estudio del Instituto de Investigaciones para el Desarrollo con Equidad (EQUIDE) de la Universidad Iberoamericana (Ciudad de México y DATA LAB)
17. Índice de gobierno abierto estatal	INAI: Métrica de gobierno abierto/ Acceso a la información y

	protección de datos personales
Participación ciudadana	
18. Número de asociaciones civiles registradas en el Estado	Registro Estatal/Nacional de Organizaciones de la Sociedad Civil
19. Existencia de la Ley de participación ciudadana en el Estado	Marco normativo del Congreso de los estados
Componente económico (25%)	Fuente*
Relevancia de empresas con vocación tecnológica	
20. Porcentaje de empresas con base tecnológica en el Estado	INEGI: Censo Económico
21. Porcentaje de empleos generados por empresas *tech*, por sexo	
Innovación	
22. Invenciones registradas en el Estado como porcentaje del total nacional	IMPI
Vinculación al crecimiento	
23. Porcentaje del PIB de sectores vinculados a ciencia y tecnología	INEGI: Indicador Trimestral de Actividad Económica (ITAAE)
Economía digital	
24. Uso de internet para operaciones bancarias en línea	INEGI: Encuesta sobre Disponibilidad y Uso de las Tecnologías de la
25. Uso de internet para ordenar o comprar productos	
26. Uso de internet para ventas en línea	

	Información en los Hogares (ENDUTIH)
Empleo/Trabajo remunerado	
27. Tasa de Empleo, por sexo y grupo de edad	INEGI: Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo (ENOE)
28. Tasa de Población Económicamente Activa, por sexo y grupo de edad	
29. Porcentaje de Empleo Calificado, por sexo y grupo de edad	
30. Ingreso promedio trimestral monetario, por sexo	INEGI: Encuesta Nacional de Ingresos y Gastos de los Hogares (ENIGH)
Componente cultural (25%)	Fuente*
Usos de TIC	
31. Porcentaje de población que utiliza internet, por edad y sexo	INEGI: Encuesta sobre Disponibilidad y Uso de las Tecnologías de la Información en los Hogares (ENDUTIH)
32. Porcentaje de población usuaria de teléfonos inteligentes	
33. Porcentaje de población que en los últimos tres meses ha usado internet para acceder a redes sociales	
34. Porcentaje de la población que en los últimos tres meses ha creado o desarrollado sitios de internet o blogs	
35. Porcentaje de población que en los últimos 12 meses ha realizado consultas o trámites de gobierno	
Diversidad cultural	
36. Porcentaje de la población de 5 y más años, según lugar de residencia, cinco años antes en otra entidad	INEGI: Encuesta Nacional de la Dinámica Demográfica (ENDD)
37. Porcentaje de la población de 5 y más años, según lugar de residencia, cinco años antes en otro país	

38. Proporción de la población que informa haberse sentido personalmente discriminada o acosada en los 12 meses anteriores por motivo de discriminación prohibida en el ámbito internacional	INEGI: Encuesta Nacional sobre Discriminación (ENADID)
39. Proporción de la población que informa haber tenido problemas en los últimos 12 meses cuando ha querido buscar información sobre algún trámite, servicio o programa de gobierno	

Tabla 3. Índice sociocultural para el aprovechamiento de las TIC (ISCTIC) a nivel entidad federativa. * Esta etiqueta refiere a la fuente de donde se obtiene el dato estadístico para la medición. Fuente: elaboración propia.

Aplicar el criterio de verificabilidad significó dejar fuera otros indicadores, aun cuando resultaban valiosos para configurar el entorno sociocultural meso. Se destacan cuatro indicadores en este sentido: cobertura tecnológica, costo de internet de banda ancha, percepción de ciencia y tecnología, y consumo cultural.

Al existir en cada entidad varias compañías que entregan servicios de internet con diferentes criterios de servicio (p.e. Telcel, Movistar, AT&T, Megacable) se complica el procedimiento para responder qué tan 'iluminada' está una zona y cuánto pagan las personas para acceder al servicio. Asimismo, aunque el INEGI levanta la Encuesta sobre la Percepción Pública de la Ciencia y la Tecnología (ENPECYT) y la Encuesta Nacional de Consumo Cultural de México (ENCCUM) —esta última, con el apoyo del Consejo Nacional para la Cultura y las Artes (CONACULTA)— no presenta datos desagregados por entidad federativa, ni lo hace con regularidad. Lo cual apunta a la necesidad estratégica de información para la toma de decisiones.

El ISCTIC distribuye sus pesos de forma equivalente entre los cuatro componentes porque en cada uno de éstos se incluyen indicadores socioculturales relativos a género, etnia, diversidad cultural. Particularmente, el componente de cultura integra aspectos en este sentido y la perspectiva de género es transversal en los componentes.

Especial mención merecen los indicadores sobre educación, porque se valora altamente la calidad y tipo de formación cuando se registra a matriculados en carreras STEM (ciencias, tecnología, ingenierías y matemáticas), según sexo, y al

promedio en las pruebas Pisa en ciencias, matemáticas y lectura.

Conclusiones

El ISCTIC es una propuesta que busca cerrar la pinza en los estudios sobre la tercera brecha digital. Es un instrumento de amplitud intermedia que permite conocer los alcances creativos del entorno sociocultural que, potencialmente, pueden coadyuvar a impulsar o inhibir la adopción de TIC para mejorar la vida de las personas.

El valor de este índice radica en la integración de indicadores vinculados a la cultura propia de la población que se estudia. Es decir, no sólo se caracteriza un contexto en función del acceso, uso y dominio de las TIC, sino que se amplía la mirada a indicadores que dan cuenta de los posibles referentes de sentido que se acrisolan en un entorno que puede impulsar usos creativos de estas tecnologías o adormecer sus potencialidades. En este sentido, el ISCTIC incluye indicadores socioculturales que en otros índices no se toman en cuenta porque su perspectiva está enfocada en la infraestructura y lo económico.

El índice puede combinarse con estudios cuantitativos y cualitativos en poblaciones específicas para brindar más comprensión sobre lo que las personas piensan, esperan y realizan con y a través de las TIC porque tales imaginarios, significados y prácticas no son espontáneas ni individuales. Por el contrario, son fenómenos que se crean, recrean e innovan en la vida colectiva del grupo. Este índice retoma la relación dialéctica entre los aspectos estructurales de la sociedad y las prácticas sociales de los actores que propone Vizcarra (2002) para entender los procesos socioculturales.

Una limitación del ISCTIC está en la existencia de fuentes de información que sustenten otros aspectos socioculturales relevantes. Lo cual vuelve evidente que, conforme se particulariza en el entorno (de lo global a lo local), se complica la obtención de datos desagregados, confiables y regulares. Para esta propuesta supuso posponer el interés de bajar el índice a nivel ciudad y llegar sólo al de entidad federativa y tampoco incluir otros indicadores relevantes (cobertura tecnológica, costo de internet de banda ancha, percepción de ciencia y tecnología, y consumo cultural).

Además, este estudio resulta conveniente porque identifica las bases de datos que responden a los indicadores del índice. Identificarlas implicó un trabajo de revisión exhaustiva porque su localización no siempre es amigable. Esta investigación pone al

alcance del interesado, de manera directa, los datos relevantes homogeneizados de estas fuentes de información.

Referencias

Berrío-Zapata, C. y Rojas, H. (2014). La brecha digital universitaria: La apropiación de las TIC en estudiantes de educación superior en Bogotá (Colombia). Comunicar, 22(43), 133–142 (https://doi.org/10.3916/C43-2014-13).

Bustamante, E. (2001). Hacia la cuarta generación de Derechos Humanos: Repensando la condición humana en la sociedad tecnológica. La Sociedad de la Información, 21.

Carrera, B. y Mazzarella, C. (2001). Vygotsky: Enfoque sociocultural. Educere, 5(13), 41–44.

Castells, M. (1999). La sociedad red (C. Martínez Gimeno, Trad.). Siglo Veintiuno Editores.

Echeverría, J. (2008). Apropiación social de las tecnologías de la información y la comunicación. Revista CTS, 4(10), 171–182.

Helsper, E. (2012). A Corresponding Fields Model for the Links Between Social and Digital Exclusion: A Corresponding Fields Model for Digital Exclusion. Communication Theory, 22(4), 403–426 (https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2012.01416.x).

ITU. (2016). Measuring the Information Society Report 2016. En ITU: Geneva. International Telecommunication Union (https://doi.org/10.3359/oz0303157).

ITU. (2018). The ICT Development Index (IDI). Methodology, indicators and definitions (as of February 2019). ITU (https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/statistics/ITU_ICT%20Development%20Index.pdf).

ITU. (2019). Measuring the Information Society 2018. Autor.

Kalman, J. (2003). El acceso a la cultura escrita: La participación social y la apropiación de conocimientos en eventos cotidianos de lectura y escritura. Revista Mexicana de Investigación Educativa, 8(17), 37–66.

Katz, R.; Koutroumpis, P. y Martin, F. (2014). Using a digitization index to measure the economic and social impact of digital agendas. Info, 16(1), 32–44 (https://doi.org/10.1108/info-10-2013-0051).

Kranzberg, M. (1986). Technology and History: "Kranzberg's Laws". Technology and culture, 27(3), 544–560.

Levin, R. y Rubin, D. (2004). Estadística para administración y economía (7a. Edición). Pearson Educación.

Micheli, J. y Valle, J. E. (2018). La brecha digital y la importancia de las tecnologías de la información y la comunicación en las economías regionales de México. Realidad, datos y espacio. Revista internacional de estadística y geografía, 9(2), 38–53.

Ruiz, W. (2015). Desigualdades entre entidades en materia de tecnologías de información y comunicación en México. Realidad, datos y espacio. Revista internacional de estadística y geografía, 6(1), 36–49.

Selwyn, N. (2004). Reconsidering political and popular understandings of the digital divide. New media & society, 6, 341–362 (https://doi.org/10.1177/1461444804042519).

Sen, A. (2000). Desarrollo y libertad (E. Rabasco y L. Toharia, Trads.). Planeta.

Steward, J. (1955). Theory of Culture Changes: The Methodology of Multilinear Evolution. University of Illinois Press, Urbana.

Storå, N. (1994). Cultural Ecology and the Interaction between man-and the Environment. En A. Nissinako (Ed.), Cultural Ecology. One Theory? University of Turku.

Toboso-Martín, M. (2014). Perspectiva axiológica en la apropiación social de tecnologías. Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad, 9(25), 33–51.

van Deursen, A. y Helsper, E. (2015a). The Third-Level Digital Divide: Who Benefits Most from Being Online? En L. Robinson, S. R. Cotten, J. Schulz, T. M. Hale y A. Williams (Eds.), Studies in Media and Communications (Vol. 10, pp. 29–52). Emerald Group Publishing Limited (https://doi.org/10.1108/S2050-206020150000010002).

van Deursen, A. y Helsper, E. (2015b). The Third-Level Digital Divide: Who Benefits Most from Being Online? En L. Robinson, S. R. Cotten, J. Schulz, T. M. Hale y A. Williams (Eds.), Studies in Media and Communications (Vol. 10, pp. 29–52). Emerald Group Publishing Limited (https://doi.org/10.1108/S2050-206020150000010002).

van Deursen, A.; Helsper, E.; Eynon, R. y van Dijk, J. (2017). The Compoundness and Sequentiality of Digital Inequality. International Journal of Communication, 11, 452–473.

Van Deursen, A. J.; Helsper, E. J.; Eynon, R. y Van Dijk, J. (2017). The Compoundness and Sequentiality of Digital Inequality.

International Journal of Communication, 11, 452–473.

Vizcarra, F. (2002). Premisas y conceptos básicos en la sociología de Pierre Bourdieu. Estudios sobre las Culturas Contemporáneas, 7(16), 55–68.

Walsham, G. (2017). ICT4D research: Reflections on history and future agenda. Information Technology for Development, 23(1), 18–41 (https://doi.org/10.1080/02681102.2016.1246406).

Wellman, B. (2010). Studying the Internet through the ages. En Handbook of Internet Studies. Blackwell Publishers Ltd.

Zermeño, A. I.; Cruz, L. E. y Navarrete, M. A. (en prensa). Conceptualización de lo exógeno: Hacia un índice para caracterizar el contexto sociocultural en el aprovechamiento de las TIC. En K. Covarrubias, P. Perazzo, A. Fernández, S. Miciotti y N. Martínez (Eds.), Culturas mexicanas. Comunicación de interés público y ciudadanía. Universidad Municipal de São Caetano do Sul.

Del Valor Agregado al Valor Fundamental: el Valor somos nosotros

Do Valor Adicionado ao Valor Fundamental: O Valor somos nós

From Value Added to Fundamental Value: Value is us

Claudia Kenbel[10]

Gustavo Cimadevilla[11]

Resumen: Pronunciamientos y diagnósticos de la región advierten que para mejorar las condiciones del desarrollo y el bienestar es necesario promover con mayor anhelo el agregado de valor a las producciones y los servicios. ¿Significa esto más industria y más paking? El trabajo con comunidades vulnerables muestra que el mayor valor es el generado a instancias del trabajo articulado y colectivo.

Palabras Clave: Tecnología social, vulnerabilidad, Comunicación cotidiana.

Abstract: Pronouncements and diagnoses of the region warn that in order to improve development conditions and well-being, it is necessary to promote more added value to productions and services. Does this mean more industry and more paking? Working with vulnerable communities shows that the greatest value is the value of collective work.

Keywords: Social technology, Vulnerability Everyday communication.

Introducción

Lo que sigue es una experiencia concreta vinculada a nuestro trabajo[12] con familias de sectores vulnerables. Estas, en su mayoría, se dedican a actividades informales relacionadas al cateo de residuos sólidos

[10] Claudia Kenbel, ISTE CONICET-UNRC, Dra. en Comunicación Social, Argentina, claudiakenbel@yahoo.com.ar
[11] Gustavo Cimadevilla, UNRC, Dr. en Cs. de la Comunicación, Argentina, gcimadevilla@yahoo.com.ar
[12] Proyecto de Investigación y Desarrollo Orientado a la Oferta y la Demanda –PIODO- "Fortalecimiento de la acción cooperativa de recuperadores para el tratamiento sustentable de los residuos sólidos urbanos", Resolución n° 55/2016. Ministerio de Ciencia y Tecnología de la provincia de Córdoba. Director: Dr. Martín Maldonado (IFAP-UNC-CONICET); Co directora: Dra. Claudia Kenbel (ISTE-CONICET-UNRC). Proyecto ejecutado (2017/2018) y evaluado (2019).

urbanos -en adelante RSU- que cotidianamente buscan, seleccionan y comercializan o utilizan para su hábitat y sustento diario. Su realidad es, muchas veces, de sobrevivencia extrema; en otras ocasiones, de satisfacciones materiales mínimas, pero lo que tienen en común es su perseverancia por sostener sus realidades con autonomía y esfuerzo propio. El caso, seguramente, no es único (Río Cuarto, interior de la provincia de Córdoba, Argentina), sino más bien una postal, entre tantas otras, que se encuentra y reproduce en las distintas coordenadas de los espacios rurbanos del continente.

En ese marco y llevando la discusión a un plano mayor, advertir que la región latinoamericana enfrenta desventajas comparativas cruciales a la hora de pensar cómo su economía –con grandes conglomerados informales- se inserta en las dinámicas de las naciones es una problemática que desde mediados del siglo pasado y hasta nuestros días sigue en discusión y es motivo de infinidad de escritos, debates y promesas que recurrentemente transitan los escenarios de la política[13].

Entre otros actores, la labor técnica e intelectual de la conocida Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) –dependiente de la ONU- ha resultado clave; sobre todo para analizar los términos desiguales del intercambio –centro/periferia- y la necesidad estratégica de promover el desarrollo industrial a nivel regional. Textos como los de Raúl Prebisch -*El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas* (1949)- y/o los actuales textos de la Comisión -*Estudio económico de América Latina y el Caribe* (2019)- remarcan una y otra vez lo mismo. Para la CEPAL, en el comercio internacional las materias primas en general pierden valor relativo frente a los bienes industrializados, y aunque en esos términos la región logró algunos "veranos económicos" –por el alza de los commodities-, el desequilibrio persiste y condena al amplio espectro de la región a un papel secundario y a un puro extractivismo.

Ese círculo, difícil de superar, requeriría de diversos, múltiples, constantes, ingeniosos y estratégicos pasos direccionados a transformar una cultura de la producción primaria por otra atenta a

[13] Situación agravada por la repercusión de la pandemia en los índices de pobreza e indigencia. Por caso, un reciente informe de Naciones Unidas prevé un crecimiento del 35,6% al 40, 2%, en tanto la desigualdad pasaría del 23% al 32,5% en Argentina. Disponible en: https://www.onu.org.ar/stuff/Informe-COVID-19-Argentina.pdf (consultado 08/09/2020)

agregarle conocimiento, experiencia y procesos a los productos primarios y transformarlos en mercaderías con mayor nivel de elaboración y prestaciones.

La idea es tan vieja que se pierde en la historia de las economías mundiales. "Agregar valor" a una mercadería es adicionar un extra a los bienes inicialmente producidos y, por tanto, incluir en su ciclo de transformaciones, mayor trabajo en cantidad y calidad suficientes como para ampliar los beneficios de las labores a más personas, en las distintas fases de los procesos que se siguen; incluso aún de aquellos que tienen mayores componentes de tecnologización.

Las ideas vinculadas al concepto de "valor agregado" irrumpen entonces en la jerga del campo de la economía ya en el siglo XIX y se proyectan en diversos aportes, incluso críticos como el de Marx, que asocia el valor de las mercaderías a un factor común que las produce: el trabajo socialmente necesario. Asimismo, otros aportes destacan cómo las diferencias de los procesos productivos y las expectativas sobre el valor de los bienes modifican la apreciación sobre el mismo (Cachanosky, 1995).

Ahora bien, esa lectura del valor agregado que se aprecia promueve y resulta tan común en los análisis de la economía, ¿se agota en las variables de la producción o cabe, en todo caso, señalar que hay otras condiciones que la hacen posible y resultan fundamentales?

Una experiencia con familias agrupadas en una cooperativa de trabajo que busca reconvertir desechos urbanos en materiales para la construcción permite discutir otro modo de comprender el valor agregado cuando es la trama social la que en realidad lo produce. El valor agregado está, en ese meollo de hacer comunitario, en los propios protagonistas, en su voluntad de trabajar, así como en la comunicación cotidiana que la alimenta y sostiene.

En esta presentación relatamos parte de tal experiencia y el aporte comunicacional que de modo paralelo acompañó esa trayectoria de sectores vulnerables a partir de tres ideas fuerza: a) la vida cotidiana y la comunicación; b) las modalidades de interacción y de entendimiento experiencial-experto; y c) el papel de la cooperativa como espacio de asociación.

Valor agregado. Asociaciones en el ámbito del reciclado

En este apartado haremos una breve ampliación de la idea de "valor agregado", explorando las asociaciones principales que registra en el ámbito del reciclado como

espacio concreto de la experiencia que buscamos relatar.

En un trabajo reciente y desde la antropología, Sebastián Carenzo (2019) afirma que al referirnos a la basura, su valor se considera "intrínseco", como que "siempre estuvo ahí" a la espera de ser descubierto (p.232), tratándose de un "valor en potencia que debe ser extraído". No es casual entonces, prosigue el investigador, que el enfoque de "cadenas de valor" proveniente de la economía, haya sido movilizado tanto a los análisis de gestión de los RSU como en el diseño de políticas públicas. En él se distinguen "eslabones", cuyo punto de partida está dado por la recolección informal -en nuestro caso, realizado por familias y en buena medida auxiliados por el uso de carros tirados por caballos- para luego considerar otros eslabones formales (intermediación - industria del reciclado) donde este proceso de extracción de valor se refina técnica y administrativamente (Carenzo, 2019: 233). Este agregado de valor devenido de la cadena de relaciones sociales que harían de la basura, residuos a ser reinsertados en el mercado cuenta, a decir de Carenzo, con una amplia visibilización en la agenda mediática e incluso en las políticas públicas, aunque luego no se traduce automáticamente en su realización efectiva (p. 233). En efecto, la valorización de los residuos como proceso productivo presenta un desarrollo aún incipiente incluso a nivel global ya que si bien en su mayoría podrían técnicamente tratarse, esto no sucede[14]. En definitiva, sintetiza Carenzo (2019), la valorización existe ante todo como "potencia", pues su modo de concretarlo "está aún dominado por la búsqueda y la experimentación más que por un corpus de prácticas tecnoproductivas generalizadas y estandarizadas" (p. 234). En tal contexto, diversos son los esfuerzos de las organizaciones de cirujas, catadores y cartoneros por acceder a las tecnologías que les permitan ir del proceso manual a la recuperación y reutilización de materiales, paso que tiene consecuencias económicas concretas que se manifiestan, por ejemplo, en el precio de los procesados.

Ahora bien, nos preguntábamos en el inicio si era posible vincular esta lectura del valor agregado que se aprecia y promueve, a otras condiciones que lo posibiliten, más allá de las variables de la producción. Arriesgamos que desde una perspectiva de

[14] Así, el promedio de reciclabilidad de residuos domiciliarios en ciudades de ingreso medio en todo el globo no supera el 20% del total generado, y considerando América Latina en particular éste promedio baja a menos del 10% (BID 2015) (Carenzo, 2019: 233).

comunicación con voluntad de incidencia, es posible poner de relieve otras condiciones, las que vinculamos a tres ideas fuerza: a) la relación entre vida cotidiana y comunicación; b) las modalidades de interacción y entendimiento experiencial-experto y c) el papel de la cooperativa como espacio de asociación.

a) El valor proveniente de la experiencia cotidiana

Durante 18 meses un equipo de cientistas sociales –principalmente vinculados a la comunicación- participamos de un proyecto de producción de tecnologías junto a una organización de recuperadores de residuos en la ciudad argentina de Río Cuarto (180.000 habitantes). El objetivo principal era fortalecer el accionar logístico de la cooperativa y crear condiciones favorables para la articulación con otros actores interesados en el reciclado. Una de las demandas que se buscó satisfacer fue la de proveer de tecnologías a la organización para permitirle mejorar la calidad del trabajo a sus asociados, agilizar los procesos involucrados en la recuperación de materiales, aumentar el volumen y el margen de ganancia. Maquinarias para pasar de un proceso manual a uno industrial agregando valor a lo recuperado y con la posibilidad de crear nuevos productos. Durante la ejecución del proyecto se avanzó en el diseño y la construcción de un prototipo de maquinaria para lavar y secar plásticos, así como en el reacondicionamiento de un molino usado para trozar materiales. Así, fueron las tramas preexistentes de los protagonistas las que permitieron el desarrollo del proyecto, el cual contó con escaso capital económico y con un abundante capital social sintetizado en los vínculos y los saberes acumulados por los recuperadores, muchas veces a través de experiencias que no resultaron exitosas. De hecho, la demanda tecnológica de fabricar una máquina para procesar plásticos no fue producto del azar, sino de la trayectoria de la organización, de sus investigaciones acerca de los tipos de residuos y de las vinculaciones previas. Se partió así del trabajo preexistente, lo que en términos del proyecto significa que el valor agregado sintetizado en las maquinarias resultantes es el producto de casi 10 años de exploración de la cooperativa a partir de su propio andar mayoritariamente sin apoyo institucional. Las máquinas sintetizan así saberes con respecto a la manipulación de los materiales, los tiempos para la separación, los sitios donde encontrar los residuos, los precios, los

centros de acopio que disponen de los valores, las posibilidades de transporte, entre múltiples cuestiones. Y el modo en que comunicacionalmente apoyamos y buscamos visibilizar este aspecto fue a través de la producción de un audiovisual que desde su concepción buscó retratar la cotidianeidad de los protagonistas a través de sus relatos, de sus tiempos para expresarse, de recuperar toda la trama previa de saberes y experiencias que los ha traído hasta el momento presente de poder construir maquinarias que mejoren sustancialmente sus actuales condiciones[15].

Audiovisual "El valor somos nosotros", 2019. Equipo Comunicación y Rurbanidad

b) El valor que se trama en la interacción y el entendimiento rurbano-experto

En un trabajo reciente (Kenbel, 2019: 83) nos referimos a la posibilidad de pensar a las tecnologías como la materialización de relaciones sociales entre grupos/actores con intereses y motivaciones diversas, articulados en torno a la satisfacción de necesidades también diversas en el marco de procesos de desarrollo.

Las tecnologías para el reciclado de plásticos que se produjeron en el ámbito del proyecto pueden ser entendidas como la materialización del asociativismo entre una organización de recuperadores, los científicos sociales y un sector empresario metalúrgico local. Estas relaciones que preexistían al proyecto y que formaban parte del reservorio preexistente que dábamos cuenta en el punto anterior, también le agregan valor a los productos tecnológicos. Tanto el proceso de trabajo que demandó casi dos años -y que continúa- así como las maquinarias resultantes se construyeron no solo con materiales, sino también con palabras, con discursos, con gráficos, con planos, con imaginaciones de las más diversas. Veamos por caso, cómo fue el proceso que dio origen a las máquinas: Los planos fueron confeccionados por personal experto –ingenieros- con especificaciones técnicas para la compra de materiales y posterior montaje. No obstante, esos planos

[15] Nos referimos al material audiovisual "El valor somos nosotros. Investigadores, metalúrgicos y recuperadores en la construcción de tecnologías para el reciclado", disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=XqQzech0K1o

se basaron en el conocimiento previo de los recuperadores, quienes visitaron con anterioridad al inicio del proyecto, experiencias similares en otras ciudades, tomando en cuenta qué podría ser útil en el medio local. Luego los metalúrgicos fueron los encargados de comandar la compra de las autopartes, basándose en su conocimiento de las posibilidades del mercado local. En todo ese proceso de intercambio que pasó de los planos a las maquinarias, se dieron procesos de reapropiación, traducción, adecuación y reajuste permanente para cada grupo de actores involucrados. A su vez y retomando la idea de cómo la comunicación puede colaborar en incidir a nivel de políticas, tal proceso fue parte de lo que se buscó retratar con el audiovisual, así como también fue el eje de documentos para capacitación de los trabajadores en el uso de las maquinarias. En ambos casos lo que se buscó es acompañar el trabajo asociado, los avatares que fueron surgiendo, los modos de resolverlos, así como también la trama de relaciones necesarias en proyectos de estas envergaduras con impronta social y pública.

c) El valor que viene del trabajo necesariamente asociado

Por último, y como complemento de las ideas anteriores, unas líneas acerca de la forma cooperativa como espacio de colaboración, una idea que suele ganar adeptos a la hora de pensar en los grupos vulnerables y en las políticas que buscan incluirlos. Si aparece la posibilidad de financiamiento de algún emprendimiento, es deseable otorgárselo a una agrupación, antes que a un particular. No obstante, también hay un profundo desconocimiento del esfuerzo que implica esta formalidad, agravado porque en la experiencia con sectores vulnerables no resulta sencillo dar cumplimiento a todas las instancias de formalización mientras la organización se encuentra en ciernes. Por lo que consolidar una agrupación que colabora en la formación de la "voluntad colectiva" con horizontes de cambio social, es otro aspecto que resaltamos en el marco del valor agregado. Veamos.

Si por un momento traemos aquí la concepción de Gramsci acerca de lo que él llamaba las clases subalternas, compartiremos que su historia es "discontinua", "episódica" y "fragmentada" ([1949] 2009: 35). Por lo que es tarea de quien intente comprenderlas registrar "todo rastro de iniciativa autónoma", y valorar "que

semejante historia no puede ser tratada sino por monografías y que cada monografía exige un cúmulo muy grande de materiales a menudo difíciles de recopilar" (Cuaderno 25, [1934] 2000: 179). Podríamos entonces trasladar esa reflexión al campo de la comunicación y sostener que si es parte de nuestro quehacer profesional y académico trabajar con los grupos vulnerables, hemos de resultar creativos para encontrar los hitos que tornen esa historia "episódica" y "fragmentada" en una trama que muestre la "voluntad colectiva" en toda su dimensión y densidad (Oliver, 2012: 279).

En el caso de la experiencia relatada, la comunicación cotidiana de los integrantes de la organización se fue extendiendo a otro tipo de actores -como los investigadores, los empresarios, los medios de comunicación- en un movimiento enriquecido por el intercambio. Esa "voluntad colectiva" retratada en el audiovisual de referencia por caso en el nombre de la cooperativa "Todo Sirve", es la resultante del trabajo socialmente necesario. De ese sujeto colectivo con aspiraciones de protagonizar cambios sustanciales en la perspectiva de derechos postergados (incidencia política). No es sólo una denominación -cooperativa de trabajo- ni las ideas en torno a ella, sino las memorias y vivencias de sus integrantes que comenzaron siendo dispersas y episódicas para tornarse colectivas y articuladas.

Epílogo

A lo largo de todo el proceso de desarrollo tecnológico se buscó comprenderlo, sistematizarlo, sintetizarlo y hacerlo comprensible para diversos actores de interés y la opinión pública. En ese camino, algunos productos comunicacionales resultantes fueron el documental referenciado en el trabajo, informes de investigación, notas periodísticas, fotografías y documentos relativos al mundo del trabajo. Además de ilustrar y dejar registro de las acciones, esfuerzos y resultados, esas producciones resultan claves como insumo para incidir desde la comunicación en otras prácticas políticas atentas a proyectos que generen valores agregados a insumos aparentemente sin interés comercial; como son los desechos urbanos no recapturables por el comercio o la industria.

Incidir desde la comunicación y para la política incluyó utilizar ese documental para mostrar opciones de intervención desde el sector público y con participación de actores privados que trascendió la aplicación de subsidios en proyectos no autónomos. La

búsqueda, en éste, de apoyar a una entidad con carácter de cooperativa social y de trabajo que tiene iniciativas propias, pero carece de capital, fue un intento por generar círculos virtuosos en los sectores vulnerables que pueden demostrar que su inserción en el entramado productivo tiene posibilidades reales de suceder.

En ese círculo, no exento de tensiones e incluso contradicciones que en el proceso se manifiestan, la primera enseñanza es que el valor agregado que más interesa destacar resulta de la articulación social. Desde la vulnerabilidad, las dificultades se multiplican por la falta de capital, la capacitación para el trabajo, las logísticas y las habilitaciones necesarias, pero cuando desde el estado se pueden sumar recursos y capacitaciones, y desde el sector privado experto otras ayudas de implementación, las voluntades se multiplican y los esfuerzos se proyectan de manera sostenida.

En este marco, la comunicación advierte al menos tres enseñanzas: i) las interacciones se potencian con la confianza, con el acompañamiento y la perseverancia y con la entrega de las y los actores a un hacer común concreto y creíble; ii) la muestra de esas acciones potencia otras y la sinergia se contagia en un circuito que de lo social va a lo político y de lo político a lo económico y desde allí vuelve a lo social y así continúa; y iii) que un modelo con esas condiciones puede replicarse y proyectarse para que otras y otros actores y en otras circunstancias puedan intentar –con sus propias particularidades- experiencias igualmente generativas de valor y búsqueda de autonomías. Mostrar el modelo, entonces, no solo es necesario, sino que puede ser parte de una política de la que tiene sentido participar desde las universidades y ministerios que trabajan con el conocimiento y la aplicación de tecnologías, no solo las materiales, sino también las organizativas.

Referencias

-Cachanosky, J. (1995) “Historias de la teoría del valor y del precio”. Revista Libertas n° 22. Instituto Universitario ESEADE. Disponible en: www.eseade.edu.ar

-Carenzo, S (2019) “El lado B de la innovación social: etnografías de prácticas de experimentación cartonera en torno al reciclado de residuos” en Katzer, L y Chiavazza, H (eds) Perspectivas etnográficas contemporáneas en Argentina. Instituto de Arqueología y Etnología, Universidad Nacional de Cuyo. Pps. 229-273.

-CEPAL (2019) Estudio económico de América Latina y el Caribe, 2019; Titelman, D. y Otros (Coord.). Versión disponible en: https://repositorio.cepal.org/discover?query=titelman

-Gramsci, A [1949] (2009) El Risorgimento. Traducción, edición y notas de Guillermo David. Editorial Las Cuarenta: Buenos Aires.

- [1934] (2000) "Cuaderno 25" en Cuadernos de la Cárcel. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo de Valentino Gerratana. Ediciones Era: México.

-Kenbel, C. (2019) "Tecnologías como relaciones sociales: una conceptualización posible". Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. V. 15, N° 4, Edição Especial, Taubaté, SP, Brasil. Pps. 83-93.

-Oliver, L (2012) "Gramsci y los cambios políticos recientes en América Latina". Pps. 275-312 en Horizontes gramscianos. Estudios en torno al pensamiento de Antonio Gramsci de Modonesi, M (Coordinador). Editorial Autodeterminación: La Paz.

-Prebisch, R. (1949) El desarrollo económico de la América Latina y alguno de sus principales problemas. CEPAL, versión disponible en: https://repositorio.cepal.org/discover?query=prebisch

Material Audiovisual

Equipo Comunicación y Rurbanidad, UNRC, 2019. Documental: Nosotros Somos el Valor. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=XqQzech0K1o

Comunidades de conocimiento y usos críticos de la tecnología. Una propuesta de investigación interdisciplinaria

Comunidades de conhecimento e usos críticos da tecnologia. Uma proposta de pesquisa interdisciplinar.

Communities of knowledge and critical uses of technology. An interdisciplinary research proposal.

Adriana Marcela Moreno Acosta[16]

Esaú Salvador Bravo Luis[17]

Resumen: Se presentan avances del proyecto de investigación interdisciplinaria: "Comunidades emergentes de conocimiento y procesos de Investigación/creación audiovisual" (2019-2022) el cual se encuentra en su primera etapa de desarrollo en el estado de Coahuila, México. En el proyecto de investigación se propone activar dos comunidades de conocimiento: CEC y CEI, bajo la premisa de generar en colectivo sistemas de información en diversos formatos (textuales, visuales, sonoros, audiovisuales, cartográficos). Al tratarse de una investigación en la categoría de ciencia básica, este proyecto propone una necesaria meta-reflexión sobre el proceso mismo de hacer investigación, producir y gestionar conocimiento desde las universidades y desde comunidades no académicas, ligado a los usos críticos de la tecnología y con la intención de coordinar acciones que incidan en contextos específicos. Consideramos urgente establecer más puentes entre la academia y sus contextos, preguntarse acerca de la generación y gestión del conocimiento en comunidades académicas y no académicas con la intención de construir colectivamente espacios de pluralismo epistemológico.

Palabras Clave: Investigación Interdisciplinaria, sistemas de información, usos de la tecnología.

[16] Adriana Marcela Moreno Acosta. Catedrática-Investigadora, Universidad Autónoma de Coahuila-México. Doctora en Comunicación por la Universidad Nacional de la Plata, Argentina. E-mail: morenoadriana@uadec.edu.mx

[17] Esaú Salvador Bravo Luis. Catedrático-Investigador, Universidad Autónoma de Coahuila-México. Doctor en Comunicación por la Universidad Nacional de la Plata, Argentina. E-mail: esaubravo@uadec.edu.mx

Abstract: An interdisciplinary research proposal is presented, and the advances of the research project are shown: "Emerging communities of knowledge and processes of research / audiovisual creation" which is developed in the period 2019-2022.

Key words: interdisciplinary research, Information systems, Uses of technology.

Tema central y objetivos

Esta ponencia presenta avances de un proyecto de investigación en curso titulado: *"Comunidades emergentes de conocimiento y procesos de Investigación/creación audiovisual",* propuesta ganadora en México en la convocatoria de investigación Científica Básica del Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT), en la categoría de joven investigador que se desarrolla en el periodo 2019-2022. En este proyecto, un colectivo multidisciplinar conformado por investigadores y estudiantes de la Universidad Autónoma de Coahuila UAdeC, con el apoyo de otras universidades como la UNAM, la UACM y la UAAAN, constituimos una comunidad emergente de investigación (CEI) (nota cibercultur@ y González), la cual indaga sobre la generación de conocimiento y explora estrategias metodológicas que permitan tanto la construcción colectiva como la gestión de dicho conocimiento en comunidades no académicas. Al tratarse de una investigación en la categoría de *ciencia básica*, este proyecto propone una necesaria meta-reflexión epistemológica, sobre el proceso mismo de hacer investigación, producir y gestionar conocimiento desde las universidades y desde las comunidades no académicas, ligado a los usos críticos de la tecnología y con la intención de coordinar acciones que incidan en contextos específicos.

El objetivo de la ponencia será describir la propuesta de investigación y dar cuenta de los avances obtenidos hasta el momento en cuanto a la conformación de dos colectivos de trabajo: una comunidad emergente de investigación (CEI) integrada por académicos y una Comunidad Emergente de Conocimiento (CEC) integrada por habitantes de una comunidad rural en el estado de Coahuila, México, así como de la propuesta metodológica en curso para el trabajo con estudiantes de nivel preparatoria en este

ejido[18]; mediante el uso de dispositivos tecnológicos y la puesta en acción de diversas técnicas participativas desarrollamos procesos de producción de sistemas de información en formatos visuales, textuales y sonoros, lo que nos está permitiendo, establecer procesos y diálogos reflexivos acerca del territorio y la identidad. Uno de nuestros principales objetivos es tejer vínculos entre investigación, experimentación y aprendizaje en entornos colaborativos y autogestionados, impulsados por el uso crítico de dispositivos tecnológicos para que estas experiencias abonen a la generación de estrategias colectivas que atiendan problemáticas concretas, mismas que no fueron definidas previamente por los investigadores, sino que se identificaron a través del diálogo entre los sujetos que conforman las comunidades CEI y CEC.

En esta perspectiva de ecología de saberes (De Sousa Santos, 2009), los conocimientos, pero también las ignorancias de ambas comunidades se entrecruzan e interactúan, propiciando condiciones para desarrollar el trabajo interdisciplinario. En este caso, saberes provenientes de la comunicación, la educación, la sociología, la producción audiovisual, así como el cruce de tecnologías y saberes agrarios y digitales, son los elementos que permiten la construcción colectiva de los lugares desde donde los sujetos aportan para construir y gestionar conocimiento situado que sea susceptible de impulsar en esta comunidad rural, distintas iniciativas, para su propio desarrollo.

Caracterización del estudio y discusión teórica propuesta

Este proyecto se propone bajo un enfoque sistémico, que ubicamos en los cruces entre epistemología, investigación interdisciplinaria y comunicación. El abordaje teórico parte de enfoques holísticos sobre metodología de la investigación (Maass, Amozurrutia y González, 2015), (Galindo, 1998), (González, 1989) en los cuales la investigación es vista como un proceso dialógico, colectivo y relacional, no disociado del individuo y su entorno. Se entiende la interdisciplina no como la integración en los resultados de una investigación de diversas disciplinas, sino como un proceso que inicia con la delimitación de una problemática común y de unos consensos para su abordaje

[18] En la Ley Agraria mexicana, decretada en 1992 se ratifica la figura de tierras ejidales como propiedades rurales de uso colectivo, sin embargo, su historia se remonta a la revolución mexicana que inició en 1910.

(Garcia, 2006). El trabajo realizado desde Latinoamérica en torno a los procesos de comunicación participativa, popular y comunitaria es un referente indispensable en el entendido de que la apropiación de los medios de producción permite a los sujetos generar procesos reflexivos, fortalecer lazos de pertenencia con su comunidad y pensar colectivamente en posibilidades para la transformación de su entorno. Las humanidades digitales (Burdick, Drucker, Lunenfeld, Presner, & Schnapp, 2012) plantean que los procesos de conocer, enseñar y aprender se han transformado con los cambios que las tecnologías digitales están produciendo y que ello debe propiciar también revisión y transformación en muchos campos de la investigación humanística. Por otra parte, se considera este proyecto una oportunidad para abonar a la reflexión contemporánea acerca de las dimensiones contextual, social y cultural de la visualidad y los usos sociales críticos de dispositivos tecnológicos, por lo que son importantes enfoques teóricos como el de la epistemología política de la visualidad (Brea, 2005) para pensar en el papel de las tecnologías y los formatos visuales y audiovisuales en la generación de conocimiento. Materializado en la etapa tres del proyecto, pero con avances desde la etapa uno, se busca reflexionar también sobre los procesos narrativos *transmediáticos* como inflexiones actuales que nos invitan a pensar en otras formas de difundir y gestionar el conocimiento y de establecer diálogos expandidos.

Usos críticos de la tecnología

Consideramos que la capacidad transformadora que posee una tecnología determinada no radica en la tecnología *per se*, sino en el ensamblaje de posibilidades. En este sentido, apostamos por una integración tanto de las condiciones de acceso y uso, como de apropiación, para entender estos factores como catalizadores que activen -y mantengan- autotransformaciones de orden bio-psico-social (González, 2020, pág. 11). Este posicionamiento constructivista, entiende conocimiento como una acción transformadora sobre el mundo (González, 2020). De tal modo, proponemos que la visión instrumental y reduccionista del cierre de una supuesta "brecha digital", sea desbordada por entender que los usuarios de la tecnología son capaces de identificar y relacionar condiciones de sentido, contexto y conexión con su entorno inmediato en aras de mejorar su situación de vida. Así las cosas, la

lectura crítica que proponemos supera la cuantificación de sujetos que tienen acceso a una tecnología determinada, para desdoblar los pliegues que sujetan a las cifras de dispositivos con los patrones de navegación. Nuestra propuesta busca escenarios en los que la tecnología, sea un recurso para la emancipación de los procesos de conocimiento y no una ventana efímera de un supuesto progreso. En términos de Berardi (2017. pág. 11) coincidimos en que la tecnología es potencia, y al mismo tiempo *posibilidades*; por lo que debe entenderse "siempre en plural... [pues el sujeto que la apropia se enfrenta a] un jardín de senderos que se bifurcan...[invitándolo] a realizar una elección que se corresponda con su potencia". De tal modo, creemos que la noción de tecnología-potencia posee la capacidad de ayudarnos a desplegar acciones junto con los habitantes del ejido, que resignifiquen la gestión de sus propios conocimientos.

Comunidades de Conocimiento

Al tratarse de un proyecto financiado, la propuesta aprobada está dividida en tres etapas con duración de un año cada una; para cada etapa/año se establecieron tareas y productos comprometidos. La etapa uno, que es de la que aquí daremos cuenta, está centrada en la conformación de la CEI (Comunidad Emergente de Investigación) y el acercamiento a una comunidad no académica con la intención de facilitar que los participantes miembros de esta se activen como CEC (Comunidad Emergente de Conocimiento). Estos conceptos son retomados de la propuesta de investigación interdisciplinaria y Cibercultur@ de Maass, Amozurrutia y González (2015). Asumimos la construcción de estas comunidades de conocimiento como una estrategia indispensable para materializar nuestras intenciones de trabajo interdisciplinario, colaborativo y en red.

La ejecución del proyecto de investigación comenzó en octubre de 2019, aunque meses atrás, ya se había conformado el equipo de aproximadamente 10 personas entre investigadores y estudiantes y se habían llevado a cabo reuniones para establecer una planeación específica de actividades, así como para poner en marcha un espacio físico en la Facultad de Comunicación de la UAdeC, gestionado para el proyecto, que se denominó Lab I-CreA Laboratorio de Investigación-Creación Audiovisual. De manera colectiva y a partir de experiencias previas de investigación, se comienza una

indagación preliminar con los miembros del equipo CEI, sobre posibles comunidades con las que sería interesante colaborar; dos de los investigadores de la UAdeC proponen acercarse a un ejido de General Cepeda en el que se tuvo una experiencia previa a principios de 2019 por una tesis que abordó el estudio de la medicina tradicional. En este caso, identificamos que el vínculo más fuerte con la comunidad lo tenía un equipo de investigadores de la escuela de Historia, quienes desde hace varios años realizan en la zona, investigación sobre historia oral regional.

Metodología de abordaje

Entendiendo que los procesos de investigación participativos buscan construir estrategias de implicación para todos los involucrados, y que desde esta perspectiva para acercarse al campo es necesario hacer constantemente procesos autorreflexivos, se pusieron en marcha distintas estrategias que permitieran la activación previa del equipo de trabajo conformado por investigadores y estudiantes como una CEI. Se llevó a cabo un ejercicio de diagnóstico que permitió identificar fortalezas, debilidades y experiencias previas de investigación de todos los participantes, lo que nos posibilita pensar en colectivo, cómo hemos hecho y entendido la investigación hasta el momento. En otras reuniones, se revisaron lecturas básicas con la intención de fortalecer en el equipo una sintonía teórica y metodológica que permitiera llegar a acuerdos y protocolos para el desarrollo del proyecto, todo ello antes de la incursión en el campo.

En muchos casos, las experiencias negativas previas de las comunidades con proyectos y equipos de investigación hacen que muestren resistencias para dejarlos entrar a su territorio. Ante esta situación se acordó una primera conversación con uno de los líderes ejidales, en la que fue él mismo quien nos propuso trabajar con los estudiantes de la preparatoria, luego entenderíamos que existe una preocupación pues al parecer, los más jóvenes no están suficientemente comprometidos políticamente con la defensa de los derechos de la tierra y el agua, asuntos sustanciales en esta comunidad para preservar su forma de vida. Acordamos entonces, desarrollar con los jóvenes actividades relacionadas con la identidad y el territorio, así como elaborar junto con ellos, algunos videos sobre temas que decidiera la propia comunidad.

Metodológicamente, asumimos que comunicar es coordinar acciones, y en ese sentido, la comunicación es asumida también como una tecnología social que nos permite proponer para activar estos colectivos, estrategias participativas y de cibercultur@ (González, 2011), lo que implica desarrollar tres procesos fundamentales: estimulación, conectividad y consistencia los cuales están permanentemente interrelacionados para garantizar no solo la conformación sino la continuidad de estas comunidades CEI y CEC, entendidas como nodos de acción y conocimiento. La primera etapa del proyecto está planteada como un diagnóstico amplio que permita activar a las comunidades de conocimiento. Desarrollar las estrategias y el ambiente propicio para que esto suceda, ha sido uno de los desafíos metodológicos más importantes de este proyecto, pues implica estar atentos no sólo de cumplir con las actividades establecidas o elaborar los productos comprometidos, sino de cuidar y cultivar procesos internos, profundos y muy humanos, entre estas dos comunidades.

En octubre de 2019 comenzó el trabajo con estudiantes de preparatoria en el ejido de Jalpa. Junto con los maestros, se acordó que cederían al equipo, toda la jornada escolar un viernes de cada mes. En nuestras visitas y con la intención de generar estos primeros acercamientos que nos permitan conocernos y comprender mejor el contexto, a través de ejercicios lúdicos apoyados con el uso de las tecnologías electrónicas y analógicas disponibles, hemos propuesto a los jóvenes, ejercicios reflexivos de mapeo, cartografía, relatos biográficos, fotografía y video, orientados a observar, describir y reflexionar acerca del territorio y la identidad. Durante el proceso se hacen registros textuales, visuales, sonoros y/o audiovisuales, que junto con los materiales elaborados por los participantes se convierten en una bitácora, un repositorio y memoria del trabajo que vamos organizando bajo el concepto de *sistemas de información*. Al final de cada visita, todos los miembros de la CEI escribimos en un formato común un registro a manera de diario de campo, en el que cada uno describe las actividades realizadas, realiza anotaciones sobre lo que considera relevante y hace un recuento de los logros y las dificultades. Aunque partimos de una planeación semestral de actividades, revisar los materiales y experiencias permite en las reuniones de la CEI establecer un diálogo que nos proporciona valiosa información para reorientar si es necesario, la siguiente actividad. Generar sistemas de información

nos permite visualizar flujos organizados de un universo de datos (García, 2006) y los datos pueden ser de muchos tipos, por eso los sistemas también pueden construirse con distintos formatos (visuales, sonoros, gráficos, audiovisuales, transmedia). Organizar los datos en sistemas, nos permite comprender mejor los flujos de información para pensar en rutas posibles y por supuesto, en nuevas preguntas. En ese sentido, el sistema complejo que constituye el proyecto se va modelando a medida que el proyecto avanza y se nutre por los sistemas de información que vamos construyendo.

Primeros resultados, reflexiones y conclusiones

Los resultados y hallazgos dentro de esta primera etapa del proyecto que está planteada como un diagnóstico situacional amplio están enmarcados en la construcción de consensos y un lenguaje común entre los participantes de las dos comunidades de conocimiento, que da paso una primera reflexión en conjunto sobre las condiciones del entorno y el territorio, que nos permita, proponer para el segundo año, un proyecto productivo o iniciativa que incida positivamente en el desarrollo local.

El trabajo con los estudiantes de la preparatoria ha dado como resultado diversos materiales que nombramos a continuación y que nutren los sistemas de información en construcción, entre ellos están: una tesis de licenciatura en desarrollo rural que incluye un diagnóstico situacional, una serie de mapas elaborados por los estudiantes que permitieron la reflexión colectiva en sesiones de diálogo, una de las cuales incluyó caminar con los mapas para "redescubrir el territorio"; videos hechos por los estudiantes de la preparatoria resultado de un taller en el cual ellos decidieron tres temas/lugares representativos de su ejido: La Casa Grande, la Lechuguilla y la Iglesia. Además, formatos de reporte de trabajo de campo elaborados por los miembros del equipo una vez concluidas las visitas al ejido, así como fotografía y video de registro, hecha por los miembros del equipo de investigación con sus celulares; también se llevó a cabo registro de las actividades tipo "detrás de cámaras", con un dron y una cámara de acción. La edición de este material la hicieron estudiantes de la Licenciatura en Comunicación de la UAdeC y el video terminado se mostraba en la siguiente sesión a los estudiantes de la preparatoria, como una manera de recapitular el trabajo previo

(bitácora en construcción). El ejercicio de "verse" en el video fue muy interesante y estimulante para ellos.

Una de las apuestas de este proyecto es plantear que la investigación con comunidades es un proceso que también desde los entes financiadores debe entenderse como largo y complejo, en nuestro caso, el proyecto propone que el equipo de investigación colaborará para desarrollar junto con la comunidad un proyecto autogestionado, sin embargo, planteamos un año como el tiempo necesario para re-conocernos, conocer el contexto, conversar y llegar a acuerdos que nos permitan definir el proyecto específico que podríamos desarrollar en conjunto. Desde la perspectiva teórica y metodológica que proponemos, estos tiempos son indispensables y tenerlos es ya un logro, pues desde las instituciones se asume muchas veces que los investigadores llevan soluciones a las comunidades, que muchas veces son vistas como receptoras de "innovación y desarrollo" literalmente como objeto de estudio, sin valorar a los sujetos y su contexto, sin escucharlos ni tomarse el tiempo para construir juntos a partir del diálogo de saberes.

Es justamente en este sentido que cuestionamos la idea romántica del "cierre de brechas digitales" que no consideran la integración apropiación-transformación, y que se detienen en a la mitad de esta ecuación, pues como lo hemos mencionado antes, acceso-uso-apropiación y transformación deben actuar como elementos interdependientes e interdefinibles y no como entes separados. En este sentido, el vector tecnológico es un elemento que identificamos como imprescindible en la vida de los habitantes del ejido, pues aunque en el territorio hay carencia de servicios básicos y tampoco se cuenta con acceso residencial a Internet, sólo a través de comprar crédito a los teléfonos móviles, tanto jóvenes como adultos emplean dispositivos electrónicos interconectados a la web para la realización y gestión de diferentes tareas y actividades de su vida cotidiana así como para mostrar la vida en el ejido. La intención no es enseñarles a usar un dispositivo o a hacer lindas fotos y videos, lo que nos interesa es propiciar junto con ellos procesos de reflexividad creativa a partir de los usos que ya le dan a la tecnología.

> ...si una tecnología de información y comunicación no se asume como tecnología de conocimiento, se convier- te, con toda su

> potencia, en una tecnología de des-conocimiento, en tecnología de desvinculación, deso- rientación, desensibilización y aislamiento, fenómeno que nos vuelve presas fáciles para el mecanismo de esta sociedad consumista. (González, 2020, pág. 30).

Debido a las actuales condiciones de confinamiento obligatorio derivado de la situación de emergencia sanitaria a causa del COVID-19, el trabajo de campo *in situ* está detenido, sin embargo, los integrantes de la CEI y la CEC nos encontramos en la búsqueda de alternativas para generar y mantener el trabajo/intercambio a distancia, considerando que si bien los habitantes del ejido poseen dispositivos móviles con capacidad de interconexión a la red, la activación de procesos colaborativos mediados por tecnologías, aún no se dibuja con claridad. Hemos estado trabajando en la conformación de los sistemas de información y la escritura académica, sin embargo, es importante mencionar que estos procesos los valida la comunidad científica, pero desde nuestra perspectiva, en la intención de tener un ejercicio de devolución y retroalimentación constante de lo que se va construyendo, también la comunidad con la que trabajamos; en ese sentido, las condiciones actuales nos han impedido hacer una validación con ellos. Luego de la puesta en común de los materiales y resultados de esta primera etapa de diálogo y diagnóstico colectivo, decidiremos hacia dónde dirigir las acciones de ambas comunidades para generar y gestionar conocimiento en áreas que hasta ahora visualizamos que podrían estar relacionadas con género, medicina tradicional, usos del agua y/o comercialización de productos específicos.

Referencias

Brea, J, L. (ed). (2005). Estudios Visuales La epistemología de la visualidad en la era de la globalización. Madrid: Ediciones Akal S.A.

Burdick, A., Drucker, J., Lunenfeld, P., Presner, T., & Schnapp, J. (2012). *Digital Humanities.* MIT Press Books.

De Sousa Santos, B. (2009). Una Epistemología del sur: la reinvención del conocimiento y la emancipación social. México: Siglo XXI.

Galindo Cáceres, J. (1998). Técnicas de Investigación en Sociedad, Cultura y Comunicación. México: Pearson.

García. R. (2006) Sistemas Complejos. Barcelona: Gedisa.

González, J. A. (1989). Los Sistema de Comunicación Social (Ideas sueltas para ponerle un cascabel a un gato). Estudios

sobre las Culturas Contemporáneas , III(007), 271 - 288.

_____ (2011). "Desarrollo de cibercultur@ en proyectos de conocimiento: hacia una comunidad emergente de investigación" . Comunicação & Sociedade, Ano 32, n. 55, p. 5-33.

_____ (2020) Un pasito para atrás: Información, comunicación y conocimiento. Ponencia, en: Revista Intercambios. La letra del encuentro. Año 5, No. III. Maestría en Comunicación Digital Audiovisual y Maestría en Ciencias Sociales y Humanidades. Universidad Nacional de Quilmes. Bernal-Argentina.

Maass Moreno, M., Amozurrutia, J. A., & Gonzalez, J. A. (2015). Cibercultur@ e iniciación en la investigación interdisciplinaria. México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades.

A agenda de pesquisa em desenvolvimento regional: intersdisciplinaridade e multidisciplinaridade

The regional development research agenda: intersdisciplinarity and multidisciplinarity

Moacir José dos Santos[19]
Lourival da Cruz Galvão Junior[20]
Monica Franchi Carniello[21]

Resumo: O objetivo do presente artigo é identificar as interações entre o Desenvolvimento Regional e a Comunicação Social a partir da proposição de uma agenda de pesquisa relacionada a consolidação do campo de pesquisa dedicado à ciência regional. A abordagem do artigo é exploratória, qualitativa, com delineamento teórico. Os resultados indicam a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade como estruturantes de ambos os campos. A agenda de pesquisa em Desenvolvimento Regional como foco na ciência regional possibilita a superação da disciplinaridade subjacente à interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade presentes na atual configuração do campo de pesquisa.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Comunicação Social, Agenda de Pesquisa.

Abstract: The purpose of this article is to identify the interactions between Regional Development and Social Communication from the proposal of a research agenda related to the consolidation of the research field dedicated to regional science. The results indicate

[19] Moacir José dos Santos. Universidade de Taubaté/Centro Universitário Módulo, Doutor em História (UNESP), Brasil, professormoacirsantos@gmail.com.
[20] Lourival da Cruz Galvão Junior. Universidade de Taubaté/Centro Universitário Módulo, Doutor em Ciências da Comunicação (ECA/USP), Brasil, galvaojr@uol.com.br
[21] Monica Franchi Carniello. Universidade de Taubaté, Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC/SP), Brasil, monicafcarniello@gmail.com

interdisciplinarity and multidisciplinarity as structuring of both fields. The article's approach is exploratory, qualitative, with a theoretical outline. The research agenda in Regional Development as a focus on Regional Science makes it possible to overcome the disciplinarity underlying interdisciplinarity and multidisciplinarity present in the current configuration of the research field.

Keywords: Regional Development, Social Communication, Research Agenda.

Introdução

O campo de conhecimento pertinente ao Desenvolvimento Regional encontra-se em expansão e em consolidação, sendo que sua estruturação corresponde aos estímulos delineados com a elaboração de diagnósticos e propostas relacionadas à identificação dos fatores pertinentes à desigualdade territorial entre regiões e inter-regiões. As características desse campo do saber possibilitam situá-lo como área demarcada por contribuições multidisciplinares e interdisciplinares.

A investigação e a compreensão da dinâmica do Desenvolvimento Regional exigem a contribuição de diversas disciplinas e saberes, como Sociologia, História, Economia, Antropologia, Direito e Comunicação Social, sendo esta última essencial às demais áreas do conhecimento por estabelecer processos interacionais no âmbito social.

Assim sendo, o objetivo central deste artigo é o delinear de uma agenda de pesquisa interdisciplinar e multidisciplinar a partir da perspectiva de interação entre Desenvolvimento Regional e Comunicação Social com o objetivo de identificar as interações entre tais campos.

Há um percurso traçado por autores que se debruçaram na compreensão da Comunicação como um elemento estrutural e constituinte da sociedade contemporânea, portanto, relacionado aos processos de desenvolvimento. Schramm (1970); Melo (1976); Barranquero (2007); Heeks (2006; 2010); Servaes (2008); Gumucio-Dagron (2011); Herbelê (2012); Kleine (2013); Peruzzo (2015) são alguns dos autores que construíram a trajetória do que passou a ser denominado como C4D, sigla para designar Communications for Development.

A metodologia subjacente à pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa, com delineamento

bibliográfico e consiste no exame dos aportes teóricos pertinentes à estruturação das pesquisas relacionadas ao campo do Desenvolvimento Regional e suas intersecções com a Comunicação Social.

A abordagem se justifica na constatação de Heeks (2006) de que houve uma explosão de trabalhos com foco de tecnologias de informação e comunicação para desenvolvimento com um viés para a ação, não um viés para o conhecimento, com priorização de abordagens mais descritivas e menos analíticas. Há, portanto, uma necessidade de uma abordagem reflexiva, quiçá epistemológica, para se delimitar o campo e escopo dessa linha de pesquisa, com a qual este artigo pretende contribuir.

Desenvolvimento Regional como Ciência Regional

O campo do Desenvolvimento Regional resulta do entrelaçamento interdisciplinar e multidisciplinar para o exame das condições que definem as trajetórias dos territórios. O tempo e o espaço conformam os limites e as potencialidades correlatas às especificidades de cada região. Etges (2017) evidencia a necessidade de se pensar o território como uma dimensão de análise para a compreensão da dinâmica e desenvolvimento das sociedades.

Entende-se a interdisciplinaridade como a abordagem pautada na porosidade epistemológica entre campos do conhecimento, na busca de responder "a problemas gerados pelo próprio avanço da ciência moderna disciplinar, quando esta de caracteriza como fragmentadora e simplificadora do real" (Alvarenga et al, 2011, p.21). Já a multidisciplinaridade resulta de perspectivas disciplinares que, associadas, possibilitam a mensuração das condições multidimensionais pertinentes as trajetórias do Desenvolvimento Regional.

Campo de conhecimento em processo de consolidação, o Desenvolvimento Regional enfrenta o desafio de potencializar abordagens interdisciplinares e multidisciplinares subjacentes à sua constituição. Raynaut (2011, p.84) destaca a totalidade do mundo real, "feito de interações múltiplas e complexas entre os muitos elementos que o compõem, não conhecendo ou admitindo fronteiros estanques". Tal abordagem sugere a consideração de sua consolidação como ciência regional, dotada de epistemologia própria. O reconhecimento do patamar de ciência regional relaciona-se ao reconhecimento dos atributos próprios de

uma área de conhecimento com uma dinâmica particular, ainda que derivada de outros campos do saber. Posto que, embora derivada de debates interdisciplinares e multidisciplinares, o Desenvolvimento Regional reúne elementos que distinguem, especialmente, por considerar o território enquanto unidade de análise. Retoma-se a abordagem de Etges (2017) ao propor a visão de território enquanto categoria de análise dos processos de desenvolvimento.

Para a investigação há oportunidades de consolidação do Desenvolvimento Regional enquanto ciência regional presentes na convergência com outras áreas do saber, o que favorece a incorporação das respectivas premissas sob a perspectiva territorial e os desdobramentos daí decorrentes. Ao associar saberes disciplinares, seja pela ótica da interdisciplinaridade ou da multidisciplinaridade, o Desenvolvimento Regional transforma essas contribuições, pois provoca o desenraizamento da perspectiva original, operação necessária à efetividade do aporte teórico, metodológico e analítico.

Entretanto, tal processo não é imediato. Nota-se que o percurso de consolidação do Desenvolvimento Regional é inerente ao reconhecimento dessa transição, do desenraizar da disciplinaridade, passando pela interdisciplinaridade e multidisciplinaridade até ao enraizamento em um novo campo de saber, ancorado na particularidade do seu objeto central e, portanto, de ciência regional com base no território.

> A ampliação dos programas de pesquisa dedicados à investigação das questões regionais e os efeitos e desafios da globalização quanto à conexão de cada território à divisão internacional do trabalho incidem para a multiplicação de iniciativas que identificam o desenvolvimento territorial como o suporte de uma possível ciência regional decorrente da consolidação do campo do Desenvolvimento Regional. Sob essa perspectiva percebe-se que a maturidade dos debates relacionados ao Desenvolvimento Regional o conduz a transmutação em ciência regional, cuja materialidade implica no reconhecimento do território como suporte da sua epistemologia. No Brasil, há 49 programas e 71 cursos relacionadas à área de Planejamento Urbano e Regional / Demografia, na qual se situa grande parte dos programas stricto senso dedicados à ciência regional. Vale ressaltar que também há curso dedicados ao tema alocados na área Interdisciplinar (Capes, 2020).

A efetivação de uma ciência regional depende de três premissas: coerência epistemológica; interlocução entre

pesquisadores com formação disciplinar anterior à consolidação da ciência regional; e densidade metodológica. As três premissas compreendem as estruturas fundamentais à constituição de um campo de conhecimento dotado de dinâmica interna apta a pautar o diálogo interdisciplinar e multidisciplinar sem, todavia, depender de tais aportes para subsistir, pois com condições para produzir seu amadurecimento teórico e metodológico. Destarte, uma ciência regional sólida provoca o debate sobre o desenvolvimento, delineando os termos para apropriação do tempo e do espaço sob as suas demandas, em diálogo com outros campos da ciência, como Geografia, História e Comunicação Social.

O adensamento resultante das premissas correspondentes à consolidação do campo do Desenvolvimento Regional responde ao desafio estrutural que acompanha a possibilidade de uma ciência regional: o deslocamento temporal e geográfico das crises do capital, conforme observa Harvey (2005). Tal condição, estrutural e estruturante da trajetória do capitalismo e da dinâmica subjacente à divisão internacional do trabalho impele a busca por novas formas de investigação, o que sugere a compreensão dos efeitos deste processo sobre os territórios em sua complexa constituição. A globalização, assentada na desregulamentação dos marcos legais de controle do capital internacional, viabilizada com o aprimoramento da eficácia e eficiência das tecnologias da comunicação e associada à submissão dos estados nacionais ao poder do capital transnacional, impacta os territórios em sua constituição e inserção na divisão internacional do trabalho.

Neste cenário, faz-se necessário problematizar as condições de cada território em sua materialidade, cuja concretude responde a condições endógenas e exógenas. As transformações impulsionadas com a globalização somente podem ser compreendidas quanto às consequências com a renovação do aparato metodológico e conceitual necessário à efetividade das investigações relacionadas ao Desenvolvimento Regional, especialmente sob a perspectiva territorial. Evidentemente, o saber elaborado nas ciências sociais está presente no processo de renovação das ciências sociais, mas em novos aportes teóricos e metodológicos, pois as mudanças desencadeadas com a globalização implicam na consecução de formas diversas de pesquisa quanto ao delineamento dos

objetos de estudo, sua problematização e compreensão.

Tais transformações são necessárias quanto ao viabilizar de uma dimensão fundamental e que justifica o investimento da sociedade em ciência, possibilitando o planejamento e a efetivação de política públicas eficientes à promoção do bem-estar social. Para subsidiar o manejo eficiente das políticas públicas faz-se necessária a promoção de categorias analíticas vitais para pensar metodologicamente investigações correlacionadas à compreensão dos efeitos territoriais da globalização e as formas de responder efetivamente a essas consequências com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e econômico sustentável. Importante a perspectiva escalar do território ser considerada para a compreensão das dinâmicas territoriais, como aborda Brandão (2003).

Porém, a consolidação do campo do Desenvolvimento Regional enquanto campo de pesquisa, quiçá sua trajetória para uma ciência regional, depende de um percurso que corresponda ao alcance desta condição; por isso a pertinência de uma agenda de pesquisa para o Desenvolvimento Regional. O contexto delineado com a globalização requer a delimitação dos termos pertinentes à agenda de pesquisa do Desenvolvimento Regional.

Um dos primeiros procedimentos para a agenda de pesquisa em Desenvolvimento Regional é o estabelecimento do diálogo institucional entre os programas de pesquisa dedicados a essa temática em torno da estruturação do campo de pesquisa. Trata-se de superar a formação de parcerias com o propósito de se investigar objetos e temas em si, o que também é necessário, com a expectativa de se produzir parâmetros para a estruturação do campo de pesquisa sob a perspectiva epistemológica, associativa e metodológica dos investigadores do Desenvolvimento Regional, especialmente sob a perspectiva territorial. Tal condição pode favorecer o alcance das condições necessárias para uma ciência regional, além da obtenção de avanços delineados apenas em relação aos objetos de pesquisa.

A perspectiva comparativa pode ser um elemento de coesão de uma ciência regional. A diversidade de experiências e possibilidades presentes em cada território desafia a caracterização do marco central de uma ciência regional e, por isso, a premência da definição do território e de seus transbordamentos como inerentes ao campo

de conhecimento, cuja compreensão decorre da perspectiva comparativa analítica, e não descritiva. A adoção da perspectiva comparativa implica, além do reconhecimento das similaridades e distinções, a adoção de um eixo estruturante do campo epistemológico dos debates, da metodologia e das investigações.

Deste modo, a incorporação de objetos e temas resultantes dos efeitos da globalização sobre os territórios poderia ser efetivada em eixo diverso do contemporâneo. Até o momento, as investigações realizadas em relação ao Desenvolvimento Regional têm sua estruturação amparada nas possibilidades decorrentes da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade fortemente delineadas na formação disciplinar dos pesquisadores. A constituição de uma ciência regional potencializaria a inversão deste quadro. A interdisciplinaridade e multidisciplinaridade decorreriam da perspectiva da ciência regional ancorada na sua epistemologia, metodologia e corpo de pesquisadores, superando as limitações das abordagens delineadas exclusivamente a partir do tema regional.

A obtenção da coesão epistemológica e metodológica contribuiria para o amadurecimento do campo de pesquisa a partir de seu próprio corpus teórico. Piacenti e Lima (2012) contribuem com o debate ao debater métodos de análise regional, o que contribui para a definição de uma agenda de pesquisa ancorada em princípios pertinentes ao fortalecimento do campo de pesquisa. Para tanto, têm-se como horizonte a aproximação institucional e acadêmica entre os programas de pesquisa dedicados ao Desenvolvimento Regional. Esse processo pode produzir as condições adequadas à complementaridade das investigações conduzidas em prol de uma trajetória de fortalecimento do campo de pesquisa com a potencialização das abordagens que tem o território como unidade de análise comum.

A intensificação da proximidade institucional e acadêmica entre os programas de pesquisa potencializa a definição de temas e objetos de pesquisa a partir do território e dos aspectos específicos ao campo do Desenvolvimento Regional, inclusive com a identificação dos mecanismos relacionados aos bloqueios e aos processos de desenvolvimento social e econômico sustentável.

Algumas condições podem contribuir para esse avanço em direção a uma ciência regional e ao fortalecimento de uma agenda

de pesquisa subjacente. Entre as condições delineadas está a expansão do intercâmbio de experiências, conhecimentos e pesquisadores para a dinamização da perspectiva comparativa. O diálogo entre pesquisadores de forma mais focada e voltada a uma agenda de pesquisa pode contribuir para a intensificação do campo da coesão do campo de pesquisa. Assim é possível avançar mediante a elaboração de programas de pesquisa compartilhados e institucionalizados para gerar uma trajetória de pesquisa sustentável ao longo do tempo, pois o horizonte de uma agenda de pesquisa correspondente a efetivação de uma ciência regional é um compromisso de longa duração.

Abordagens de pesquisa entre comunicação e desenvolvimento regional

A Comunicação Social tem papel relevante na discussão realizada acerca do estabelecimento de uma agenda de pesquisa relacionada a consecução de uma ciência regional, conforme evidenciado por Melo (2006). Inserida na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, a Comunicação Social delineou seu campo de conhecimento mediante o diálogo interdisciplinar e multidisciplinar com a Sociologia, Antropologia, História, Economia e demais campos do saber. Nesse processo, a Comunicação Social afirmou-se como campo de saber dotado de uma dinâmica interna que possibilita a realização de investigações a partir de uma ótica própria, em um contexto em que as relações mediadas são potencializadas pelo protagonismo das tecnologias da informação e comunicação, o que alicerça uma agenda de pesquisa específica.

A contribuição da Comunicação Social para uma agenda de pesquisa no campo de Desenvolvimento Regional relaciona-se à compreensão dos fluxos de comunicação para o ensejar de processos de desenvolvimento social e econômico sustentáveis, com ênfase na superação de uma perspectiva meramente instrumental. Panos London (2007) alerta para a necessidade de incorporar a comunicação nos projetos de desenvolvimento para além da função de assessoria de imprensa.

Denota-se que o espectro de investigação situado na comunicação para o desenvolvimento delineia-se com o questionamento da sua percepção como difusora de informação qualificada, tal qual se apresenta a abordagem de Schramm

(1970). Esse limite está presente nas avaliações do passado acerca das relações entre comunicação e desenvolvimento. Superar tal percepção é fundamental à compreensão de como os processos de comunicação, especialmente os das últimas décadas, modulam de forma significativa as estruturas sociais e econômicas contemporâneas, com efeitos quanto a conformação dos territórios e a sua dinâmica interna.

O limite a ser transposto na relação da Comunicação Social com o Desenvolvimento Regional concerne a deslocar a problematização dos processos de desenvolvimento da perspectiva disciplinar para aquele da ciência regional, entendendo-a como um dos elementos constitutivos do território, que se correlacionam à sua conformação (Moreira, 2009; Adams, 2011; Adams, 2018).

A Comunicação Social e sua inserção efetiva no campo do Desenvolvimento Regional tem como vetor os efeitos da globalização, cujos resultados no território delineiam os limites do desenvolvimento social e econômico sustentável, sendo que a compreensão efetiva depende da conformação de uma ciência regional.

Neste sentido, a agenda de pesquisa pertinente as abordagens entre Comunicação Social e Desenvolvimento Regional pode se assentar na investigação dos elementos estruturantes das condições locais e regionais. Processos políticos relacionados a implantação e mensuração de políticas públicas, comunicação governamental e participação política local e regional, governança regional e capital social, políticas de desenvolvimento sustentável e participação social são exemplos de objetos de investigação relacionados a processos de comunicação não restritos a uma visão instrumental e fractal da Comunicação Social, especialmente por exigirem que sua investigação adequada extrapole as restrições de uma abordagem funcionalista ou difusionista (Carniello & Santos, 2013).

Os limites das possibilidades de uma agenda de pesquisa em comunicação para o desenvolvimento, correspondem, de certo modo, à abrangência do campo do desenvolvimento regional. Trata-se de compreender como os processos de comunicação contribuem para a modular as estruturas de gestão e governança regional, bem como as condições de participação, restrição ou bloqueio ao envolvimento social

no delinear das trajetórias de desenvolvimento regional.

As condições de acesso a comunicação e suas repercussões delineiam as relações sociais e definem como os processos de desenvolvimento repercutem no território. A proposição de uma agenda de pesquisa em Comunicação para o Desenvolvimento decorre da posição central da área nas relações econômicas, sociais e políticas contemporâneas. A compreensão do tempo e do espaço resultante do impacto das tecnologias digitais consolidou a Comunicação Social como o elo de elaboração e repercussão das relações socais produtoras e reprodutoras das sociedades atuais.

Considerações finais

As reflexões apresentadas indicam a complexidade do objeto da investigação. As intersecções entre os campos são condicionadas por fatores econômicos, políticos e históricos presentes nos elementos endógenos e exógenos relacionados à trajetória de cada região. Por causa disso, há necessidade de articular os fluxos de comunicação a políticas públicas que considerem as condições presentes no território constituído a partir da trajetória de Desenvolvimento Regional.

Conclui-se que a Comunicação Social tem o potencial de contribuir para e com o Desenvolvimento Regional mediante à efetividade de políticas públicas e a organização de fluxos de comunicação aptos a constituírem espaços de debate e diálogo entre os atores sociais. Porém, tal potencial somente pode se concretizar mediante a continuidade e aprimoramento de políticas públicas com vistas a articular os elementos endógenos e exógenos associados às trajetórias de Desenvolvimento Regional.

Referencias

Adams, P. C. (2011). A taxonomy for communication geography. Progress in Human Geography, 35(1), 37-57. DOI: 10.1177/0309132510368451

Adams, P. C. (2018). Geographies of Media and Communication II: Arcs of Communication. Progress in Human Geography. Vol 42, Issue 4. DOI: https://doi.org/10.1177/0309132517702992

Alvarenga et al. (2011). Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodologicos da interdisciplinaridade. In: Phillipi Junior, A. & Silva Neto, A. (2011).

Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Barueri, SP: Manole.

Barranquero, A. (2007). Conceptos, instrumentos, desafíos de la educomunicación para el cambio social. Revista Científica de Comunicación y Educación; v. 15, n. 29, p. 115-120, 2007.

Capes (2020). Plataforma sucupira. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.jsf Acesso em: 27 set. 2020.

Carniello, M., & Santos, M. (2013). Comunicação e desenvolvimento regional. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 9(2). Recuperado de https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1032/341

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, p. 47-55, set. 2017. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11050>. Acesso em: 28 ago. 2020. doi:https://doi.org/10.17058/redes.v10i3.11050.

Harvey, D. (2005). A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume.

GUMUCIO-DAGRON, A. (2011) Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo. Signo y Pensamiento, Bogotá, v. 30, n. 58, p. 26-39, jan./jun.

HEEKS, R. (2010) Do information and communication technologies (ICTs) contribute to development? Journal of International Development, 22(5), 625640. Disponível em: http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jid.1716/abstract Acesso em: 18 maio 2020.

HEEKS, R. (2006). Theorizing ICT4D Research. The Massachusetts Institute of Technology Information Technologies and International Development. Volume 3, Number 3, Spring 1–4.

Heberlê, A. L. O. (2012) A pesquisa em comunicação para o desenvolvimento no Brasil. In: Heberlê, A. L. O.; Cosenza, B. C.; Soares, F. B. (Orgs.). (2012) Comunicação para o desenvolvimento. Brasília, DF: Embrapa, p. 55-68

KLEINE, D. (2013) Technologies of Choice? ICTs, development, and the capabilities approach. Cambridge/ London: MIT Press.

Melo, J.M. de (Org.). (1976) Comunicação e modernização das sociedades tradicionais: a teoria de Lerner e sua aplicabilidade ao Brasil. In: Melo, J.M. de Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação. Petrópolis: Vozes. p. 20-35.

Melo, J. M. de (2006). Comunicação e desenvolvimento: por um conceito midiático de região. In: Marques de Melo, José; Sousa, Cidoval Morais de; Gobbi, Maria Cristina (Orgs.). Regionalização midiática: estudos sobre comunicação e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Sotese. p. 13-35.

Moreira, S. V. (2009). Sobre a invisibilidade da Geografia na Comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. Anais eletrônicos... São Paulo: Intercom.

Panos London (2007). The case for communication in sustainable development. London, Panos London.

Peruzzo, C.M.K. (2015). Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região. de Borborema (PB-Brasil). Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo, v. 37, n.2, p. 183-208, maio/ago. 2015

Piacenti, C. A & Lima, J. F. de (2012). Métodos de análise regional. Disponível em: http://portalpos.unioeste.br/media/File/roseli.lotte/Analise_Regional.pdf Acesso em: 27 set. 2020.

Raynaut, C. (2011). Interdisciplinardade: mundo contemporêneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: Phillipi Junior, A. & Silva Neto, A. (2011). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. Barueri, SP: Manole.

Schramm, W. (1970) Comunicação de massa e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Bloch.

Servaes, J. (2007). Communication for Development and Social Change. New Delhi: SAGE.

Big Data como síntesis de la convergencia y la concentración de mercado. La regulación su gran desafío

Big Data como síntese de convergência e concentração de mercado. Regulação como um desafio

Big Data as a synthesis of market convergence and concentration. Regulation and challenge

Gustavo Buquet[22]
Federico Beltramelli[23]
Eduardo Alonso[24]

Resumen: En este artículo se presentan algunos desafíos que atraen los procesos de obtención y manejo de datos para países tomadores de tecnología y con regulaciones parciales. Se exploran algunos modelos de negocio a escala global y regional y se realiza una aproximación sobre los impactos de esta industria en términos económicos, regulatorios y políticos para las democracias en general y particularmente para las democracias latinoamericanas.

Palabras claves: Big data, democracia, regulaciones.

Abstract: This article presents some challenges that attract the processes of obtaining and managing data for countries that take technology and with partial regulations. Some business models are explored on a global and regional scale and an approximation is made on the impacts of this industry in economic, regulatory, and political terms for democracies in general and particularly for Latin American democracies.

Key words: Big data, democracy, regulations

[22] Investigador de la FIC-Udelar, Uruguay, gustavo.buquet@fic.edu.uy
[23] Investigador de la FIC-Udelar, Uruguay, federico.beltramelli@fic.edu.uy
[24] Investigador de la FIC-Udelar, Uruguay, eduardo.alonso@fic.edu.uy

Introducción: El origen de los monopolios y las leyes antitrust en EE.UU.

En 1820, en plena revolución industrial, Estados Unidos se convirtió en el mayor innovador del mundo y uno de sus principales poderes económicos durante la "Edad Dorada" del capitalismo.

A fines de siglo XIX, unas pocas corporaciones dominaban gran parte del devenir económico, social y político de los EE.UU. Estas eran la Standard Oil, que llegó a ser la petrolera más grande a escala mundial, y su principal accionista, John D. Rockefeller, el hombre más rico del mundo; el Chase National Bank, fundado en 1877 y que en 1930 llegó a ser el Banco más grande del mundo.

Entre este puñado de grandes empresas se encontraban también la American Can, Continental Tobacco, General Chemical, Internacional Harvester, National Biscuit, Union Bag and Paper, U.S. Steel, corporaciones que representaban una gran parte del PIB de los EE.UU. (Carey, 2008).

Las grandes empresas también crearon una clase de gente fabulosamente rica. Para 1900, el 10 % de la población controlaba el 80% por ciento de la riqueza, mientras que millones vivían en la pobreza (Piketty, 2014).

El control de los monopolios fue la única manera que los gobiernos federales de los EE. UU limitaran estos niveles de concentración de riqueza, y poder. La Ley Sherman Antitrust (en inglés, Sherman Antitrust Act) de 1890, fue la primera medida, pero dicho proceso fue continuado y fortalecido por los presidentes Theodore Roosevelt y Woodrow Wilson. El papel del gobierno federal como regulador quedó fortalecido (Villegas Cayón, 2015).

El Presiente Wilson creó la Comisión Federal de Comercio (FTC, por sus siglas en inglés) en 1914 primera agencia independiente del gobierno de los EE.UU. para aplicar las leyes antitrust. Es importante a los efectos del tema aquí tratado que, en ese mismo sentido, en el año 1934 se creó también como agencia independiente la Comisión Federal de Comunicaciones (FCC, por sus siglas en inglés). Estas dos agencias, y en general el sistema de defensa de la competencia se fueron fortaleciendo hasta la década de los años 70. A partir de allí, y producto del comienzo de la implementación en la práctica de la teoría económica neoliberal, comenzó a desmantelarse la regulación anticoncentración en EE.UU. primero, y

posteriormente a escala global (Miguel, 2007).

La concentración de los grupos mediáticos clásicos

A modo de síntesis, y vinculado a los medios de comunicación, en 1993 la FCC eliminó las normas conocidas como *Financial Interest and Syndication Rules*, que impedían la integración vertical entre los estudios de Hollywood y las cadenas de televisión. A partir de ese año la Corporación Disney compró la cadena de televisión ABC, los estudios Paramount compraron la CBS, Universal compró la NBC; a su vez, las mismas medidas liberalizadoras permitieron que los estudios Fox se hicieran con la cuarta cadena (Buquet, 2004).

Pero la flexibilización para la concentración empresarial, en general, pero en particular la de comunicaciones no terminó allí. La FCC que en 1984 había provocado la ruptura de AT&T en 22 empresas distintas, las conocidas como las *baby Bell*, en 2006 dio luz verde para que se volviera a unificar como AT&T con las 10 más grandes de ellas. En 2018, la FCC permitió también la fusión del grupo mediático Warner con AT&T. Comcast, el más grande operador de cable de los EE.UU. pero también de telecomunicaciones, adquiere al grupo NBC Universal. Disney, Comcast, y Viacom se encuentran hoy entre las 50 empresas más grandes del mundo (Segovia Alonso, 2005).

La liberalización, o flexibilización de las reglas que impedían la concentración de las empresas, permitió niveles de concentración mediáticos nunca antes imaginados. Ya no solo se permitió la integración vertical entre los grandes estudios y las grandes cadenas de televisión, sino que entre los ya consolidados grupos mediáticos de EE.UU. con las más grandes empresas de telecomunicaciones, un claro ejemplo de ello fue la autorización por parte de la Corte de Apelaciones de los EE.UU. de la fusión de AT&T con el Grupo Time-Warner[25].

La concentración de las tecnológicas y la legislación antimonopolio en el siglo XXI

Si volviéramos a contar la historia de fines de siglo XIX, poca diferencia tendría con la conformación de los grandes monopolios tecnológicos al inicio del siglo XXI y su poder

[25] https://www.nytimes.com/2019/02/26/business/media/att-time-warner-appeal.html

de influencia a nivel económico, político y social.

De las 10 empresas más grandes del mundo, 7 son tecnológicas, 5 norteamericanas, y dos chinas. Las 5 norteamericanas representan el 22% del total del valor de las 100 empresas más grandes del mundo, las dos empresas chinas, por su parte, representan el 4%. Por su puesto, que los dueños de estas empresas están entre las 10 personas más ricas del mundo[26].

Y si hablamos de concentración, también se puede hablar de pobreza. No sólo los niveles de concertación que existente en el mundo son tan altos como los que existían previo a la legislación antimonopolio de los EE.UU., sino que los niveles de concentración de la riqueza también. El 10% de la población mundial posee el 82% de la riqueza (Credit Swiss, 2020). Si se presta atención, el nivel de concentración de la riqueza es el mismo que en los albores del siglo XX. El año 1970, en pleno sistema de bienestar, con mayores tasas impositivas a las ganancias y el patrimonio de las empresas, y con el funcionamiento de las medidas anti-concentración, tanto en Europa como en EE.UU. el 10% de la población poseía el 60% de la riqueza, 22 puntos menos que en el 2020 (Piketty, 2014).

Hoy existe la legislación antimonopolio, pero, por una parte, la desregularización la ha hecho más permisiva, y por otra, las herramientas que tiene para analizar el nuevo tipo de empresas, los mercados y la competencia han quedado obsoletas. La regulación actual no ha permitido generar argumentos que impidan fusiones de empresas que décadas atrás hubieran sido violatorias de cualquier regla básica de concentración (Petros y Leighton, 2019).

Peor aún, las regulaciones y las decisiones de los organismos reguladores siguen siendo nacionales cuando en realidad las empresas, sus características, y las formas cómo sortean las normativas contra las prácticas anticompetitivas son globales. Este es el otro desafío regulatorio del siglo XXI (Rioux, M.; Verdugo Ulloa, F., 2017).

En el siglo XXI, la Comisión Federal de Comercio de los EE.UU. (FTC), y la División Antimonopolio del Departamento de Justicia (DOJ), las agencias vinculadas a la competencia en el Reino Unido, y la Dirección de la Competencia de la Comisión Europea (además del resto de agencias vinculadas a la competencia y defensa de los derechos del

[26] https://www.forbes.com/global2000/#38c08aeb335d

consumidor a escala mundial), han permitido la absorción de empresas como WhatsApp e Instagram y otras 80 empresas por parte de Facebook; o YouTube o Waze y sus más de 200 adquisiciones de empresas en diferentes mercados por parte de Alphabet, o el propio ingreso con Android al mercado de sistemas operativos de telefonía celular que tiene esta misma corporación (EC, 2019).

Sin embargo, directivos de estas propias agencias gubernamentales, y también académicos han manifestado que el instrumental de análisis que han utilizado para permitir estas fusiones y o absorciones está totalmente perimido.

En 2019, la FTC, así como la DOJ, comenzaron a preocuparse por las prácticas anticompetitivas de las grandes tecnológicas, para determinar si las plataformas digitales detentan poder de mercado e incurren en prácticas que reducen la competencia, impiden la innovación, o perjudican a los consumidores. Por su parte, el Comité Judicial de la Cámara de Representantes, comenzó una indagación sobre el poder de mercado de las plataformas digitales (Komissaro, 2020).

También en esta línea se ha unido la Secretaría Estratégica de Negocios, Energía e Industria (BEIS) del Reino Unido, que plantea directamente que el mercado relevante hasta ahora no ha sido correctamente analizado, ya que la información generada por estas empresas desde que se permitieron esas importantes fusiones pone de manifiesto que el mercado relevante se define a través de la adquisición de datos. Según dice dicho informe, estos son utilizados para generar varias prácticas anticompetitivas, como desplazar a potenciales entrantes, concentrar el mercado publicitario, promover la compra de sus propios productos, y por último la concentración empresarial ha impedido el crecimiento de un entorno innovador (BEIS, 2019). Estas nuevas definiciones son relevantes, es reconocido por las agencias de la competencia que el Big Data es importante para determinar los mercados relevantes, aunque todavía no se han impedido fusiones bajo dichos fundamentos.

Sin embargo, la Comisión Europea ha tomado algunas decisiones importantes. Ha habido tres sentencias relevantes. La primera en 2017. En ella demuestra que el buscador de Google favorece sus servicios de compras por internet en desmedro de sus competidores. Esta sentencia le impuso a Google una multa de 2.700 millones de USD. La segunda fue en 2018. El organismo

europeo impuso la sanción tras una investigación de tres años en la que demostró que la tecnológica estadunidense utilizó los dispositivos móviles con el sistema operativo Android para fortalecer su buscador y posicionarlo en todo el mundo. La multa impuesta en este caso fue de 5.000 millones de USD. La tercera en 2019, por haber incurrido en prácticas abusivas en la forma en que negociaba anuncios en línea para otros sitios web como periódicos, blogs y agregadores de viajes. Esta última multa fue de 1.700 millones de dólares[27].

Pero estas empresas no solo generan problemas en torno al marco competitivo. También están denunciadas por imponer cláusulas abusivas a los consumidores. Justamente las cláusulas abusivas apuntan a extraer y apropiarse de la mayor cantidad posible de datos. Los datos extraídos a los usuarios de estas plataformas no reparan en la intimidad de las personas, no son transparentes en su uso, ni dan cuenta del destino de dichos datos. Justamente, el almacenamiento, procesamiento y análisis de dichos datos es el valor agregado que genera el Big Data a las plataformas digitales (Tabarrini, 2019).

También relativo a la privacidad de los usuarios, la FTC de los EE.UU. multó con 5.000 millones de dólares a Facebook en el año 2019. El fundamento de la Comisión Federal de Comercio fue que "a pesar de las repetidas promesas a sus miles de millones de usuarios en todo el mundo de que podrían controlar cómo se comparte su información personal, Facebook socavó las opciones de los consumidores"[28]. Por su parte, la Information Comission Officer´s del Reino Unido (ICO) impuso una multa de 500 millones de libras a la misma compañía. Según la ICO

> la investigación descubrió que entre 2007 y 2014, Facebook procesó la información personal de los usuarios de manera injusta al permitir a los desarrolladores de aplicaciones acceder a su información sin un consentimiento suficientemente claro e informado (...) Estas fallas significaron finalmente que la empresa GSR recopilara datos de hasta 87 millones de personas sin su conocimiento. Posteriormente, un subconjunto de estos datos se compartió con otras organizaciones, incluido SCL Group, la empresa matriz de Cambridge Analytica que participó en campañas políticas en los EE. UU.[29]

[27] https://www.wired.com/story/eu-hits-google-third-billion-dollar-fine-so-what/
[28] https://www.ftc.gov/news-events/press-releases/2019/07/ftc-imposes-5-billion-penalty-sweeping-new-privacy-restrictions
[29] https://ico.org.uk/about-the-ico/news-and-events/news-and-blogs/2018/10/facebook-issued-with-maximum-500-000-fine/

La reciente decisión del Bundeskartellamt alemán de prohibir que Facebook combine datos de usuarios de diferentes fuentes, ha subrayado el impacto potencial de la concentración de datos extraídos al consumidor en sus resultados económicos, así como han planteado la necesidad de que las empresas examinen mejor cómo se utiliza y recopila dicha información (EC, 2019). Ambos abusos, los que generan prácticas monopólicas están relacionados con aquellos que imponen cláusulas abusivas a los usuarios. Sin estos últimos, no contarían con el Big Data y ni podrían generar los algoritmos para generar su dominio en el mercado.

También en este sentido ha habido otros avances específicos de la UE, como el nuevo Reglamento General de Protección de Datos Personales (2016/679-RGPD) del Parlamento Europeo y del Consejo, que regula el tratamiento que realizan personas, empresas u organizaciones de los datos personales relacionados con personas en la Unión Europea (UE)[30]. En este sentido, "Facebook, Google y Twitter aceptaron cambiar sus términos de servicio para que sean amigables con el cliente y cumplan con nueva normativa de la UE"[31].

Por otra parte, un problema reciente fue la decisión del Tribunal de Justicia de la UE, que terminó invalidando la decisión 2016/1250 sobre la adecuación de la normativa denominada Escudo de protección de datos UE-EE. UU (*Schrems II decision)*. Esta medida anula el acuerdo por el cuál las empresas tecnológicas norteamericanas, podían transferir datos de ciudadanos de la UE a los EE.UU. siempre y cuando dieran la misma protección de los datos personales que la establecida por la normativa de la UE[32].

Por supuesto que además las grandes plataformas tecnológicas están acusadas de no remunerar los derechos, sean de los periódicos *on line*, de los músicos, o tener constantes violaciones a la libertad de expresión. Las grandes plataformas son un gran problema para la democracia, y en general para la sociedad actual y futura (Amnistía Internacional, 2019).

También desde EE.UU., y Europa se escuchan las primeras voces para impedir algún tipo de absorciones como en el caso la compra de Fitbit por parte de Google.

[30] https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection/reform/what-does-general-data-protection-regulation-gdpr-govern_es
[31] https://ec.europa.eu/newsroom/just/item-detail.cfm?item_id=614254
[32] https://curia.europa.eu/jcms/upload/docs/application/pdf/2020-07/cp200091en.pdf

También legisladores en EE.UU. hablan de la posibilidad de regulaciones más estrictas para las tecnológicas. Por ejemplo, el senador demócrata por Nueva York Michael Gianaris declaró que "Nuestras leyes antimonopolio tienen alrededor de un siglo y fueron creadas para una economía diferente y no estaban contempladas por ejemplo para analizar un motor de búsqueda"[33]. El Reino Unido, por su parte, por primera vez se plantea estudios ex ante, esto es seguimiento de las grandes tecnológicas previo a que existan demandas (Petros y Leighton, 2019).

Detrás de muchas de estas iniciativas hay una preocupación compartida sobre si el enfoque tradicional de control de fusiones y antimonopolio es adecuado para su propósito en la era digital. Las grandes plataformas de internet comparten las mismas características: poseen economías de alcance y escala, fuertes efectos de red, servicios al consumidor sin costo monetario, tarifas altas de la innovación y una rápida difusión de nuevas tecnologías. A pesar en las diferencias en los negocios, y en los modelos de negocio, las grandes plataformas de internet tienen una cosa en común: la minería de datos (EC, 2019).

Principales negocios de las empresas tecnológicas

Las grandes empresas tecnológicas, si bien todas tienen un perfil propio y una especialización fuerte en el mercado, Facebook con redes sociales, Alphabet con su buscador google, etc., en realidad estas empresas tienen más semejanzas entre sí que diferencias.

Todas ellas venden publicidad, y tienen servicios de *streaming* audiovisual. Estos actores del siglo XXI vinieron a competir fuertemente con actores audiovisuales clásicos que siguen manteniendo la mayor parte de sus negocios de servicios de emisión de obras audiovisuales con tecnologías del siglo XX. La primera observación es que actores tecnológicos del siglo XXI compiten con actores clásicos en el mercado publicitario, mientras estos últimos hacen esfuerzos para *agiornarse* a los nuevos mecanismos de competencia impuestos por las grandes empresas tecnológicas. Diferentes tecnologías tienden a la convergencia y competencia en los negocios audiovisuales, disputándose las inversiones

[33] https://www.cnbc.com/2020/08/06/21st-century-antitrust-act-would-make-it-easier-to-sue-big-tech.html

Empresa	VB en mMUSD	País	Negocio Principal	Publicidad	Buscadores	Redes Sociales	Venta de App´s	Streaming	Videojuegos	Cloud Service	Big Data	eCommer
Apple	1.568	USA	Hardware (I Phone, etc.)	X	X		X	X		X	X	X
Microsoft	1.505	USA	Software	X	X		X	X	X	X	X	X
Amazon	1.337	USA	Web Service - e-C	X			X	X		X	X	X
Alphabet	953	USA	Buscador	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Facebook	629	USA	Redes Sociales	X		X		X			X	X
Tencent	599	China	Redes Sociales - VJ	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Alibaba	577	China	e-C	X		X	X	X		X	X	X

Tabla 1: Las 7 empresas tecnológicas más grandes del mundo y sus principales negocios. Fuente: Elaboración propia con datos de las empresas.

publicitarias y suscriptores en sus respectivos sistemas.

Google y Tencent son los dos grandes jugadores en buscadores, pero no por ello, otros actores no pierden la esperanza en ese mercado, como Apple y Microsoft. En redes sociales manda Facebook, pero es acompañado de cerca por las redes sociales de las empresas chinas. Los videojuegos son negocios importantes para Microsoft y Tencent.

Por último, todos tienen ventas de aplicaciones, servicios en la nube, y por lo tanto todos estos actores tienen comercio electrónico, y por supuesto, todas estas grandes empresas son las principales propietarias de la generación de datos, del Big Data a escala mundial.

Evolución de los principales negocios de las empresas de telecomunicaciones

Naturalmente el principal negocio de las empresas de telecomunicaciones es la venta de servicios de voz y datos al consumidor final. Sin embargo, desde el inicio de la convergencia, en los años 90, estas empresas comenzaron a realizar estrategias adquiriendo nuevos negocios. El despliegue de fibra óptica permitió que muchas de ellas, con el llamado triple play, ofrecieran voz, datos y televisión, por lo que varias de estas

empresas son además operadores de TV por cable.

Sin seguir cronológicamente el crecimiento, y las estrategias de integración vertical y horizontal, algunos ejemplos de concentración en este sector fueron los siguientes: Comcast adquirió los estudios Universal, con su cadena de TV abierta NBC, y señales de TV deportivas, de ficción, etc. Por su parte, AT&T en el 2018 adquirió el grupo Warner, con su cadena de TV abierta, sus operadores de cable, sus estudios de producción de contenidos, y la producción de sus señales como CNN, o HBO, etc. En estos dos casos, la adquisición de contenidos por parte de operadores de telecomunicaciones refleja una de las posibles estrategias para competir con las grandes tecnológicas en las plataformas de Internet. HBO go es un claro ejemplo de competencia con Netflix o Amazon Prime. En este mismo sentido, prácticamente todas la telefónicas analizadas (excepto la China Mobile y la japonesa Softbanc) han lanzado plataformas propias para vender contenidos audiovisuales a través de sus celulares. Por su parte, Verizon optó por comprar Yahoo, y entrar de lleno a la competencia con las plataformas. Por lo tanto, AT&T, Comcast, y Verizon, compiten también en el mercado publicitario.

Prácticamente sin excepción, de estas 10 empresas de telecomunicaciones más grandes del mundo, todas cuentan con servicios en la nube. Donde compiten directamente con la tecnológicas –por ejemplo, la principal fuente de ingresos de Amazon ya son sus servicios en la nube, y para Microsoft significa una parte importante de su negocio[34]. Estas empresas que de por sí ya obtienen datos de sus usuarios, con los *cloud centers* los amplían, y por lo tanto también generan el preciado bien competitivo, *Big Data*. Las compañías de telecomunicaciones compiten con las tecnológicas en plataformas de *streaming*, servicios en la nube y en el *Big Data*.

[34] https://www.businessinsider.es/principal-negocio-amazon-servicios-cloud-368149

Empresa	VB en mMUSD	País	Voz y Datos	Publicidad	Buscadores	Streaming	Cloud Service	Big Data	Ccable TV	Medios
Verizon	226	USA	X	X	X	X	X	X	X	
AT&T	216	USA	X	X		X	X	X	X	X
Comcast	178	USA	X	X		X	X	X	X	X
China M	138	China	X				X	X		
T-Mobile	130	USA	X			X		X		
Softbank	120	Japón	X		X		X	X		
Deutsch T	82	Alemania	X			X	X	X		
America M	57	México	X			X	X	X	X	
Vodafone	48	UK	X			X	X	X	X	
Telefónica	23	España	X			X	X	X	X	

Tabla 2: Las 10 empresas de Telecomunicaciones más grandes del mundo y sus principales negocios. Fuente: Elaboración propia con datos de las empresas.

No por ello, no debemos de dejar de hacer hincapié que las 7 empresas tecnológicas más grandes del mundo son, en promedio, 8 veces más grandes que las 10 empresas de telecomunicaciones, 1.024 contra 122 billones de dólares respectivamente.

El despliegue de los operadores de telecomunicaciones en la infraestructura de redes ubica a estas empresas en la base de la cadena tecnológica de valor. Son las que logran menos beneficios de acuerdo a la inversión realizada. Aunque necesarias, la estrategia de las empresas tecnológicas tiene mucho más que ver con estar cerca de los datos del cliente, que situarse en la infraestructura de redes. La estrategia de los operadores en telecomunicaciones está claramente dirigida a invertir en negocios hasta ahora desarrollados sólo por las plataformas (GSMAa, 2020).

Simultáneamente, la política de algunas plataformas, por ejemplo, la de Google es desarrollar su propia estructura de red – navegadores, sistemas operativos, servidores, centros de datos, fibra óptica, etc; de forma de que sus datos eviten pasar por una red pública. Los operadores de telecomunicaciones y las plataformas de Internet cada vez se parecerán más entre ellas en la medida que empiezan a intervenir en las mismas áreas de negocios (Srnicek, 2018).

La tecnología móvil de quinta generación - 5G, ocasionará un crecimiento exponencial en la creación de datos. Por ejemplo, la capacidad de gestionar el espectro radioeléctrico de forma segmentada (*network slicing*), tanto con el manejo de enormes cantidades de datos como de necesidades diferentes de velocidad, capacidad y latencia, permitirá una mayor capacidad de conexiones de dispositivos o máquinas entre sí, y entre dispositivos y personas (GSMAb, 2020).

Los dispositivos y las máquinas también generan datos (*Big Data*), la mayoría de los cuales no están estructurados, proporcionan información procesable y, justamente al procesarlos y obtener datos útiles y manejables de ese inmenso volumen de información, se genera una mayor minería de datos.

Si bien no se hará un recuento detallado de las empresas proveedoras de hardware para la telefonía celular, como Samsung, Huawei, Ericsson, Apple, etc, son también grandes generadores de *Big Data*.

La convergencia tecnológica, de negocios y de dispositivos entre estos diferentes sectores empresariales -como ser los grupos de medios, los proveedores de equipos de telecomunicaciones, los operadores de telecomunicaciones, y las plataformas de internet; se manifiesta ahora, además de entre redes de infraestructura, hardware de los diferentes dispositivos, software, y contenidos, con el *Big Data*. La síntesis de la convergencia entre todos estos negocios es el *Big Data*.

Big Data, convergencia y regulación

El *Big Data* o ciencia de los datos es la capacidad de almacenar, clasificar y analizar grandes cantidades de datos; el análisis de datos es a lo que se le llama minería de datos. Estos datos permiten construir algoritmos, y meta algoritmos (aprendizaje automático o *machine learning*), y a su vez este sistema permite perfeccionar los sistemas de predicción (Mahrenbach, 2018).

La cantidad de información promedio generada por el uso de los diferentes dispositivos se estima en 1.000 millones de terabytes por día, las proyecciones indican que esta cifra se duplicará todos los años[35]. Los únicos que tienen capacidad de almacenar, además de clasificar y analizar, volúmenes de datos a gran escala son las

[35] https://business-intelligence.grupobit.net/blog/cuantos-datos-se-producen-en-un-minuto

empresas con negocios en la nube (*cloud computing*), es decir grandes plataformas de internet, y proveedores y operadores de telecomunicaciones.

La capacidad que poseen estas empresas en la retroalimentación de datos generada por sus propios usuarios les permite perfeccionar continuamente sus algoritmos y meta algoritmos, esto es instrumentos de inteligencia artificial que mejoran de forma constante su capacidad de análisis y predicción de la realidad, llevándolos a un círculo virtuoso, consolidando una brecha cada vez mayor entre las grandes tecnológicas y el resto de las empresas (BEIS, 2019; Komissarov, 2020).

Por su parte, Stucke y Grunes (2018) plantean que las grandes plataformas de internet, además de los efectos de red tradicionales, incluyen efectos de red relacionados con la escala de datos, el alcance de los datos, y la escala y el alcance de los datos en varios mercados de forma simultánea. Aquí se ve cómo los efectos de red basados en datos pueden reforzar una otro. Bajo estos efectos, el algoritmo, junto con el autoaprendizaje, puede identificar el universo probable de respuestas relevantes para proyectar distintos escenarios en distintos mercados estratégicos (Stucke y Grunes, 2018).

Como observó la OCDE, el *Big Data* favorece la concentración y el dominio del mercado. Los mercados basados en datos pueden llevar a un resultado del ganador se lo lleva todo, donde la concentración es una probabilidad resultado del éxito del mercado (OECD, 2018).

Esto es lo que ha inclinado a Google aprovechar esta información para invertir en sectores tecnológicos estratégicos, en particular en Inteligencia Artificial, proceso que siguen de cerca también otras grandes de Internet (Srnicek, 2018).

No es casualidad que, como sintetiza Marta Peirano (2019), en 2015 Google se convirtió en la corporación Alphabet Inc. junto con otras ocho empresas, incluidas dos divisiones financieras; CapitalG (fondo de capital de riesgo) y GV (inversión de capital riesgo); dos laboratorios de investigación médica, Calico (biotecnológica para la longevidad) y Verily (investigación genética y de enfermedades); tres de infraestructura de cable (Google Fiber); sensores (Nest) y Smart Cities (Sidewalk Labs).

Zuboff (2019) va más lejos. Según ella, el principal exponente del capitalismo de vigilancia, el uso del *Big data* por las grandes

corporaciones, es un nuevo principio de ordenamiento social que está produciendo una nueva forma de poder. Y en ese camino también va Internet de las cosas, la conectividad y la inteligencia artificial. Las ciencias de datos, particularmente la minería de datos y su alcance de predicción pueden llegar a modificar el comportamiento de las personas. El *Big Data*, además de producir economías de alcance, generan un nuevo fenómeno: las economías de acción; es decir la capacidad que tiene estas grandes corporaciones de modificar el comportamiento de las personas través de la predicción (Zuboff et all, 2019).

Regulación en América Latina

En América Latina la discusión, y la regulación a las grandes tecnológicas está sumamente rezagada. Nada se ha siquiera discutido por los reguladores sobre las cláusulas abusivas que imponen las grandes tecnológicas a los usuarios de sus servicios, tampoco casi se discuten las fusiones importantes; quizás Brasil ha sido la excepción, pero finalmente permitiendo las adquisiciones de las grandes empresas. Tampoco se ha cuestionado los viejos mecanismos de regulación de la competencia para evaluar la nueva situación creada por la disrupción tecnológica de las grandes empresas.

Apenas desde hace poco tiempo, y en algunos países de América Latina, como gran avance, se les ha empezado a cobrar impuestos a las grandes plataformas tecnológicas.

También se ha empezado la discusión para igualar las normas de las plataformas multinacionales de video, como Netflx, a la normativa de los servicios de comunicación audiovisual de los distintos países. Quien están más avanzados en este sentido es Brasil, pero todavía no logra concretar una legislación que establezca igualdad de condiciones entre las plataformas multinacionales de *streaming* con las distintas obligaciones de la TV en Brasil (OBSERVACOM – UNESCO, 2020)

La pregunta es qué hacer, para que países con escaso poder de negociación ante estas tecnológicas puedan imponer regulaciones antimonopolio, y que impiden prácticas abusivas con los datos de los usuarios. Mucho menos lo más importante. ¿Cómo regular el *Big Data*?

Propuestas

Desde una perspectiva económica, los datos podrían ser considerados como bienes

públicos. Esto implica que no son bienes rivales –el uso por parte de unos no impide el uso simultáneo por parte de otros; ni excluyentes – el uso por parte de unos no impide que otros potenciales usuarios se sirvan de ellos en el futuro. En realidad, cuando los bienes públicos contemplan mecanismos de apropiación privada se convierten en bienes mixtos. No son rivales ni excluyentes, pero se impide su uso a través de diferentes instrumentos. Es el caso de la televisión para abonados, un hogar se podría "colgar" sin pagar, y no impide el uso del servicio por parte de sus vecinos. Lo mismo pasa con los datos, tienen las características de los bienes públicos, pero se los apropian las empresas.

Zillner (2016) hace una propuesta para avanzar en el concepto de Big Data como bien público, y para ello plantea cinco puntos: (1) promover la formación en la ciencia de datos; (2) eliminar las barreras para crear un mercado único digital; (3) estimular el entorno de inversión necesario para la tecnología de *big data*; (4) promover los datos abiertos; y por último, (5) promover una legislación equilibrada, una carta magna del *Big Data*. La misma debería abordar cuestiones como la privacidad y la seguridad, la propiedad y la transferencia, y la infraestructura de datos. Estas cuestiones deberían contemplar cómo garantizar que los contratos entre individuos y poderosas empresas de *big data* o gobiernos sean justos; y dónde ubicar la responsabilidad de la seguridad de los datos (Zillner, 2016).

Tim Berners-Lee creó Internet para unir a las personas y hacer que el conocimiento esté disponible gratuitamente. Luego de 30 años de creación de la Web, Berners-Lee observa problemas similares a los planteados en esta ponencia: control sobre datos personales, noticias falsas, concentración económica, etc; y también propone soluciones. Desde una hoja de ruta donde organizaciones, empresas y gobiernos se comprometan en resolver estos problemas; hasta crear iniciativas técnicas que puedan proteger la privacidad de los datos personales, y descentralizar el poder económico en la Web[36].

Conclusiones: Los desafíos democráticos frente a la acción del *Big Data*

Como ha sido señalado, los impactos que produce la concentración de esta industria en

[36] https://webfoundation.org/our-work/projects/contractfortheweb/

términos económicos constituye en sí mismo un problema político de primer orden por el empoderamiento exacerbado de los actores dominantes (Zuboff, 2019) y por lo tanto un peligro para las democracias en general y particularmente para las democracias latinoamericanas. Los impactos democráticos directos e indirectos son múltiples, aunque pueden analizarse en tres grandes ejes: a) por la acción directa de actores emergentes más poderosos que los mismos estados, b) por la capacidad de las tecnologías para manipular comportamientos sociales y c) por el acceso o la utilización descontrolada de las redes sociales en la difusión masiva de información falsa o de fuentes poco confiables dentro de un mar de datos que constituyen la materia prima de la minería de datos.

a) Los peligros democráticos por la acción directa de actores más poderosos que los mismos estados.

En los últimos años, se ha visto la intervención directa de los principales directivos de las grandes empresas norteamericanas en episodios de la política contingente de esa nación. Ya sea censurando contenidos, expresándose en favor de determinadas causas sociales u opinando sobre la realidad política. Esta actitud se encuentra fuera del radar de las miradas tradicionales sobre las relaciones de poder público como los partidos políticos y los medios de comunicación. Los enfrentamientos del Congreso de EUA con Mark Zuckergerg, o los del presidente Trump con Twitter y Apple, las posiciones de estos gigantes de la economía digital sobre los incidentes raciales y políticos son episodios que ilustran su visibilidad pública. Del mismo modo, la utilización del gobierno chino de las *big data* de los gigantes chinos han sido información corriente pública y también se registran episodios puntuales en el continente europeo.

b) La capacidad de los algoritmos matemáticos para manipular comportamientos sociales

Las formas que la industria realiza para la recolección de la información almacenada en grandes bases de datos incluyen la identificación del comportamiento cotidiano de todos los ciudadanos, individualmente considerados. No se trata solo de la violación de la privacidad con fines policíacos o de vigilancia institucional, los algoritmos matemáticos analizan las regularidades de valoraciones, comportamientos y usos, pero

fundamentalmente, requiere de un incremento constante de mayor cantidad de datos personales en manos de algoritmos y operadores globales (Srnicek, 2018). El capitalismo de plataformas se presenta legitimado por las propias reglas de la competencia comercial, pero el avasallamiento en la apropiación de información individual pone en cuestión estas actividades. ¿En qué medida, es legítimo admitir que una empresa o conjunto de empresas induzcan el comportamiento social para aumentar las ventas de cualquier bien o servicio? Es un comportamiento que no permite su aprobación individual por su invisibilidad. La manipulación social no es compatible con la demanda democrática de libertad de información y de hecho, la debilita.

c) El acceso o la utilización descontrolada de las redes sociales en la difusión masiva de información falsa o de fuentes poco confiables.

El "*daily m*e" lanzado en la década de los noventa por Nicolás Negroponte hoy es una realidad, pero no como expresión de superación a los medios de comunicación de masas concebidos como manipuladores de la opinión pública por parte de la literatura especializada, sino por el contrario, como una forma restrictiva de visiones y opiniones plurales. Así como la posibilidad de expresión y acceso a la información en espacios amplios de todos y todas es analizado como un avance en términos democráticos, la tendencia natural en la administración de nuestra libertad a eludir las visiones contrarias o interpeladores de nuestras convicciones han producido una reducción de la convivencia democrática en las sociedades contemporáneas. De hecho, los argumentos y las razones de visiones contrarias a la sensibilidad de los internautas es simplemente desconocida para ellos. Ciudadanos que crecientemente se informan desde una única sensibilidad constituyen el principal objeto de estudio de importantes corrientes académicas que vinculan las redes sociales a la política con preocupación por la salud democrática.

Sin embargo, no es el único desafío democrático reconocido dentro de las redes, sino que la utilización de las bases de datos para la generación de campañas sucias, han sido reconocidas como instrumentos hábiles en el comportamiento democrático contemporáneo. En todos los continentes se reconoce la acción de empresas que venden su capacidad de manipular la información

que afecta la visión de la sociedad a políticos o partidos que dentro de las reglas de la competencia electoral aceptan las ventajas de esta "técnica" de campaña. No es la convivencia democrática la que se ve afectada en este caso, sino la misma tramitación política. Ello desvirtúa dramáticamente la calidad de la deliberación pública y en consecuencia, mina la credibilidad del sistema.

Todos estos fenómenos, suelen ser presentados, a nuestro modo de ver erróneamente, como procesos incontenibles e irreversibles de una tendencia y vector desconocido antes en la historia humana, como advierten importantes referentes intelectuales y académicos. Sin embargo, en cualquiera de estos ejes de análisis cabe la acción política para redireccionar en el sentido más positivo la calidad de las democracias contemporáneas. Regulaciones, sistemas de incentivos, campañas de información, promoción de la deliberación pública y el fortalecimiento de los recursos democráticos tradicionales pueden conjugarse en la reversión de aquellos males que aparecen más desafiantes para nuestro estilo de vida, más allá que los incentivos económicos del sistema capitalista contemporáneo y sus reglas de juego puedan trabajar para menguar sus patologías de mercado, como se abordó en los capítulos precedentes de este artículo.

Ante el disruptivo cambio tecnológico, en un principio, los gobiernos no tomaron ningún tipo de medidas. Las grandes plataformas de internet operaron sin ningún tipo de restricción hasta 2007, año en que la Comisión Europea actualizó la Directiva Audiovisual definiendo tímidamente los Servicios de Comunicación Audiovisual no lineales. Posteriormente, se generaron actualizaciones de las Directiva Audiovisual en los años 2010 y 2018. Lentamente, y en Europa en particular, se estableció la equiparación de la legislación audiovisual que aplicaba a los operadores clásicos, a las plataformas con contenido audiovisual.

Agencias reguladoras y distintas instituciones siguieron con acciones como las ejercidas por la Comisión Europea. Pero esto no sucedió hasta el año 2016 con la actualización de la Directiva de Protección de Datos Personales, y con importantes multas a las grandes plataformas en los años 2017, 2018 y 2019. La Oficina de Información (ICO) del Reino Unido en 2018, y la Comisión Federal de Comercio (FTC) de los EE. UU durante 2019 hicieron lo propio.

Todas estas mismas agencias e instituciones como la FTC y la división antimonopolio de la DOJ de los EE.UU., la Comisión Europea, y la Secretaría Estratégica de Negocios, Energía e Industria (BEIS) del Reino Unido, entre otras, están discutiendo además propuestas que sean capaces de generar nuevos instrumentos que impidan a las grandes plataformas, tanto las acciones anticompetitivas como el uso abusivo de datos. Sus planteos en general coinciden con que la adquisición de los datos a gran escala por estas grandes plataformas es utilizada para desplazar a potenciales entrantes, concentrar el mercado publicitario, promover la compra de sus propios productos, impedir el crecimiento de un entorno innovador, además de vulnerar la protección de datos personales.

En este sentido, y para mejorar tanto la regulación como el control de estas grandes plataformas, Komissarov (2020) plantea la creación de agencias digitales independientes, de forma que estén especializadas tanto en la actualización de la regulación, como del control antimonopolio y de protección de datos personales.

Tanto desde la academia, como desde las agencias regulatorias se han realizado varias preguntas y algunas propuestas. Las preguntas principales se podrían resumir en las siguientes ¿Cómo se van a regular los datos, de qué manera se protegerán los datos personales, y cómo y cuándo se llegará al tratamiento del *Big Data* de forma global, restringiendo su apropiación privada, y convirtiéndolo en un bien público de libre acceso? Zillner (2016) en particular propone crear una Carta Magna global del *Big Data* definiéndolo como un bien público. La implementación de este tipo de propuestas debería llevarnos a una profundización democrática y una mayor equidad social.

Referencias

Amnistía Internacional (2019). Gigantes de la vigilancia: la amenaza que el modelo de negocios de Google y Facebook representa para los derechos humanos. Londres: Amnistía Internacional. https://www.amnesty.org/download/Documents/POL3014042019SPANISH.PDF

BEIS (2019). Unlocking digital competition. Report of the Digital Competition Expert Panel. London: HMTreasury.https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/785547/unlocking_digital_competition_furman_review_web.pdf

Buquet, G (2005). El Poder de Hollywood: un Análisis Económico del Mercado Audiovisual en Europa y Estados Unidos. Fundación de Autor: Madrid.

Segovia Alonso, Ana (2005) La globalización y el mito del tamaño en la industria mediática y de telecomunicaciones. Investigaciones de la comunicación nº 17, vol. 1, Caracas, junio 2005.

Credit Swees (2020) Global wealth report 2019. https://www.credit-suisse.com/es/es/private-banking/learn-more-about-market-trends/global-wealth-report-2019.html

Carey, C. (2008): Corporations and Big Business." Nineteenth Century U.S. Newspapers. Cengage Learning: Virginia.

EC (2019). How do online platforms shape our lives and businesses? - Brochure https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/how-do-online-platforms-shape-our-lives-and-businesses-brochure

GSMA (2020). The mobile economy 2020. https://www.gsma.com/mobileeconomy/wp-content/uploads/2020/03/GSMA_MobileEconomy2020_Global.pdf

GSMA (2020b). 5G Spectrum. GSMA Public Policy Position. https://www.gsma.com/spectrum/wp-content/uploads/2020/03/5G-Spectrum-Positions.pdf

Komissaro, S. (2020) ¿La competencia realmente está a un click de distancia? Propuestas antitrust para Silicon Valley. Chasqui. No. 142. Quito: CIESPAL.

Leighton, A. (2019). Regulating the internet intermediaries in a post-truth world: Beyond media policy? The International Communication Gazette. Sage

Mahrenbach, Laura C.; Mayer, Katja; Pfeffer; Jürgen (2018). Policy visions of big data: views from the Global South. Third World Quarterly, 2018 VOL. 39, NO. 10, 1861–1882

Miguel, JC (2007). Caracterización de la regulación de la FCC. Zer: Revista de estudios de comunicación. Nº. 23, 2007

OECD (2018) Rethinking Antitrust Tools for Multi-Sided Platforms www.oecd.org/competition/rethinking-antitrust-tools-for-multi-sided-platforms.htmPetros, I;

Peirano, Marta (2019) El enemigo conoce el sistema. Manipulación de personas, ideas e influencias después de la economía de la atención. Barcelona: Debate.

Piketty, T. (2014). El capital del siglo XXI. Paidós: Madrid.

Rioux, M.; Verdugo Ulloa, F. (2017). Hacia una nueva gobernanza global de las industrias culturales en la era digital. En Albornoz, L.; García Leiva, T. (Eds.). El audiovisual en la era digital. Políticas y Estrategias para la diversidad. Ed. Cátedra: Madrid.

Tabarrini, C. (2019) Understanding the Big Mind. ¿El RGPD cierra la brecha de inteligibilidad hombre-máquina? EuCML - Journal of European Consumer and Market Law. https://ssrn.com/abstract=3533225

Srnicek, N. (2018): Capitalismo de plataforma. Caja Negra. Buenos Aires.

Stucke, M.; Grunes, A. (2018). Big data and competition policy. Oxford University Press: Oxford.

Villegas Cayón; J. (2015). Las leyes antitrust de los Estados Unidos de América contra los monopolios y las prácticas restrictivas de la competencia. Tesis Doctoral. Madrid: Universidad Complutense.

Zillner, S. (2016) Big Data-Driven Innovation in Industrial Sectors. En: Cavanillas J., Curry E., Wahlster W. (eds) New Horizons for a Data-Driven Economy. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-21569-3_9

Zuboff, Shoshana, Norma Moellers, David Murakami Wood, and David Lyon. 2019. Surveillance Capitalism: An Interview with Shoshana Zuboff. Surveillance & Society 17(1/2): 257-266

Alfabetización digital en tiempos de Pandemia: Conectividad, usos y representaciones de estudiantes de nivel inicial y primaria en Institutos de Formación Docente de Argentina

Digital Literacy in Times of Pandemic: Connectivity, uses and representations of initial and primary level students in Teacher Training Institutes in Argentina

Sebastián Novomisky
Luis Sujatovich,
Pamela Vestfrid
Colaboradores:
Sebastián Suárez Corez
Mariana D'Orazio

Resumen: Este estudio surge en un contexto de excepcionalidad, en medio de una pandemia que afectó las bases mismas de nuestra vida cotidiana o lo que diferentes disciplinas están comenzando a calificar de «hecho social total», en el sentido de que convulsa el conjunto de las relaciones sociales, y conmociona a la totalidad de los actores, de las instituciones y de los valores. (Ramonet, 2020).

Es por ello que un grupo de investigadores del Profesorado en Comunicación Social de la Universidad Nacional de La Plata y de la Universidad Nacional de Quilmes, que también se encuentra inserto en Institutos Superiores de Formación Docente o con prácticas concretas en educación mediadas por Tic, decide reorientar un proyecto de investigación sobre alfabetización digital y educación transmedia, para relevar específicamente cuestiones de accesibilidad, uso y representaciones de las tecnologías en educación.

Palabras Clave: Formación docente- conectividad - representaciones.

Abstract: This study arises in a context of exceptionality, in the midst of a pandemic that affected the very foundations of our daily life or what different disciplines are beginning to qualify as "total social fact", in the sense that it convulses all relationships social, and shocks all the actors, institutions and values. (Ramonet, 2020). That is why a group of researchers from the Faculty in Social Communication of the National University of La Plata and the National University of Quilmes, which is also inserted in Higher Institutes of Teacher Training or with specific practices in ICT-mediated education, decides to reorient a research project on digital literacy and transmedia education, to specifically raise issues of accessibility, use and representations of technologies in education.

Key words: Teacher training - connectivity - representations.

Este estudio surge en un contexto de excepcionalidad, en medio de una pandemia que afectó las bases mismas de nuestra vida cotidiana o lo que diferentes disciplinas están comenzando a calificar de «*hecho social total*», en el sentido de que convulsa el conjunto de las relaciones sociales, y conmociona a la totalidad de los actores, de las instituciones y de los valores. (Ramonet, 2020).

Es por ello que un grupo de investigadores del Profesorado en Comunicación Social de la Universidad Nacional de La Plata y de la Universidad Nacional de Quilmes, que también se encuentra inserto en Institutos Superiores de Formación Docente o con prácticas concretas en educación mediadas por Tic, decide reorientar un proyecto de investigación sobre alfabetización digital y educación transmedia, para relevar específicamente cuestiones de accesibilidad, uso y representaciones de las tecnologías en educación.

El punto de partida de la investigación tiene que ver también con retomar en parte los lineamientos sobre el reconocimiento de aquellas habilidades que poseen lxs estudiantes vinculadas al mundo digital, para recuperarlas y desde allí poder desarrollar nuevas formas educativas actualizadas al contexto en el que hoy más claramente que nunca, “la tecnología deja de ser una ayuda didáctica para convertirse en mediación cultural” (Martín Barbero, 2009). Aquello que se constituía como un reto sobre cómo nutrir las prácticas de enseñanza mediante la

incorporación de las tecnologías digitales, se convirtió en una necesidad inevitable para poder sostener esta excepcional coyuntura y afirmar que "seguimos educando".

Resulta necesario aquí también mencionar un elemento que clarifica la amplitud de la mirada sobre la cual nos ubicamos, que tiene que ver con "la alfabetización transmedia" donde se pone el foco en lo que lxs estudiantes están haciendo con los medios como personas potencialmente capaces de generar y compartir contenidos de diferentes tipos y niveles de complejidad. (Scolari, Transliteracy, 2018)

Es por ello que consideramos necesario en este contexto más que expresarnos sobre saberes previos alrededor del tema, grandes teorias o hipotesis totalizadoras, salir urgentemente a recuperar de alguna forma las condiciones en las cuales nuestrxs estudiantes se enfrentan al desafío de integrarse a dinámicas educativas mediadas por TIC, sin previo aviso, sin la preparación necesaria y sobre todo sin el Plan Conectar Igualdad, elemento que sobre el final retomaremos para justificar parte de lo aquí dicho.

Dar continuidad pedagógica en este contexto, y lograr como hasta ahora poder afirmar que seguimos educando, no es algo que se logre de manera simple, sino que es fruto del enorme esfuerzo de estudiantes, docentes y una batería integral de políticas públicas que acompañan esta situación de excepcionalidad.

De allí que nos dimos un plazo breve de 15 días, para relevar más de 400 casos, con una encuesta on line, que al ser fruto de un trabajo previo, ya poseía un testeo y mecanismos de validación.

El punto de partida sobre el cual nos posicionamos recupera una tradición en las perspectivas latinoamericanas de la educación, ya que desde estas matrices es clave como decía el pedagogo Paulo Freire "hacer del allí del otro mi aquí". Esto implica como explicaba Jorge Huergo (año), reconocer el universo vocabular o mundo cultural de los sujetos para prealimentar nuestras acciones pedagógicas.

El problema hoy es que la irrupción de un fenómeno de estas características nos corrió del eje, ya que en muchos casos conocemos a nuestrxs estudiantes, sus caras, sus expectativas, inquietudes o formas de pensar, pero como estábamos acostumbrados a un sistema presencial, no sabemos dónde es "su allí" en temimos de alfabetización digital, conectividad o

representaciones sobre la temática y es por ello que nos resultó clave salir a indagar.

Nuestro horizonte está puesto en poder lograr procesos educativos significativos, de profunda interpelación y por esto la necesidad de este estudio, para garantizar nuevamente sin descuidar ninguna de las dos, la inclusión y la calidad.

Aspectos metodológicos

Nuestra propuesta está orientada a desarrollar un estado actual del debate sobre la alfabetización digital y educación transmedia, para sistematizar la información dispersa existente y relevar las representaciones que lxs estudiantes de nivel superior tienen sobre la temática, además de conocer con qué dispositivos cuentan, la frecuencia de conexión a Internet y sus hábitos de consumo en relación a las redes sociales.

Es clave en este sentido iniciar por la accesibilidad, ya que no es posible establecer un análisis de los usos de la tecnología, de las apropiaciones de los dispositivos y del consumo de contenidos digitales si desconocemos sus posibilidades de ingreso y la disponibilidad de equipamientos de nuestrxs estudiantes.

A partir de las problemáticas suscitadas por la pandemia de COVID-19 y de sus efectos en la continuidad de los procesos educativos en Argentina, consideramos oportuno detenernos a relevar a partir de una encuesta constituida en un formulario de Google Forms, la disponibilidad de conexión a Internet y de dispositivos digitales de lxs alumnxs de los profesorados en Educación Inicial y Educación Primaria de La Plata, Gran La Plata y municipios del interior de la Provincia de Buenos Aires.

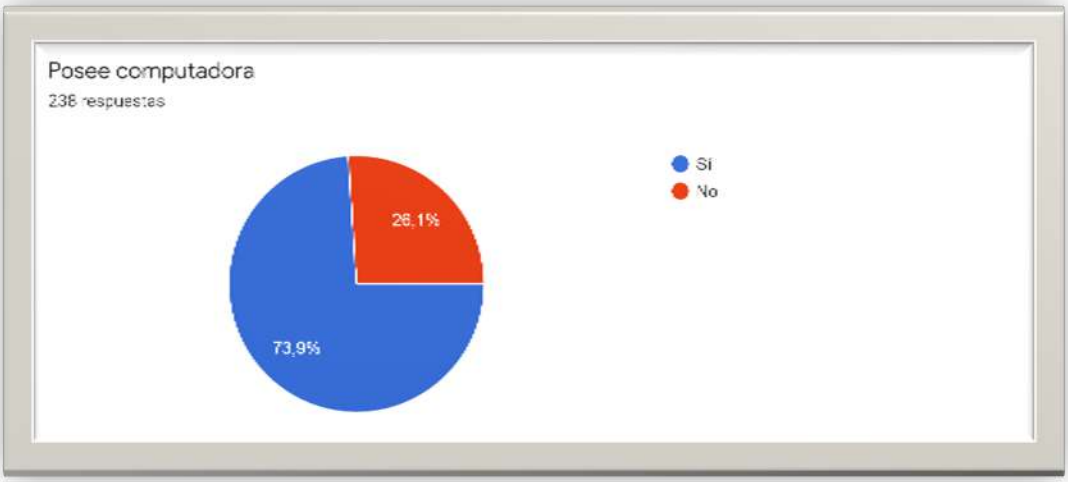
Además, indagamos acerca de sus conocimientos sobre Educación Digital, Robótica y Programación dado que forman parte de uno de los núcleos centrales en los diseños curriculares actuales. La encuesta se realizó entre el 15 y el 30 de abril de 2020 y contempló 420 casos. Consideramos oportuno destacar que este estudio se realizó sobre la base de un relevamiento similar que se desarrolló como testeo de la herramienta en diciembre de 2019, que incluyó 88 casos permitiendo su ajuste.

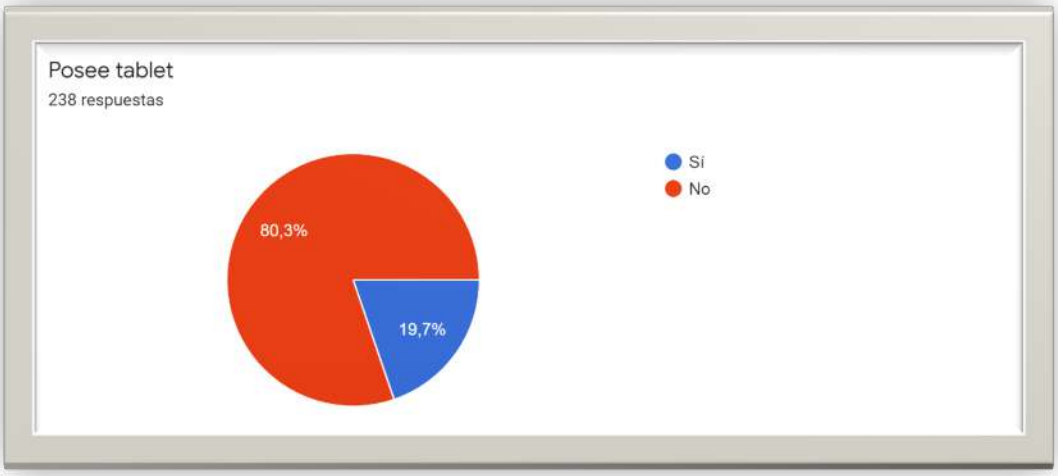
Análisis de los resultados

A continuación, se presentan los resultados que, en un análisis preliminar, se considera pueden aportar al reconocimiento de la situación de aprendizaje de muchxs

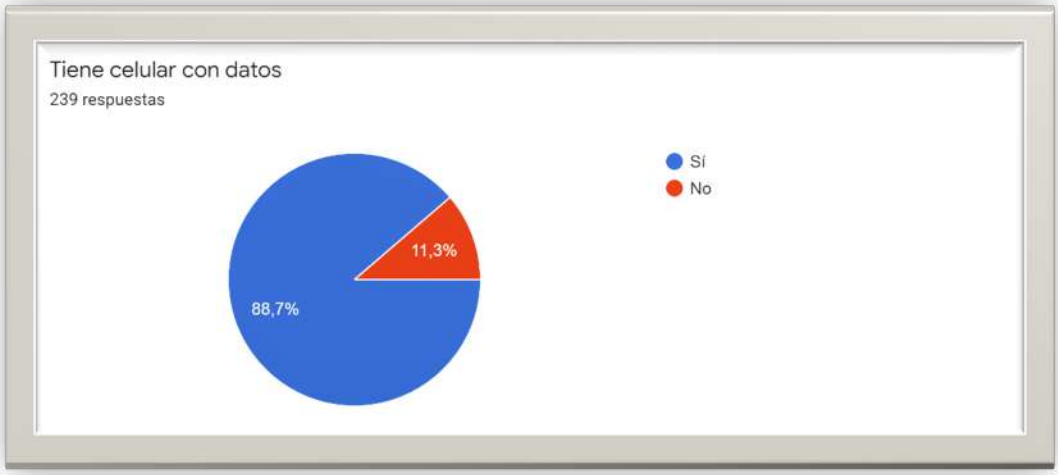
estudiantes en el contexto actual. Se destaca que el cuestionario fue de carácter anónimo, pero incluyó datos de género, edad, carrera que estudia y ciudad.

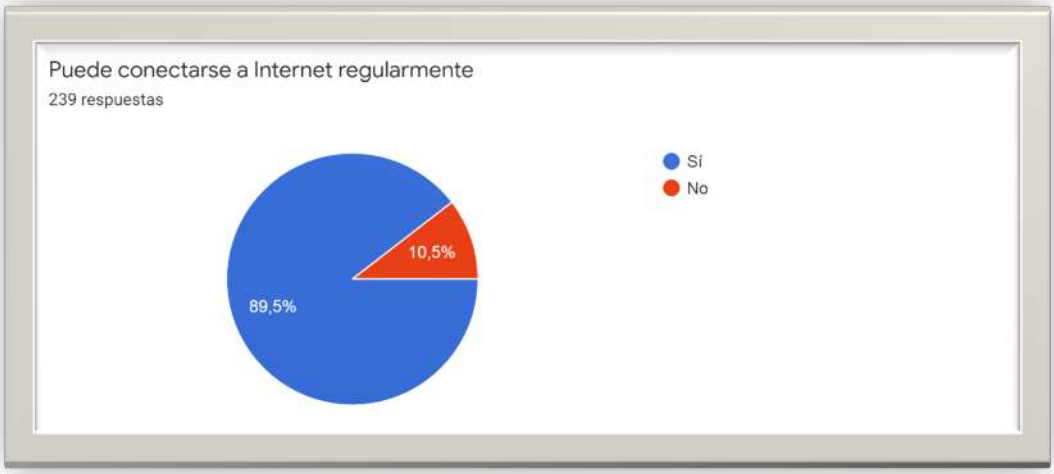
El primer resultado que arroja la encuesta es que más del 25% de lxs estudiantes no poseen computadora. Esta situación ya desde el inicio permite pensar en la necesidad de diseñar actividades y materiales que puedan abordarse desde otros dispositivos o plataformas.





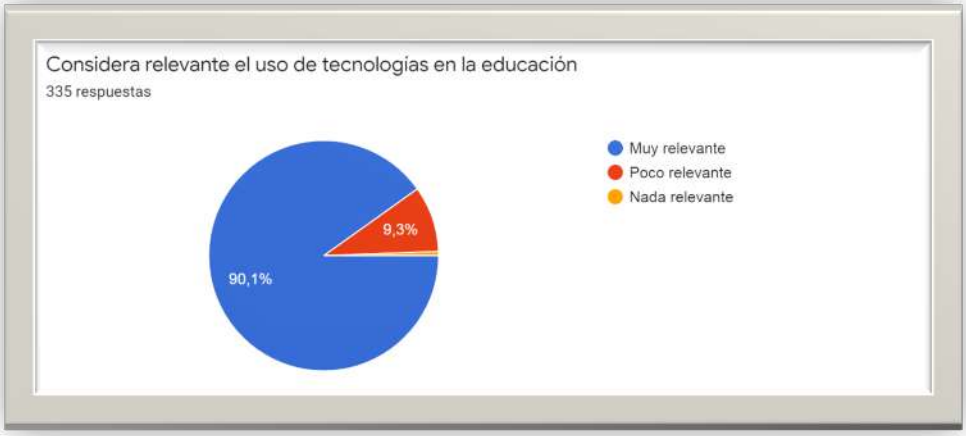
Aquí nos encontramos con otro dato que nos permite comprender que tampoco la tablet es un dispositivo con el cual lxs estudiantes puedan disponer para sus actividades. Sólo dos de cada diez no representan una cantidad que permita considerarla como una herramienta digital accesible.

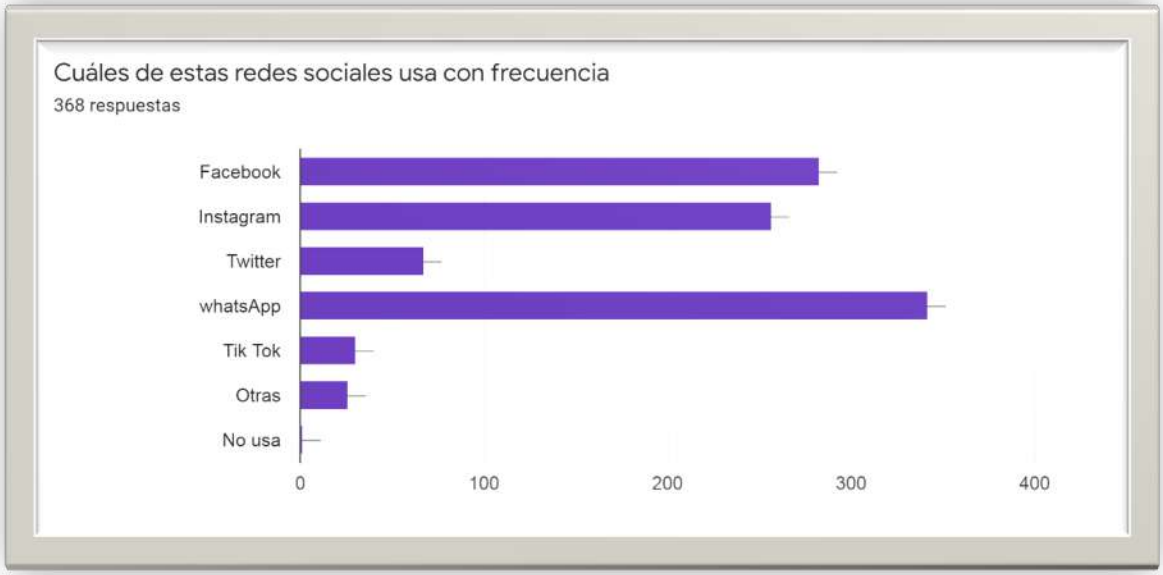




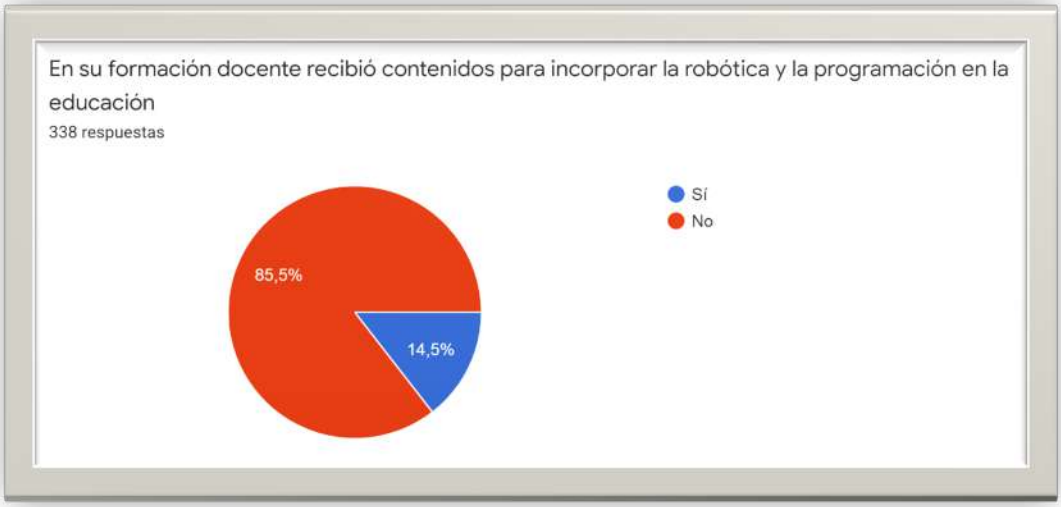
Encontramos dos interpretaciones posibles para esta respuesta: es positivo que el 70% tenga la costumbre de estudiar con Internet (presumiblemente con el celular) y a la vez nos indica que casi el 30% no suele hacerlo con frecuencia, por lo tanto a la vez que es preciso adaptar las propuestas a las condiciones de conexión y disponibilidad de dispositivos también resulta necesario que los plazos sean más flexibles y que el acompañamiento de lxs docentes sea comprendiendo las condiciones y hábitos de lxs estudiantes, que se han transformado abruptamente.

El 90 por ciento muestra un marcado interés por el uso de las tecnologías en la educación, lo cual significa deseos de aprender y de utilizarlas en beneficio de las propuestas formativas.





Se presenta como un desafío la utilización de aplicaciones de mensajería (WhatsApp), Facebook o Instagram como alternativas válidas, dado que se erigen como las redes sociales más extendida en cuanto a su utilización y por lo tanto en donde lxs estudiantes poseen mayores conocimientos previos.



La percepción es que se produce una escisión entre los lineamientos de los diseños curriculares, con respecto a contenidos sobre robótica y programación y la educación que se recibe en los espacios de formación, dado que más de un 80% manifiesta no haberlos recibido.

4-Conclusiones

En el 2010 en la Argentina se inició el Programa Conectar Igualdad, que no se limitó al mero reparto de netbooks en escuelas del nivel medio y superior. Se formó también a los docentes mediante el desarrollo de diversos postítulos gratuitos y de cursada semipresencial, además se elaboraron contenidos para distintos canales de comunicación digitales y audiovisuales. El hecho de que cada alumno o docente obtenía una computadora portátil para llevar y disponer en su casa tenía la ventaja de ser utilizada en el colegio y también fuera del mismo, además podía ser empleada por todos los miembros del hogar y no solo del alumno, alcanzando un efecto multiplicador. Se lo ha denominado modelo 1 a 1, una computadora por alumno, a diferencia de otras decisiones de equipamiento como colocar dispositivos en laboratorios o en carritos móviles.

Con el cambio de gestión y el gobierno de Mauricio Macri, se llegó a la conclusión que las personas poseían acceso a los aparatos digitales de comunicación, por lo cual no era necesario entregarles a las personas equipamientos para utilizar en sus hogares, sino facilitar la disposición de ciertas herramientas en las escuelas para que queden allí -como drones, celulares y kits de robótica- lo cual formó parte del Programa Aprender Conectados.

A inicios del 2020, Nicolás Trotta, el actual Ministro de Educación de La Nación, evaluaba la posibilidad de relanzar el Programa Conectar Igualdad. No obstante, con la pandemia por COVID 19 se están dando fenómenos impensados, como en un tiempo record tener que llevarse a cabo la virtualización de las clases presenciales y la gestión de estrategias educativas por televisión, internet y entrega de material impreso, con el fin de llegar a aquellas familias que no disponen de conectividad durante el aislamiento preventivo y obligatorio que se está desarrollando en nuestro país.

En ese sentido, ha quedado en evidencia que muchas familias argentinas no disponen

de dispositivos digitales, ni de conectividad, como para adecuarse a la virtualización de la educación en todos los niveles educativos, en establecimientos públicos o privados. Rápidamente se tuvieron que planificar acciones, donde el área de educación y el ENACOM han tenido que trabajar a la par.

Teniendo en cuenta el contexto sociopolítico mencionado y los resultados de la encuesta, como equipo de investigación a continuación compartimos algunas observaciones y sugerencias para los miembros de instituciones educativas que deben enseñar y evaluar en este escenario, donde las pantallas son el único medio de vinculación con el estudiantado.

A continuación, socializamos aquellos datos que nos resultaron más significativos:

1 de cada 4 estudiantes no posee computadora, por lo que debemos pensar que al menos una parte de nuestras estrategias deben ser repensadas para trabajar desde y con el celular (7 de cada 10 se conectan por el celular y solo 3 por la computadora)

1 de cada 10 no accede a conectividad con facilidad, por lo que debemos pensar en contenidos y actividades descargables para trabajar off-line, que no impliquen demasiado tiempo de conexión.

casi 8 de cada 10 usa Facebook con frecuencia, 9 Whatsapp, y 7 Instagram. Parte de su mundo cultural está atravesado por las redes sociales, por lo que más allá de utilizar plataformas estrictamente educativas como Classroom, Moodle, Edmodo o herramientas como Zoom, Meet o Jitsi, es probable que debamos ir a buscarlxs también allí donde cotidianamente están, en los espacios virtuales que ya conocen y manejan.

Casi la totalidad de lxs encuestados considera relevante el uso de las Tecnologías en Educación, pero solo el 15 por ciento recibió formación sobre contenidos como programación o robótica, lo cual refleja la necesidad de cambios curriculares que se adapten a las motivaciones de los estudiantes.

De esta manera, este momento histórico obliga a los educadores a flexibilizar y ser creativos en la globalidad de sus estrategias pedagógicas, adaptándose a un contexto complejo que pone en evidencia la existencia de múltiples desigualdades sociales, que requieren de la articulación de estrategias asincrónicas y sincrónicas, con el fin de evitar el desgranamiento y la deserción.

Para el desarrollo de clases mediante uso de videollamadas, tener en cuenta la duración de las mismas y solicitar la participación de manera optativa, dado que muchos estudiantes poseen escasa o nula conectividad.

En cuanto a estrategias evaluativas que requieran un tiempo de uso importante de la computadora para escribir, como una monografía, ensayo, etc., se sugiere pensar otras modalidades alternativas en reemplazo del envío de trabajos escritos, que estos sean un video, o realizados a mano y fotografiados, para el caso de estudiantes que solo tengan celular para trabajar, y no la comodidad que permite una computadora.

Otro aspecto a considerar es que muchos estudiantes usan las redes sociales en tanto TIC, como tecnologías para la información y la comunicación, para actividades lúdicas, como es conectarse con amigos y familiares. Las y los docentes deberían promover el uso de las mismas como TAC y como TEP, es decir tecnologías para el aprendizaje y el conocimiento, y tecnologías para el empoderamiento y la participación. Una misma herramienta como puede ser un grupo de facebook puede adoptarse en los tres sentidos mencionados, se pueden promover estrategias pedagógicas que permitan aprendizajes más críticos y significativos, mediante el uso con sentido pedagógico de redes sociales virtuales de uso cotidiano, aún en un momento de pandemia.

El vínculo docente/estudiante va más allá de brindar contenidos, tareas y correcciones, deben generarse espacios -en aulas virtuales, redes sociales o cualquier otro canal de comunicación a distancia que se adopte- para compartir conversaciones que permitan fortalecer los vínculos, como pueden ser los foros u otros espacios como los que a veces son llamados espacios de recreo, café virtuales, etc. , con el fin de acompañar y sostener a los estudiantes del nivel superior, en un escenario de incertidumbres y cambios de rutinas abruptos. Hemos notado como éstos son valorados por estudiantes, porque permiten desarrollar diálogos. Así, se trata de recrear la fluidez comunicacional que se da en el espacio presencial del aula, donde priman los intercambios, ya sea mediante la palabra oral o gestual. Así debe evitarse que los intercambios comunicacionales, se reduzcan a la unidireccionalidad de la palabra del docente.

Referencias

Freire, P. [1996] (2004). Pedagogía de la autonomía. Saberes necesarios para la práctica educativa. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI.

Huergo, J. (2003) El reconocimiento del "universo vocabular" y la prealimentación de las acciones estratégicas. Centro de Comunicación/Educación. Facultad de Periodismo y Comunicación Social (UNLP)

Martín-Barbero, J. (2009a). Cuando la tecnología deja de ser una ayuda didáctica para convertirse en mediación cultural. Teoría de la Educación. Educación y Cultura en la Sociedad de la Información, 10(1), 19-31. Recuperado de http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=201018023002

Novomisky, S (2020). "La marca de la convergencia. Medios, tecnologías y educación: Doce ensayos en busca de una narrativa" La Plata. Ediciones de Periodismo y Comunicación. Universidad Nacional de La Plata. Digital. Recuperado de: https://perio.unlp.edu.ar/la-facultad/ediciones-de-periodismo-y-comunicacion/la-marca-de-la-convergencia/

Ramonet, I. (2020). Coronavirus: La pandemia y el sistema-mundo. Recuperado de: https://www.pagina12.com.ar/262989-coronavirus-la-pandemia-y-el-sistema-mundo

Scolari, C. (2018). Alfabetismo transmedia en la nueva ecología de los medios.

Libro blanco. Recuperado de http://www.codajic.org/sites/www.codajic.org/files/Alfabetismo%20Transmedia%20.%20Scolari_0.pdf

Hacia el aprendizaje móvil en la educación pública de Colombia: el caso de Urabá

Rumo à aprendizagem móvel na educação pública na Colômbia: o caso de Urabá

Mobile learning in public education in Colombia: the case of Urabá

Carolina Campuzano Baena[37]

Javier Cruz Lanchero[38]

María Camila Rendón Fernández[39]

Resumen: Ejercicio de perfil tecnológico con maestros de Apartadó, Carepa y Necoclí arroja importantes resultados respecto a su nivel de alfabetización digital, en el marco del proyecto Ecosistema de contenidos Digitales para Apps en Urabá.

Palabras Clave: aprendizaje móvil, educación, Urabá

Abstract: Exercise of technological profile with teachers from Apartadó, Carepa and Necoclí shows relevant results about their digital literacy within the project Ecosystem of Digital Contents for Apps at Urabá.

Key words: mobile learning, education, Urabá

[37] Carolina Campuzano Baena. Universidad Pontificia Bolivariana, Colombia. Comunicadora social- periodista de la UPB, estudiante de la Maestría en Estudios Humanísticos de EAFIT. carolina.campuzano@upb.edu.co

[38] Javier Cruz Lanchero. Universidad Pontificia Bolivariana, Colombia. Politólogo de la Universidad Nacional de Colombia, estudiante de la Maestría en Comunicación Digital de UPB luisjavier.cruz@upb.edu.co .

[39] María Camila Rendón Fernández. Universidad Pontificia Bolivariana, Colombia. Comunicadora social- periodista de la UPB. maria.rendonf@upb.edu.co

Introducción

Las tecnologías de la información y la comunicación representan un reto importante para el desarrollo, por esta razón la Unesco (2002) plantea que tanto docentes como estudiantes deben empoderarse de los nuevos lenguajes que les aportan las TIC en el proceso de enseñanza y aprendizaje. En ese sentido, es clave que los maestros puedan integrar en la educación los conceptos y habilidades que estas requieren para sacar provecho a las ventajas de dichos desarrollos y ponerlos al servicio de los territorios.

Como lo mencionan Torres y García (2010), los procesos educativos de la actualidad implican que se superen los modelos pedagógicos convencionales, los cuales se enfocan en la transmisión de información, de manera vertical y casi que unidireccional por parte de los docentes, mientras que los alumnos son receptores pasivos de dicha información. Es por esto que toda acción educativa debe entender que la comunicación no es un campo que solo tiene que ver con los profesionales que se forman en esta, por el contrario, en todo momento de la enseñanza, los educadores deben comprender la importancia del proceso comunicativo en el que sea posible el intercambio de ideas, el debate y donde se le dé al estudiante la posibilidad de que piense de manera auténtica. Esta necesidad se ha visto potenciada hoy en día, especialmente cuando los saberes están descentralizados, cuando la escuela no es el único recinto donde se puede hallar el conocimiento y cuando los distintos medios han calado en los hábitos de los niños y jóvenes en formación.

Teniendo en cuenta lo anterior, el uso de herramientas tecnológicas cotidianas como los dispositivos móviles pueden ser cruciales para acceder a recursos y contenidos digitales abiertos que beneficien a la comunidad educativa de varios territorios de países como Colombia, los cuales redunden en una mejora en la calidad de los procesos educativos. Sin embargo, en un departamento como Antioquia, aún no hay una claridad sobre cómo integrar estos dispositivos en las aulas e incluso, algunas veces, se prohíbe el uso de los celulares en las instituciones educativas, por eso desde esta investigación se ha evidenciado la necesidad de fortalecer el aprendizaje móvil en clave de lograr el mejoramiento integral del sistema educativo pues las relaciones entre cultura escolar y tecnología siguen siendo problemáticas en la actualidad, como

dice Jesús Martín Barbero "la tecnología digital está configurando nuestros modos de habitar el mundo y las formas mismas del lazo social" (2009, p.177)

Así, permitir la apropiación de la tecnología hoy es prioritario, en tanto, un mundo en estado de excepción –como sucedió a partir de la pandemia de la Covid-19- no puede exigir que la educación continúe normalmente.

La falta de apropiación de las TIC en Urabá

Con este panorama planteado, con el apoyo de MinCiencias y la Gobernación de Antioquia, la Universidad Pontificia Bolivariana desarrolló la investigación *Ecosistema de Contenidos Digitales para Apps en Urabá*, la cual tuvo como objetivo diseñar un modelo didáctico para formular estrategias en las que la tecnología se articule más a las aulas en esta subregión de Antioquia y así atender las demandas actuales de la sociedad del conocimiento. Este estudio se llevó a cabo bajo una metodología mixta en cuanto se aplicó lo cuantitativo y lo cualitativo en diferentes momentos, según la categoría de análisis que cada momento de la investigación indicó, como lo afirman Onwuegbuzie y Leech (2006), pues el conocer los usos docentes de las TIC en el aula y las prácticas académicas destinadas a la formación, nos pone en clave de una metodología que integra los datos acordes con el contexto. Ahora, si bien este proyecto comenzó en el año 2019, continuó hasta el mes de octubre del año 2020 en el cual adquirió aún más pertinencia los propósitos de este trabajo a raíz de la pandemia derivada de la enfermedad por la Covid-19, por la cual se pudieron formular y ejecutar estrategias pertinentes para el contexto que permitieron formar a un total de 60 docentes de diez instituciones educativas en el uso de los dispositivos móviles para la educación, en un momento en el que a la sociedad le tocó preguntarse por nuevos modos de garantizar el acceso al conocimiento.

Diagnosticar para proponer

El lugar que se eligió para este estudio, como se mencionó, es Urabá, ubicado en el departamento de Antioquia y reconocido como la región bananera más importante de Colombia. Además, está en una posición geográfica estratégica en el continente, con una gran extensión de aguas marítimas en el litoral Caribe, gran biodiversidad y potencial productivo. No obstante, aunque según lo

anterior es un sitio próspero -debido a sus potencialidades geográficas-, esta región, después de la del Bajo Cauca, es la que menor calidad de vida presenta en el departamento; asimismo se puede afirmar que en cuanto a educación también presenta muchas falencias, una de ellas es que no hay apropiación social de las TIC, la cual según Gómez Mont (2009) se puede entender como el "proceso de interiorización progresiva de competencias técnicas y cognitivas de individuos y grupos que manejan cotidianamente las TICs".

Esta falta de apropiación social de las tecnologías se ha evidenciado en el transcurso del proyecto *Ecosistema de Contenidos Digitales para Apps en Urabá*, donde la mayoría de los docentes de las instituciones educativas urbanas y rurales de los municipios en los que se está desarrollando esta investigación: Apartadó, Necoclí y Carepa, tienen una alfabetización digital básica en la que usan las TIC de manera instrumental y en la que el teléfono móvil es más una herramienta para el entretenimiento y la comunicación personal que un aliado en los procesos de enseñanza con los estudiantes, los cuales demandan cada vez más una formación didáctica y acorde al contexto en el que se desenvuelven.

Esta conclusión surgió después de realizar algunos talleres de apropiación y uso realizados con 94 integrantes de 10 instituciones educativas de la región -especialmente docentes- en octubre de 2019. En el marco de una primera fase del proyecto *Ecosistema de Contenidos Digitales para Apps en Urabá,* se caracterizaron las rutinas de uso, tipos de usuarios, preferencias y necesidades de docentes y alumnos sobre el aprendizaje mediado por dispositivos móviles en Urabá a través de entrevistas semiestructuradas con algunos docentes en una visita inicial (mayo 2019), y además, por medio de un instrumento denominado p*erfil tecnológico,* aplicado en la segunda visita (octubre 2019) durante una sesión de ideación de los talleres de apropiación y uso de las herramientas digitales.

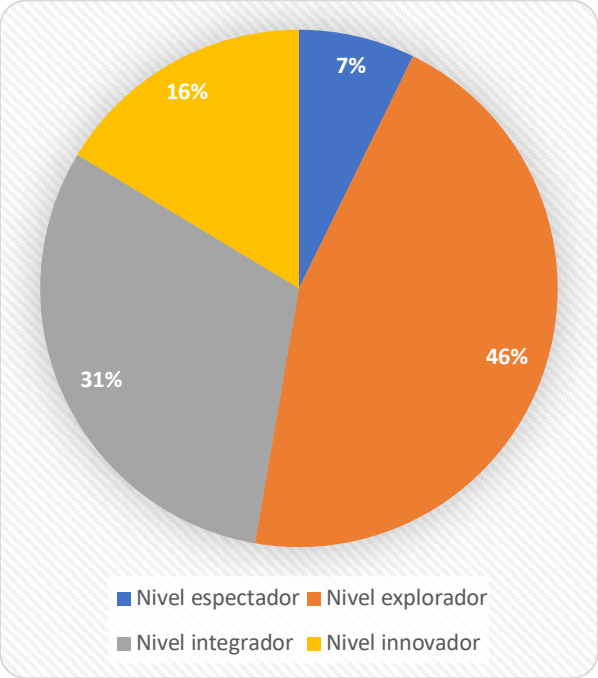
Siguiendo el concepto de uso planteado por Crovi (2009), entendido como el ejercicio o práctica continua y habitual de alguna actividad que, para el caso específico de las TIC, hace referencia al manejo cotidiano que se hace de estas y al beneficio que proporcionan, es decir, cómo se aprovechan o emplean estos recursos con la finalidad de

obtener el máximo rendimiento al realizar ciertas actividades, desde el proyecto se determinó que es muy precario el uso de las TIC en esta región ya que el principal uso que dan los profesores a los móviles en la educación se resume a la consulta de información para sus clases, estos tienden a usar las TIC digitales como biblioteca, lo que, según Adell (2004), implica que los docentes se conectan a recursos digitales como enciclopedias, publicaciones periódicas, archivos y bases de datos de diversos temas más no para la construcción colaborativa del conocimiento ni para diseñar recursos que puedan dinamizar sus prácticas de clase.

Otro de los usos consiste en la sistematización de notas o informes, en el que se valen de las TIC para llevar el registro de las calificaciones de los alumnos en algunas plataformas que ha implementado la institución educativa. Lo anterior permite concluir que la mayoría de los agentes educativos "se encuentran en un acercamiento a las TIC y realizan usos sencillos con ellas" (Cardona, Chaverra y Restrepo, 2016, p.141), es decir, que su competencia tecnológica está en el nivel básico o explorador, según los niveles propuestos por el Ministerio de Educación Nacional (2013).

Sin embargo, el principal uso que hacen los maestros de su dispositivo móvil es la comunicación personal. De hecho, la mayoría de ellos declaró usarlos, especialmente, para acceder a plataformas como WhatsApp, Facebook, YouTube o Instagram, las cuales son empleadas desde el punto de vista del entretenimiento. En conclusión, el 47% usa el móvil para el entretenimiento y comunicación, mientras que sólo el 6.8% de los educadores señaló que usa su smartphone para la planeación docente y un 1.9% los emplea en la evaluación de los contenidos de sus áreas, ninguna respuesta apuntó al uso durante la ejecución o el desarrollo de las clases.

Algunas de las razones identificadas en este perfil tecnológico para esta falta de apropiación es la carencia de insumos en las instituciones educativas, especialmente de conectividad; la falta de manejo de los dispositivos tecnológicos por parte de unos docentes que no muestran mucha convicción frente a nuevas prácticas pedagógicas mediadas por la tecnología; la poca capacitación recibida para integrar las TIC en el día a día de los procesos de enseñanza y aprendizaje; y, como se mencionó,



Fuente: Elaboración propia

a una mirada sobre los móviles como herramientas para el entretenimiento o, en el caso específico de la educación, se observa una tendencia clara en los maestros que tiene que ver con entender que crear ambientes virtuales de aprendizaje para la colaboración y la generación colectiva del conocimiento se limita al hecho de proyectar imágenes o presentaciones en las clases. Asimismo, se identificó un temor por parte de los maestros a ser reemplazados en su labor por máquinas.

Esto último tiene que ver también con el hecho de que el lugar por excelencia para introducir a los sujetos a la cultura y al conocimiento ha sido la escuela y, esto cambia en la actualidad, pues con la posibilidad que tienen los individuos de acceder a los medios de comunicación y a las tecnologías, hay una transformación profunda en las maneras en cómo se produce y circula la información y aquellos saberes sobre la vida social y cultural de la humanidad. En otras palabras, ese modelo de educación tradicional, como lo plantea Jesús Martín Barbero (2003), está en crisis y, sin embargo, muchas de las instituciones educativas siguen ancladas en estas lógicas tradicionales que la aíslan de los cambios de la sociedad. Y es que "la incorporación de TIC a la educación ha estado marcada, más por la modernización forzada de la institución educativa que por la reflexión de la tecnología y sus implicaciones en la educación" (EAV, p.30).

Microlearning, ideación, curaduría y prototipado

Teniendo en cuenta el diagnóstico expuesto en las anteriores páginas, desde el proyecto *Ecosistema de contenidos digitales para Apps en Urabá,* se planeó y desarrolló una estrategia de formación virtual (pensada a partir de la pandemia de la Covid 19) teniendo como base el concepto de mobile learning o aprendizaje móvil, entendido como

"la modalidad educativa que facilita la construcción del conocimiento, la resolución de problemas de aprendizaje y el desarrollo de destrezas o habilidades diversas de forma autónoma y ubicua gracias a la mediación de dispositivos móviles portables" (Brazuelo y Gallego, 2012, p.17).

Esta estrategia consistió en hacer 12 jornadas de trabajo virtual sincrónico en plataformas como Zoom y Google Meet durante los meses de abril y agosto sobre temas como microlearning, curaduría, ideación y prototipado, de modo que los docentes pudieran diseñar clases acordes con la modalidad virtual implementada en tiempos de cuarentena. Asimismo, se hizo un acompañamiento constante y una asesoría permanente a 60 docentes a través del correo electrónico y el WhatsApp, permitiendo que se involucraran de manera directa en el proyecto por medio de la participación en nueve retos que buscaban darles más bases y herramientas sobre cómo usar los móviles para sus prácticas docentes. Con dicha participación en esta última estrategia, 60 maestros recibieron un certificado de 48 horas de formación en *Microlearning: ideación, curaduría y prototipado de herramientas digitales para la enseñanza.*

El microlearning, entendido la "expresión más pequeña que puede aplicarse a un área de estudio concreta" (Palazón Herrera, 2015, p.121) fue clave para que los profesores se sintonizaran con la posibilidad de crear fragmentos pequeños de contenido en plataformas flexibles para que los estudiantes pudieran acceder fácilmente en distintos momentos y lugares y que se vieran más motivados a aprender durante estas clases virtuales y en otras ocasiones. Para lograr esto, en las capacitaciones y por medio de distintas publicaciones, se les dieron herramientas para pensar en cómo crear actividades y recursos según los contenidos de las materias que tienen asignadas en su labor docente y considerando tiempos cortos para desarrollar las temáticas.

El objetivo final fue que los docentes tuvieran las suficientes capacidades para crear una sesión de clase virtual que, eventualmente, pudiera ser compartida con los estudiantes por medio de los desarrollos tecnológicos que se idearon también en el proyecto y los aprendizajes adquiridos en las sesiones de prototipado. Para lograr esto, los educadores también se formaron en el tema de la curaduría de modo que pudieran buscar, filtrar, organizar y compartir recursos de información valiosos a través de

contenedores digitales, repositorios o galerías con datos relevantes y confiables que los ayudaran en la planeación de los cursos. Con esta formación, los maestros adquirieron habilidades para seleccionar contenidos relevantes que cumplieran con un estándar alto en aspectos como calidad audiovisual, valor educativo y motivacional.

Adicional a esto, los profesores de las 10 instituciones educativas de Apartadó, Carepa y Necoclí, se capacitaron en el tema de ideación, un concepto entendido como la posibilidad de generar desde cero una idea, producto, estrategia, etc., para los procesos formativos, a partir de la imaginación y de referentes ya existentes. Para esto, desde el equipo de investigación del proyecto, se les compartieron diferentes plataformas y herramientas para que tuvieran más posibilidades de presentar los contenidos de sus clases de manera dinámica, corta y clara, es decir, crear sus propios recursos didácticos con base en los lineamientos del Ministerio de Educación Nacional.

Conclusiones

El proyecto *Ecosistema de contenidos digitales para Apps en Urabá* puso énfasis en la formación de los docentes para el uso de los móviles, teniendo en cuenta que, para el caso de Colombia, en el último informe del DANE (2018) el 78,1% de las personas a nivel nacional cuentan con un teléfono celular inteligente, aunque únicamente el 52,7% poseen conexión a internet de algún tipo. Es decir, esta cifra es representativa en tanto habla de la posibilidad de acceso a las TIC por parte de los ciudadanos pero, como se mencionó anteriormente, no habla de la apropiación que estos tienen de la tecnología ya que aún falta mucho para lograr una apropiación social del conocimiento en el ámbito de lo digital, según se comprobó en una región como la de Urabá, especialmente en el ámbito educativo en donde aparatos como los celulares podrían ser muy útiles, pues como lo afirman Chiappe y Romero (2018), es importante destacar las ventajas que presentan los móviles para la educación por toda la flexibilidad que permiten para acceder al conocimiento por la movilidad y la interconectividad que son propias de estos aparatos y, por supuesto, por el potencial para la generación de contenidos educativos que sean interactivos y llamativos gráficamente al posibilitar la creación de actividades de aprendizaje divertidas y eficientes. Además, especialmente en este momento de la historia que cambió las formas y los lugares para la enseñanza, los

celulares permitieron –en muchos de los casos- el aprendizaje fuera de las fronteras del aula.

Como lo plantean Canales & Marqués (2007), en el escenario actual, los avances tecnológicos y de la economía de la información han dado pie a que, en la sociedad, el conocimiento adquiere mucha relevancia por lo que aún hay que profundizar en el desarrollo de propuestas para que las instituciones educativas tengan la capacidad de asumir los cambios en los procesos de enseñanza-aprendizaje, especialmente en un contexto en el que se volvió inminente el uso de las TIC en los procesos educativos a raíz de la pandemia del Covid- 19.

Así, desde este proyecto se puede concluir que todavía queda un trabajo importante por realizar en países como Colombia para la apropiación de las TIC, especialmente de los dispositivos móviles ya que se considera que los recursos soportados por estos pueden presentar contenidos significativos que se encuentran disponibles para diseñar estrategias en la búsqueda de propósitos de aprendizaje. En ese sentido, y apartándose de la mirada instrumental de las TIC, también es fundamental que en este contexto en el que lo digital cobra tanta relevancia, se piense en "crear prácticas pedagógicas dentro de una diversidad de culturas públicas que den facilidades a la juventud, para que aprenda cómo ser sujeto de la historia, en vez de estar reducida a una pieza de su mecanismo" (Giroux, 1999, p. 61).

Referencias

Adell, J. (2004). Internet en Educación. Revista Comunicación y Pedagogía (200) 25-28 Recuperado de: http://www.comunicacionypedagogia.com/cyp_online/infcyp/indice/com200.html>Online: <http://edutec.rediris.es/Revelec2/revelec17/adell_16a.htm

Brazuelo, F. & Gallego, D. (2012). Mobile learning. Dispositivos móviles como recurso educativo. Eduforma.

Cardona, O., Chaverra, C., Restrepo, O. (2016) Tesis de maestría. Caracterización de los estilos de enseñanza que presentan los docentes en relación con los usos de las TIC en el aula. Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín. Recuperado de: http://bit.ly/2GCKabn

Canales, R. & Marqués, P. (2007). Factores de buenas prácticas educativas con apoyo de las TIC. Análisis de su presencia en tres centros educativos. Educar, 39, 115-133.

Chiappe, Romero, (2018). Condiciones para la implementación del m-learning en educación secundaria: un estudio de caso colombiano. Revista mexicana de investigación educativa, 23(77), 459-481. Recuperado de: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662018000200459&lng=es&tlng=es.

Crovi, D. (2009). Acceso, uso y apropiación de las TIC en comunidades académicas: diagnóstico de la UNAM. México, D.F., ed.: Plaza y Valdez.

DANE (2019). Indicadores básicos de tenencia y uso de TIC en hogares y personas de 5 y más años de edad 2018. Gobierno de Colombia.

EAV (2006). Un modelo para la educación en ambientes virtuales. Medellín. Editorial UPB.

Gómez Mont, C. (2009). La sociología de los usos: una perspectiva en construcción desde la escuela de pensamiento francófona y anglófona. en: Rodolfo Suárez (ed). Sociedad del conocimiento. Propuestas para una agenda conceptual. México, D.F. UNAM

Giroux, H. (1999). Pedagogía crítica como proyecto de profecía ejemplar: cultura y política en el nuevo milenio. En: (AUTOR, COMP. EDITOR) La educación en el siglo xxi. Los retos del futuro inmediato (pp. 53- 62). Barcelona: Editorial grao.

Martín-Barbero, J. (2003) Saberes hoy: diseminaciones, competencias y transversalidades. Revista iberoamericana de educación (32), 17-34

Martín-Barbero, J. (2009) Culturas y comunicación globalizada. Revista Científica de Información y Comunicación (6)175-192.

Ministerio de Educación Nacional (2013) Competencias TIC para el desarrollo profesional docente. Recuperado de: http://bit.ly/2GyKyHx

Onwuegbuzie A. J. y Leech, N. L. (2006). Linking Research Questions to Mixed Methods Data Analysis Procedures. Qual Report; 11(3), 474-498. Recuperado de http://www.nova.edu/ssss/QR/QR11-3/onwuegbuzie.pdf

Palazón Herrera (2015) Aprendizaje móvil basado en microcontenidos como apoyo a la interpretación instrumental en el aula de Música en secundaria. Revista de Medios y Educación. No 46. 119-136 Recuperado de: http://dx.doi.org/10.12795/pixelbit.2015.i46.08

Torres, Á. y García, O. (2008). “Redes de Investigación y Universidad Pública”, Revista digital UNAM.

UNESCO (2012). Mobile learning for teachers: exploring the potential of mobile technologies to support teachers and improve practice. París: Jara, I., Claro, M. and Martinic, R.

UNESCO (2002). A curriculum for schools and programme of teacher development; Division of Higher Education. Unesco, París. Recuperado de: http://www.unescobkk.org/index.php?id=3127.

Dispositivos de producción audiovisual en el ámbito académico-universitario: la experiencia del Laboratorio Audiovisual de Contenidos (LAC) y su producción denominada *Orientales*

Dispositivos de produção no ambiente acadêmico-universitário: a experiencia do Laboratório de Conteúdo Audiovisual (LAC) e a sua produção denominada *Orientales*

Audiovisual production devices in the academic-university environmet: the experience of the Audiovisual Content Laboratory (LAC) and its production called Orientales.

Santiago González Dambrauskas[40]
Juan Pellicer Díaz[41]
María Paula Terra Barral[42]

Resumen: *Orientales* es una miniserie de televisión emitida por *Tevé Ciudad* (señal pública y abierta de Montevideo), elaborada por el Laboratorio Audiovisual de Contenidos (LAC) en la Facultad de Información y Comunicación de la Universidad de la República (Montevideo, Uruguay). Entendiendo al cine documental como dispositivo, se desarrolló un proyecto pedagógico-productivo centrado en la generación de productos audiovisuales en el que se abordaron distintas modalidades de representación de la realidad. Estudiantes, docentes, egresados y profesionales participaron en la producción, combinando teoría y práctica a través de una metodología de enseñanza activa y por problemas. Se partió de un abordaje de la realidad que buscó trascender

[40] Santiago González Dambrauskas. Facultad de Información y Comunicación, Departamento de Medios y Lenguajes, Universidad de la República, Maestrando Maestría en Información y Comunicación FIC - Udelar, Uruguay, santiago.gonzalez@fic.edu.uy
[41] Juan Pellicer Díaz. Facultad de Información y Comunicación, Departamento de Medios y Lenguajes, Universidad de la República, Magister Maestría en Información y Comunicación FIC - Udelar, Uruguay, juan.pellicer@fic.edu.uy
[42] María Paula Terra Barral. Facultad de Información y Comunicación, Departamento de Medios y Lenguajes, Universidad de la República, Maestrando Maestría en Información y Comunicación FIC - Udelar, Uruguay, paula.terra@fic.edu.uy

la realidad áulica y promover la motivación creativa del estudiante. Este trabajo presenta los objetivos planteados al inicio del proyecto y el abordaje pedagógico-productivo de la experiencia.

Palabras Clave: Cine documental, investigación-creación, televisión académica

Abstract: Orientales is a TV series, produced by the Faculty of Information and Communication (Uruguay). This work presents the objectives set at the beginning of the project and the pedagogical-productive approach of the experience.

Key words: Documentary, practice as research, academic television.

1.Introducción

En este trabajo se presenta la experiencia que denominamos *Orientales,* serie de televisión desarrollada dentro del Laboratorio Audiovisual de Contenidos (LAC) en la Facultad de Información y Comunicación de la Universidad de la República (FIC-Udelar, Montevideo-Uruguay). El LAC es un espacio de formación e *investigación-creación* generado a partir de prácticas de producción audiovisual entre estudiantes, docentes y profesionales de comunicación orientado a la investigación de procesos productivos que encuentran un lugar de interacción entre la televisión pública abierta, el ámbito académico y la convergencia tecnológica.

Al momento el LAC desarrolló tres series televisivas (*Ventanas*, *Orientales* y *Memoria Emotiva*) y participó en la realización de dos proyectos de *investigación-creación* de contenidos audiovisuales (*Playlist*, *Inteligencia Conectiva*). Todos los proyectos mencionados, fueron integrados a espacios de educación formal dentro de la FIC-Udelar y fueron emitidos en canales de televisión pública, formando parte de la grilla de programación de *Televisión Nacional de Uruguay* (canal abierto público a escala nacional) y *Tevé Ciudad* (canal abierto público de circulación metropolitana).

El proyecto *Orientales* fue la experiencia más ambiciosa de formación desarrollada dentro del LAC, que pudo concretarse gracias a un financiamiento de la Comisión Sectorial de Enseñanza (CSE-Udelar), la participación de la Escuela Multidisciplinaria de Arte Dramático (EMAD) y el involucramiento de técnicos de la televisión, en donde estudiantes, docentes y egresados

de la FIC-Udelar generaron contenidos de cine documental de distinto tipo inspirados en la implementación práctica de los conceptos teóricos, que luego se procesaron pensando en dos maneras de consumo diferentes: cuatro capítulos de 25 minutos para televisión abierta que abordan la temática de la identidad nacional y una plataforma web en la que el espectador diseña su ruta de consumo (etapa en ejecución).

2. Fundamentos teóricos y pedagógicos del proyecto

El proyecto asume como convicción la centralidad de la creación en la generación-producción de conocimiento a partir de un proceso pedagógico-productivo centrado en la comunicación. La experiencia se inscribe en el Laboratorio Audiovisual de Contenidos (LAC) que forma parte del grupo de *investigación-creación* sobre producción documental *Ambigrama* de la FIC-Udelar.

El concepto de *investigación-creación* es un concepto inacabado, abierto, que engloba y es objeto de diversas combinaciones que varían según los sectores (artísticos y académicos) e individuos que la practican. Esta forma de investigación persigue ciertos objetivos que pueden resumirse en los siguientes: a) ampliar y redefinir lo que se entiende por investigación en el ámbito académico, b) precisar mejor los vínculos entre teoría y práctica, c) comprender mejor los modos de funcionamiento de la creación artística y d) socializar ese conocimiento (Siragusa, 2013; Borgdorff, 2010; Féral, 2009).

En términos pedagógicos, el proyecto *Orientales* sigue los lineamientos de la denominada *pedagogía de la comunicación* de Mario Kaplún (2001; 2002) inspirada en elementos de la pedagogía de Freire (1970) y Freinet (1971). Desde esta perspectiva, la noción de *praxis* se vuelve central como fundamento educativo. Praxis que, en términos de Freire, lleva a una pedagogía dialógica y problematizadora que se aleja del modelo hegemónico de transferencia de conocimiento (*bancario*) fomentando el pensamiento crítico para reflexionar y accionar sobre el mundo para transformarlo. Kaplún adapta este modelo, partiendo de la hipótesis de que a cada modelo educativo le corresponde un modelo de comunicación.

Como proceso educativo, la *pedagogía de la comunicación* propone una adaptación de algunos principios del modelo educativo de Freinet (1971) que sirven de guía. Entre ellos, podemos destacar: a) gestar un nuevo

entorno educativo superando el esquema tradicional, frontal y vertical, en donde el docente enseña (da) y el estudiante aprende (recibe), b) maximizar los recursos para el autoaprendizaje y coaprendizaje fomentando una *autoeducación orientada* estimulando el intercambio y la elaboración creativa, c) generar una motivación-estímulo que oriente el proceso y permita a los estudiantes la autoexpresión mediante la construcción de su propio mensaje y d) difundir, socializar y compartir el producto comunicacional generado. En síntesis, habilitar el desarrollo de los estudiantes, a partir de estrategias que habiliten el pasaje de una actitud pasiva (receptor) a una actividad activa (emisor) dentro de un proceso comunicacional. En palabras del autor:

La apropiación del conocimiento por parte de los educandos se cataliza cuando se los instruye y potencia como emisores. Su proceso de aprendizaje se ve favorecido e incrementado por la realización de productos comunicables y efectivamente comunicados (Kaplún, 2002, p. 218).

De acuerdo a Tomasino y Rodríguez (2011), los modelos pedagógicos con ejes diferenciales como el de docente-estudiante y estudiante-conocimiento, no han sido lo suficientemente profundizados a nivel de las prácticas de formación en el ámbito académico dentro de la Udelar. Partimos de considerar que cuando se lleva a cabo este tipo de propuestas de enseñanza activa y por problemas, los niveles de motivación son mucho más elevados ya que se trabaja desde la realidad y el problema concreto, no desde una realidad áulica.

3. El cine documental como dispositivo interdisciplinario

En términos de producción, el LAC se orienta en base al planteamiento o creación de *dispositivos* de producción audiovisual bajo la prerrogativa de sistematizar las prácticas de investigación audiovisual como elementos concretos en la generación de conocimiento genuino en todas las fases de producción. En el terreno específico de las ciencias de la comunicación, siguiendo a Dittus (2012), asumimos que el *dispositivo* "opera como un mecanismo o una red de relaciones que une, orienta o controla en función de un objetivo" (Dittus, 2012, p. 49).

Dentro del LAC, el mecanismo es el cine documental (desde un enfoque teórico-práctico unificador) en el que el objetivo es la generación de productos audiovisuales que vinculen la investigación y formación académica con la televisión pública y la

cultura de la convergencia en el contexto de la hipertelevisión (Jenkins, 2008; Gordillo, 2009).

La noción de documental ha sido y sigue siendo un concepto denso, poroso y problemático que ha dado lugar a una numerosa cantidad de definiciones y categorizaciones que aún se encuentran en discusión. Esta amplitud conceptual desde su nacimiento ya sea por la vía teórica o práctica (Robert Flaherty, Dziga Vertov, John Grierson), habilita distintas modalidades de representación de la realidad (Nichols, 1997) mediante diferentes voces autorales (Plantinga, 2014) con diversos propósitos y funciones (Renov, 2010; Barnow, 1996) en la creación de productos audiovisuales concretos.

En términos metodológicos, el LAC propone un proceso de investigación-aprendizaje a partir de la resolución de problemas y puesta en práctica de conocimientos previamente adquiridos abordando la producción audiovisual (desde el cine documental) a partir de la *interdisciplina*. Siguiendo a Sutz (2015), postulamos que este tipo de enfoque evoca encuentros; lo que tomado en sentido literal también implica una dimensión colectiva de abordaje, no sólo se trata de conocer más, sino también otras formas, traspasando límites y fronteras a través de un diálogo conjunto.

En ese territorio convergente, a partir de una puesta en conjunto coordinada, combinada y complementaria, entre saberes disciplinares distintos para la producción de contenidos audiovisuales concretos, es que se sitúa el proyecto. En síntesis, entendemos que *Orientales* aporta una innovación educativa, a partir de una enseñanza activa y en base a resolución de problemas, planteando como estrategia un dispositivo de convergencia interdisciplinario con foco en el cine documental.

4. Objetivos iniciales del proyecto *Orientales*

Orientales consiguió financiación para su realización a través de una convocatoria a proyectos de innovaciones educativas de la Comisión Sectorial de Enseñanza (CSE-Udelar). Allí se plantearon ciertos objetivos que se describen a continuación:

1) Gestación de un proyecto audiovisual a partir del Laboratorio Audiovisual de Contenidos (LAC) insertando la experiencia dentro de una unidad curricular de la Licenciatura en Comunicación (FIC-Udelar).

2) Formación de estudiantes en aspectos técnicos operativos (cámara, producción,

sonido, edición, etc.) a partir de la realización del proyecto audiovisual en base a conocimientos teórico-prácticos previamente adquiridos.

3) Generación de contenidos audiovisuales que cumplan con estándares de emisión en un canal de televisión público y abierto, a partir del trabajo desarrollado en el ámbito académico-universitario.

4) Generación de lazos institucionales colaborativos entre la FIC y otros ámbitos universitarios y la televisión pública.

Cabe destacar lo que denominamos como punto de partida institucional. La unidad curricular en la que se realizó el proyecto está inserta en una Licenciatura en Comunicación, en donde los estudiantes reciben una formación de base interdisciplinaria que les permite reflexionar sobre la realidad desde distintas perspectivas (comunicación, sociología, antropología, semiótica, filosofía) pero que cuenta con pocas experiencias prácticas de producción audiovisual. En este sentido, el proyecto sirve a modo de experimentación en el campo de la producción y también como punto de partida hacia un proceso posterior dentro de la trayectoria estudiantil, que en muchos casos culmina con un Trabajo de Grado de *investigación-creación* audiovisual.

5. Proceso de producción de *Orientales*

En este punto, pasaremos a describir las etapas desarrolladas para abordar la producción de los contenidos. En primer lugar, se trabajó en conjunto entre egresados y docentes (integrantes del LAC) avanzando sobre una propuesta temática y de recursos audiovisuales a implementar como punto de partida para trabajar con los estudiantes. Paralelamente, se realizaron intercambios con *Tevé Ciudad* (canal abierto público de circulación metropolitana) y se trabajó con el área de coordinación de proyectos y contenidos del canal.

De este trabajo emergió una propuesta de contenidos y un posible formato (pastillas audiovisuales o mini-serie conformada por capítulos de 30 minutos sobre una temática unificada). La orientalidad, la identidad nacional y los conceptos definidos en las primeras cuatro estrofas del himno nacional uruguayo (patria, libertad, alma, heroicidad) definieron la temática por donde iba a versar el proyecto en su totalidad. Por un lado, el hecho de definir cuatro conceptos nos arrojó una primera manera de delimitar la modalidad de trabajo. Por otro lado, se procuró que los estudiantes pudieran

explorar distintos recursos narrativo-estéticos que hacen a la realización documental y televisiva.

Culminada esta etapa, se organizó a los estudiantes en grupos de trabajo que denominamos productoras. Cada una se integró por 5 o 6 estudiantes que debieron asumir roles específicos (dirección, fotografía, sonido, edición, etc.) que emulan el campo profesional. De esta forma, se contó con grupos organizados independientes (productoras) que comenzaron a explorar y producir distintos contenidos. Para ello, se propuso un plan de trabajo, en base a consignas de ejercicios audiovisuales, que culminaron siendo los *segmentos* del programa.

Los ejercicios audiovisuales (segmentos) fueron concebidos para transitar desde lo más simple a lo más complejo, atravesando distintas dificultades y desafíos por parte de los estudiantes en relación al contenido a producir. A continuación, se describen, de forma muy breve, los distintos segmentos producidos por los estudiantes durante el desarrollo del proyecto.

a) *20 segundos de uruguayez*: El primer segmento consistió en la elaboración de un video individual de 20 segundos de duración, que representara algún aspecto de la identidad uruguaya, con total libertad en el tratamiento audiovisual por parte de los estudiantes. Los ejercicios entregados demostraron disparidad de conocimientos técnicos pero cierta unidad temática respecto a lo registrado. En este sentido, el fútbol, la bandera de Uruguay y fundamentalmente el mate, aparecieron en la gran mayoría de los ejercicios entregados.

b) *Un minuto en Uruguay*: Se trató de la realización de contenidos de un minuto de duración, desde un único punto de vista y en toma única de diversos espacios, emulando las prácticas pioneras de los hermanos Lumière. Este recurso generó una serie de postales audiovisuales de distintos barrios de Montevideo.

c) *Vox pop*: Serie de pequeñas entrevistas callejeras, en distintos barrios de Montevideo, en base a los cuatro ejes temáticos propuestos. Se buscó conseguir testimonios de habitantes de distintas zonas de la ciudad, llegando tanto a lugares céntricos como periféricos de la capital de distinta realidad socio-económica. Figuras como las del prócer nacional Artigas, la identidad cultural en torno a prácticas instaladas (mate, asado, carnaval, fútbol), la religión católica y ciertos aspectos de índole económica fueron recurrentes en los

diversos testimonios ante preguntas que giraron en torno a qué entienden los uruguayos por la construcción de nuestros héroes, la patria, el alma y la libertad.

d) *Micro-documentales*: Cortometrajes documentales de entre 2 y 3 minutos que representan, al entender de los estudiantes, la orientalidad. La propuesta, a su vez, siguió un tratamiento cercano al denominado *cine directo* (Weinrichter, 2004; Lanza, 2013). El material culminado por cada grupo (productora), presenta la realización de 12 micro-documentales con protagonistas centrales vinculados a las temáticas propuestas.

e) *Entrevistas en profundidad*: Los contenidos resultantes de este proceso fueron 12 entrevistas con especialistas y referentes científicos que previamente abordaron la temática (sociología, historia, antropología, psicología), así como también referentes de la cultura nacional en el ámbito del arte (música, cine, teatro) o del ámbito educativo y social (activistas, maestros, entre otros). Cada productora desarrolló un proceso de investigación para definir el entrevistado, preparar la entrevista y participó de la definición del tratamiento para lograr una estética común en este segmento.

f) *Segmento propuesto por estudiantes*: Los distintos grupos (productoras) realizaron propuestas de nuevos segmentos a ser producidos dentro de las cuales se culminó por seleccionar una. El segmento consistió en la producción de cuatro grafitis interviniendo espacios de la ciudad. El trabajo incluyó la búsqueda de cuatro artistas callejeros que prepararan propuestas para la intervención, la filmación del proceso (desde la idea hasta la intervención), la búsqueda de espacios posibles y la posterior gestión de permisos para la intervención, además de gestionar y conseguir los recursos económicos que hicieran posible la propuesta. El proceso culminó con la producción de cuatro murales en la ciudad que se vinculan con los ejes temáticos.

g) *Himno Nacional:* Este segmento se propuso realizar un registro audiovisual en distintos lugares en los que se interpretara el himno nacional uruguayo. Cada productora desarrolló un proceso de investigación sobre distintas agrupaciones y/o colectivos que tenían como parte de su propuesta musical la representación del himno. Entre las tareas proyectadas se debió contactar a las autoridades de dichas instituciones, y obtener los permisos necesarios para poder hacer el registro, además de planificar las

instancias de rodaje de acuerdo a la disponibilidad que se les ofrecía. Se culminó con un registro multicámara de cuatro instancias en donde se interpretó el himno por distintos colectivos (niños de una escuela pública, un coro de adultos mayores, un cuerpo militar y una banda sinfónica del interior del país).

h) *Casting, improvisaciones sobre consignas:* La propuesta consistió en la grabación de un casting a actores y no actores que debían apelar a la improvisación basados en determinadas consignas preelaboradas por docentes y egresados del LAC. Para la conducción de este casting se convocó a Claudio Quijano, comunicador, actor y egresado de la FIC. Todo el equipo de trabajo se dividió en roles, formando así un equipo de producción, arte, cámara, iluminación, asistencia de dirección, dirección de cámara y sonido. Se desarrolló una propuesta de arte, luces, cámara y difusión en redes sociales para convocar a actores y actrices. Se estableció un vínculo interinstitucional con la EMAD (Escuela Multidisciplinaria de Arte Dramático) quien apoyó el proyecto a través de su depósito de arte y de una convocatoria a estudiantes para participar del proyecto. Más de 40 personas participaron del casting que fue filmado en dos jornadas completas dentro del estudio de televisión de la FIC.

Finalizado el rodaje de este último segmento (casting) se dio por culminada la etapa de producción de contenidos y se inició el proceso de montaje de la mini-serie que llevó un periodo estimado de seis meses de trabajo. La descripción y análisis de este proceso ameritaría otra ponencia, por lo que nos limitaremos a señalar que se trabajó en un proceso activo de enseñanza-aprendizaje de manera coordinada y conjunta entre los editores de cada productora, docentes y egresados (integrantes del LAC) que editaron los contenidos producidos en base a una estructura narrativa que pudiera unificar los distintos segmentos. A su vez, se contó con el apoyo de profesionales de *Tevé Ciudad* para la realización de las gráficas del programa y la posproducción de sonido de los cuatro capítulos de la miniserie. El resultado del proceso puede observarse en los cuatro capítulos que componen la miniserie:

1) La patria o la tumba:

2) Libertad o con gloria morir:

3) El voto que el alma pronuncia:

4) Y que heroicos sabremos cumplir:

Finalmente, es importante mencionar que el proyectó incluyó también una etapa de

difusión previo al estreno televisivo. Para ello se creó un equipo de trabajo con estudiantes que habían participado de la experiencia de producción, quienes, en conjunto con integrantes del LAC y con apoyo de la Unidad de Comunicación de la FIC, generaron una estrategia de difusión por redes sociales además de gestionar notas de prensa en medios masivos.

Quedó en evidencia así el vínculo que se establece entre los estudiantes y el proceso, que tuvo un recorrido completo desde su génesis pasando por todas las etapas de producción y culminando con la posproducción y difusión del producto audiovisual logrado. La participación activa en el proceso de aprendizaje llevó a que cada estudiante se convierta en el co-responsable emisor de un fenómeno comunicacional que obtuvo difusión en un medio de comunicación masivo, apropiándose del proceso, incrementando sus niveles de compromiso y favoreciendo el desarrollo de saberes previamente adquiridos.

6. A modo de cierre

Entendemos que los cuatro objetivos propuestos al inicio del proyecto fueron conseguidos. En primer lugar, se logró producir un proyecto audiovisual, íntegramente, a partir de una experiencia pedagógica inserta dentro de una unidad curricular de la Licenciatura en Comunicación (FIC-Udelar).

En segundo lugar, como integrantes del equipo docente consideramos que el modelo pedagógico seleccionado, generó un vínculo profundo de los estudiantes con la producción audiovisual a elaborar. Aprobar una unidad curricular quedó en segundo plano, como lo demostraron los estudiantes que con posterioridad a la finalización del semestre continuaron vinculados a la etapa de posproducción, concurrieron a entrevistas en distintos medios de prensa (antes de su estreno) y participaron de su difusión en redes sociales.

En tercer lugar, los contenidos producidos en el ámbito académico-universitario cumplieron los estándares de calidad profesional, logrando ser emitidos en un canal público y abierto (*Tevé Ciudad*) formando parte de la grilla y de la programación del canal. Por otro lado, recientemente el proyecto fue seleccionado en el *Festival DeTour* dentro de la categoría de series, un festival que apuesta a la visibilidad de proyectos de contenidos creativos y emergentes.

En cuarto lugar, consideramos fundamental el fortalecimiento institucional desarrollado en el proyecto, ya que se generaron colaboraciones internas en la Licenciatura de Comunicación, con otras instituciones educativas públicas (EMAD) y canales de televisión públicos (*Tevé Ciudad*). Cabe señalar que estas experiencias de colaboración interinstitucional han abonado el terreno para continuar elaborando otros proyectos que les dan continuidad a las experiencias realizadas. A modo de ejemplo, podemos mencionar el proyecto *Memoria Emotiva* elaborado en conjunto entre docentes y estudiantes de FIC y EMAD también emitido por *Tevé Ciudad*.

En la actualidad el proyecto *Orientales* se encuentra en etapa de posproducción de su segunda temporada, ya que la experiencia fue replicada en el año 2019 centrándose en la temática de las Elecciones Nacionales. Finalmente, la experiencia en su conjunto desarrolló más de 300 contenidos audiovisuales independientes (incluyendo los contenidos realizados para cada segmento) que permiten el desarrollo de otras formas de difusión. En este sentido, se proyecta el desarrollo de un sitio web, en el que quienes ingresen puedan construir su propia experiencia y ruta de consumo para lo cual estamos buscando financiación que haga viable el proyecto.

Referencias

Barnow, E. (1996) *El documental. Historia y estilos*. Barcelona: Gedisa.

Borgdorff, H. (2010) El debate sobre la investigación en las artes. *Cairon: Revista de ciencias de la danza*, (13), pp. 25-46

Dittus, R. (2012) El cine documental político y la noción de dispositivo. Una aproximación semiótica (Tesis doctoral). FCC-UAB, Barcelona.

Gordillo, I. (2009) La hipertelevisión: géneros y formatos. Quito: CIESPAL.

Jenkins, H. (2008) Convergence Culture: La cultura de la convergencia de los medios de comunicación. Barcelona: Paidós.

Kaplún, M. (2001) A la educación por la comunicación. La práctica de la comunicación educativa. Quito: CIESPAL.

Kaplún, M. (2002) *Una pedagogía de la comunicación*. La Habana: Editorial Caminos.

Féral, J. (2009) Investigación y creación. *Estudis Escénics. Quaderns del'Institut del Teatre*, (35), pp. 327-335.

Freinet, C. (1971) *Educación por el trabajo*. México: FCE.

Freire, P. (1970) *Pedagogía del oprimido*. Montevideo: Tierra Nueva.

Lanza, P. (2013) La cámara y el sujeto: sobre el direct cinema. *Revista On-Line Cine Documental*, Número 8. Recuperado de http://revista.cinedocumental.com.ar/la-camara-y-el-sujeto-sobre-el-direct-cinema/

Nichols, B. (1997) La representación de la realidad. Cuestiones y conceptos sobre el documental. Barcelona: Paidós.

Plantinga, C. (2014) Retórica y representación en el cine de no ficción. DF: UNAM.

Renov, M. (2010) Hacia una poética del documental. *Revista On-Line Cine Documental*, Número 1. (Traducción: Soledad Pardo). Recuperado de http://revista.cinedocumental.com.ar/wp-content/uploads/renov_hacia%20una%20poetica_n1.pdf

Siragusa, C. (2013) Pedagogía [de la] [en] experimentación: reflexiones acerca de la enseñanza de la investigación/creación audiovisual. *Revista TOMA UNO*, (2), pp. 177-188.

Sutz, J. (2015) Prólogo. En Vienni, B. et al (Ed), *Encuentros sobre interdisciplina* (pp. 11-17). Montevideo: Trilce.

Tomasino, H. y Rodríguez, N. (2011) Tres tesis básicas sobre extensión y prácticas integrales en la Universidad de la República. *Cuadernos de Extensión*, (1), pp. 19-42.

Weinrichter, A. (2004) Desvíos de lo real. El cine de no ficción. Madrid: T&B.

Ideologia, Hegemonia e Algoritmos: o Big Data regulando vidas

Ideología, hegemonía y algoritmos: Big Data regulando vidas

Ideology, Hegemony and Algorithms: Big Data regulating lives

Renata Lipia Lima[43]

Resumo: Compreender o processo comunicacional e a mídia como instrumentos da sociedade na confrontação das ideias, na direção moral, intelectual e na orientação para as disputas concretas existentes — levando em conta a tecnologia e a forma como se distribui na sociedade, e a convergência dos capitais — são pontos fundamentais para entender o cenário que participamos e atuamos, de forma geral.

O mundo virtual transformou nossa maneira de ser e estar no mundo. A maneira como nos relacionamos, interagimos, falamos. As tecnologias digitais redesenharam nosso cotidiano, que cada vez mais é precedido pelas imagens e os algoritmos.

O presente artigo pretende ponderar sobre estes processos comunicacionais e algorítmicos. Para tanto, recorremos às importantes considerações de Karl Marx, Marilena Chauí, Antonio Gramsci, Nick Couldry e Muniz Sodré.

Palavras Chave: Ideologia, Hegemonia, Algoritmos.

Abstract: The article aims to understand the communication process and media as instruments of society in facing ideas, in the moral and intellectual sense, and in orienting the concrete disputes existing in society, considering that the virtual world has transformed our way of being in the world.

The way we relate, interacting, talking, has been redesigned by the digital technologies of our day to day, which is increasingly preceded by images and algorithms.

[43] Renata Lipia Lima, Universidade de São Paulo – Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes, Brasil. renata.lipia.lima@usp.br.

This article intends to consider these communicational and algorithmic processes, in order to understand how Big Data and platform systems can directly interfere in our lives.

Key words: Ideology; Hegemony; Algorithms.

Ideologia e Algoritmos — uma breve contextualização

Ainda que existam diversas definições atribuídas aos termos ideologia e hegemonia, é possível encontrar um fio condutor semântico que nos conduz ao sentido das formas simbólicas por parte dos grupos sociais, que lutam pelo reconhecimento, o exercício do poder, sua manutenção e pelo apaziguamento de ânimos.

Quando a comunicação se tornou um fator estruturante do exercício da política, na esteira das diversas transformações da modernidade, emergiu a hegemonia como um conceito que traduziu a busca de ascendência cultural, de uma classe ou estrato social sobre outros. Tanto a ideologia como a hegemonia são conceitos que se articulam de modo notório com a dimensão simbólica, cultural e comunicacional da atividade social e política, com as relações de poder e de dominação. Nesse sentido, ocupam um lugar importante no vasto campo de estudos das relações entre comunicação e política (THOMPSON, 2002).

O termo ideologia veio da filosofia iluminista francesa pós Revolução, cunhado por um filósofo, político e soldado Antoine-Louis-Claude Destutt, o conde de Tracy, para designar uma ciência que tinha por objetivo ser a "ciência das ideias", um conceito racionalista no qual fosse possível analisar sistematicamente ideias e sensações, culminando em uma base segura para um conhecimento sólido. (CHAUI, 2008).

A Professora Marilena Chaui pontuou que, apesar de bonapartista num primeiro momento, o movimento tornou-se oposicionista e desafeto do regime em um período curto de tempo, e por isso, sinônimo pejorativo para Napoleão:

> "Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer afundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história" (CHAUI, 2008, p. 27) –

atacando diretamente a imagem que os ideologistas tinham de si, como materialistas, antimetafísicos e realistas.

O sentido contemporâneo do termo é entendido, em larga medida, a partir da reflexão de Marx, com quem os demais pensadores e filósofos do ocidente se relaciona, ainda que antagonicamente. Karl Marx, conservando o sentido napoleônico do termo, dirigiu-se aos ideólogos alemães com severas críticas, já que, segundo ele, estes ideólogos invertiam as relações entre as ideias e a realidade, formando um sistema de concepções que não possuíam relação como mundo real. (CHAUI,2008. p.28),

Karl Marx e Friedrich Engels em *A Ideologia Alemã* (1987), afirmaram que a produção de ideias se conecta profundamente à atividade material do indivíduo, que por sua vez, é dependente das condições materiais de sua produção. Considerando que o determinante da forma de troca entre os seres humanos é o que definiria a maneira de produção do trabalho. Assim, entendemos que a condição da produção é, sobretudo, social: ao desenvolver sua produção material a sociedade transforma sua forma de pensar.

Estas considerações foram um ponto de inflexão no entendimento do termo ideologia, dado que surgiram elementos para uma concepção diferente, do até então apresentado, como um sistema de representações que servem para sustentar relações de dominação de classe por meio da orientação das pessoas para imagens e ideias que mascaram a realidade e desviam da busca coletiva de mudança social.

Neste sentido, entendemos que a hegemonia é parte intrínseca do processo. Hegemonia, etimologicamente, deriva do grego *eghestai*, que significa "ser guia", "ser chefe", e do verbo *eghemoneuo*, que quer dizer "conduzir", e por derivação, "comandar", "dominar". A luta pela obtenção da hegemonia, envolve sempre a relação entre o Estado, a sociedade civil, as formas materiais de produção e as estruturas ideológicas e jurídico-políticos.

Este conceito envolve, de forma usual, reflexão sobre o papel dos intelectuais, da cultura de massa e a indústria cultural. O conceito também é utilizado para discutir o papel da mídia nas sociedades contemporâneas, principalmente sobre o poder que exercem em produzir ideias e estilos de vida hegemônicos, reordenador das relações sociais (COUTINHO, 1989, P. 9-10).

Assim, a hegemonia, segundo Antonio Gramsci (2002, p. 62-63): é um conceito que revela a natureza complexa da ligação entre o povo e os grupos liderantes da sociedade. Gramsci indicou que os efeitos políticos que decorrem do funcionamento da ideologia geram impacto de toda sorte na integração dos vários grupos numa dada ordenação coletiva.

Neste cenário, verificamos a mídia como fundamental na estrutura cultural e econômica de nossa sociedade. Todo este setor, que hoje figura com um lastro maior de atuação, fruto da convergência tecnológica e fusão de capitais privados, tem uma importância crucial na batalha ideológica e de disputa das representações sociais — numa posição privilegiada de alcance das massas e reprodutibilidade de interesse dos *status quo.*

Nós, enquanto agentes sociais, estamos diretamente inseridos nessa dinâmica de promoção da transformação de hábitos, costumes, valores e, portanto, nossa produção em rede tem impacto direto no cotidiano e na construção de sentidos partilhados. Essa atuação contribui para normatização de valores que permitem a formação e consolidação de identidades sociais coletivas e está, de modo cada vez mais evidente, dependente da intervenção da mídia.

Vimos que a segunda metade do século 20 apostou na informação e seus desdobramentos tecnológicos como um campo propício de desenvolvimento das aptidões humanas para convivência em harmonia. O século corrente, porém, trouxe à tona uma série de questões a respeito das práticas exercidas e sobre o que de fato reconhecemos como representatividade cultural e liberdade de expressão, além do abalo na confiança dos estados democráticos.

Na medida em que observamos o vertiginoso crescimento da tecnologia e de seus recursos, é possível perceber também o aumento da dificuldade humana em lidar com a alteridade. Discursos de ódio são disseminados e capilarizados rapidamente — assistimos um vulto avassalador, impulsionado por robôs e mecanismos de compartilhamento de informação massiva, que tem como produtor e juiz algoritmos que decidem sobre a relevância e sobre a formatação da informação que é disseminada.

Vamos, a partir das considerações supracitadas, debruçarmo-nos sobre o conceito de algoritmos e Big Data a fim de

jogar luz sobre esta nova arena de disputa socioeconômica e cultural.

Algoritmos e Big Data – nossos dados e vidas em disputa

Começaremos aqui pontuando o entendimento de algoritmo, que segundo Christian e Griffiths (2017), é uma sequência finita de instruções executadas mecanicamente ou eletronicamente em um espaço computacional para execução de tarefas desenhadas. Os algoritmos precisam de programações humanas, mas podem ser executados automaticamente, conforme os comandos recebidos. No entanto, podemos entender esses códigos e procedimentos também como novos termos e preceitos paradigmáticos, a partir do momento que compreendemos este processo como linguagem e comportamento humano traduzido em códigos binários.

Assim, é possível apreendermos que o registro de todas nossas atividades em rede, seja de qual ordem for – econômica, cultural, social, política – gera um perfil de consumo, de hábito, de direcionamento moral, onde as grandes corporações conseguem uma fonte preciosa de informação comportamental a respeito de todos seus usuários. Pensemos, pois, sobre a enorme quantidade de informações capturadas nestes processos de extrações de dados.

Nessa conjuntura, o Big Data se apresenta como um imenso conjunto de dados de tanto tamanho, complexidade e variedade, que os métodos tradicionais de processamento de dados não são capazes de analisá-los da maneira devida. Por isso, junto desse grande volume informacional, vem sendo constantemente desenvolvidos e aprimorados novos sistemas de armazenamentos e tratamentos de dados que propicie maior clareza na detecção de elementos e informações sobre os indivíduos (FIAP,2015).

O Big Data não é um fenômeno novo ou isolado, faz parte de uma longa evolução da captura e uso de dados. Este se apresenta como mais um passo, dentre tantos outros, na trajetória do processamento de dados e da Internet. Contudo, trata-se de uma mudança paradigmática sensível, pois a partir dele a concepção acerca da sociedade, cultura e economia está sendo estruturalmente alterada.

Deste grande volume de dados processado e qualificado, é possível obter indicativos comportamentais que colocam as corporações detentoras desta tecnologia em larga vantagem na voraz corrida

mercadológica. Pois, dessa fabulosa fonte de padrões sociais é possível gerar predições do comportamento coletivo e individual humano que podem interferir diretamente no curso de questões primordiais de nosso corpo social — em rede ou não.

Diante deste novo cenário, perguntamo-nos: quais as possíveis consequências em adotarmos, indiscriminadamente e sem criticidade, os algoritmos como reguladores de nossas vidas? Vamos aqui ponderar sobre a questão.

Cathy O'Neil em seu livro “Weapon of Math Destruction" – WMD (2017), usa o termo "arma de destruição matemática" para descrever as características dos mais danosos tipos de modelos algorítmicos: Obscuridade, Escala e Dano. Ao longo do livro, O'Neil apresenta uma série de exemplos de como estas operações impactam a vida de um grande número de pessoas enquanto elas tentam ir à faculdade, fazer empréstimos, são condenadas à prisão ou tentam encontrar ou manter um emprego. São casos cotidianos que evidenciam como o processo de ranqueamento e desempenho social têm causado transtornos nas vidas dos mais pobres.

Isso ressalta outro recurso comum das WMDs. Eles tendem a punir os pobres. Isto é, em parte, porque eles são projetados para avaliar grande número de pessoas. Eles são especializados em atacado e baratos. Isso faz parte do apelo deles. Os ricos, por outro lado, geralmente se beneficiam de entrada pessoal. Um escritório de advocacia de sapatos brancos ou uma escola preparatória exclusiva incline-se muito mais em recomendações e entrevistas cara-a-cara do que cadeia de fast-food ou um distrito escolar urbano sem dinheiro. Os privilegiados, vamos ver uma e outra vez, são processados mais por pessoas, as massas por máquinas (O’NEIL, 2017, p. 14)

O principal pilar que suporta as ideias da matemática é a tendência que as pessoas têm em acreditar cegamente nos algoritmos. Cathy explica que as pessoas, normalmente, pensam que o algoritmo é um método inteligente para se chegar a uma verdade objetiva. Os modelos treinados para resolver um problema específico podem invadir outras áreas gerando impactos não calculados. Os riscos aumentam à medida que os dados aumentam. Além disso "na era do *machine learning*, a maioria das variáveis permanecerão um mistério ... os modelos serão extremamente eficientes, aparentemente arbitrários, e completamente inexplicáveis" (2018).

Os softwares se apresentam como ferramenta de coleta e formatação dados com um potencial de conteúdo muito significativo. O algoritmo aqui não é visto apenas como resultado de uma equação matemática, mas como um conjunto de hábitos sistematizados do qual é possível inferir e detectar determinados modos de fazer, processos e estratégias, dando aos detentores desta tecnologia um grande poder de rastreamento comportamental e consequente possibilidade de previsão e manipulação destes passos em redes.

Assim, não se pode apenas visualizar a informação sem atribuir algum tipo de significado ao que se enxerga. É necessário entender que a ferramenta de leitura destes dados é um intermediador dessa informação e, consequentemente, levar em conta para quê a ferramenta foi projetada e quem a projetou. Dessa forma, mantem-se em vista pressupostos intencionais importantes na leitura imagética desses dados propiciados pelo software.

Aqui recorremos ao ponto de vista do professor Nick Couldry, que em artigo sobre o colonialismo de dados (2018), alerta não só para o perigo das práticas prejudiciais já existentes, mas também para o poder exploratório que os detentores dos modelos algorítmicos possuem, colocando em risco as condições básicas de autonomia do sujeito, a partir do rastreamento de dados aprofundado.

Couldry explica que esse novo tipo de relação humana permite a mercantilização dos dados extraídos, de forma tão expansiva e impetuosa, quanto à ação de apropriação de terras e recursos do colonialismo histórico. Com a diferença que esta nova modalidade não tem um único polo de poder, o ocidente, mas dois: Estados Unidos e China. (COULDRY, 2018, p. 3)

Importante pontuar que o colonialismo como conceito histórico utilizado para identificar a política de invasão e controle de territórios, resultou na dizimação de milhões vidas nativas, com uso de violência atroz e o esgotamento de vastas quantidades de recursos naturais, tudo para o enriquecimento de poucos. Utilizar o conceito de colonialismo de dados não significa fazer analogias rasas, mas traçar paralelos com desenvolvimento das economias em escala global, práticas predatórias de extração de dados e a naturalização da apropriação de recursos em rede (COULDRY, 2018, pág. 6).

Assim, é de se esperar que o colonialismo dos dados forneça as condições prévias para essa nova etapa do capitalismo que, no

momento, tateamos a interpretação, mas para o qual a cooptação da vida humana através dos dados já se mostra fundamental.

O Professor Muniz Sodré chama de *sociedade incivil* (2019) o organismo o tecnossocial comprometido com a reorganização do mundo pela tecnociência e pelo mercado. Ele explica que não se trata mais apenas do Estado, mas de todos os elementos que compõe este sistema, articulados através da midiatização.

Nesse contexto, é perceptível que a hegemonia do capital financeiro, da cultura algorítmica do poder tecnológico, tem capilarizado um novo padrão do poder institucional — que vem se alastrando e colocando em xeque antigas instituições e a máquina pública. Essa nova dinâmica vem corroendo as ligações entre população e Estado. E, ainda que essa disposição possa sugerir um acontecimento inédito, verificamos se tratar de mais uma faceta do conhecido jogo hegemônico.

É nesse contexto que a hegemonia do capitalismo financeiro, da cultura algorítmica e do biopoder dá margem à hipótese de emergência de uma espécie de ponta-cabeça da velha sociedade civil, onde mutações socioeconômicas desconstroem os laços representativos entre povo e Estado — portanto, a política em sua forma parlamentar — em benefício de formas tecnológicas e mais abstratas de controle social (SODRÉ, 2019).

A novidade reside, no entanto, no formato: assim como o capitalismo industrial não teria acontecido sem a prévia apropriação de extensos territórios e seus recursos sob o colonialismo histórico, percebemos hoje que estamos diante da primeira etapa de outro duplo desenvolvimento a longo prazo: a apropriação colonial da vida em geral e sua anexação ao capital.

Essa nova ordem social baseada no fluxo de dados apresenta um assombroso poder de influência comportamental e de padronização do comum. Estamos diante de uma nova etapa de exploração e domínio por parte dos detentores do capital que alcançam oportunidades de maximização dos seus lucros de maneira extraordinária.

No entanto, é de interesse pontuar que, diante de esforços coletivos e interessados, é possível construir uma nova lógica de utilização de ferramentas, plataformas e dados. Lógica essa que possa compreender o bem estar dos usuários e promover diminuição de desigualdades. Que utilizemos os nossos conhecimentos para um uso emancipador dos dispositivos conectados em

rede – a técnica libertadora, como nos explicou o professor e geógrafo Milton Santos:

> Nunca na história da humanidade houve condições técnicas e científicas tão adequadas a construir o mundo da dignidade humana, apenas estas condições foram expropriadas por um punhado de empresas que decidiram construir um mundo perverso, cabe a nós fazer destas condições materiais a condição material de uma outra política." (TENDLER, 2010).

Professor Milton Santos aponta ainda que esta nova possibilidade de mundo não se dará de maneira verticalizada, ou seja, com a mesma elite do capital direcionando as formas e procedimentos de nossa vida em sociedade, mas debaixo para cima, permitindo a implantação de um novo modelo social, técnico, cultural, político e econômico, que

> "a partir de uma nova distribuição dos bens e serviços, conduza à realização de uma vida coletiva solidária e, passando da escala do lugar à escala do planeta, assegure uma reforma do mundo, por intermédio de outra maneira de realizar a globalização[44]" (SANTOS, 2000, p. 170).

Conclusão

Cada período histórico é marcado por necessidades e características sociais específicas. Essas características vêm da estrutura da sociedade, dos tipos de relações existentes, modo de vida, da organização econômica, política e dos tipos de comunicação entre as pessoas. A cada nova quebra sócio temporal essas estruturas se alteram. Mudam também os modos de poder, formas de influências, modelo de lideranças e padrões de relações entre as pessoas (BRAUDEL, 2007).

A nossa concepção e entendimento de cultura já não pode ser dissociada da nossa consciência de dados. Inclusive, saber ler estes dados, entender sua apresentação na superfície correlata, é ter posição privilegiada nesta sociedade hipermidiática, dado que elas nos apresentam, de forma muito específica, padrões e comportamentos de nossa atualidade.

Não podemos encerrar em fins monetários, ou para poucos, uma nova linguagem e códigos que propiciem comunicação com o mundo e suas proposições. Faz-se necessário garantir ao usuário do mundo digital que atue com

[44] Ainda que o termo globalização possa parecer ultrapassado diante deste atual cenário, reforço que seus preceitos fundamentais residem, avançados e com novas roupagens, pois, com a mesma lógica.

consciência ativa do que recebe e o que produz de dados, dos seus vestígios e de como sua interação e manifestação no mundo é encarada social e mercadologicamente. Subverter a ordem hegemônica que controla o mundo, não só digital, começa por essa construção consciente de um novo posicionamento sociocultural, que nos tempos de hoje, perpassa obrigatoriamente pelo mundo em dígitos.

"Não devemos abandonar a automação ou parar de confiar em algoritmos, mas exigir responsabilidade", disse Cathy O'Neil (2018). Saber com qual finalidade a operação matemática está sendo empregada, qual a meta a ser atingida, como o design foi pensado e, sobretudo, ter clareza que os processos precisam ser regulamentados, imputando jurisdição a quem seja de direito, parece um princípio razoável.

Precisamos, por fim, estar interessados em discutir fundamentos teóricos e conceituais e, através da análise e de experimentos, encontrar os geradores de sentido e conhecimentos que compreendam cada vez mais áreas, que sugira reflexões de variados pontos de vista, intersecções, que auxiliem na construção de uma nova epistemologia. Ressignificar e produzir conhecimento é vital na construção do saber humano – e urge.

Referências

BRAUDEL, F. (2005). *Escritos sobre a História* (2nd ed.), [Impresso].

CHAUI, M. (2008). *Convite à Filosofia*. (3rd ed.), [Impresso].

CHRISTIAN, B. GRIFFITHS, T. (2017). Algoritmos para viver: A ciência exata das decisões humanas. [Impresso].

COULDRY, N., & MEJIAS, U. (2018). *Data colonialism: rethinking big data's relation to the contemporary subject.* Television and New Media. [Online] Available: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1527476418796632 [2019, June 27].

COUTINHO, C. N. (1989). Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político. [Impresso].

FIAP. (2015) Big Data Science | Estatística Básica | #2 | FIAP X. 2015. [Online], Available: https://www.youtube.com/watch?v=JQHf-NASmSc [2017, Sep. 14].

GRAMSCI, A. (2002). *Cadernos do cárcere*. *Vol. 5.* [Impresso].

MARX, K., & e ENGELS, F. (1987) *A ideologia alemã*. (10th ed.), [Impresso].

O'NEIL, C. (2017). Weapons Of Math Destruction: How Big Data Increases

Inequality And Threatens Democracy. [Impresso].

_____ . (2018). *"Os privilegiados são analisados por pessoas; as massas, por máquinas".* [Online] El País. Available: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/12/tecnologia/1542018368_035000.html [2019, Dec.23].

SANTOS, M. (2000). Por Uma Outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal. [10th. Ed.], [impresso].

SODRÉ, M. (2019). *Sociedade Incivil e Barbárie.* [Online]. Folha de São Paulo. Available: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/11/sociedade-incivil-e-barbarie.shtml. [2020, Jan, 3].

TENDLER, S. (2010). *Por uma outra globalização: O mundo global visto do lado de.* [Online]. Available: http://www.youtube.com/watch?v=yRsRH4Pky18 [2019, Sep, 20].

THOMPSON, E. P. (2002). Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. [Impresso].

FOTOGRAFIA E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NAS AULAS REMOTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PHOTOGRAPHY AND COMMON CURRICULAR NATIONAL BASE IN REMOTE CLASSES IN THE STATE OF PARANÁ

Roberta Jorge da Silva Wisnievski[45]

Solange Straube Stecz[46]

Resumo: Este trabalho trata de uma análise das aulas remotas transmitidas pela televisão aos estudantes da rede pública do Estado do Paraná, durante o momento da pandemia de Covid-19 no Brasil. A pesquisa se dá na relação entre as aulas da disciplina Arte, que abordaram a fotografia (suporte tecnológico utilizado na linguagem audiovisual) nas turmas de 8º anos do Ensino Fundamental (anos finais) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, durante as aulas de 1º trimestre de 2020.

Palavras-chave: Aulas Remotas, Televisão, Fotografia, BNCC.

O Brasil, neste ano de 2020, tem apresentado mudanças significativas no modo de conviver devido a chegada do vírus Covid-19. Repentinamente a população brasileira viu-se no processo de pandemia, ou seja, a disseminação acelerada de uma doença, sem vacina existente até o momento e que fez com que estados brasileiros tomassem medidas de proteção e contenção do surto causado pelo vírus. Assim, as escolas públicas e privadas do país pararam as atividades presenciais em caráter emergencial, o que resultou em professores e estudantes em suas casas, que, agora

[45] Roberta Jorge da Silva Wisnievski. Mestranda do Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional Artes (PPG-Artes Turma 2020), da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, *Campus* de Curitiba II / Faculdade de Artes do Paraná - FAP. País: Brasil. E-mail: robertamusic@gmail.com

[46] Solange Straube Stecz. Jornalista. Doutora em Educação (UFSCAR). Coordenadora E Professora do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Estadual do Paraná (PPGARTES/UNESPAR). Coordenadora do Laboratório de Cinema e Educação (LabEducine/UNESPAR). País: Brasil. E-mail: solange.stecz@gmail.com

precisam reinventar-se para inserirem-se no universo tecnológico, a fim de continuarem a trajetória escolar, via aulas remotas.[47]

Desta maneira, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED/PR, implantou e implementou como aulas remotas, o "Programa Aula Paraná" no estado, para todo o Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, a fim de que, estudantes da rede pública da educação assistam aulas veiculadas pela televisão[48] (vinculadas à RIC TV, afiliada da Rede Record no estado), pelo aplicativo para celulares[49] com sistema Android e IOS chamado Aula Paraná e pela plataforma Google Classroom[50], que visa a interação de professores e estudantes, no que tange atendimento à dúvidas e realização de atividades a serem desenvolvidas durante os trimestres escolares.

Figura 1 - Aplicativo Aula Paraná. Fonte: https://play.google.com/store/apps/details?id=tv.ip.aulapr

A Deliberação nº 01/220 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, foi o primeiro documento orientador que surgiu no momento da pandemia, para a rede de ensino do Estado.

Art. 4.º As atividades escolares não presenciais são aquelas utilizadas pelo professor da turma ou do componente curricular para a interação com o estudante por meio de orientações impressas, estudos dirigidos, quizzes, plataformas virtuais, correio eletrônico, redes sociais, chats, fóruns, diário eletrônico, videoaulas, audiochamadas, videochamadas e outras

[47] As aulas remotas são aulas que ocorrem em tempo real, com cronograma e calendário padrão para toda a rede de ensino, adaptados para a situação emergencial, com a utilização recursos tecnológicos para que interatividade aconteça entre professores e estudantes.

[48] São três canais diferentes na TV: um para os sextos e sétimos anos do Ensino Fundamental, outro para os oitavos e nonos anos e um terceiro para o Ensino Médio. Os números para sintonização seguem o padrão ponto 2, ponto 3 e ponto 4. Por exemplo: em Curitiba, a transmissão ocorre nos canais 7.2, 7.3 e 7.4. É possível verificar a lista dos canais da RIC TV por cidade. Fonte: http://www.aulaparana.pr.gov.br/servicos/Servicos/Educacao/Acessar-o-Aula-Parana-JVN6RYNP.

[49] O app está disponível para celulares que utilizam o sistema Android (na loja Google Play) e iOS (na App Store). Estudantes devem fazer login pelo número do Cadastro Geral da Matrícula (CGM). Destaque que o aplicativo Aula Paraná não consome dados de seu plano 3G e 4G e pode ser acessado em celulares pré-pagos. Fonte: http://www.aulaparana.pr.gov.br/servicos/Servicos/Educacao/Acessar-o-Aula-Parana-JVN6RYNP.

[50] Google Classroom é utilizado como Sala de Aula on-line, e nesta plataforma, estudantes e professores podem se comunicar.

assemelhadas. (PARANÁ/CEE, Deliberação 01/2020, p.13-14)

Diante disso, as aulas remotas iniciaram em 06 de abril de 2020, como continuidade do 1º trimestre[51] que acontecia presencialmente até o momento. As turmas de 8º anos, escolhidas para análise deste trabalho, receberam no 1º trimestre das aulas remotas, um volume relevante de atividades via plataforma Google Classroom.

A fotografia (suporte tecnológico utilizado na linguagem audiovisual e tema deste trabalho), recebeu destaque na disciplina Arte em diferentes aulas remotas, durante o 1º trimestre para os 8º anos.

Fotografia e BNCC

Desde o surgimento da câmera fotográfica portátil, por volta do século XIX, a fotografia passou a entrar no mundo da arte, visto que, neste período os pintores impressionistas perderam muitos trabalhos devido a chegada da novidade – a fotografia. Assim, como os fotógrafos trabalhavam nas ruas, os pintores iniciaram uma nova forma de adaptação, visto que até então atuavam em seus estúdios fechados, passando a colorir fotografias (neste momento ainda eram em preto e branco) e a produzir pinturas por meio da captação da luz. Isso fez com que muitos pintores saíssem às ruas e pesquisassem a iluminação, pois antes a luz era planejada em seus ateliês.

O fato é que, a chegada da fotografia possibilitou maior liberdade de criação, até mesmo a compreensão, com o passar do tempo de que, um conjunto de fotografias poderiam ser projetadas de maneira rápida, causando o efeito de ilusão óptica (a imagem em movimento), contribuindo para o nascimento do cinema – em latim *Kinema* – movimento.

A sociedade, na atualidade, vem utilizando as tecnologias de maneira veloz e intensa, o que culminou em transformações significativas, como o convívio (interação via redes sociais), o mercado de consumo (publicidade via internet, televisão, rádio etc.), entretenimento (filmes, séries, novelas, *games* etc.) e até mesmo o comportamento da sociedade que, em grande número, passou a usufruir de computador e internet diariamente.

[51] Conforme calendário apresentado pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED/PR, o 1º trimestre escolar corresponde de 05/02 a 29/05/20 e, as aulas remotas, iniciaram em 06/04/20, segundo adequação do calendário escolar Via Decreto nº 4258/2020.

O autor Zygmunt Bauman (2011, p.06), trata da expressão 'mundo líquido moderno' como um mundo em constante mudança, ou seja, as gerações mudam, os modos de conviver mudam, as experiências humanas estão em constante transição. A atualidade experimenta o momento de viver e conviver 'virtualmente', por meio da evolução tecnológica e uso da internet, redes sociais como *facebook*, *Instagram* e *twitter*, ou até mesmo, sites de relacionamentos como tinder, são exemplos dessas novas experimentações sociais.

No campo da Arte, artistas inserem suas produções no mundo virtual, conforme aponta Anee Cauquelin (2005, p.151), "... se constrói também uma relação nova no processo da obra, no ambiente social e na realidade virtual". Assim, Cauquelin destaca que a chegada das novas tecnologias proporcionou à Arte uma abrangência, pois, o mercado da Arte cresceu (devido a expansão por meio do uso de internet) e o próprio conteúdo artístico passou a ser criado por meio da utilização de *softwares*.

Desta forma, a fotografia (tema deste trabalho), composta por meio de recurso tecnológico, sendo imagem e, portanto, comunicação, passou a ser utilizada de maneira avassaladora diante de produções artísticas, publicitárias, educacionais etc., e até mesmo na vida das pessoas.

Hoje o mundo é rodeado por infinitas imagens e a imagem fotográfica tornou-se parte da composição de muitas expressões artísticas, como por exemplo, importante recurso na linguagem audiovisual, em que enquadramentos, luzes, cores e registros de movimento contribuem com a intencionalidade expressiva das imagens em movimento, convidando o(a) espectador(a) a direcionar seu olhar, perceber de maneira diferente e subjetiva.

O cinema utiliza-se da fotografia e seus elementos como cor, luz, planos, ângulos, linhas, entre outros, para contribuir com a veracidade das cenas. Sobre isso Salete Machado Sirino e Fabio Luciano Pinheiro destacam

> A fotografia transforma o roteiro em uma linguagem visual. Em consonância com outros departamentos, resulta em uma obra que está de acordo com a concepção do diretor. A fotografia deve acompanhar o discurso fílmico e utilizar os seus recursos como ferramentas para a narrativa. (SIRINO; PINHEIRO (Org.), 2014, p. 146)

Os recursos tecnológicos existentes na atualidade, permitem que as diferentes mídias se integrem, como por exemplo câmeras e/ou celulares que fotografam,

filmam, editam e aproximam as pessoas do contato com o que pode ser utilizado em uma composição audiovisual.

A fotografia é imagem, e, desta maneira faz parte do mundo real e imaginário das pessoas, pois tem o poder de direcionar o olhar a identificar movimentos, mexer com sentidos e emoções.

Um aspecto importante da comunicação audiovisual é a linguagem...

> Por linguagem entende-se o ato ou efeito de transmitir e receber mensagens... Como os códigos passíveis de representarem linguagens são muitos, é adequado chamarmos poetas, escritores, pintores, músicos, cineastas, produtores de rádio, cinema e televisão, publicitários, jornalistas, fotógrafos, arquitetos, desenhistas industriais, entre outros profissionais, de *designers* da linguagem - capazes de perceber e criar novas relações e estruturas de signos. (ALVES; ANTONIUTTI; FONTOURA, 2012, p. 154-155)

Nesta perspectiva, a fotografia torna-se uma forma de comunicação, visto que estimula o olhar estético e narrativo, permitindo que o receptor[52] observe sutilezas e subjetividades, o que contribui com os efeitos dentro de uma produção audiovisual, possibilitando experimentações enriquecedoras no que tange o modo de sentir e perceber artisticamente dos(as) estudantes, ao criarem suas próprias histórias e modos de senti-las e percebê-las. Assim, o uso da fotografia em sala de aula contribui para que estudantes se expressem e percebam que não são apenas pessoas manuseando uma câmera fotográfica e sim, pessoas que escolhem referenciais e modos de interpretar por meio da fotografia como registro de si e do mundo.

A utilização da fotografia no espaço escolar, é contemplada no documento normativo do país para a Educação Básica, chamado Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que teve sua versão final homologada em maio de 2018. A BNCC, destaca um conjunto de dez competências gerais que devem ser atingidas nos(as) estudantes ao longo de toda a Educação Básica[53]. A competência geral nº 5 aponta:

> Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida

[52] Receptor: quem recebe a mensagem, a informação e a decodifica. Assim, necessita interpretar e perceber o conjunto de signos emitidos (incluindo a fotografia) para compreendê-los.

[53] Compreende-se Educação Básica como Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio.

> pessoal e coletiva. (BRASIL/MEC, BNCC, p. 09)

Desta forma, o documento destaca a importância da utilização da tecnologia atrelada aos conteúdos escolares, a fim de que estimulem a curiosidade, a criticidade e a produção, reiterada nas competências específicas do componente curricular Arte.

> 2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações... 5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística. 6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade. 7. Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas. (BRASIL/MEC, BNCC, p. 198)

Nesta esfera, a fotografia insere-se como suporte tecnológico, que contribui para que estudantes desenvolvam produções audiovisuais, decodifiquem imagens e sensibilizem-se, o que proporciona olhares diferentes para elaboração de criações artísticas.

Solange Straube Stecz, coautora deste trabalho, destaca a importância da formação de professores de modo a contribuir na mediação em sala de aula:

Melhor será o "espectador especializado" que conheça a estrutura e as regras da linguagem audiovisual, suas configurações políticas e culturais e que perceba a permanente influência dos produtos visuais criados por artistas, cineastas, publicitários, quadrinistas, fotógrafos. (STECZ, 2015, p. 39)

Desta forma, a fotografia é potente fonte de comunicação e, segundo o fotógrafo David Duchemin, comunicação é uma das capacidades da fotografia. Duchemin, em seu livro *Within the frame – The journey of photographic vision* (2016, p.23), destaca a importância de conhecer a história de determinados lugares, culturas e/ou temáticas a fim de contribuir para captar a fotografia a qual conecte as pessoas a algo.

A imagem, em especial a fotografia, tema de análise deste trabalho, contém possibilidades inesgotáveis na atualidade, visto que tudo que existe permite ser fotografado, além de ser potente como suporte publicitário e está presente em diversas mídias, como o vídeo. Partindo do

princípio de que, a fotografia permite eternizar momentos, percebe-se sua relevância histórica e, muitas vezes social e cultural, podendo ser utilizada para registrar tradições e cultura dos povos.

Fotografia e BNCC nas aulas remotas de 8º anos

As aulas remotas de 8º anos referentes ao 1º trimestre da rede pública de ensino do Estado do Paraná, apresentam um rol de aulas e atividades[54] que abarcam a fotografia na BNCC. A seguir, exemplos de aulas remotas de 1º trimestre que contemplaram a fotografia:

Figura 02 - Aula nº03 / 1º trimestre Aula Paraná
Fonte: http://www.aulaparana.pr.gov.br/arte_8ano

Conforme figura acima, esta aula aborda a fotografia como um elemento de linguagem e comunicação. Perpassa pelo uso de Retrato nas pinturas, a evolução da tecnologia com a chegada de máquinas fotográficas até a atualidade, em que a fotografia artística se faz presente em museus, galerias e exposições artísticas. Apresenta exemplos de fotografia publicitária, muito comum no mercado de venda de produtos como alimentícios, vestuário etc.; aborda exemplos de fotojornalismo, em que a fotografia é utilizada como auxílio na veiculação de notícias.

Atividade referente à esta aula:

Componente/Disciplina: ARTE	Número da Aula: 03
Título da Aula: Fotografia e desenho: materialidades e elementos da linguagem	Ano/Série: 8ºano
Lista de Exercícios 1 – Que tal fazer um retrato de época, como se estivéssemos no início do Século XX? Para isso pesquise fotos antigas para entender como eles se posicionavam, como se comportavam, que roupas utilizavam. Depois então combine com sua família para tirar uma foto de retrato em algum lugar da casa. Não esqueça de colocar o filtro "tons de cinza" ou "escala de cinza" em sua câmera!	

Figura 03 - Atividade nº03 / 1º trimestre Aula Paraná
Fonte: https://classroom.google.com/

A atividade faz um convite para que o(a) estudante pesquise sobre a história, o modo de vida, comportamento e vestuário das pessoas no início do Século XX e, elabore

[54] A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, disponibilizou os slides das aulas da tv pelo drive no e-mail Google, conforme Ofício Circular n.º 029/2020 – DEDUC/SEED e pelo site www.diaadiaeducacao.pr.gov.br via link http://www.aulaparana.pr.gov.br/arte_8ano

uma 'fotografia', baseado na sua pesquisa e em testes como cor, plano, figura, fundo, enquadramentos.

A BNCC do componente curricular Arte, contempla na Habilidade[55] nº (EF69AR05)[56]: Experimentar e analisar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia, performance etc.). Assim, esta atividade permite que o(a) estudante, analise, compreenda e produza artisticamente, visto que aborda elementos da fotografia e sua funcionalidade no mundo.

Figura 04 - Aula nº06 / 1º trimestre Aula Paraná
Fonte: http://www.aulaparana.pr.gov.br/arte_8ano

Conforme figura acima, esta aula aborda a revisão de fotografia e desenho acerca de conceitos já apresentados em aulas anteriores: meio ambiente, fotografia como crítica social e fotoformas[57]. Para isso, traz como exemplo o projeto Pencil Vs Câmera, de 2015, do artista Ben Heine que deu fruto a uma série de fotografias do artista.

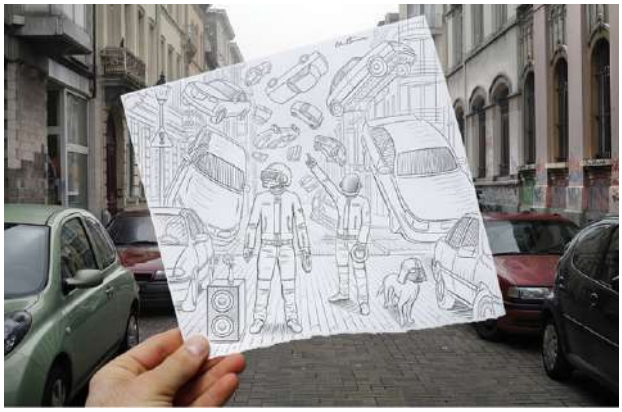


Figura 05 – Projeto Pencil Vs Câmera / Ben Heine
Fonte: http://www.aulaparana.pr.gov.br/arte_8ano

A obra acima, destaca o modo como o artista aplica seus experimentos, ao mesclar fotografias suas com ilustrações (desenhos) a fim de completar o comunicado da imagem (o contexto da imagem). O resultado faz-se

[55] Habilidade, segundo a BNCC (p.08), é compreendida como práticas cognitivas e socioemocionais.
[56] O código alfanumérico das Habilidades da BNCC para o componente curricular Arte – Ensino Fundamental (anos finais) significa que: (EF69AR05) O primeiro par de letras (EF) trata-se de Ensino Fundamental, na sequência aparece o par de números (69) que trata-se de 6º ao 9º anos, após apresenta um novo par de letras (AR) que significa componente curricular Arte e por último a numeração que se trata da ordem sequencial do código no documento BNCC, neste exemplo, trata-se do número 05.
[57] Fotoforma: obra fotográfica desenvolvida por Geraldo de Barros, final da década de 1940 e início de 1950. O artista se interessou por estereoscopia e pelos anaglifos. A estereoscopia é o fenômeno natural que ocorre quando observamos uma cena qualquer da paisagem, onde o cérebro produz um efeito tridimensional. Em fotografia é a simulação da tridimensionalidade (3D) a partir de duas imagens da mesma cena feita com um leve deslocamento horizontal da câmera. Já através dos anaglifos, que são sobreposição de imagens, ele nos legou um universo imenso de aproximações do espaço e uma nova abordagem do real. Disponível em: https://arteref.com/artista-da-semana/conhecas-as-fotoformas-e-sombras-de-geraldo-de-barros/

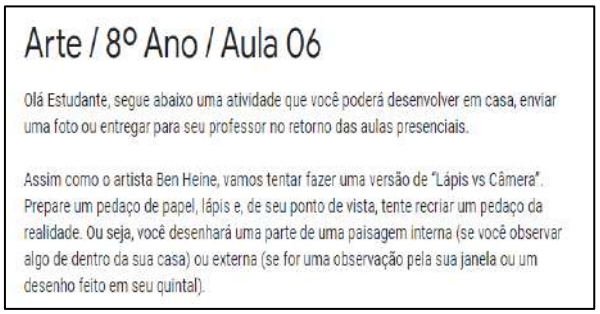
presente na interação da fotografia com o desenho, em que o desenho é a continuação e/ou até mesmo a reconstrução da realidade que é apresentada na fotografia.

Outro artista destaque nesta aula é Naro Pinosa, que mescla a técnica de colagem em obras digitais e compartilha o resultado no *Instagram* (@naropino_sa), ou seja, utiliza as redes sociais para disseminar seu trabalho.

Figura 06 - Obras de Naro Pinosa
Fonte: https://www.instagram.com/naropino_sa/

O artista trabalha com fotomontagem, por meio da utilização do *software* editor de imagens chamado *Photoshop*. Sua obra é considerada arte digital pois mescla as figuras em colagem digital.

Atividade referente à esta aula:


Arte / 8º Ano / Aula 06

Olá Estudante, segue abaixo uma atividade que você poderá desenvolver em casa, enviar uma foto ou entregar para seu professor no retorno das aulas presenciais.

Assim como o artista Ben Heine, vamos tentar fazer uma versão de "Lápis vs Câmera". Prepare um pedaço de papel, lápis e, de seu ponto de vista, tente recriar um pedaço da realidade. Ou seja, você desenhará uma parte de uma paisagem interna (se você observar algo de dentro da sua casa) ou externa (se for uma observação pela sua janela ou um desenho feito em seu quintal).

Figura 07 - Atividade nº06 / 1º trimestre Aula Paraná
Fonte: https://classroom.google.com/

A atividade faz um convite para que o(a) estudante elabore uma composição artística que utilize 'ilustração com fotografia', conforme o modo de compor do artista Ben Heine. Para isso, os elementos artísticos abordados na aula podem contribuir para o entendimento da proposta como: a fotografia que retrata a realidade, o uso de cor, enquadramento, desenho e seu posicionamento diante da composição fotográfica, resultado da obra por meio de registro fotográfico, arte digital.

A BNCC do componente curricular Arte, contempla na Habilidade nº (EF69AR35): Identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável. Assim, esta aula e atividade permitem que o(a) estudante compreenda a arte digital e a importância da fotografia enquanto elaboração de obra

artística tecnológica e como registro artístico.

Figura 08 - Aula nº10 / 1º trimestre Aula Paraná
Fonte: http://www.aulaparana.pr.gov.br/arte_8ano

Conforme figura acima, esta aula aborda a fotografia utilizada como 'registro de ações artísticas' que podem ser chamadas de fotoação. A fotografia registra desde performances[58], intervenções[59], apresentações, ou quaisquer outras ações que artistas produzam e que, muitas vezes, são de aspectos efêmeros[60]. Assim, a fotoação contribui para que essas obras perpetuem temporalmente.

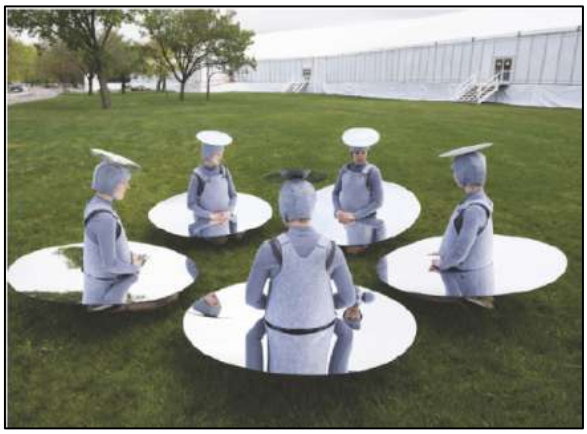


Figura 09 – Instrução do céu (Eduardo Navarro)
Fonte: http://www.aulaparana.pr.gov.br/arte_8ano

O artista Eduardo Navarro, em 2016, na cidade de Nova York, realizou um trabalho artístico denominado Instrução do céu (*Instructions from the Sky*), que teve como resultado uma *performance*, a fim de tentar sincronizar o movimento de nuvens com o sol, por meio de um vestuário especial. A *performance* apresentada pelo artista, mostra que os convidados vestem discos e capacetes espelhados, além de estarem posicionados no espaço de modo a capturarem as nuvens do céu que são refletidas no espelho de suas roupas (traje futurístico). A fotoação permite o registro de momentos efêmeros como apresentado nesta obra.

[58] *Performance* utiliza o Corpo como suporte (de modo geral), um fim expressar ideias e sensações.
[59] Intervenção artística como o próprio nome sugere, consiste numa interação, seja com um objeto artístico ou com um espaço. Por exemplo: manifestações organizadas por grupos de artistas em espaços públicos a fim de transmitir uma mensagem são chamados de intervenções urbanas.
[60] Arte efêmera – passageira – acontece dentro de um certo espaço de tempo. Muitas vezes, artistas utilizam-se da fotografia como registro dessas obras.

Atividade referente à esta aula:

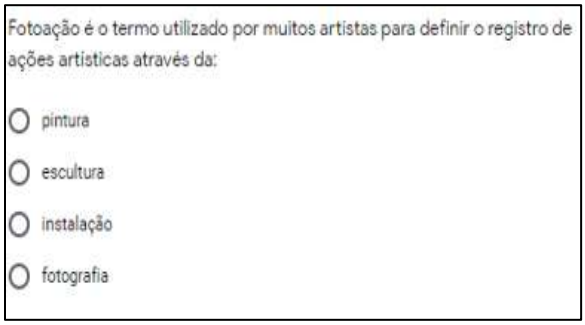


Figura 10 – Atividade de fotoação / 1º trimestre Aula Paraná
Fonte: https://classroom.google.com/

A BNCC do componente curricular Arte, contempla na Habilidade nº (EF69AR05): Experimentar e analisar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia, performance etc.). Assim, esta aula e atividade permitem que o(a) estudante compreenda e analise a arte efêmera em diversas manifestações artísticas, como *performances*, intervenções e a utilização da fotografia como suporte tecnológico de registro.

Considerações finais

A fotografia, é muito utilizada para registrar momentos vividos, e, talvez o modelo retrato, seja o tipo de fotografia mais comum feito pela população, ao registrar encontros entre amigos, familiares, *selfies*, em determinados espaços. Já a utilização da fotografia em produções artísticas, como o audiovisual, tomou importante espaço no último século com a explosão de produções que utilizam recursos tecnológicos.

> Ser capaz de montar um bom cenário e controlar a luz do ambiente é característica fundamental do profissional da fotografia. No entanto, lembre-se sempre que, além de conhecimento técnico, um bom fotógrafo precisa também de uma boa dose de criatividade e percepção artística. (PARANÁ, 2010, p. 21)

Assim, destaca-se a importância da subjetividade e, aprofundamento de estudos sobre os elementos que constituem a fotografia. O documento BNCC (2018, p.39), aponta que a fotografia pode ser compreendida como possibilidade de aprendizagem, e necessita do entendimento acerca de seus elementos, para que se produza um resultado artístico interessante, instigando o olhar do receptor à criticidade e compreensão da obra.

Diversas linguagens artísticas utilizam a fotografia como suporte tecnológico. Dentre elas, destaca-se o audiovisual, seja na produção de propagandas comerciais, *games*, animações ou produções fílmicas. Vale ressaltar que a 'tecnologia' é contemplada no documento BNCC, dentro do

componente curricular Arte, na unidade temática chamada Artes Integradas dentro do objeto de conhecimento Arte e Tecnologia.

A Competência específica nº 02 de Arte para o Ensino Fundamental, apresentada na BNCC (2018, p. 198), aponta a compreensão da relação entre as linguagens artísticas e suas práticas integradas, incluindo o uso de novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual. Desta forma, o documento BNCC destaca a importância da articulação das áreas artísticas com o uso de tecnologias em produções artísticas, possibilitando resultados interessantes e relevantes na atualidade, inclusive no meio escolar.

Referências

ACHUTTI, L. (2004). *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim.* Porto Alegre: Editora da UFRGS: Tomo Editorial.

ALVES, M., ANTONIUTTI, C., FONTOURA, M. (2012). *Mídia e produção audiovisual: uma introdução.* Curitiba: InterSaberes.

Aula Paraná. Recuperado em 20 junho, 2020, de http://www.aulaparana.pr.gov.br/.

BAUMAN, Z. (2011). *44 Cartas do Mundo Líquido Moderno.* Rio de janeiro: Zahar.

BRASIL, Ministério de Educação. (2020). Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Versão final homologada em 11 de maio de 2018. Recuperado em 21 junho, 2020, de http://basenacionalcomum.mec.gov.br/.

CAUQUELIN, A. (2005). *Arte Contemporânea: uma introdução.* São Paulo: Martins.

Deliberação CEE/CP Nº 01/20. Recuperado em 24 junho, 2020, de: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2020/deliberacao_01_20.pdf.

DUCHEMIN, D. (2016). Dentro do quadro – A jornada da visão fotográfica. (2ª Edição). Recuperado em 13 setembro, 2020, de http://ptgmedia.pearsoncmg.com/images/9780134288628/samplepages/9780134288628.pdf.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologias Educacionais. (2010). *Fotografia e audiovisuais.* Curitiba: SEED/PR.

SIRINO, S., PINHEIRO, F. (Org.). (2014). *Cinema brasileiro na escola: pra começo de conversa.* Curitiba: UNESPAR/PR.

STECZ, S. (2016). Cinema e Educação: produção e democratização do audiovisual

com crianças e adolescentes em Curitiba. Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR. São Carlos/SP/Brasil.

Modos de alfabetización digital de maestras rurales en tiempos del agronegocio

Edgardo Carniglia

Resumen: ¿Cómo se alfabetizan en los modos, medios y géneros de la comunicación digitalizada las docentes que deben alfabetizar a los niños de la escuela rural primaria y pública de la pampa argentina durante la transición digital? La alfabetización significa un extenso proceso del desarrollo humano que cambia con las culturas y la historia, se contextualiza en la escuela y también depende de la cultura y la política. Una triangulación intra-metodológica muestra que las maestras de las ruralidades bajo el agronegocio despliegan al menos tres modos específicos y no excluyentes de alfabetización en tecnologías como la computadora y las redes digitales.

Palabras clave: TIC, alfabetización, maestra, ruralidad, desarrollo.

1. Introducción

La agricultura de la región pampeana argentina, ubicada en el centro-este del territorio nacional, se globalizó tempranamente en la segunda mitad del siglo XIX y cinco etapas atraviesan su complejo, dinámico y conflictivo desarrollo:

una prolongada transición entre la agricultura colonial y moderna [1810-1870]

la expansión de la agricultura moderna bajo el régimen agroexportador [1871-1935]

el estancamiento agrícola y la expansión ganadera en un marco de industrialización sustitutiva de importaciones [1936-1975]

una nueva agriculturización con cambio técnico, valorización financiera y crisis de los agricultores familiares [1976-2001]

una renovada articulación globalizada entre la agricultura y la industria bajo el agronegocio [2002- ...] (Carniglia, 2012).

En consecuencia, la agricultura de la pampa argentina presenta durante las últimas décadas un patrón de crecimiento con exclusión (Lattuada y Neiman, 2005; Carniglia, 2012b; Chazarreta y Rosati, 2016) bajo una particular manifestación del agronegocio. Este modelo social globalizado articula la expansión productiva, la concentración económica y la profundización tecnológica para atender principalmente la demanda externa de commodities (granos, carne y leche) dentro de mercados financierizados (Gras y Hernández, 2013). Así, entre 1969 y 2018 en el área pampeana argentina la producción de cereales y oleaginosas casi se quintuplicó al tiempo que la cantidad de unidades productivas se redujo aproximadamente dos tercios (Tamargo y Carniglia, 2019a).

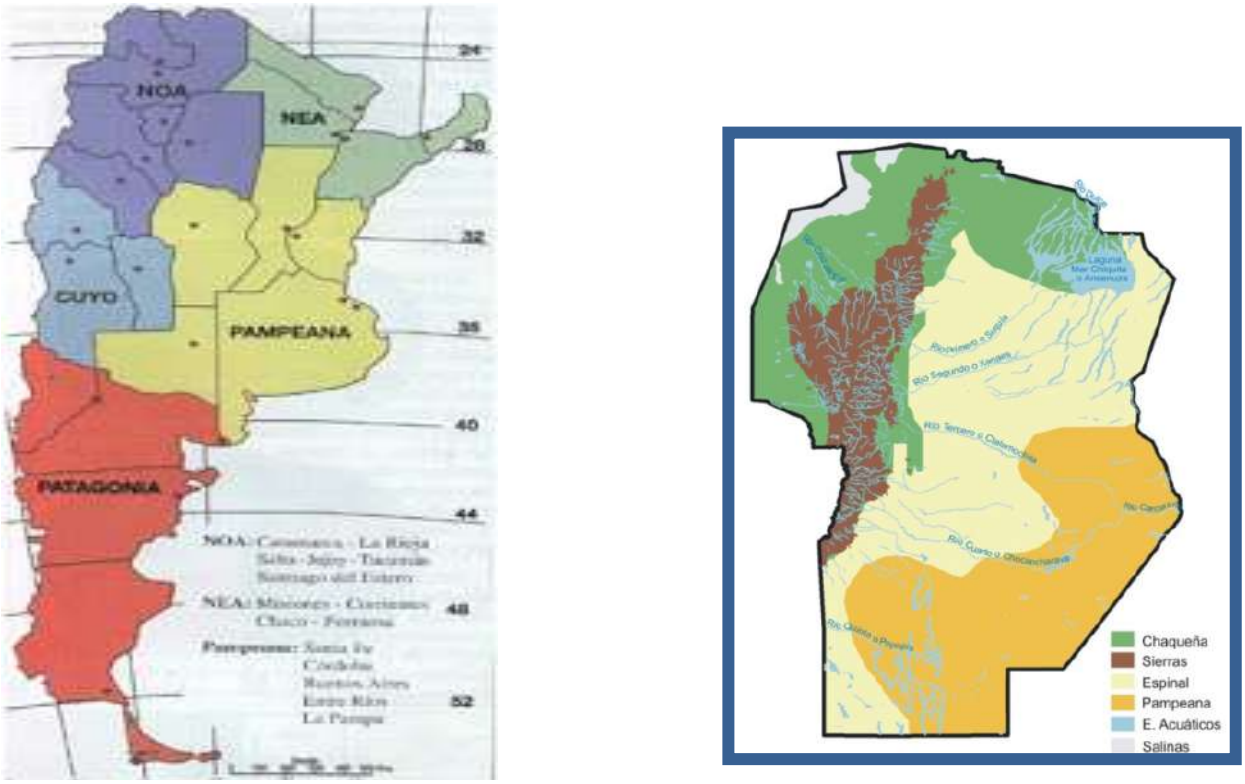


Figura A. Ubicación de la pampa cordobesa en la región pampeana argentina

A su vez, la escuela rural primaria y pública de la pampa cordobesa, una sub-región ubicada en el centro de Argentina (ver Figura A), también se transformó significativamente durante el último medio siglo. En el período 1969-2018 sobresalen las rupturas antes que las continuidades en la trayectoria de la institución escolar ante la diacrónica mirada socioeducativa que interrelaciona distintos aspectos del contexto agrario, las instituciones educativas y los docentes. Acaso sea el plurigrado, como particular y específica modalidad pedagógica, el único rasgo de dicha escuela reproducido como una constante en ese medio siglo mientras que en los restantes aspectos se reconocen cambios significativos en grado diverso. Así, en las primeras décadas del siglo XXI la escuela ruralizada, aquella atravesada por las estructuras y contingencias de las ruralidades, es significativamente distinta de la institución escolar de las últimas décadas de la centuria previa (Tamargo y Carniglia, 2019a).

En este escenario de una agricultura bajo el globalizado modelo del agronegocio y de una transformada institución escolar, ¿cómo se alfabetizan en los modos, medios y géneros de la comunicación digitalizada los docentes que deben alfabetizar a los estudiantes de la escuela rural primaria y pública de la pampa cordobesa en estos tiempos de creciente transición digital?

2. Antecedentes específicos y modo de abordaje

El sistema educativo, sus instituciones y sus sujetos son interpelados en el siglo XXI por el desafío del desarrollo info-comunicacional en distintos ámbitos de la vida cotidiana. Así, por ejemplo, la gestión escolar es digitalizada al tiempo que la telefonía móvil tiende a arraigarse entre los docentes y estudiantes de casi todos los niveles educativos (Tamargo y Carniglia, 2019b).

En consecuencia, el estudio sobre la incorporación de la computadora, las redes digitales y la telefonía móvil a la escuela rural cobra relevancia dadas las escasas investigaciones sobre dicha problemática conocidas a nivel local y regional.

En Argentina -un país urbanizado temprana, amplia y desigualmente- la escuela rural y pública del nivel primario, una institución básica de la inclusión educativa sería invisibilizada en el discurso social,

político y académico. De este modo, si pocos estudios se conocen sobre la apenas visible escuela rural de Argentina (Gutiérrez, 2007; Olmos, 2007; Pedernera y Fiat, 2011; Tamargo y Carniglia, 2019b), aún menos investigaciones abordan la integración situada de las TIC por el sistema, las instituciones y los sujetos de la educación para la infancia en una ruralidad argentina con, según Reboratti (2007), varios mundos específicos.

Cuatro conjuntos conforman el panorama actual de antecedentes generales y específicos de la investigación sobre la integración de las TIC (Tecnologías de la Información y la Comunicación) por los docentes de las ruralidades. Los estudios identificados abordan:

a) la dinámica de estas tecnologías y su impacto sociocultural;

b) las posibilidades y los riesgos de las tecnologías digitales para la escuela en particular y la educación en general;

c) las subjetividades, percepciones y resistencias de los docentes ante estos dispositivos; y

d) la relación entre los docentes de las ruralidades y las herramientas info-comunicacionales.

Este último grupo de estudios específicos comprende las escasas investigaciones conocidas sobre la relación entre las TIC y las escuelas de la heterogénea ruralidad argentina. Navarro y Sánchez (2014), por ejemplo, estudian el impacto de las nuevas tecnologías en las prácticas de los docentes de las escuelas primarias rurales en la provincia extra pampeana de Salta. Entienden que el globalizado avance de las TIC atraviesa las fronteras urbanas llegando a los escenarios rurales en diferentes formas que generan nuevas visiones, expectativas y desafíos para los sujetos. En este marco el maestro es interpelado por los dispositivos digitales que lo exponen a nuevas situaciones para las cuales no ha sido formado. Asimismo, reconocen que el trabajo docente en dichas instituciones se complejiza no solo porque atiende una población estudiantil muy diversa culturalmente sino también por la falta de condiciones idóneas para el desarrollo de la tarea educativa. Es así como la ausencia de materiales, recursos y apoyo del estado pasa a ser una constante y marca diferencias significativas con las escuelas urbanas. Sus conclusiones dicen sobre una fuerte preocupación del colectivo docente por el uso del celular y la influencia de los

programas de televisión por aire que someten a los docentes a una situación de incertidumbre transformada a su vez en un desafío para su tarea.

Los relevamientos específicos de Magadán (2007) y Carniglia (2011) señalan la sustantiva brecha digital desfavorable entre la escuela rural y los establecimientos urbanos en Argentina y la mediterránea provincia de Córdoba, respectivamente. Ambos estudios indagan sobre la distribución en el año 2006 del equipamiento y la conectividad en las escuelas argentinas en general y en particular las escuelas rurales, aunque la segunda investigación se limita al acceso a las TIC en el territorio de dicha provincia. Magadán (2007) concluye que las formas de incorporación de las herramientas digitales en las escuelas de la ruralidad cambian como producto de políticas intermitentes que oscilan entre la entrega de computadoras sin contenido pedagógico ni formación para los docentes y las capacitaciones intensivas con orientación científico-tecnológica. Asimismo, destaca que las puntuales experiencias pedagógicas de escuelas rurales argentinas que recibieron computadoras con conectividad corresponden a diferentes iniciativas no sólo del sector público sino también de organismos no gubernamentales y el sector privado.

En este sentido, también Pedernera y Fiat (2011) aluden a la falta de ofertas de formación en dispositivos digitales destinada a los maestros rurales. Su investigación sobre las concepciones pedagógicas explícitas de los docentes de un área rural extrapampeana identifica las preocupaciones de estos sujetos educativos acerca de las escasas capacitaciones específicas ante un ingreso de las TIC que complejiza sus prácticas pedagógicas.

Finalmente, Fainholc (2007) propone el concepto de tecnología apropiada para la incorporación escolar de las TIC en el marco de las comunidades rurales de uno de los territorios de la pampa argentina. La autora sostiene que estas herramientas deben adecuarse a los perfiles y la cultura de determinado contexto en el marco de un esquema de desarrollo local y participativo. Esta especialista advierte que el movimiento informacional provocado por las TIC será provechoso en la medida en que atienda a las necesidades y características sociales específicas de una sociedad.

Es necesario, en consecuencia, profundizar la indagación teórica y empírica sobre la apropiación situada de las TIC por

los docentes de las ruralidades para comprender cómo y por qué la tecnología ingresa a las escuelas en diversos contextos. Una respuesta pertinente a la teoría social debiera considerar la articulación entre las específicas condiciones socioculturales e históricas de (a) un sujeto, el docente de la escuela primaria ruralizada, (b) un objeto tecnológico, las tecnologías digitales, (c) una institución educativa, la escuela rural primaria y pública de gestión estatal, y (d) un contexto agrario, las ruralidades pampeanas atravesadas por el agronegocio (Tamargo y Carniglia, 2019b).

Alfabetización digital como un concepto sociocultural heurístico

En la teoría social el concepto de alfabetización -equivalente del inglés *literacy*- emerge en una diversa clave relacional, dinámica, propositiva y metafórica (Braslavsky, 2003; Sturges y Gastinger, 2012; Manghi y otras, 2016). Como tal, este concepto supone el analfabetismo como contrario, implica un proceso de educación acotado o permanente, se asocia a concepciones del desarrollo social y se generaliza su uso en muy diversas expresiones, por ejemplo "alfabetización digital" que trascienden la acepción original del siglo XIX asociada al manejo de la cultura escrita (Ong, 2011).

Hoy la *alfabetización* se entiende como un extenso proceso que comprende todo el desarrollo humano, que cambia en las culturas y en la historia, que se contextualiza en la escuela pero que también depende de la cultura y la política (Braslavsky, 2003).

En este sentido, nuestra emergente concepción de los "modos de alfabetización info-comunicacional" de los docentes de las ruralidades propone una perspectiva multidimensional acerca de los procesos situados desde los cuales estos actores rurbanos, o sea unos mediadores entre el campo y la ciudad, asimilan la creciente digitalización de los modos, medios y géneros de la comunicación que atraviesa tanto el trabajo escolar (Tamargo y Carniglia, 2019b) cuanto su vida cotidiana (Gurevich, 2018).

Objetivos y método

Esta investigación procura comprender los emergentes modos de alfabetización en TIC por los docentes de escuelas primarias rurales del sur de la provincia de Córdoba (Argentina). El diseño metodológico asume una estrategia de triangulación pertinente a las características del objeto de estudio. Esta

triangulación metodológica es entendida como un plan de acción de conocimiento que combina en una misma investigación varias observaciones, perspectivas teóricas, fuentes de datos y metodologías, favoreciendo su complementación (Vasilachis, 1992).

De este modo, nuestro trabajo de campo comprendió una triangulación intra-metodológica. Los diversos testimonios significativos de los docentes rurales presentados a continuación pertenecen a dieciséis entrevistas semi-estructuradas individuales y colectivas, complementadas con observaciones en terreno, ambas realizadas en un extenso e intermitente trabajo de campo con diecinueve docentes de dieciocho escuelas rurales primarias y públicas. Estas instituciones educativas corresponden a un departamento del sur de la provincia de Córdoba (Argentina) con un predominio histórico de una economía agropecuaria extensiva y mercantil, así como una acotada capacidad actual de generación de trabajo directo.

El siguiente cuadro resume las estrategias de la recopilación y el procesamiento de datos desplegadas en las entrevistas con los docentes rurales.

	Recolección de datos	Procesamiento de datos
Técnica	Entrevista semiestructurada a docentes de la escuela rural primaria y pública	Modalidad restitutiva y analítica
Instrumento	Guía de preguntas con ejes analíticos	Matriz de datos cualitativos
Procedimiento	Diálogo en terreno (escuelas) complementado con observaciones	Registro y análisis comparativo de categorías y posiciones emergentes

Cuadro 1. Estrategias de recopilación y procesamiento de datos. Fuente: elaboración del autor

Tanto el área de revelamiento cuanto los sujetos entrevistados resultan representativos desde varias perspectivas. Por un lado, dicho territorio representa a la pampa cordobesa pues registra situaciones equivalentes a las otras nueve jurisdicciones regionales en los aspectos productivos, ambientales, demográficos y socioeconómicos. Este departamento cordobés articula la agricultura, la ganadería y los sistemas mixtos; presenta diferencias significativas en las aptitudes productivas del suelo combinadas con situaciones de sequía e inundación; muestra población dispersa en colonias o aglomerada en pequeñas comunas; y reconoce un notorio despoblamiento del campo en el marco de un crecimiento de la agricultura con concentración de la estructura fundiaria y deterioro ambiental. Por otro lado, los diecinueve docentes entrevistados muestran situaciones diversas en la formación profesional, la experiencia laboral y la inserción en los planteles de la docencia pública y privada, entre otros aspectos, al tiempo que el predominio del género femenino resulta muy significativo. Asimismo, los maestros entrevistados se desempeñan como personal único de la escuela rural en diecisiete de las dieciocho instituciones relevadas.

3. Modos emergentes de alfabetización digital en los docentes rurales

¿Qué implica la actual transición digital para el trabajo de las docentes en las ruralidades pampeanas? Más precisamente, ¿qué consecuencias se derivan del desarrollo de las tecnologías digitales y las demandas de su incorporación en las instituciones educativas para las actuales maestras de las escuelas primarias y públicas del campo cordobés?

En este sentido, cabe reconocer entre los docentes de las instituciones educativas tanto significativos consensos cuanto importantes debates respecto de la integración de las TIC en los procesos de enseñanza-aprendizaje. Sin embargo, también corresponde reconocer que la incorporación de la computadora y las redes digitales a las escuelas se incrementa año a año aunque, según sugieren Tamargo y Carniglia (2019b), en la escolarización rural este proceso acontezca de manera focalizada e intermitente.

Una clave de este problema socio-comunicacional reside -según Cabello y

Morales (2011), Kap (2014) y Tedesco (2015)- en que la mayoría de los maestros no incorporó en su formación inicial marcos teóricos y experiencias concretas para enseñar utilizando las herramientas digitales. Ante este significativo déficit, las actuales ofertas de capacitación integran un abanico muy variable de cursos de calidad diversa, algunos de los cuales son planificados desde los organismos específicos de los ministerios de educación a nivel nacional y/o provincial. Ante estas y otras posibilidades de actualización profesional relacionadas con las TIC, los docentes experimentan una situación paradójica expresada en términos de "ser un aprendiz en servicio" (Tamargo y Carniglia, 2019b).

En esta muy reiterada condición los docentes deben integrar distintos conocimientos sobre el uso educativo de las tecnologías digitales de manera simultánea a la práctica de la particular y compleja enseñanza en las ruralidades. Así, esta situación implica un doble esfuerzo para los maestros de las escuelas rurales del sur cordobés. Por un lado, los docentes enseñan bajo un modelo organizacional y pedagógico como el plurigrado o multigrado. Por otro lado, las maestras debieran capacitarse para incorporar las TIC a un aula cuyos alumnos no solo resultan diversos en trayectorias escolares y sociales sino también en edad y género.

En este marco, interesa sobremanera conocer, siempre desde la mirada de los actores, las modalidades de alfabetización desplegadas por las maestras rurales, unas activas mediadoras entre el campo y la ciudad (Tamargo y Carniglia, 2019b), para apropiarse de las tecnologías digitales. Así, a continuación se identifican tres modos no necesariamente excluyentes de la alfabetización en las TIC por los docentes de las ruralidades.

Una alfabetización informal en las TIC

Este modo comprende a los docentes rurales instruidos en el manejo de las tecnologías digitales a través de sus propios medios sin la intervención de acciones formativas organizadas por alguna institución educativa estatal, privada o comunitaria. En este sentido, en la alfabetización informal no hay una lógica de enseñanza, evaluación y acreditación de los contenidos porque los saberes son incorporados como producto de las experiencias cotidianas. Éstas corresponden

a los actores escolares en interacción con las TIC y/o con otros sujetos cercanos a sus lugares de trabajo y residencia como los familiares y los colegas.

Las maestras relatan sus experiencias en este modo de alfabetización con las tecnologías info-comunicacionales en los siguientes términos:

Me interesé por la informática cuando nos empezaron a exigir las cosas por computadora, igual que usar Internet. Yo tenía a mis hijos que siempre sabían un montón, entonces fui aprendiendo de ellos un montón. Si bien hice cursos, empecé varios pero nunca los terminé. Sería como una autodidacta... (Silvia)

En casa aprendí, toqueteando, hurgando y tranquila porque siempre está el miedo de que se rompa porque no soy muy hábil. Sé que hay un montón de cosas por aprender. (Carolina)

Yo cuando hice el curso de las TIC, no aprendí nada. Al final después mi marido me tuvo que enseñar a bajar videos y cosas como copiar y pegar. (Adriana)

Yo no hice nada respecto a las TIC pero aprendí sola... Que, bueno, mis hijas fueron mis profesoras... Usamos todos esos programas porque me enseñaron en mi casa y de curiosa que soy, y pruebo y levanto y agarro... (Liliana)

Yo aprendí en mi casa y, bueno, tengo a mi marido que conoce de computación, entonces a él le gusta todo eso de la computación y yo me meto a chusmear, a ver lo que hacía y de aprender. Aprendí del ensayo y del error... (Mirna)

Eso empezó como en el año 2003... y, bueno, entonces ya empecé a practicar yo acá... Entonces uno fue aprendiendo a hacer de esa manera. No hice ningún curso, ni ningún tipo de estudio. (Sonia)

Las docentes ruralizados de este grupo evidencian, frente a las necesidades de realizar alguna actividad escolar específica con las computadoras, estrategias de alfabetización vinculadas a la exploración de los dispositivos digitales mediante el ensayo y error, la interacción con otros (familiares y colegas) y la búsqueda de tutoriales digitales para resolver alguna cuestión mediante la demostración audiovisual.

Entre las habilidades generadas con estas experiencias de "ensayo y error", mencionadas por las maestras, aparecen el manejo de programas como los procesadores de texto y los generadores de hojas de cálculo, entre otros, así como el uso de buscadores de información en internet. Este conocimiento no institucionalizado de los docentes de las ruralidades se traduce en acciones cotidianas relativamente simples como escribir, cortar, pegar, completar una planilla, armar una presentación electrónica, grabar un archivo en soportes digitales diversos y manejar algunas redes sociales digitalizadas.

Una manera formal y básica de alfabetización digital

Este modo de la alfabetización comprende a las alfabetizaciones en TIC que los docentes de la ruralidad experimentan desde su participación en propuestas educativas específicas. La organización de estas experiencias corresponde a instituciones y organizaciones públicas, privadas o comunitarias que proponen una formación general para el manejo de los equipos, programas y servicios informáticos.

Sobre esta alfabetización, formal por su institucionalización y básica por sus contenidos, emergen los siguientes testimonios de los docentes entrevistados:

Primero renegué horrores yo sola, hacía lo que podía como seis meses. Después fui a Aixa como un año entero así que hice como dos cursos, el primero creo que era perito, a mí me permitió manejar programas como Word, Excel, Acces, un poquito de Internet. Entonces sí, es que me preparé un poquito. (Claudia)

Yo cuando estaba haciendo el profesorado, iba a un instituto privado de Laboulaye y me enseñaron a manejar la computadora... Si yo también había hecho uno, después cuando ya era docente empecé, yo me acuerdo que el diario La Voz del Interior había largado un curso, donde después teníamos que rendir... Y sino bueno uno va aprendiendo usando la computadora, a confundirse, desbloquearla... (Lorena 2)

Yo estudié en un colegio privado, y en ese tiempo teníamos un profesor que enseñaba el sistema DOS, que fue el primer sistema operativo... Sí, que se programaba, había que darle las órdenes a las computadoras. Yo vengo de esa época... Y el aprendizaje de

Internet, eso fue con el postítulo en docencia rural. (Sonia)

Yo he hecho un curso y te enseñaban a usar la computadora pero no cómo aplicarla pedagógicamente, siempre cuestiones técnicas. (Marcela)

Las maestras rurales que testimonian este modo formalizado de la alfabetización digital, una modalidad no necesariamente independiente de la experiencia informal, realizaron formaciones sobre el manejo de las tecnologías digitales aprovechando las propuestas de distintas organizaciones y diferentes niveles educativos. Entre los responsables de estos cursos constan las instituciones privadas con servicios educativos, los centros tecnológicos de locales y las iniciativas de instrucción a distancia con tutoriales impresos a cargo de medios de comunicación como el diario.

Las docentes rurales identifican entre los contenidos de estas capacitaciones al manejo de programas como el procesador de textos, el generador de planillas de cálculo y el formato para presentaciones audiovisuales, así como el despliegue de herramientas para la utilización de Internet, entre otros. Un aspecto destacable de este modo formal de capacitación, hoy considerado básico dados los avances info-comunicacionales del siglo XXI, es que fue emprendido tempranamente por algunas de las docentes rurales desde mediados de la década de 1990, o sea durante la incorporación de los primeros gabinetes informáticos en las escuelas y cuando las redes digitales, internet entre ellas, aún no se habían difundido masivamente en Argentina.

Asimismo, se identifican en estos significativos testimonios ciertas modalidades de apropiación híbrida de las tecnologías digitales en instancias que combinan las alfabetizaciones informal y formalizada de manera simultánea o consecutiva. Esta estrategia, o más precisamente una táctica, de apropiación de las TIC por el docente de las ruralidades se genera en respuesta a la necesidad de actualización de sus conocimientos previos ahora obsoletos frente al dinámico desarrollo de las tecnologías digitales.

Buscando una alfabetización digital formal y aplicada

Pertenecen a este grupo las alfabetizaciones info-comunicacionales que los docentes rurales experimentan como estudiantes en capacitaciones de

instituciones y organizaciones públicas, privadas y comunitarias. Estas alfabetizaciones son específicas del espacio educativo porque procuran la formación en TIC para incorporarlas en las concepciones y prácticas pedagógicas de la enseñanza en general como así de la educación primaria ruralizada en particular. Las propuestas de instrucción formal en las tecnologías digitales se caracterizan por el énfasis en la integración de los recursos info-comunicacionales a las planificaciones escolares brindando así estrategias, materiales y bibliografías que habilitan sus diversos usos durante el desarrollo de las clases en las escuelas ruralizadas.

Algunos docentes de las escuelas primarias rurales reconocen en los siguientes términos la alfabetización en las tecnologías digitales bajo esta modalidad formal y específica:

Yo ahora estoy haciendo el postítulo en TIC y bueno... Sí, bueno, yo realmente pensé que me iban a enseñar a usar la computadora y no, nada que ver. Es más líneas de acciones de la escuela. Es leer, leer, leer, de tal página haga un comentario en esta clase, pero relacionados al tema de educación. (Lorena 2)

Estoy haciendo un postítulo en TIC ... éste que es del Ministerio de Educación. Estoy haciendo la segunda materia recién porque es una clase por semana que te van dando, ahora tengo que entregar un trabajo final de la materia. Es muy lindo, por ejemplo esta materia de ahora es incorporar todo lo que es lo visual, lo auditivo a la tarea de enseñar, o sea enseñar desde otra perspectiva que sería lo auditivo, lo visual. (Mirna)

Se evidencia cómo algunas de las maestras rurales, una minoría entre las docentes entrevistadas, transitan por capacitaciones específicas sobre herramientas teóricas y prácticas para sus propuestas didácticas relacionadas con las tecnologías digitales. Una de las formaciones mencionadas por las docentes es un postítulo en TIC, dependiente del Ministerio de Educación de la Nación, como un trayecto formativo que orienta, en general, sobre el uso de las tecnologías digitales en el nivel primario y, en particular, para su empleo en cada área de conocimiento de los diseños curriculares.

4. ¿Qué investigar y cómo transferir conocimiento?

Tres modalidades emergentes de la alfabetización digital situada, experimentadas por las docentes de las escuelas ruralizadas del sur cordobés en un contexto de transición digital, condensan las diversas situaciones reconocidas en el trabajo de campo. Así, se identifica a algunas maestras que adquieren sus conocimientos info-educativos en una suerte de "autodidactismo" sostenido en la necesidad de manejarse en la institución educativa ante la introducción acaso irreversible de los dispositivos digitales. Otras docentes solo realizaron cursos sobre los contenidos básicos del uso de programas informáticos generales, como los del paquete Office de Microsoft, y reconocen actualmente su falta de formación ante los avances tecnológicos digitales del siglo XXI. También en ciertas situaciones los docentes combinan los modos de alfabetización informal y formal básico pues asumen que, con el paso del tiempo, resultan obsoletos los conocimientos y las habilidades adquiridos en la capacitación previa. Finalmente, otro grupo de docentes participa actualmente en algunos trayectos formativos destinados al uso pedagógico de las tecnologías digitales en el aula configurando situaciones emergentes de la alfabetización formal y específica sobre las computadoras y las redes electrónicas.

Nuestra investigación, con muy escasos antecedentes conocidos, focaliza los diversos modos de la alfabetización de las maestras rurales respecto de la computadora y las redes digitales. El estudio se desarrolla en un escenario particular, las ruralidades del sur de la pampa cordobesa, el lugar las escuelas primarias y sus distintos sujetos del día a día: docentes, niños escolarizados, familiares de éstos y otros ciudadanos del campo y la ciudad. En este escenario del siglo XXI prevalece el agronegocio como un modelo de desarrollo a la vez expansivo en lo productivo, concentrador en lo socio-económico y vulnerable en la dimensión ambiental.

Las dos ruralidades contemporáneas del agronegocio en la pampa cordobesa, una con escasa población dispersa remanente de las antiguas colonias agrícolas y otra con población agrupada en pequeñas comunidades, establecen diferentes condiciones de posibilidad para la vida en el campo y, por ende, para la alfabetización digital de los docentes y otros integrantes de la escuela rural primaria y pública.

Por otra parte, en la teoría social el concepto de alfabetización digital emerge

como una diversa clave relacional, dinámica, propositiva y metafórica para comprender un objeto de estudio en el cruce de los campos del conocimiento sobre la comunicación, la educación y la ruralidad. Así, este concepto supone cierta capacidad heurística para reconocer la integración de los modos, medios y géneros de la comunicación digital por los maestros de las ruralidades como un complejo proceso que implica todo el desarrollo humano, cambia con las culturas y en la historia, se contextualiza en la escuela y también depende de la cultura y la política.

En consecuencia, cabe profundizar en otros estudios sobre, por ejemplo, las habilidades instrumentales, informacionales y estratégicas de los docentes rurales y su relación con los modos de alfabetización en TIC en un contexto educativo con crecientes demandas en este sentido. Una estrategia metodológica acorde a las dimensiones y los parámetros analíticos del acceso a las TIC contemplaría una triangulación metodológica para reconocer cada particular alfabetización situada por los diversos sujetos de la educación ruralizada en el nivel primario.

Por otra parte, desde las voces de las maestras rurales también emergen varios criterios para la implementación de las políticas de alfabetización digital destinadas a las escuelas primarias del campo. Esta recuperación de las ideas específicas de quienes -en la expresión de una de las docentes entrevistadas- "ponen el cuerpo" enseñando en las ruralidades despliega varias orientaciones específicas para una urgente política integral de la formación docente durante los próximos años.

Las demandas de los docentes y otros actores educativos interpelan a las políticas púbicas como así a los sujetos privados y comunitarios de la ciudad y el campo en términos de la calidad y la inclusión tanto socioeducativa cuanto digital en el siglo XXI. Para la política pública y la comunidad educativa constituye un desafío cada vez más difícil garantizar una trayectoria y un egreso de los niños de las escuelas ruralizadas de la pampa argentina que habiliten los saberes curriculares, culturales y políticos necesarios para el ejercicio de ciudadanías responsables, democráticas y solidarias en los mundos rurales y urbanos de Argentina, una sociedad heterogénea y crecientemente desigual.

5. Bibliografía y documentación

BRASLAVSKY, B. "Qué se entiende por alfabetización", *Lectura y vida. Revista*

Latinoamericana de Lectura, Año 24, junio 2003, pp. 2-17

CABELLO, R y MORALES, S. Enseñar con tecnologías. Nuevas miradas en la formación docente. Prometeo, Buenos Aires, 2011.

CARNIGLIA, E. "El acceso a las TIC en el campo moderno. Los espacios críticos del desarrollo rural"*. III Coloquio Brasil-Argentina de Ciencias de la Comunicación, XXXIV Congreso Brasilero de Ciencias de la Comunicación.* Recife, Brasil. setiembre, 2011.

CARNIGLIA, E. De labradores y campos de papel. Recepción de prensa agraria por agricultores familiares, Saarbrücken, Editorial Académica Española, 2012.

CHAZARRETA, A y G. ROSATI. "Los cambios en la estructura social agraria argentina", en KESSLER, G. (Comp.); *La sociedad argentina hoy. Radiografía de una nueva estructura*, Buenos Aires, 2016, págs. 85-107.

FAINHOLC, B. "El papel del desarrollo comunitario en la sociedad de la información y el aporte de las tecnologías de la información y de la comunicación", en CASTILLO, S. (Dir.) *Escuelas ruralizadas y desarrollo regional*. Buenos Aires. Miño y Dávila, 2007, pp. 115-129.

GRAS, C. y HERNÁNDEZ, V. (Coords.) El agro como negocio. Producción, sociedad y territorios en la globalización, Buenos Aires, Biblos, 2013.

GUREVICH, A. La vida digital. Intersubjetividad en tiempos de plataformas sociales, Buenos Aires, La Crujía, 2018

GUTIERREZ, T. Educación, agro y sociedad. Políticas educativas agrarias en la región pampeana, 1897-1955, Bernal, UNQ, 2007.

KAP, M. Conmovidos por las tecnologías. Pensar las prácticas desde la subjetividad docente. Buenos Aires, Prometeo, 2014.

LATTUADA, M. y G. NEIMAN. *El campo argentino. Crecimiento con exclusión*, Buenos Aires, Capital Intelectual, 2005.

MAGADÁN, C. "Las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) en las escuelas rurales de Argentina", en AAVV; *Las TIC: del aula a la agenda política*. Buenos Aires, UNICEF, 2007, pp. 105-122.

MANGHI, D. "Concepto de alfabetización: ejes de tensión y formación de comunicadores", *REDIE. Revista Electrónica de Investigación Educativa*, 18(2), 2016, pp. 79-91

NAVARRO, M. y SÁNCHEZ, L. "Prácticas docentes rurales en contextos de globalización". Revista del Cisen Tramas/

Maepava N° 3, 2014. http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/cisen/index (consulta 16/6/1).

OLMOS, A. El maestro rural "ahí". Hacia la reconstrucción del quehacer docente en zonas rurales, Córdoba, UNC-FFyH-ECE, Trabajo final de licenciatura, 2007.

ONG, W. Oralidad y escritura. Tecnologías de la palabra, Buenos Aires, FCE, 2011

PEDERNERA, A y FIAT, F. *El docente rural. Prácticas de enseñanza en el plurigrado*. Buenos Aires. De los cuatro vientos, 2011.

REBORATTI, C. "Los mundos rurales", en TORRADO, S. (Comp.). *Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo centenario. Una historia social del siglo XX*, Buenos Aires, Edhasa, Vol. II, 2007, págs. 85-107

STURGES, P. y A. GASTINGER. "La alfabetización informacional como derecho humano", *Anales de Documentación*, 15 (1), 2012, pp. 51-64

TAMARGO, C. y E. CARNIGLIA. "Entre la transición y la crisis. Tendencias de las escuelas públicas ruralizadas en la pampa cordobesa", *Contextos de educación*, 2019a, pp 121-138

TAMARGO, C. y E. CARNIGLIA. Maestras y TIC en escuelas ruralizadas. Claves del acceso en la pampa cordobesa, Río Cuarto, UniRío, 2019b

TEDESCO, J. "Introducción". En TEDESCO, J. (Comp.) *La educación argentina hoy. La urgencia del largo plazo*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2015, pp. 7-8.

VASILACHIS, I. Métodos cualitativos I. Los problemas teórico-epistemológicos, Buenos Aires, CEAL, 1992.

Conectar(se) en contexto de ruralidad: Políticas de diseminación tecnológicas en la provincia de Jujuy (Argentina)

Conexão no contexto rural: políticas de disseminação tecnológica na província de Jujuy (Argentina)

Connecting in a rural context: Technological dissemination policies in the province of Jujuy (Argentina)

Rodrigo Fernando Díaz[61]

Palabras Clave: Ruralidad - Políticas Públicas - Tecnologías de la información.

Key words: Rurality - Public Politics - Information technology.

INTRODUCCIÓN

En la actualidad, como consecuencia del contexto en que viven los y las habitantes en articulación con nuevas prácticas culturales, surgen diversos interrogantes dentro del ámbito de estudios de comunicación, ruralidad y tecnologías. Las comunidades rurales en un país de amplio recorrido geográfico como Argentina se encuentran atravesadas cotidianamente por múltiples factores que limitan el acceso a servicios comunicacionales propios del siglo XXI, donde los y las actores sociales cumplen un rol importante en este entramado comunicacional. Este es el caso de la Localidad de El Fuerte, departamento Santa Bárbara provincia de Jujuy (Argentina).

Ante esta problemática social, cultural y comunicacional, en el año 2010, Argentina implementó en todas las escuelas

[61] UE. CISOR CONICET – UNJu – UCSE/DASS.

secundarias "públicas de gestión Estatal", institutos de formación docente y escuelas de educación especial, el Programa Conectar Igualdad (PCI) con el objetivo de democratizar el acceso al conocimiento en clave TIC. Esto permitió que estudiantes, docentes y familias de muchas de las escuelas que funcionan en contextos geográficos rurales sean destinatarios de una computadora (netbook) y la posibilidad de conectividad a Internet satelital en el establecimiento formativo, lo que modificó muchas de las prácticas áulicas y cotidianas de la comunidad educativa y familias que transitan la ruralidad.

Estas realidades, llevaron al estado nacional y provincial a trabajar en la implementación de programas, que tienden a democratizar el acceso a la comunicación e información. Es así, que el poder ejecutivo nacional oficializó a fines del año 2016 la reorganización como política pública del "Plan Federal de Internet", que consiste en conectar a la red de redes a 1200 localidades del país utilizando la red de datos de la Empresa Argentina de Soluciones Satelitales (ARSAT).

Este trabajo se enmarca como continuidad de una investigación inicial, donde se toma como fuente mi Tesis de licenciatura, denominada "*Implementación y usos de las nuevas Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC) en un establecimiento educativo rural de Jujuy. El caso de la Escuela Agrotécnica Provincial N° 12. Durante el año 2014",* en la que se atendió a los cambios sociales, culturales y pedagógicos de jóvenes, familias y docentes que conviven a diario en dicho establecimiento educativo.

Autores y autoras como Roxana Cabello (2013), Pablo Fodevilla (2011), Roberto Ballaguer (2009), Ester Kaufman (2009), han reflexionado sobre el interés en los últimos años por parte de los estados de América Latina por gestionar políticas públicas destinadas a disminuir las brechas digitales y culturales, dado que se considera el acceso a la comunicación e Información un derecho que todos y todas las y los ciudadanos debemos tener para comunicarse, informarse, tener una educación de calidad y en igualdad de oportunidades, donde puedan gestar su propia sociedad de la Información y el conocimiento. La importancia de estos programas es transversal a la vida cotidiana de las personas de sectores populares que no tienen la posibilidad de comprar y pagar por un servicio de Internet en sus hogares, tanto en lo urbano como en las comunidades

rurales, siendo estas políticas un factor determinante para educarse, comunicarse, informarse y establecer vínculos sociales con personas que viven en otros puntos geográficos.

Por este motivo, el objetivo central de esta pieza comunicativa es desde una mirada comunicacional describir y desentramar las prácticas culturales que realizan los y las integrantes de la comunidad rural de El Fuerte en la provincia de Jujuy con sus dispositivos tecnológicos. Personas que a nuestro entender producen una cantidad significativa de testimonios, relatos y experiencias de usos y apropiaciones con las tecnologías que impactaron en sus cotidianidades, modificando muchas de sus prácticas laborales, sociales, educativas y comunicacionales.

Teniendo en cuenta, que el mencionado paraje fue uno de los primeros pueblos en la provincia de Jujuy destinatarios del Plan Federal de Internet. En concordancia con estas políticas públicas, para muchos de los y las adolescentes, las computadoras del Programa Conectar Igualdad fueron su primera posibilidad de conexión a la red, lo que impactó no solo en las prácticas áulicas, sino también en sus experiencias cotidianas. Hay que tener presente que antes de la gestión e implementación de políticas públicas de comunicación e inclusión digital gran parte de las comunidades rurales tenían como único canal de comunicación y socialización un teléfono fijo en la dependencia municipal. En función de esto, centrar la mirada en la gestión e implementación de políticas sociales de comunicación e inclusión digital por parte del Estado nacional y provincial destinada a comunidades vulneradas históricamente.

Para llevar adelante este trabajo se acude a la localidad de El Fuerte de manera constante desde el año 2014 donde se vienen desarrollando entrevistas y encuestas a jóvenes, docentes y familias. Como creemos que el sentido de la vida social se expresa particularmente a través del discurso que emerge en la vida diaria de manera informal, además de los datos de las entrevistas y las encuestas, se reflexiona a partir de las conversaciones, los comentarios y las anécdotas que surgieron durante el trabajo de campo.

El Fuerte: contextualización

Los orígenes del pueblo se remontan hacia mediados del Siglo XVIII. Como parte de la estrategia para el avance del poder virreinal español sobre territorio de

comunidades indígenas y, con el objetivo de contener las incursiones de los Toba provenientes del Chaco, se levantó El Fuerte de Santa Bárbara. Fue emplazado en una posición estratégica, ya que las barreras naturales y el elevado cerro Centinela permitían establecer efectivos puestos de vigilancia, por lo que el pueblo se constituyó

Imagen: El Fuerte (vista del pueblo)

en escenario de enfrentamientos entre fuerzas españolas e indígenas, de los que hoy podemos encontrar vestigios.

La fundación oficial de esta localidad data del 27 de agosto de 1884, cuando el gobernador Eugenio Tello por decreto dispuso la cesión de un área de la zona para

La Localidad de El Fuerte pertenece al Departamento Santa Bárbara, provincia de Jujuy, y se encuentra a 160 kilómetros de la capital Jujeña (San Salvador de Jujuy). La llegada al pueblo es posible mediante la Ruta Provincial N° 6, de ripio y difícil acceso, un camino de montaña lo une con la localidad de Santa Clara, distante a 38 km. Otro ingreso al paraje es por medio de un camino de ripio, más llano, que parte de la localidad de Palma Sola, a 40 km de distancia. Este paraje se encuentra entre las laderas del Cerro Centinela y las Serranías de Santa Bárbara, lo cual configuran un paisaje totalmente rural con un escenario geográfico incomparable en el marco de las yungas jujeñas. El Fuerte es uno de esos pueblos donde se puede observar una arquitectura colonial, por las arterias principales del paraje se divisan casas con paredes de adobe, pequeñas parcelas donde se practica la agricultura y

mensurarla y dividirlas en manzanas. Fue la cabecera del departamento Santa Bárbara hasta las primeras décadas del Siglo XX cuando fue reemplazado por la localidad de Santa Clara, por las dificultades que presentaba su acceso durante la estación de lluvias.

ganadería familiar para su autoabastecimiento.

Políticas y tecnologías

Las principales cuestiones que limitan al acceso a las tecnologías de la comunicación son de carácter social, económico, cultural, de género y geográfico. En países como Argentina con altos índices de desigualdad social el acceso a las TIC se ve condicionado por estos cinco factores. Donde tienen mayor acceso a la red de redes quienes pueden pagar por el servicio, quienes pueden comprar una computadora, ya sea portátil o de escritorio y quienes tengan acceso a dispositivos móviles con conexión a redes informáticas (Mejias, 2010).

Es así, que a los países y a los grupos sociales más vulnerables les resulta difícil acceder a Internet y a otros recursos informáticos o competentes a las nuevas tecnologías, con respecto a países más ricos y desarrollados. Esto genera diferencias en

los países de escasos recursos económicos, provocando que la brecha digital sea dispar entre quienes tienen acceso y quienes no a las nuevas Tecnologías de la Información y la comunicación. En este marco, para los países latinoamericanos la tendencia es identificar el acceso a las TIC con un ideal democratizador de igualdad, según el cual, la meta es ofrecer infraestructura técnica para todos y todas las y los usuarios. Es desde esta perspectiva que, cuando se intentan delinear políticas públicas o cuando las TIC se incorporan a metas gubernamentales, el propósito es lograr igualdad y democratizar el acceso. En concordancia con este punto de vista, a partir del desarrollo de innovaciones tecnológicas y de la convergencia en red, cuando los países de la región o algunas de sus instituciones públicas han propuesto o desarrollado acciones tendientes a garantizar el acceso de los ciudadanos a las TIC lo han hecho para promover su acercamiento a los aparatos tecnológicos.

Sobre el Programa Conectar Igualdad (PCI)

En este contexto, de acceder y disminuir la brecha digital en nuestro país surge un programa de inclusión social, cultural y digital en la educación estatal. El Programa Conectar Igualdad, que fue gestado Poder Ejecutivo Nacional el seis de abril del año 2010, y que tiene como uno de los objetivos principales recuperar y revalorizar la escuela pública. Este tuvo como prueba piloto en el año 2009 el programa nacional "una computadora para cada alumno", destinada a las escuelas de enseñanza técnicas de nivel secundaria, dependientes del Instituto Nacional de Enseñanza Técnica (INET), esto fue el primer paso hacia el modelo 1 @ 1 de integración TIC en el sistema educativo.

> "El Programa Conectar Igualdad, se trata de una medida cuyo alcance posibilitará a todos los alumnos del nivel medio escolar se apropien de una herramienta para acceder a una educación de mayor calidad. Además, se propone la reducción de las brechas sociales, digitales y educativas en toda la extensión del territorio. Y, en tercer lugar, porque el uso de las netbook trasciende el ámbito escolar, impactando en la vida cotidiana de las familias y en el círculo de influencia de los estudiantes" (Fontdevila, 2012: 31).

El hecho de que los alumnos y alumnas puedan llevarse las netbook a sus casas no es un dato menor, porque implica la posibilidad de que la familia se convierta en destinatario y beneficiario de estas políticas al poder usar las TIC con fines sociales.

Las TIC transformaron las relaciones sociales, económicas, políticas y culturales. Para que millones de habitantes de una nación tengan acceso a la información, es necesario que se creen políticas públicas que construyan sistemas educativos de calidad e inclusivos. Conectar Igualdad es una política de Estado, universal e inclusiva creada para ayudar al cumplimiento de los objetivos establecidos en la Ley Nacional de Educación 26.206 que regula el derecho a enseñar y aprender, y que se orienta específicamente al desarrollo de las competencias necesarias para el manejo de los nuevos lenguajes de las TIC (Ibíd.).

El PCI, consiste en la entrega de una netbook a cada estudiante para que puedan indagar sobre sus interrogantes y logren formular sus propias producciones y compartirlas con otras personas. La computadora portátil es diseñada especialmente para facilitar el aprendizaje colaborativo entre los y las estudiantes y sus docentes, con el objetivo de satisfacer las necesidades de diferentes grupos, al mismo tiempo pretenden satisfacer los requerimientos del ambiente escolar, pedagógico, tecnológico y social.

El modelo de computadora portátil adoptado en nuestro país es el “classmate”, que fue considerado como el más adecuado, en primera instancia para el programa “una computadora para cada alumno" del Programa de Inclusión Educativa destinado a estudiantes de escuelas de enseñanza técnica y luego para el PCI.

Al igual que las netbooks, los servidores escolares también tienen una base tecnológica requerida correspondiente con las demandas exigidas por el PCI. Estos equipos constituyen el corazón del funcionamiento de las redes instaladas en los establecimientos educativos y permiten la utilización de los recursos multimediales. Incluso sin la necesidad de contar con la conexión a Internet, es decir, utilizando una red interna de la escuela o intranet (Ibíd.)

El Plan Federal de Internet y conectividad rural

Coincidiendo con la celebración por el día mundial de Internet, que tiene lugar el 17 de mayo de 2016, la presidencia de la nación, en palabras del ex presidente de la Nación Mauricio Macri en un acto que tuvo lugar en Azcuenaga, provincia de Buenos Aires, oficializó la puesta en marcha del Plan Federal de Internet, este proyecto es la obra de infraestructura de la empresa nacional de telecomunicaciones ARSAT, que estipula

brindar Internet de banda ancha a 1300 localidades del interior de la Argentina. El Plan cuenta con un presupuesto total de $4.600 millones que serán invertidos en dos años ($3.600 millones en despliegue de red y $1.000 millones en incorporación de tecnología a la red de fibra).

A través del tendido de una Red Federal de Fibra Óptica de 33.000 Km y la instalación de equipamiento tecnológico, se brindará un servicio de Internet en condiciones de igualdad en tanto calidad y precio en todo el país. Esto pretende eliminar las diferencias de acceso a la *web* en las grandes concentraciones urbanas y el interior más profundo de la República Argentina. Poder acceder a una Internet de calidad se traduce en igualdad de oportunidades y potencia el desarrollo de las economías locales y regionales, la productividad, las comunicaciones, la cultura y la educación. La red de redes hoy se constituye como un servicio básico.

En este sentido, como la localidad de El Fuerte geográficamente se encuentra emplazada en una zona selvática de las yungas en la provincia de Jujuy, el tendido de fibra óptica es muy complicado para brindar dicho servicio; para ello desde la Secretaría de Energía y la Subsecretaría de Comunicación han dispuesto la instalación de paneles solares en el lugar para lograr abastecer de energía a una antena que brindará a la comunidad el servicio de Internet satelital en el marco de una política denominada "Conectividad rural[62]", utilizando la infraestructura de la empresa nacional de telecomunicaciones ARSAT. Para lograrlo, el equipo técnico de la Secretaría de Energía provee de los 3 paneles solares de 255 vatios y 8 baterías de 200 amperes/h cada una, el regulador y el soporte de los mismos[63].

Vida cotidiana y un salto a las TIC en la ruralidad

Mediante un relevamiento de datos, que tuvo como formato entrevistas y observación participante, pudimos obtener testimonios para el análisis de esta investigación. Con el fin de profundizar algunas reflexiones realizamos también entrevistas al director de la Institución educativa secundaria de la comunidad.

[62] "Desde Arsat estamos extendiendo las comunicaciones a las áreas rurales del país para optimizar las tareas cotidianas que se realizan en el campo y aplicar técnicas de agricultura y ganadería de precisión". Fuente consultada https://www.arsat.com.ar/conectividad-rural

[63] Fuente consultada https://www.eltribuno.com/jujuy/nota/2017-2-2-1-30-0-internet-para-el-fuerte

Las vidas cotidianas de los habitantes de este paraje se encuentran atravesadas por las nuevas tecnologías, si bien, en este pueblo la conexión a la telefonía móvil es todavía inexistente, los teléfonos celulares cumplen funciones complementarias, entre ellas pueden operar como despertador, cámara de fotos, cronómetro, calculador, entre otras variantes. En la actualidad, la posesión de un *Smartphone* es casi universal. Al incorporar nuevas características y funciones, el teléfono celular se ha convertido en una computadora de mano. Los y las actores sociales de esta comunidad lo usan constantemente como herramientas de comunicación y de archivo de información, pero también como organizadores personales y para bajar información de internet (Morryssey, 2008). La adquisición de un teléfono celular de media y alta gama no tiene condicionamientos geográficos, se puede observar cómo los y las habitantes se comunican e intercambian información y conocimientos mediante sus dispositivos móviles usando las redes abiertas de *wifi* que hay en las instituciones públicas y espacios públicos en el marco del Plan Federal de Internet. En palabras de las entrevistadas, en referencia a este tema nos comentan lo siguiente:

Nosotros usamos el teléfono para todo, hasta para bajar un libro e investigar sobre alguna tarea de biología, de física, química, utilizamos el celular, el chico al no tener computadora se presta al celular y baja las tareas ahí. Es un uso masivo (Carmen).

Los principales usos, lo uso como una computadora más, tengo bajados los programas de Word, Excel, contesto los correos electrónicos porque es el medio de mi trabajo (Lorena).

La escuela secundaria hasta principios el año 2017, fecha en que el pueblo empezó a contar con conexión satelital a la red de redes en todas las instituciones públicas, en el marco del Plan Federal de Internet, sumado a las familias que pueden pagar por el servicio privado, era la única institución del paraje con posibilidades de acceso a la *web*. Ahora teniendo otras alternativas de conectividad, de comunicación, socialización e información los y las habitantes con sus equipos tecnológicos navegan por los diferentes buscadores, descargan música, suben fotos, ven videos, socializan por las redes sociales y realizan tareas para los diferentes espacios curriculares.

Es así, que la vida de los y las integrantes de las comunidades rurales esta estimuladas y atravesadas por las tecnologías de la

información, muchos de ellos y ellas no solo tienen un celular o una netbook (en su mayoría las que les otorga el PCI), sino que también poseen una *Tablet* o algún dispositivo extra.

Podemos decir, que en la actualidad el entorno social de las personas gira, si es que aún se pueden separar, en dos esferas: la virtual *(on line)*, en los vínculos que las nuevas generaciones establecen con las telecomunicaciones, y la real *(off line)* en el espacio de sus relaciones cara a cara. José Van dijck (2016), manifiesta en este sentido, que no existe la división entre las esferas *on line y off line,* dado que estas conjugan una simbiosis en la vida social de los y las actores sociales.

Morduchowicz (2014) en *"los chicos y las pantallas"* plantea que son múltiples los usos que se hacen con Internet, en primer lugar, interactúan por redes sociales, visitan YouTube, hacer tareas escolares, juegan en red, bajan y escuchan música. En relación a esto una de las entrevistadas nos dice que los y las jóvenes de la comunidad "*Se juntan entre los chicos y hacen uso de juegos recreativos, no sé cómo se conectan, pero. Juegan, compiten".*

Los chicos saben usar, algo que me llamó la atención, acá en el fuerte, es que la usan para ecualizar música, hay chicos que tienen muchas preferencias musicales y entonces bajan programas para ecualizar, remixar, hacer enganchados como dicen y poder armar como pequeños Dj, ese es un uso que no lo vemos como netamente educativo, pero tiene una alfabetización digital, porque los lleva a ellos a la curiosidad, y bueno para la parte de los videos también, algunos buenos usos, otros malos usos, pero saben darle esa finalidad, hacer videos, editar, ecualizar voces (Lorena)

Los y las habitantes de El Fuerte no solo transitan la denominada esfera de lo real, sino que ahora gracias a las tecnologías interactúan en la esfera de lo virtual, simbiosis que es difícil de categorizan en el escenario virtual en el que se desenvuelven. Se puede decir, que transitan la vida cotidiana distinta que la de generaciones anteriores, con las tecnologías de la información y la comunicación los modos de comunicarse han cambiado, lograron conquistar nuevos espacios, nuevas esferas y entornos, el de lo virtual.

Las computadoras del PCI y su influencia en las familias

Los y las jóvenes pueden llevarse las netbooks a sus casas para compartirlas con

sus familiares y transmitir los conocimientos que aprenden en la escuela sobre el uso de las tecnologías. Esto demuestra las transformaciones que tuvo el Programa conectar Igualdad. Uno de sus objetivos fue trascender las fronteras del ámbito escolar, impactando en la vida cotidiana de las familias y en el círculo de influencia de los estudiantes (Fontdevila, 2012).

Mediante el relevamiento de datos que hicimos, se pudo averiguar que los usos de las computadoras en las familias son bastante significativos, esto demuestra el impacto y carácter democratizador que tienen estas políticas públicas de inclusión digital para familias que viven permanentemente en situaciones de vulnerabilidad.

Tengo una que le dieron a mi hijo en la secundaria, no tengo de escritorio, pero tengo una del Programa Conectar Igualdad (Carmen).

Tengo la computadora que nos daba el del Programa Conectar Igualdad que la uso para mi trabajo, la uso para bajar muchas veces contenidos que sabemos que acá no pueden acceder, como videos, armar power point, cuadros y todo lo que te requiere estar en una institución así (Lorena)

Sostenemos que las transformaciones del Programa Conectar Igualdad trascendieron las fronteras del aula y alcanzó los diferentes entornos sociales. En nuestros días miles de jóvenes y familias transitan con sus netbooks por distintos espacios públicos, como clubes, plazas, centros vecinales e instituciones de diversas índoles.

A modo de reflexiones finales

La conectividad ha impuesto nuevos hábitos para informarse y estar conectados, pero fundamentalmente, la llegada de la conectividad satelital significó la revalorización de las instituciones públicas como un espacio de toda la comunidad (Magadan, 2008).

Uno de los puntos centrales en estas reflexiones, radica en el rol que cumple el Programa Conectar Igualdad y Plan Federal de Internet como políticas públicas de inclusión social, cultural y digital. Ante esto, podemos decir que muchas de las actividades diarias y manifestaciones culturales de los y las habitantes de esta comunidad se vieron modificadas por las tecnologías de la comunicación, generando transformaciones en sus vidas cotidianas. Gracias a estos programas, familias de comunidades rurales pueden transitar,

comunicarse, socializar y compartir sus experiencias con personas que viven en otros puntos geográficos.

Podemos decir que Internet y las redes sociales fortaleció la comunicación entre actores y actoras sociales que transitan la ruralidad, las plataformas les permiten interactúan con ex compañeros, familiares, amigos y amigas que viven en otras localidades, además tienen la posibilidad de conocer personas de otros lugares y compartir sus experiencias de vida. Es así, que estas prácticas refuerzan el contacto que tienen con el mundo urbano.

Las TIC en las escuelas y comunidades rurales permiten la equidad entre los pares, estas les dan la posibilidad a jóvenes y familias de escasos recursos tener las mismas oportunidades que ofrecen las tecnologías a otros adolescentes que por su condición social, económica y cultural tienen acceso a estos bienes tecnológicos.

Así observamos, cómo los habitantes de esta comunidad interactúan a diario con las TIC, donde la conexión satelital a Internet posibilita que estos transiten por la red de redes e interactúen bajo este nuevo paradigma de la comunicación. Donde en cada familia, en cada joven, tienen usos y apropiaciones diferenciales.

Bibliografía

Cabrera, D. (2006). Lo tecnológico y lo imaginario: las nuevas tecnologías como creencias y esperanzas colectivas. Buenos Aires. Editorial Biblos.

Duro, E. (2008) TIC y justicia educativa. En Magadán, C. y Kelly, V. (comp.) *Las TIC del aula a la agenda política: Ponencias del Seminario Internacional como las TIC transforman las escuelas*. Buenos Aires, Fondo de la Naciones Unidas para la infancia.

Díaz, R. (2015). Implementación y usos de las nuevas Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC) en un establecimiento educativo rural de Jujuy. El caso de la Escuela Agrotécnica Provincial N° 12. Durante el año 2014. Tesis de grado, Universidad Nacional de Jujuy, Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales. San Salvador de Jujuy, Argentina.

Díaz, R. (2015). *Conectar Igualdad: experiencia de acceso y usos en las y los jóvenes de un paraje rural de Jujuy.* Revista especializada en Periodismo y Comunicación Questión, 48, 548-558. La Plata. Facultad de Periodismo y Comunicación Social. [en línea]. Consultada el 4 de febrero de 2016 en http://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/2714

Fontdevila, P. (2012). Inclusión digital y calidad educativa: el Programa Conectar Igualdad entre 2010 y 2011. Sáenz Peña: EDUNTREF.

Magadán, C. y V. Kelly (2008), Las TIC del aula a la agenda política: Ponencias del Seminario Internacional como las TIC transforman las escuelas. Buenos Aires, Fondo de la Naciones Unidas para la infancia.

Morduchowicz, Roxana (2014). *Los chicos y las pantallas: las respuestas que todos buscamos*. 1ª ed. Buenos Aires. Editorial Fondo de Cultura Económica.

Morduchowicz, R. (2013). Los adolescentes del siglo XXI: Los consumos culturales en un mundo de pantallas. Buenos Aires. Editorial Fondo de Cultura Económica.

Murolo, N. (2014) Hegemonía de los sentidos y usos de las tecnologías de la comunicación por parte de jóvenes del Conurbano Bonaerense Sur. Estudio realizado en Quilmes 2011-2014. Tesis de doctorado. Facultad de Periodismo y Comunicación Social de la UNLP.

Van Dijck, J. (2016). La cultura de la conectividad: Una crítica a las redes sociales. Buenos Aires. Siglo veintiuno editores.

Os lugares centrais da mídia na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – SP, Brasil: uma análise territorial

The media central places in the Metropolitan Region of Paraíba Valley and North Coast - SP, Brazil: a territorial analysis.

Monica Franchi Carniello[64]
Tamyris Reis Pavan[65]
Moacir José dos Santos[66]

Resumen: A mídia é elemento de territorialização. Sua presença e distribuição está diretamente relacionada a aspectos sociais, políticos e econômicos do território. O objetivo geral desta pesquisa é identificar o padrão de localização e distribuição dos veículos de comunicação na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale) – SP, Brasil. Como referencial teórico e parêmetro de análise, foi considerada a Teoria dos Lugares Centrais. A pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva, com delineamento documental. Verificou-se que há uma relação entre potencial econômico de presença de veículos de comunicação nos municípios, o que permite ampliar a teoria dos lugares centrais para o ambiente midiático da região.

Palabras Clave: mídia, território, lugares centrais.

Abstract: The media is an element of territorialization. Its presence and distribution is directly related to social, political and economic aspects of the territory. The general objective of this research is to identify the pattern of location and distribution of communication vehicles in the Metropolitan Region of Paraíba Valley and North Coast (RMVale) - SP, Brazil. As a theoretical reference and analysis parameter, the Theory of Central Places was considered. The research is

[64] Universidade de Taubaté, Doutora em Comunicação e Semiótica, Brasil, monicafcarniello@gmail.com
[65] Universidade de Taubaté, graduanda de Publicidade e Propaganda, bolsista de iniciação científica, Brasil, reistamyris@gmail.com
[66] Universidade de Taubaté, Doutor em História, Brasil, professormoacirsantos@gmail.com

characterized as exploratory-descriptive, with documentary delineation. It was found that there is a relationship between the potential economic presence of communication vehicles in the municipalities, which allows to expand the theory of central places for the region's media environment.

Key words: media, territory, central places.

Introdução

As mídias fazem parte da dinâmica da sociedade contemporânea. Comprender como os meios e veículos de comunicação se estabelecem nos territórios e com eles se relacionam, ou mesmo os delimitam, é fundamental para entender os processos sociais, políticos e econômicos das localidades e regiões.

Parte-se da premissa de que existe uma relação ente presença de veículos e comunicação de uma região e desenvolvimento, visto que os meios, além de se configurarem como uma atividade econômica, permitem que os seus habitantes possuam fontes de informação sobre o local onde vivem. Melo et al (2006: 16) afirmam que o conceito de "comunicação para o desenvolvimento assumiu nítido contorno regionalista".

No campo da Comunicação para o Desenvolvimento e da Geografia da Comunicação, se situam os estudos pioneiros que estabelecem as relações entre mídia e território, em suas diversas dimensões. Do estudo de Milton Santos, intitulado "Classificação Funcional dos Jornais Brasileiros – as regiões jornalísticas" (Moreira, 2018) publicado em 1956, houve um longo percurso que contribuiu para explicitar a mídia enquanto elemento de territorialidade. Melo (2006) chegou a propor um conceito midiático de região, ao elaborar uma taxonomia que delimita as fronteiras simbólicas do território com base nas estruturas e alcance da mídia.

Ao analisar a estrutura da mídia nacional contemprênea, ironicamente, em um ambiente marcadopela conectividade e estruturas de comunicação em rede (Castells, 1999), ainda é possível identificar regiões brasileiras que são descobertas pelos sitema de mídia, especialmente no que tange à produção de conteúdo noticioso regional significativo, o que foi denominado de desertos de notícias pelo Atlas da Notícia (2018).

Além disso, o Brasil é classificado, segundo a proposta de Hallin e Mancini (2004), no modelo pluralista polarizado ou mediterrâneo, caracterizado pela existência de jornais de baixa circulação, orientação dos meios de comunicação para a elite política e centralidade da mídia. Este cenário gera reflexos na organização territorial em escala regional.

Tal contexto permite problematizar alguns aspectos relacionados a mídia e território em escala regional, de maneira a compreender o funcionamento dos meios de comunicação locais e regionais, seus modelos estruturais e econômicos e seus efeitos no território. O recorte geográfico desta pesquisa é a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale), situada no estado de São Paulo, macrorregião Sudeste, formada por 39 municípios com características heterogêneas (EMPLASA, 2018).

O objetivo geral desta pesquisa é identificar o padrão de localização e distribuição dos veículos de comunicação na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale) – SP, Brasil. Tal leitura do fenômeno permitirá relacionar o sistema de mídia com as dinâmicas socioeconômicas regionais, o que é oportuno para fundamentar políticas públicas e enfrentamentos das desigualdades regionais que caracterizam a RMVale.

É posto que no cenário midiático contemporâneo, caracterizado pela comunicação digital em rede, o alcance dos meios supera a delimitação geográfica na qual as empresas de mídia estão situadas, permitindo a formação de territorialidades de mídia para além do território. Em contraponto, a presença de empresas de mídia em um território não pode ser ignorada como um fator de composição deste, posto que as mídias são atores institucionais relacionados com as demais dinâmicas do território, dentre as quais as políticas, econômicas e culturais. Portanto, apesar da flexibilização dos limites de distribuição que a tecnologia digital permite, a presença de

veículos de comunicação em um território imprime uma dinâmica específica a ele, o que precisa ser considerado.

Mídia, território e os lugares centrais

Esta seção articula os conceitos de mídia e território, ao apresentar as relações possíveis. A pesquia ancora-se, prioritariamente, na Teoria dos Lugares Centrais de Christaller (1966) para suportar teoricamente a análise territorial dos meios de comunicação na região delimitada para este estudo.

> O território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo (Saquet & Silva, 2008: 31-32).

Moreira (2009) afirma que comunicação pode ser adotada como prisma para a compreensão de territorialidades, visto que revela as formas como as pessoas acessam e usam os sistemas comunicacionais; identifica as direções dos fluxos da informação; e dá conhecimento a eventos que ocorrem em determinados espaços da comunicação. Ao reconhecer os diversos lugares da comunicação permite-se compreender o próprio campo e o mundo. Trata-se de campo de estudo que busca compreender como a comunicação produz o espaço e como o espaço produz comunicação, conforme identificado por Jansson (2005).

Vários autores propuseram taxonomias que exploram a relação entre mídia e território, dentre as quais Melo (2006). O autor propôs duas grandes categorias "onde se formam redes midiáticas ou se configuram fluxos comunicacionais peculiares" (Melo, 2006:17): as regiões supranacionais, agrupamentos de nações que possuem identidades comuns; regiões infranacionais, parcelamento do território nacional de acordo com critérios político-administrativos.

Adams (2011) também propõe uma taxonomia com base na dialética comunicação e território, representada na Figura 1.

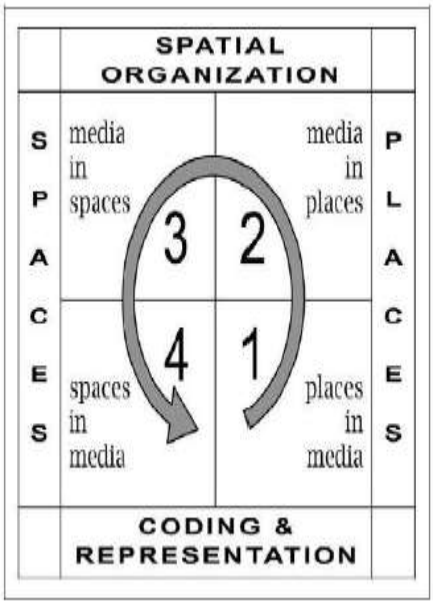


Figura 1 – Taxonomia comunicação e território. Fonte: Adams (2011:06)

A mídia no espaço diz respeito a infraestrutura de mídia regional e seus fluxos; os espaços na mídia enfatizam o espaço social da mídia; os lugares na mídia dizem respeito às representações mediatizadas e imagens geradas, o que passa pelas relações de afetividade geradas pela mídia; por fim, a mídia no lugar define a adequação das mídias para as especificidades de cada espaço social. Posteriormente, Adams (2018:01), ao relacionas mídia e espaço, propõe o conceito de

> arco de comunicação - uma trajetória dinâmica conectando um ponto de vantagem a outro através de várias traduções e mudanças. É uma mistura de integração e tradução que forma seu próprio espaço, lugar e tempo, integrando elementos de desempenho corporificado, múltiplas modalidades sensoriais, temporalidade, ausência e excesso. Os arcos da comunicação geralmente dependem da colaboração e podem produzir transformações de identidade [tradução dos autores].

Outra popositura aproxima a Teoria dos Lugares Centrais, originalmente proposta por Christaller (1966) na década de 1930 no campo da Economia, com a distribuição territorial da mídia, modelo que é explorado por Deolindo (2014; 2018). A teoria busca encontrar padrões espaciais para aglomerações urbanas, baseada na premissa que as cidades são espaços fornecedores de bens e serviços.

Deolindo (2018) alerta que o modelo foi concebido em um conexto de cidades industriais, contexto que se flexibiliza com a superação do capitalismo industrial e com a emergência de uma sociedade informacional (Castells, 1999). No entanto, o modelo é aplicável em países do capitalismo periférico e tardio, como o Brasil. Na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale), objeto de estudo desta pesquisa, prevalece o modelo industrial que

dá protagonismo econômico a algumas das cidades da região, ainda que a região tenha sido impactada e confrontada por sucessivas crises econômicas (Vieira, Carniello & Santos, 2018).

Christaller (1966) partiu do pressuposto que a distribiuição espacial das cidades apresentava uma hierarquia ordenada, e não era aleatória e desordenada. Esta se dava com base em zonas de influência econômica das localidades, "cuja centralidade seria determinada pelo nível de complexidade dos produtos e serviços ali ofertados e também servir de alicerce desses mercados" (Deolindo, 2018:33).

A hierarquia pode se estabelecer com base em três princípios: de mercado; de transporte; administrativo (Christaller, 1966). No contexto contemporâneo, marcado pela forte presença das mídias, pode-se estender os princípios para a mídia e suas zonas de influência. Ainda que exista um fluxo de informações global, viabilizado pela Internet, a presença de veículos de comunicação favorece a produção de conteúdo sobre as localidades e regiões, dando visibilidade ou reforçando a invisibilidade dos territórios. Soma-se a este fato o modelo de mídia nacional, com protagonismo das empresas privadas, o que estabelece uma relação estreita com a economia. Se a mídia é sustentada prioritariamente por anunciantes, consequentemente as empresas de mídia tendem a se instalar em regiões que se configuram como mercados potenciais.

Posto isso, nas seções subsequentes será analisada a presença territorial das empresas de mídia nos 39 municípios da RMVale, sob o prisma de análise da Teoria dos Lugares Centrais.

Fonte	Dados	Link
Anatel	Emissoras de rádio	https://sistemas.anatel.gov.br/easp/Novo/Consulta/Tela.asp?OP=E&SISQSmodulo=16587
Anatel	Emissoras de rádio	http://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/srd.php
MCTIC	Tvs	http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/indicadores_comunicacoes.html
IVC	Impresso e internet	https://ivcbrasil.org.br/#/home

Quadro 1 – Fontes documentais Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Método

A pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva, com delineamento documental. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva descreve as características de determinadas populações ou fenômenos, fazendo uso de técnicas padronizadas de coleta de dados.

O corpus de pesquisa é a região de análise é a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale), composta por 39 municípios heterogêneos quanto ao porte, atividade econômica e configuração geográfica (EMPLASA, 2018). Para realizar a busca dos meios presentes na região, foram definidas bases documentais. Até o momento, foram identificadas como fontes as bases de dados elencadas no Quadro 1.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, outras fontes documentais foram incluídas, especialmente para identificação da veículos de comunicação impressa, que em sua maioria também apresentam versão digital. Pelo fato de os veículos de comunicação regionais não possuírem, em sua maioria, o Índice Verificador de Circulação (IVC), a busca teve que ser realizada por meio de palavras-chave, definidas como jornal+nome de cada município; portal+nome de cada município. Os resultados foram registrados em planilhas do software Excel, organizados pelas variáveis tipo de mídia e município.

Quanto ao procedimento de análise de dados, a presença a distribuição territorial da mídia foram analisadas a partir dos parâmetros definidos pela Teoria dos Lugares centrais, de Christaller (1966). O autor delimita três princípios que determinam as hierarquias entre os municípios de determinada região: princípio de mercado; princípio de transporte; e princípio administrativo. Foi considerado o princípio de mercado para o estabelecimento de relação entre potencial econômico e presença de mídias nos municípios.

Resultados e Discussão

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte foi elevada à condição de região metropolitana em 2012 (EMPLASA, 2018). É formada por 39 municípios com características geográficas, econômicas, demográficas e culturais heterogêneas.

A Tabela 1 apresenta dados populacionais e o Produto Interno Bruto, dois indicadores que retatam, ainda que de maneira abrangente, o potencial econômico de cada município.

Fonte: Emplasa, 2016.

Tabela 1 – População e Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da RMVale.

Municípios	População (2018)	PIB 2016 (mil reais)
São José dos Campos	713.943	37.315.783
Taubaté	311.854	14.135.705
Jacareí	231.863	9.980.970
Pindamonhangaba	166.475	6.708.744
Guaratinguetá	121.073	4.232.993
Caraguatatuba	119.625	2.658.208
Caçapava	93.488	3.580.187
Ubatuba	89.747	1.786.358
Lorena	88.276	2.351.891
São Sebastião	87.596	3.517.128
Cruzeiro	81.895	1.988.301
Campos do Jordão	51.763	1.197.119
Tremembé	46.642	656.524
Aparecida	36.129	1.115.003
Ilhabela	34.333	3.011.806
Cachoeira Paulista	33.067	559.694
Potim	24.143	187.880
Cunha	21.639	213.621
Paraibuna	18.180	255.092
Santa Branca	14.717	251.490
Piquete	13.976	148.416
Queluz	13.228	237.969
Bananal	10.896	217.166
São Bento do Sapucaí	10.895	178.593
São Luiz do Paraitinga	10.862	143.813
Roseira	10.621	269.309
Igaratá	9.483	177.756
Lavrinhas	7.207	104.689
Santo Antônio do Pinhal	6.794	96.484

Natividade da Serra	6.681	66.404
Jambeiro	6.485	274.960
Silveiras	6.264	63.119
Canas	5.071	150.703
Lagoinha	4.903	57.554
Monteiro Lobato	4.608	57.846
São José do Barreiro	4.151	48.499
Areias	3.876	37.753
Redenção da Serra	3.863	53.758
Arapeí	2.478	25.889

[1]Fonte: IBGE. [2]Fonte: Emplasa. Adaptado de: Emplasa, 2019.

Observa-se uma grande heterogeneidade entre os municípios quanto a população e PIB. Apesar de haver uma relação entre porte, em termos populacionais, e PIB, há alguns municípios que apresentam população relativamente pequena e um PIB significativo, como o caso de Ilha Bela, Campos do Jordão e Aparecida.

Em relação a presença de empresas de mídia, a Tabela 2 sintetiza o total por município e por meio. São esclarecidos os seguintes aspectos: para o meio TV foram considerados presença de repetidor de sinal e geradora; para jornal, foram considerados veículos impressos e portais com conteúdo jornalístico, visto que é tendência os impressos também manterem a versão digital dos jornais; para rádio foram consideradas emissoras comerciais, comunitárias e educativas de todas as frequências; para revista foi considerada a cidade sede, visto que a distribuição tende a ser regional. Para compor a tabela síntese, foram elaboradas tabelas parciais, bem como quadros com identificação de cada um dos veículos de comunicação encontrados.

Municípios	Rádio	TV	Jornal	Revista	Total
Aparecida	6	1	1	0	8
Arapeí	1	0	0	0	1
Areias	1	0	0	0	1
Bananal	1	0	0	0	1
Caçapava	4	0	3	0	7
Cachoeira Paulista	6	1	1	0	8
Campos do Jordão	1	0	3	0	4
Canas	1	0	0	0	1
Caraguatatuba	5	0	12	0	17
Cruzeiro	6	0	2	0	8
Cunha	1	0	1	0	2
Guaratinguetá	7	0	2	0	9
Igaratá	1	0	1	0	2
Ilhabela	3	0	6	0	9
Jacareí	5	0	3	0	8
Jambeiro	1	0	0	0	1
Lagoinha	1	0	0	0	1
Lavrinhas	1	0	0	0	1
Lorena	2	0	1	0	3
Monteiro Lobato	0	0	0	0	0
Natividade da Serra	0	0	0	0	0
Paraibuna	1	0	1	0	2
Pindamonhangaba	9	0	2	0	11
Piquete	2	0	0	0	2
Potim	1	0	0	0	1
Queluz	1	0	0	0	1
Redenção da Serra	0	0	0	0	0
Roseira	0	0	0	0	0

Santa Branca	2	0	3	0	5
Santo Antônio do Pinhal	1	0	0	0	1
São Bento do Sapucaí	0	0	0	0	0
São José do Barreiro	1	0	0	0	1
São José dos Campos	23	7	6	1	37
São Luiz do Paraitinga	0	0	1	0	1
São Sebastião	7	3	1	0	11
Silveiras	0	0	0	0	0
Taubaté	18	4	6	1	29
Tremembé	1	0	1	0	2
Ubatuba	5	3	3	0	11

Tabela 2 – Quantidade de veículos de comunicação por município da RMVale. Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Nota-se diferenças significativas da presença de empresas de mídia, portanto veículos de comunicação, nos municípios. Para verificar a relação entre presença de empresas de mídia e economia dos municípios, apresenta-se o Gráfico 1.

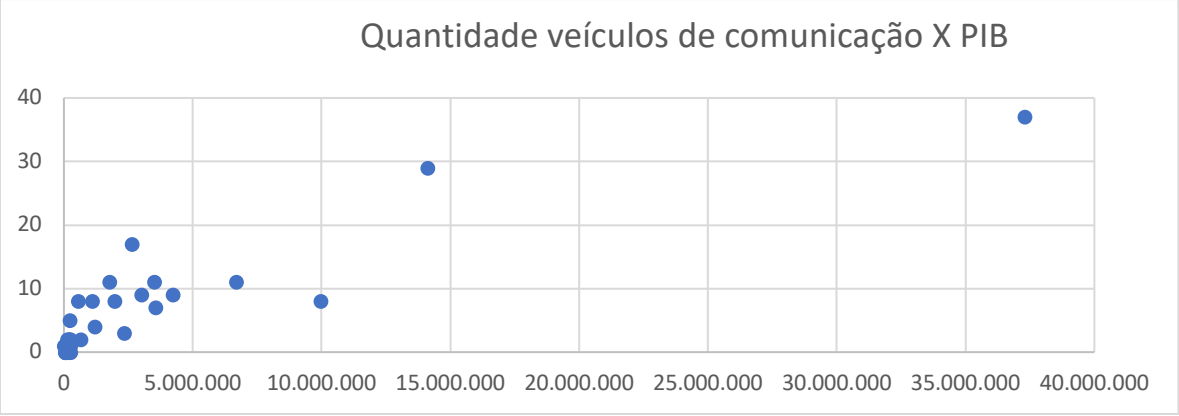
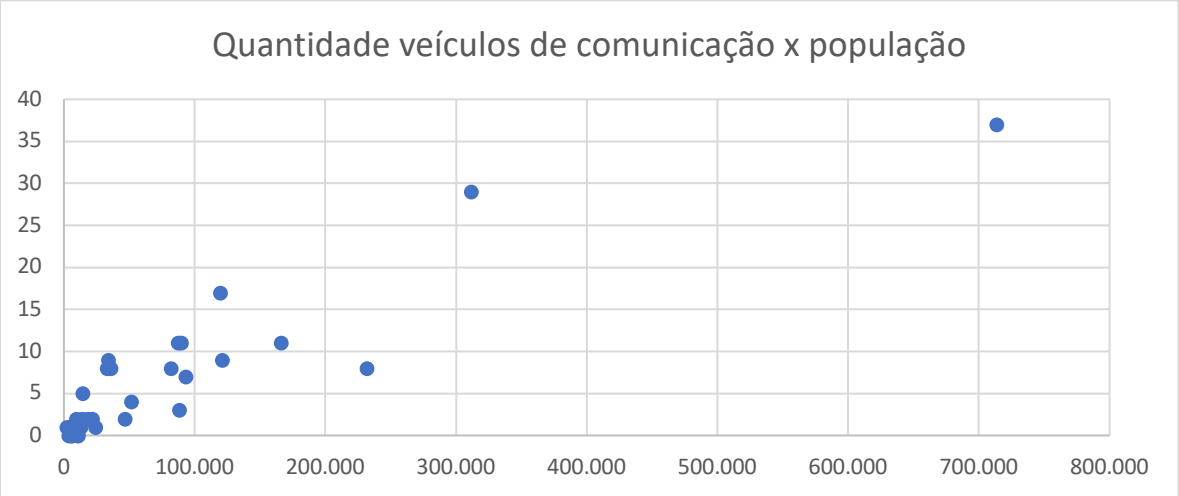


Gráfico 1 – Relação entre veículos de comunicação e PIB. Fonte: elaborado pelos autores, 2020.



Fonte: elaborado pelos autores, 2020. Gráfico 2 – Relação entre veículos de comunicação e população

Observa-se no Gráfico 1 que há uma relação entre PIB e presença de empresas de mídia, portanto veículos de comunicação, o que se reproduz na relação veículos de comunicação e população. A maior dispersão encontra-se nos municípios das primeiras faixas dos gráficos, o que permite inferir que alguns municípios exercem uma centralidade em suas sub-região, mesmo apresentando números inferiores em termos econômicos e populacionais.

A Figura 2 destaca os municípios da RMVale que apresentaram maior concentração de veículos de comunicação, o que os torna uma centralidade midiática na sub-região que pertencem. Destaca-se que a cobertura dos veículos de comunicação geralmente extrapola os limites do município, o que permite inferir que os veículos das cidades identificadas como centrais cobrem os demais municípios do entorno, reproduzindo a lógica dos lugares centrais para a estrutura de mídia.

Figura 2 – Cidades centrais quanto a presença de veículos de comunicação. Fonte: Elaboração própria, com base em Emplasa (2016).

Enfatiza-se que a presença de veículos de comunicação e empresas de mídia em um território imprime uma dinâmica aos municípios, mas também é preciso considerar que a cobertura de alguns veículos extrapola os limites político-geográficos regionais e é capaz de formar territorialidades para além da contiguidade física. Como exemplo, menciona-se a cobertura das emissoras de televisão aberta regionais situadas na região, conforme Quadro 2.

39 municípios 2.446.221 habitantes	
Emissora	Cobertura
TV VANGUARDA (Rede Globo)	São José dos Campos e Taubaté - 46 municípios (sobrepõe)
TV BAND VALE (Band)	Taubaté - 39 municípios
RECORD TV VALE LITORAL (Record)	Santos e São José dos Campos - 39 municípios (sobrepõe)

Quadro 2 – REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Fonte: Batista & Carniello (2019).

O Quadro 2 evidencia o potencial de constituição de percepções sobre o território derivadas da cobertura midiática que, por extrapolar a contiguidade física da área administrativa, conforma territórios midiáticos com a produção da sobreposição e transbordamento do território da mídia em relação ao espaço regional. Tal condição indica como a convergência entre a centralidade dos lugares centrais da mídia na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – SP e os municípios com maior concentração populacional e atividade econômica implica a elaboração de percepções sobre a região que definem e incluem localidades das regiões próximas.

Considerações finais

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar o padrão de localização e distribuição dos veículos de comunicação na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale) – SP, Brasil. Observou-se que existe uma relação entre população, potencial econômico e presença de veículos de comunicação nos municípios. Tal relação reflete um modelo de mídia com protagonismo em empresas privadas de mídia, que buscarão municípios classificados como mercados promissores, visto que dependem da verba de anunciantes para se manterem financeiramente.

Por haver essa relação entre potencial econômico e presença de mídia, torna-se possível ampliar a Teoria dos Lugares Centrais para o ambiente midiático. Mesmo ciente que a cobertura dos meios, amplificada pela estrurura em rede da Internet, distribui os conteúdos para além do território, formado potenciais novas territorialidades, a presença das empresas de mídia nos municípios impacta de forma significativa na dinâmica territorial.

Recomenda-se a reprodução deste estudo em outras regiões com características e dinâmicas distintas do modelos de capitalismo industrial que perdura na região de enfoque deste estudo, para verificar se há outras estruturas e hierarquias que superam o modelo encontrado na RMVale.

Referências

Adams, P. C. (2011). A taxonomy for communication geography. Progress in Human Geography, 35(1), 37-57. DOI: 10.1177/0309132510368451

Adams, P. C. (2018). Geographies of Media and Communication II: Arcs of Communication.

Progress in Human Geography. Vol 42, Issue 4. DOI: https://doi.org/10.1177/0309132517702992

Christaller, W. (1966). Central Places in Southern Germany, New Jersey, Prentice-Hall.

Deolindo, Jaqueline (2009). O negócio da mídia no interior. Curitiba: Appris.

Emplasa. (2018) Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. 2018. Disponível em: https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN Acesso em: 24 out. 2018.

Gil, Antonio Carlos (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Hallin, D. C. e Mancini P. (2004). Comparing Media Systems. Three Models of Media and Politics. Cambridge, New York: Cambridge University Press.

Jansson, A. (2005). For a geography os communication. ACSIS, Sweden, jun. 2005. Disponível em: <http://www.mkv.kau.se/andrejansson/index-filer/Page382.htm> Acesso em: 27 dez 2008.

Melo, J. M. de (2006). Comunicação e desenvolvimento: por um conceito midiático de região. In: Marques de Melo, José; Sousa, Cidoval Morais de; Gobbi, Maria Cristina (Orgs.). Regionalização midiática: estudos sobre comunicação e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: Sotese. p. 13-35.

Moreira, S. V. (2009). Sobre a invisibilidade da Geografia na Comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009, Curitiba. Anais eletrônicos... São Paulo: Intercom.

Saquet, M. A. & Silva, S. S. da (2008). Milton Santos: Geography conceptions, space and territory. Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, p. 24-42. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179.

Acesso em: 03 nov. 2019.

Batista, R. de C. da S. & Carniello, M. F. (2019). Mídia Regional e Desenvolvimento: a estruturação dos territórios midiáticos das emissoras de TV aberta no estado de São Paulo e sua relação com a cobertura local. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) - Universidade de Taubaté.

Vieira, E., Carniello, M., & Santos, M. (2018). Economia criativa como alternativa a redução do emprego da indústria automobilística em Taubaté/ SP. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 14(2). Recuperado de https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3593/667

Escuta das programações de emissoras de rádio da Região Celeiro do Rio Grande do Sul, BR, pela internet

Escucha de las programaciones de estaciones de radio en la Região Celeiro del Rio Grande do Sul, BR, por el Internet

Listening to radio stations programming of the Região Celeiro of Rio Grande do Sul, BR, through the Internet

Lidia Paula Trentin[67]

Resumo: O estudo aqui apresentado faz parte da investigação para a tese de doutorado da autora. As emissoras de rádio selecionadas como objetos empíricos são: Província 100.7 FM, de Tenente Portela, Querência 89.7 FM (antiga AM 1120), de Santo Augusto e Difusora 1350 AM (em processo de migração), de Três Passos, localizadas na Região Celeiro, Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O intuito do presente estudo é identificar interação entre o público e os comunicadores das emissoras durante as programações. A realização da pesquisa se deu por meio da escuta das programações das três emissoras mencionadas por meio da internet, tanto pelos aplicativos, quanto pelos sites. Os resultados obtidos demonstram que as rádios Província e Querência são as que mais contam com a participação do público, sendo a Província a que possui maior interação. Entretanto, as participações foram apenas mencionadas pelos locutores, nenhum ouvinte falou ao vivo. Já a rádio Difusora, nos dias em que houve a escuta, não contou com nenhuma participação de ouvintes.

Palavras-chave: Rádio na Internet, Escuta da Programação, Região Celeiro do Rio Grande do Sul.

[67] Lidia Paula Trentin. Doutoranda em Comunicação e Linguagens na Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Bolsista PROSUP/CAPES. Integrante dos Grupos de Pesquisa: Interações Comunicacionais, Imagens e Culturas Digitais – INCOM e Jornalismo no Século XXI – JOR XXI, da UTP. E-mail: lidiapaulatrentin@gmail.com. Brasil.

Abstract: The study presented here is part of the research for the author's doctoral thesis. The radio stations selected as empirical objects are: Província 100.7 FM, from TenentePortela, Querência 89.7 FM (formerly AM 1120), from Santo Augusto and Difusora 1350 AM (in process of migration), from Três Passos, located in the Ragião Celeiro, Northwest of the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The purpose of this study is to identify interaction between the public and the broadcasters' communicators during programming. The research was carried out by listening to the programs of the three aforementioned broadcasters through the internet, both through applications and websites. The results obtained show that the Província and Querência radios are the ones with the most public participation, with the Província having the greatest interaction. However, the participations were only mentioned by the announcers, no listener spoke live. Radio Difusora, on the days when there was listening, did not have any participation of listeners.

Key words: Internet Radio, Listening to Programming, Região Celeiro of Rio Grande do Sul.

Introdução

O estudo aqui apresentado faz parte da investigação para a tese de doutorado da autora. As emissoras foram selecionadas com base em pesquisas exploratórias e critérios determinados previamente na tese, que levaram à escolha das rádios Província 100.7 FM, de Tenente Portela, Querência 89.7 FM (que migrou, no início de 2019, do AM 1120), de Santo Augusto e Difusora 1350 AM (que está em processo de migração, apenas aguardando uma frequência em FM), de Três Passos, localizadas na Região Celeiro, Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como objetos empíricos. Todas as três emissoras possuem *sites* e aplicativos para *smartphone*, nos quais são veiculadas as programações ao vivo, tal como via *dial*.

Assim, o objetivo geral do presente estudo é identificar interação entre público e as emissoras da Região Celeiro mencionadas durante as programações. Como objetivos específicos têm-se: a) verificar quais os tipos de programas veiculados pelas emissoras (informativos, musicais, religiosos ou de variedades); b) averiguar a quantidade de propagandas ou anúncios (em escala de: alta, regular, baixa e não há), bem como de

prestação de serviços; c) constatar de que forma se dá as chamadas do locutor para as redes sociais ou *site* da emissora; d) apurar as chamadas para interação durante a programação; e, por fim, e) analisar a interação efetiva do público e a conduta dos locutores frente à participação dos ouvintes.

Optou-se por emissoras de rádio da Região Celeiro pelo fato de o rádio continuar sendo um meio de comunicação muito presente em municípios do interior, pois em zonas rurais localizadas em áreas com relevo acidentado a instalação de internet se torna difícil, sobretudo pela distância das antenas transmissoras e dos cabos, isso faz com que as mídias disponíveis para acesso à informação e entretenimento nessas localidades sejam, principalmente, o rádio e a televisão, sendo as rádios o meio mais próximo da realidade e da cultura dos ouvintes, visto que não há emissoras de TV com filiais na Região, a mais próxima fica em Santa Rosa, que fica na Região Fronteira Noroeste.

Para embasar a pesquisa, foram utilizados pressupostos de autores que discutem o rádio via *dial* (ou hertziano) e as mudanças que ocorreram com a convergência tecnológica, que serão explanados a seguir.

2. Rádio via *dial* e via internet

O rádio é um meio de comunicação que possui características particulares que o diferencia dos outros meios, como televisão, impresso e internet. Uma delas, conforme Ortriwano (1985), é o maior alcance público, pois consegue levar sua programação a lugares que os outros meios não alcançam, tanto por motivos geográficos, quanto econômicos e culturais. Além disso, "a ligação humana com o rádio hertziano se dá através do sentido da audição. Isto é, para escutar rádio, é necessário apenas o sentido biológico de ouvir, nada mais do que isso" (PRATA, 2009, p. 42). Ou seja, o ouvinte não precisa ser alfabetizado para ouvir rádio. Essa característica, de utilizar apenas o som, suscita o imaginário dos ouvintes, que mentalizam o conteúdo de acordo com as suas experiências de vida e opiniões. Brecht (2005, p. 38) explica que, "por mais que o ver fique eliminado, isso não quer dizer que não se veja nada, mas, precisamente que se vê tão bem que se vê uma infinidade de coisas tantas 'como se queira'".

O rádio é um meio de comunicação que consegue se modificar facilmente, isso ocorreu na década de 1950, com o surgimento da televisão, e está acontecendo novamente, devido, principalmente, à

internet e à convergência tecnológica. Isso quer dizer que o rádio tradicional, via *dial*, está passando por um processo de remodelação em virtude dos avanços das tecnologias, com o intuito de manter a audiência que já possui e para atingir novos públicos.

Uma das principais adaptações que ocorreu no rádio com a convergência tecnológica foi a criação de *sites* e aplicativos pelas emissoras, nos quais as rádios, segundo Prata (2018, p. 29), passaram a "ofertar a transmissão on-line, isto é, um único produto midiático podendo ser acessado simultaneamente no aparelho de rádio e no computador", além de divulgar informações sobre a própria emissora, programação, locutores, publicidades e notícias, complementando o conteúdo transmitido ao vivo durante a programação.

Com o surgimento da internet, coloca Prata (2009), surgiu também uma nova forma de radiofonia, na qual o público pode, além de ouvir as mensagens veiculadas, também encontrá-las em formato de texto, hipertextos, fotos, vídeos. Essa nova forma de radiofonia, que é chamada de "ciber-rádio" por Cebrián Herreros (2008), "rádio hipermidiático" por Lopez (2009) e "rádio expandido" por Marcelo Kischinhevsky (2012).

O "rádio hipermidiático"[68] também se caracteriza pela maior interação com o público, pois os meios para que isso ocorra foram ampliados e barateados com a internet. Isso se deve, em grande parte, segundo Lopez (2009, p. 05), pelo aumento no número dos aparelhos eletrônicos no cotidiano dos brasileiros, "os aparelhos de última geração apresentam uma tendência a serem multifunção, congregando, por exemplo, acesso à internet, rádio, televisão e telefonia em aparelhos celulares". O celular se tornou, explica Prata (2018, p. 21), "uma importante plataforma para a escuta do rádio. Das pessoas que possuem aparelhos com a funcionalidade, 49% afirmam utilizá-lo para escutar rádio, número que sobe para 56% entre os jovens de 12 a 24 anos". A maior vantagem do celular é que o aparelho é pequeno, pode ser levado a qualquer lugar e acumula diversas funções, principalmente o acesso à internet sem fio.

Ainda, os profissionais de rádio precisaram se adaptar às novas formas de radiofonia, além dos conhecimentos básicos

[68] Nesse estudo optou-se pela denominação utilizada por Lopez (2009), "rádio hipermidiático", pois é um rádio que sofreu alterações a partir da convergência das mídias.

em jornalismo e rapidez na veiculação das informações, é imprescindível também que esse profissional possua conhecimentos e esteja preparado para produzir conteúdo multimídia, que é uma das exigências da internet.

As três emissoras selecionadas como objetos empíricos da presente pesquisa estão inseridas na internet, tanto por meio de *sites* quanto de aplicativos para *tablets* e *smartphones*. Os métodos utilizados na pesquisa serão explicados a seguir.

3. Metodologia

As emissoras de rádio selecionadas para a pesquisa foram a Rádio Província FM 100,7, de Tenente Portela, a Rádio Querência FM 89,7, de Santo Augusto (que migrou do AM 1120) e a Rádio Difusora AM 1350, de Três Passos (que está em processo de migração), para a escuta da programação, atentando, principalmente, para a participação dos ouvintes dentro da programação ao vivo.

A escuta das programações se deu por meio da internet, tanto pelos aplicativos, quanto pelos *sites* das emissoras e ocorreu nos dias 20, 21, 22, 23, 26 e 27 de agosto de 2019 (dois dias para cada rádio), com início às 5 horas da manhã (horário em que as emissoras iniciam a veiculação das programações) até às 20 horas (Rádio Querência), 23 horas (Rádio Difusora) e 1 hora da manhã (Rádio Província).

Para a realização da escuta foi utilizado um quadro (apresentado a seguir) criado pela pesquisadora com base nas necessidades da pesquisa.

Programa	Horário	Tipo de programa	Propagandas	Chamada para as redes sociais	Prestação de serviços	Chamada para interação	Interação do público

QUADRO 01: ESCUTA DAS PROGRAMAÇÕES (20 E 21 DE AGOSTO DE 2019). Fonte: a autora (2019)

Assim, observou-se: o programa ouvido, a data e o horário da escuta, o tipo de programa (informativo, musical, religioso ou de variedades), a quantidade de propagandas ou anúncios (em escala de: alta, regular, baixa e não há), prestação de serviços, as chamadas do locutor para as redes sociais ou site da emissora, chamada para interação e, por fim, a interação efetiva do público.

4. Escuta das Rádios Querência, Difusora e Província

A escuta das programações foi realizada nos dias 20, 21, 22, 23, 26 e 27 de agosto de 2019. O período de escuta foi das 05h00, horário de abertura das rádios, até o término das programações das emissoras (20h00, Rádio Querência; 23h00, Rádio Difusora; e 01h00 Rádio Província).

4.1 Escuta da programação da Rádio Querência 89,7 FM (20 e 21 de agosto de 2019)

A programação se concentra em programas musicais e de variedades. Apresentam (principalmente pela manhã) muitas propagandas, tanto faladas pelo locutor quanto gravadas (dá para perceber pela diferença de som na voz do locutor), inclusive há uma de um remédio para disfunção erétil, veiculada em todos os programas até o meio-dia. Há também notícias, tanto lidas pelos locutores, quanto produzidas por terceiros, como podcasts da Rede Gaúcha Sat, por exemplo.

O primeiro programa da manhã, o Amanhecer da Querência, possui grande participação do público, principalmente do interior e de outras cidades e estados (o locutor comenta a comunidade ou município dos ouvintes), são veiculadas músicas, orações, mensagens bíblicas, mas nenhuma notícia foi veiculada no programa nos dias da escuta.

O Manhã Máxima, das 08h10 às 11h40, é o programa que mais se diferencia na rádio, pois além de rodar músicas e curiosidades, há um quadro em que o locutor faz uma pergunta de interesse público, por exemplo, no primeiro dia de escuta o tema foi um estudo de um hospital e da Universidade de São Paulo – USP sobre transplante de rins de porcos em humanos, o questionamento do locutor foi: “dá certo?”, “você aceitaria um rim de um porco?”, com informações sobre transplante sempre que refazia a pergunta no ar. Quem participasse da enquete, por telefone, áudio no WhatsApp (recomendado áudio de 30 segundos a 1 minuto) ou por

mensagem, concorria a prêmios oferecidos por anunciantes. O programa começou a veicular músicas (nacionais e internacionais, pop, sertanejas) depois das 9h30, mas nenhum pedido de música ou homenagem foi mencionado ao vivo. Há também a unidade móvel da rádio, que foi ao ar com propaganda e entrevistas com comerciantes de Santo Augusto sobre suas lojas.

Dois programas da tarde, o Sintonia e o Arena Hits não tiveram nenhuma participação mencionada ao vivo. O primeiro se concentra em músicas de bandas e gauchescas, já o segundo mescla diversos tipos de músicas, como pagode, internacionais, rock, pop, além de entrevistas – uma sobre a chama crioula e outra sobre as promoções de uma loja do município –, o locutor fez alusão à uma transmissão ao vivo no Facebook referente a um sorteio da mesma loja da entrevista.

O locutor do programa do final da tarde, Querência Brasileira, chama os ouvintes para participarem e menciona as participações ao vivo, faz sorteios e toca músicas sertanejas e gaúchas, não foi veiculada nenhuma notícia nos dias de escuta. Toda a programação noturna da rádio é religiosa, assim como aos sábados e domingos à tarde.

4.2 Escuta da programação da Rádio Difusora AM 1350 (22 e 23 de agosto de 2019)

Nenhum programa menciona as participações (se é que há) ao vivo durante a programação. Também não há chamada para participação durante os programas de segundas-feiras aos sábados. O período da manhã é o que mais concentra propagandas faladas e gravadas, à tarde e à noite a quantidade diminui. Assim como na Rádio Querência há propaganda para medicamentos para disfunção erétil.

Os programas de variedades apresentam músicas – o estilo varia de acordo com o horário, pela manhã, Bom Dia Região Celeiro toca bandas e gaúchas, Rádio Atividade e Encontro Marcado tocam vários ritmos, assim como Conectados pela tarde – e veiculam notícias locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais. Há também prestação de serviços, com notícias sobre o clima e a cotação dos produtos agrícolas – que é muito importante para os agricultores que não possuem acesso à internet poderem saber quando negociar seus produtos –. No caso do programa Conectados, os locutores discutem também sobre esportes.

No sábado a programação musical se concentra em bandas, há programas com

prestação de serviços, como o Balcão Popular, em que são anunciados os mais diversos tipos de mercadorias, como banha, eucalipto, bois e vacas, etc. Somente nas manhãs e tardes dos domingos há chamada para a participação do público, durante os programas musicais.

Há programas religiosos todos os dias na emissora, entretanto, nos finais de semana esse tipo de programa terceirizado dura mais tempo, nos domingos, por exemplo, o horário religioso (não é especificada a religião) dura 01h30.

4.3 Escuta da programação Rádio Província 100.7 FM (26 e 27 de agosto de 2019)

A Rádio Província 100.7 FM é a emissora com maior participação observada durante a escuta, em todos os programas (exceto jornalísticos) mensagens e ligações são mencionadas durante a programação.

São veiculados muitos comerciais, tanto gravados quanto falados, parece haver mais tempo de comercial do que de músicas. O programa Bom Dia Província, que abre a programação da rádio é musical, e conta com prestação de serviços como previsão do tempo e cotação dos produtos agrícolas, também são veiculadas manchetes e notícias do município, região e estado, os ouvintes que mais participam são do interior (esse locutor também menciona a comunidade do ouvinte que participa). Os programas Estação Província e Estrada da Vida, das 08h00 às 12h00 da manhã são de variedades, pois apresentam, além de músicas, notícias e curiosidades, contam com grande participação e muita propaganda.

Durante a tarde os programas são interativos e se concentram mais em músicas. Pela parte da noite a programação é caracterizada por entrevistas, músicas e sorteios, que estimulam a participação. O estilo musical dos programas varia, quanto mais cedo pela manhã, mais "tradicionais" são as músicas (sertanejo raiz, gauchescas), da metade da manhã até o final da noite, tocam as populares do momento, sertanejo universitário, *pop* internacional, *reggaeton*, etc.

Todos os programas apresentaram notícias, as principais manchetes do dia e prestação de serviços, seja com cotação dos produtos agrícolas (principalmente pela manhã) ou com previsão do tempo.

Só há programação religiosa no domingo pela manhã, que é transmitida ao vivo, das 09h00 às 10h00, a missa católica da

Paróquia Nossa Senhora Aparecida, de Tenente Portela.

5. Considerações Finais

A partir da escuta das programações das emissoras mencionadas, foi possível verificar que as programações das três emissoras se concentram, principalmente, em programas musicais e de variedades, apresentando (principalmente pela manhã) muitas propagandas, tanto faladas pelo locutor quanto gravadas (dá para perceber pela diferença de som na voz do locutor). Há também veiculação de notícias durante toda a programação, tanto lidas pelos locutores no ar, quanto produzidas por terceiros, como, por exemplo, podcasts da Rede Gaúcha Sat (a qual as três emissoras são afiliadas), e de conteúdos religiosos durante a semana e finais de semana nas rádios Difusora e Querência, e aos domingos pela manhã na rádio Província.

As rádios Província e Querência são as que mais contam com a participação do público, sendo a Província a que possui maior interação, entretanto, as participações foram apenas mencionadas pelos locutores, nenhum ouvinte falou ao vivo. Já a rádio Difusora, nos dias em que houve a escuta, não contou com nenhuma participação de ouvintes (ao menos nenhuma foi mencionada ao vivo). Nem todos os locutores chamam o público a participar da programação ou das redes sociais das emissoras, ou mesmo contatar a emissora e, no caso da rádio Difusora, nenhum dos locutores estimulou a interação.

Essa constatação relacionada à Rádio Difusora, causa estranhamento, visto que o rádio é um meio de comunicação interativo por excelência. Há a possibilidade de os ouvintes contatarem a emissora e esse contato não ser anunciado ao vivo durante a programação, entretanto, essa possibilidade só poderá ser verificada por meio de uma observação da rotina de locução e produção de conteúdo dos comunicadores da Rádio, que será realizada no decorrer das pesquisas da tese.

Referências

Brecht, B. (2005). Teoria do rádio. I: Meditsch, E. (org.). *Teorias do rádio: textos e contextos*, (V. 1, pp. 35-45). Florianópolis: Insular.

CEBRIÁN HERREROS, Mariano. (2008). *La radio en Internet* – de la ciberradio a las redes sociales y la radio móvil. Buenos Aires: La Crujía.

Ferraretto, L. A. (2001). *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. (2a ed.). Porto Alegre: Sagra Luzzatto.

Kischinhevsky, M. (2012). Radiojornalismo comunitário em mídias sociais e microblogs: circulação de conteúdos publicados no portal RadioTube. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Jornalismo UFSC, v. 9, n. 1, 136-148. Recuperado de https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n1p136

Lopez, D. C. (2009). Radiojornalismo e convergência tecnológica: uma proposta de classificação. *Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1083-1.pdf

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. (1985). *A informação no rádio*: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. V. 3. São Paulo: Summus.

Prata, N. (2009). Webradio: novos gêneros, novas formas de interação. Florianópolis: Insular.

PRATA, Nair. (2018). Rádio, convergência e formação do radialista. In: MEIRELES, Norma; PINHEIRO, Elton Bruno; BARROSO, Lívia Moreira (orgs.). *Rádio*: estudos contemporâneos. João Pessoa: Editora do CCTA, p. 20-39.

RÁDIO DIFUSORA AM 1350. *Site.* Recuperado de https://rd3.net.br/

RÁDIO PROVÍNCIA 100.7 FM. *Site.* Recuperado de http://www.yucuma.com.br/

RÁDIO QUERÊNCIA 89.7 FM. *Site.* Recuperado de https://www.querenciaonline.com/

Comunicação, Saúde e Desenvolvimento: campanhas públicas para prevenir HPV no Brasil

Comunicación, salud y desarrollo: campañas públicas para prevenir el VPH en Brasil

Communication, Health and Development: public campaigns to prevent HPV in Brazil

Stephanie Kern Bonilla[69]

Jaqueline Quincozes Kegler[70]

Resumo: Este artigo tem como tema a comunicação pública para o desenvolvimento. Delimita-se em campanhas de saúde pública, especificamente sobre HPV e promovidas pelo Governo Brasileiro. Os conceitos centrais que guiaram o estudo é comunicação pública (Brandão; Duarte, 2007), comunicação para o desenvolvimento (KEGLER, 2008), midiatização (Sodré, 2002) e comunicação e saúde (ARAÚJO IS, CARDOSO, JM, 2007). O objetivo do estudo é realizar um mapeamento das campanhas públicas a respeito do HPV no Brasil (2014-2018), por meio de uma pesquisa exploratória, a fim de compreender as estratégias de comunicação usadas. Trata-se de um estudo inicial para levantamento que irá ancorar os próximos passos de um projeto de pesquisa e extensão experimental, na área de comunicação e saúde pública.

Palavras Chaves: comunicação pública; desenvolvimento; campanhas de saúde pública.

Abstract: This article is about public communication for development. Define yourself in public health campaigns, specifically on HPV and promoted by the Brazilian Government. The central concepts that guided the study are public communication (Brandão; Duarte, 2007), communication for development (KEGLER, 2008), mediatization (Sodré, 2002) and communication and health (ARAÚJO IS, CARDOSO, JM, 2007) The objective of the study is to carry out a mapping of the campaigns regarding HPV in Brazil (2014-2018), through an exploratory research, in order to

[69] Stephanie Kern Bonilla - acadêmica de Comunicação Social - Relações Públicas - Universidade Federal de Santa Maria - Brasil, stephanie.kernbonilla@gmail.com

[70] Jaqueline Kegler, Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, Doutora em Extensão Rural, Brasil, jaqueline.kegler@ufsm.br

understand the communication strategies used. This is an initial study for a preliminary survey that will anchor the next steps of a research and experimental extension project, in the area of communication and public health.

Key words: public communication; development; public health campaigns.

Introdução

A comunicação social é uma das áreas que pode compor projetos para o desenvolvimento, além de colocá-lo em perspectiva analítica em áreas específicas, como a saúde. Compreende-se que os processos sociais, culturais e políticos institucionais, no caso deste estudo de Governos e Ministério da Saúde, são condicionados pela lógica midiatizada (Sodré, 2002), a qual se estabelece como o principal sistema representativo contemporâneo.

Nesse sentido a comunicação e suas técnicas, como campanhas publicitárias, quando dirigidas à promoção da saúde pública, central no desenvolvimento de uma sociedade, extrapola e tensiona o sistema de comunicação midiático tradicional, ou seja, veiculação em massa, ao qual sobressai expectativas em décadas anteriores acerca de sua capacidade de mobilizar comunidades a desenvolver-se. A este sistema integra-se novas formas e estratégias de comunicação institucionais e alternativas, compondo uma rede de expressões, diálogo e interesses de adultos, jovens e crianças.

A comunicação para o desenvolvimento objetiva reconhecer os interesses das comunidades e a partir destes interesses viabilizar a construção coletiva de políticas públicas e projetos historicamente, socialmente, politicamente e economicamente situados. Diante disto, o presente artigo tem como objetivo realizar um mapeamento das campanhas públicas a

respeito do HPV no Brasil (2014 - 2018), por meio de uma pesquisa exploratória, a fim de compreender as ações de comunicação pública juntamente com comunicação e saúde realizadas ao longo dos anos, na sociedade brasileira.

Parte-se do conceito de comunicação pública que possui "sentido mais amplo do que dar informação", ou seja, possibilita que os cidadãos e cidadãs tenham "conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive aquela que não busca por não saber que existe", além de possuir a "possibilidade de expressar suas posições com a certeza de que será ouvido com interesse e a perspectiva de participar ativamente, de obter orientação, educação e diálogo" (Duarte, 2007, p. 64).

Sendo assim, entende-se que é relevante analisar se as campanhas sobre HPV são apenas informativas, ou se também possibilitam conhecimento e diálogo para os seus responsáveis, salientando principalmente a importância da vacinação e os efeitos que ela previne. A fim de compreensão maior, destaca-se também o conceito de comunicação e saúde. De acordo com o dicionário da educação profissional em Saúde o termo "comunicação e saúde" delimita a um "um território de disputas específicas, embora atravessado e composto por elementos característicos de um, de outro e da formação social mais ampla que os abriga. (ARAÚJO, I; CARDOSO, J; s./d.) (p.6).

Além disso, é importante entender sobre o significado de HPV, para compreender de maneira mais efetiva a importância dessa discussão e o papel que a comunicação pública aliada à saúde tende a oferecer nas suas campanhas publicitárias. De acordo com o Ministério da Saúde, HPV,

> "é uma sigla em inglês para Papilomavírus Humano, um vírus que infecta a pele ou mucosas (oral, genital e anal) das pessoas, provocando verrugas anogenitais (na região genital e ânus) e câncer, a depender do tipo de vírus. A infecção pelo HPV é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST)."

Esse vírus está presente em mais de 11,5% da população mundial e assim como a pessoa pode ser infectada e não emitir nenhum sintoma, inclusive eliminar do corpo, através do seu sistema imunológico, sem ao menos saber que estava com a infecção. Há, em uma pequena parcela da sociedade, em sua maioria, mulheres que podem desenvolver estados mais graves da infecção, ocasionando por exemplo, o câncer de colo de útero.

Portanto, ao perceberem que os altos níveis de ocorrência de câncer de colo de útero ocorridos no Brasil tinham associação direta com a presença do vírus Papilomavírus Humano, fomentaram-se estudos e começaram a desenvolver campanhas de vacinação, com o intuito de reduzir a ocorrência dessa doença para os futuros adultos, buscando tratar através da prevenção não só a infecção em si, como doenças mais graves.

Dessa forma, percebe-se que discutir comunicação e saúde é uma iniciativa pouco usual, mas necessária. É preciso existir para que as áreas possam se complementar e contribuir no papel de "traduzir" as informações e conhecimentos relevantes para a sociedade. Percebe-se que para chegar na aliança desses conceitos em sua prática, é necessário que haja empenho do governo, importando-se com as pautas ligadas a comunicação pública e saúde, entendendo que é um exercício de cidadania a sociedade ter acesso ao conhecimento.

Compreendendo e articulando os conceitos: um exercício preliminar de pesquisa

Os conceitos escolhidos são situados historicamente, em um contexto social econômico e tecnológico que condiciona as práticas sociais, institucionais e comunicacionais e que estão em constante mudança e tensionamento. A percepção das pesquisadoras tange à consciência de que a comunicação a que nos propomos analisar possui uma qualidade irremediável e independente da abordagem que se quer adotar: a condição de ser gerenciada e produzida por seres simbólicos que dificilmente seguem de forma homogênea e repetida a padrões mecânicos de conduta frente a processos determinados.

Nesse sentido, podemos afirmar que as campanhas de saúde pública podem carregar em si discursos técnicos, mas também cargas de campos sociais como político e religioso conforme o período vivido. Esses elementos não serão objeto deste estudo, mas estão no horizonte da investigação. Neste momento, nos limitamos a compreender o cenário que é midiatizado, ou seja, que as tecnologias e o capital tende a interferir nas estratégias de comunicação escolhidas, tanto no que diz respeito a sua dinâmica de divulgação quanto pela sua estética (Sodré, 2002).

O autor Muniz Sodré (2002) caracteriza midiatização como a tendência a telerrealização ou a virtualização das relações humanas, presente na articulação

do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação; ainda é uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional. A midiatização no contexto de pandemia, ao invés de ser um condicionamento é uma imposição para as relações sociais e institucionais e muitas vezes pessoais. Estamos imersos em tecno interações que também irão condicionar nossos olhares como pesquisadoras, visto que a potencialidade do diálogo pelas mídias passa de tendência a exigência para as instituições.

A midiatização em sua gênese remete a uma proposição tecno-midiática, ou mediática, que trata a mídia como responsável, ou principal responsável pelos processos de interações sociais, bem como da construção social em si, que pode, em grau não determinado e não determinante ser o ponto de referência das relações, devido a um poder exercido simbolicamente através de seus meios e mensagens.

É nesse cenário midiatizado que a comunicação vem sendo acionada como propulsora para o desenvolvimento, ao considerarmos o termo desenvolvimento como algo para além do meramente econômico. Entendemos como desenvolvimento o que emerge com denominação de desenvolvimento territorial a partir da crise do chamado modelo de desenvolvimento urbano-industrial, caracterizado pelo produtivismo com suas consequências ambientais, sociais, econômicas e culturais. O "novo" desenvolvimento é possível considerando a lógica das redes e pelo acesso ao meios de comunicação social, que ultrapassam fronteiras geográficas e sociais, possibilitando a visibilidade e alcance de informação nos mais remotos locais (KEGLER, FROEHLICH, 2011).

Nesse contexto "a comunicação através dos meios, convencionais e digitais, constituem o principal sistema de representação da atualidade", logo, para o estudo de campanhas e mensagens de comunicação pública é imprescindível a consideração dos elementos e das inter-relações que estruturam o tema abordado, no caso de campanhas sobre HPV, para qual o público se destina? quais os valores acionados pelo tema? qual a estética vigente? Assim, uma campanha pode ser considerada um processo comunicativo que, para ser visto e legitimado socialmente, hoje, passa pela lógica midiatizada.

> [...] enquanto a midiatização é uma lógica, em geral, mercadológica que visa os objetivos de uma das partes, a comunicação pública, sob a ótica aqui proposta, visa ao interesse coletivo através de uma relação pautada pelo diálogo. A midiatização vinculada aos seus principais atores - aos meios e à comunicação tradicionais -é responsável por uma comunicação caracterizada pela linearidade e pela persuasão, com exceção das novas possibilidades que se apresentam no decorrer dos próximos anos no país. Logo, a comunicação pública pode utilizar-se dessas lógicas, em especial dos formatos desses meios para buscar o interesse público, tendo em vista que o que "seduz" o público são as características dos meios tradicionais [...] (KEGLER, 2008, p.82-83)."

Portanto, é necessário que a comunicação pública se "ajuste" para entrar na agenda midiática ou na agenda das plataformas, ainda mais quando o público a ser alcançado é jovem. Pois, atrair a atenção dos jovens falando a linguagem deles e nas plataformas que eles estão inseridos, é imprescindível para trazer esses assuntos à tona na roda de conversa que eles estão, seja ela nos meios digitais ou não, para assim, conseguirem, na medida do possível dialogar com os seus responsáveis e amigos sobre a importância da vacinação e também trazer em discussão o que implica esse ato. E uma vez que eles já estejam convencidos de que a vacinação é um ato de cuidado com seu próprio corpo, evitando inúmeros malefícios, torna-se muito mais fácil tornar viável a atitude de imunização por esses públicos e consequentemente, das futuras gerações.

Assim como não há desenvolvimento sem comunicação pública, não há comunicação em saúde, sem campanhas. Uma política de saúde pública exige a informação e a comunicação com os cidadãos em seu fundamento, desde a sua criação, até a fase de informar e mobilizar a população para as ações preventivas necessárias. As mensagens de comunicação pública podem ser classificadas em para efeito didático ou classificatório em pesquisa, nas seguintes categorias, de acordo com Duarte (2002): a) institucionais, b) de gestão, c) de utilidade pública, d) de prestação de contas, e) de interesse privado, f) mercadológicos, g) dados públicos. As campanhas classificam-se como mensagens de utilidade pública, pois acionam temas relacionados ao dia-a-dia das pessoas, no caso serviços e orientações sobre vacinação.

Nessas campanhas são visibilizadas informações úteis como período de vacinação, mas também podem ser acionados valores relativos ao tema, de forma objetiva ou subliminar. Vale ressaltar

que a análise da composição de uma campanha pode levar a representações sociais, visto que representação se configura através da "elucidação dos padrões de significação e a explicação interpretativa dos significados incorporados às formas simbólicas" (THOMPSON, 1995, p. 176). As formas institucionalizadas de produção transmissão e recepção simbólica a que nos referimos neste estudo tratam-se do conteúdo da campanha em si, como imagem, cores, texto verbal e icônico, etc.

Resultados, reflexões e conclusão

A partir desse momento, ao compreender os conceitos principais, trazemos um mapeamento das campanhas públicas de comunicação sobre HPV na sociedade brasileira, a fim de entender como tem sido realizada nos últimos anos.

De acordo com o Ministério da Saúde, em 2014, foi iniciado o Programa Nacional de Vacinação para o HPV, usando a vacina quadrivalente, que contém os tipos (6, 11, 16 e 18), associados a verrugas genitais e neoplasias cervicais e as vacinas eram destinadas apenas para meninas de 11 a 13 anos, e realizadas em três doses. A campanha de vacinação foi entre 10/03/2014 a 31/12/2014 e contou com a produção de inúmeras peças gráficas, guias para os profissionais de saúde, jingles e vídeos.

Figura 1 - Campanha prevenção HPV, Brasil, 2014.

Como ilustra a figura 1, a campanha de 2014 apresenta-se em fundo com cores rosa, lilás e laranja com meninas e objetos em cada quadrante, representando gostos da faixa etária. O texto destaca-se em formatação cursiva atribuindo um sentido leve e "romatizado" à arte.

A segunda campanha pública sobre a vacinação do HPV foi em 2015, e agora as vacinas eram destinadas apenas para meninas de 9 a 11 anos, em três doses. A campanha de vacinação foi durante todo o ano de 2015 e contou com com a produção de anúncios, banners, backdrop, busdoor,camisetas, cartazes, e-mail marketing, faixas,folders, spot e vídeos.

Figura 2 - Campanha prevenção HPV, Brasil, 2015.

A figura dois ilustra a campanha de 2015, mantém os tons rosa, laranja e lilás, porém apresenta uma mulher adulta negra em imagem maior e a menina negra em segundo plano, menor representada em uma foto no mural. A criança adolescente é secundária nesta campanha de vacinação, entende-se que o público prioritário foi redirecionado para as mães. Além disso, o gimic da vacinação brasileira, denominado como "zé gotinha" está presente, o que pode indicar uma formalização da campanha de prevenção HPV no calendário de vacinação nacional.

A terceira campanha pública realizada pelo Brasil, por meio do SUS, foi em 2016. Era destinada somente para meninas de 9 a 13 anos, e agora eram apenas duas doses necessárias para a proteção total da vacina. A campanha obteve a produção de cartazes, folhetos, busdoor, cartazes para metrô, taxidoor, jingles e vídeos.

Figura 3 - Campanha prevenção HPV, Brasil, 2016.

A imagem da campanha de 2016, ilustrada na figura 3, apresenta mãe e filha, brancas, esta adolescente e ao lado da mãe, mas em segundo plano. Há uma transição nas cores: rosa, lilás e laranja são mantidas e a cor verde se apresenta em ¼ da arte.

A quarta campanha pública realizada no Brasil, pelo Ministério da Saúde, foi em 2017 e foi ampliada para meninos de 11 a 15 anos, a fim de potencializar a precaução. A vacinação ocorreu em duas doses. Além disso, neste mesmo ano, homens e mulheres de 15 a 26 anos também puderam tomar a vacina, em caráter temporário, por conta da aproximação da validade delas. Mutuamente, ocorreu a vacinação de meningite C, para ambos os públicos. A campanha contou com um vídeo e materiais gráficos distribuídos nas escolas e assistências básicas de saúde.

Figura 4 - Campanha prevenção HPV, Brasil, 2017.

A campanha é dirigida aos meninos, pela primeira vez em 2017 e a arte tem mudanças significativas. É dado movimento às imagens, representado por uma menina pulando e um menino correndo. A cor prioritária é o azul tanto como fundo, como nas roupas das crianças que são jeans. A cor rosa é limita as letras e seus contornos. O gimic permanece e a figura materna não é mais apresentada na cena.

No ano de 2018, a campanha sobre a vacinação de HPV, foi aliada novamente ao reforço da vacinação contra meningite C, e foi destinada a meninos 11 a 13 anos e meninas dos 9 aos 14 anos. A campanha foi diferenciada, por possuir caráter em forma de jogos e séries ainda mais fortes do que já incluídos na campanha de 2017 e contou com diversos materiais gráficos com o mesmo enfoque.

Figura 5 - Campanha prevenção HPV, Brasil, 2018.

Na campanha de 2018 ilustrada pela figura 5, a cor azul permanece como prioritária seguindo o mesmo padrão conceitual de movimento da campanha anterior, antes ligada a jogos, agora ligada à cibernética representada por raios de energia. O gimic continua presente e os dados para a vacinação segue no cartaz.

Considerações finais

A partir deste estudo percebe-se que a comunicação pública dirigida à saúde através de campanhas, tende a ser forte aliada para o desenvolvimento da sociedade, uma vez que previne doenças e infecções, através da vacinação e possui um processo evolutivo na

forma de expressar e comunicar-se com as crianças e jovens. Por outro lado, há posicionamentos que por ora parecem inseguros sobre com quem falar, para quem dirigir a informação: para as crianças - adolescentes ou para suas mães? Disso e também das diferentes cores utilizadas em fases diferentes da campanha decorrem inquietações relativas à gênero em campanhas, que tendem a incluir meninas em estereótipos e formatos de conduta esperados, o que talvez possa gerar mais afastamento do que identificação com a mensagem.

Além disso, todas essas campanhas mostram a relevância da união do Ministério da Saúde e da Educação em único propósito, que é também, em educar para a saúde, meninos e meninas, o que faz com que essa discussão já possa ocorrer desde cedo, promovendo gerações mais saudáveis e abertas à diálogos sem tabus.

Além disso, torna-se imprescindível que haja cada vez mais investimento em pesquisas científicas, tanto para o âmbito da saúde, quanto para a comunicação, pois é a partir de novas descobertas sobre as infecções, os efeitos de vacinação, a efetividade no corpo humano e todas os demais conhecimentos que podem ser adquiridos, aliados às novas descobertas de estratégias de comunicação que se renovam diariamente, que juntas, poderão potencializar o acesso à informação nos públicos necessários e assim, facilitando o planejamento de imunização e consequentemente a diminuição de doenças mais perigosas na vida adulta dessas pessoas. Nesse sentido, informar e dar voz às crianças-adolescentes, que muitas vezes não são reconhecidos como cidadãos, para que falem sobre o assunto e seus temas derivados, inclusive sobre a forma como é divulgado pelos órgãos de saúde, pode ser um importante passo no desenvolvimento da sociedade.

Referências

CIRINO, José Antônio Ferreira;TUZZO, Simone Antoniaci. Comunicação e Saúde: a mídia como agente social de saúde. *In:* Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste da Intercom, XVII; 2015; Campo Grande. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/centrooeste2015/resumos/R46-0235-1.pdf>. Acesso em: 04 Jun. 2020.

PÁSSARO, Thiago; AMERI, Gislene. A Comunicação em Saúde, multimídia e de interesse público na campanha de vacinação

de HPV e Meningite C de 2018 do Ministério da Saúde. PENSACOM BRASIL – São Paulo, SP, 2018.

MAINIERI, Tiago; RIBEIRO, Eva. A comunicação pública como processo para o exercício da cidadania: o papel das mídias sociais na sociedade democrática. Organicom - São Paulo, SP, 2011.

SAÚDE, Ministério da Saúde. Vacinação contra o HPV - 1º Fase 2014. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/campanhas/9000-vacinacao-contra-o-hpv>. Acesso em 26 Jun. 2020.

SAÚDE, Ministério da Saúde. Vacinação contra o HPV - 2015. Disponível em:

<https://www.saude.gov.br/campanhas/15888-vacinacao-contra-o-hpv-2015-0> Acesso em 26 Jun. 2020.

SAÚDE, Ministério da Saúde. Campanha contra o HPV - 2016. Disponível em:

<https://www.saude.gov.br/campanhas/22912-campanha-contra-o-hpv-2016> Acesso em 26 Jun. 2020.

SAÚDE, Ministério da Saúde. Saúde amplia vacinação de HPV para homens e mulheres até 26 anos. Disponível em:

<https://www.saude.gov.br/campanhas/22912-campanha-contra-o-hpv-2016> Acesso em 26 Jun. 2020.

SAÚDE, Ministério da Saúde. Vacinação HPV. Disponível em:

<https://portalarquivos.saude.gov.br/campanhas/vacinahpv/>

Acesso em 26 Jun. 2020.

SODRÉ, M. Antropológica do Espelho. Por uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRASIL, Agência. Ministério da Saúde anuncia vacinação contra HPV para meninos de 11 a 15 anos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/ministerio-da-saude-anuncia-vacinacao-contra-hpv-para-meninos-de-11-15-anos#:~:text=O%20Dia%20D%20da%20campanha,vacinal%20%C3%A9%20de%20tr%C3%AAs%20doses.> Acesso em 26 Jun. 2020.

KEGLER, Jaqueline; FROEHLICH, José. Midiatização e identidade territorial: pressupostos teóricos para a análise das festividades e seus processos de mediação como construtores da identidade territorial no Brasil Meridional. Mediaciones Sociales, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38817271.pdf> Acesso em 26 Jun. 2020.

Memorias visuales de la Plaza Aníbal Pinto y la Estación de Ferrocarriles de Temuco entre 1930-1950, una re-construcción en un mundo virtual basado en relatos personales y el patrimonio cultural

Visual Memories of Anibal Pinto square and Temuco Train Station between 1930-1950: A Virtual Reality Reconstruction based on personal stories and cultural heritage.

Paola Andrea González Salas

Resumen: Este proyecto de investigación propone la construcción de un modelo virtual de aproximación al valor patrimonial de dos lugares de Temuco (Chile), por un lado, la Plaza Aníbal Pinto y por otro la Estación de Ferrocarriles entre los años 1930 a 1950, basado en la reconstrucción de relato histórico y del rescate de la memoria social que se llevará a cabo desde el enfoque micro histórico y de descripción densa. Los datos recopilados desde tres fuentes principales (notas periodísticas de la época, imágenes y entrevistas) serán analizados con herramientas tecnológicas capaces de generar un mapeado completo de las prácticas culturales que eran llevadas a cabo en ambos sitios, desde la perspectiva de las humanidades digitales.

Palabras Clave: Historia de Temuco, Rescate patrimonial, Patrimonio Cultural, Realidad virtual, Humanidades digitales.

Abstract: This research project aims at constructing a virtual model approach to the heritage value of two places in Temuco (southern Chile) between 1930 to 1950: The Anibal Pinto Square and the Railway Station. This approach will consist of the reconstruction of a historical narrative and the recovery of social memory, which will be developed from both a micro historical focus and dense description.

The data collected from newspaper articles of the time, images and interviews will be analyzed by using, from a digital humanities perspective, technological tools capable of generating a complete mapping of the cultural practices carried out by both places.

Key words: History of Temuco, Heritage rescue, Cultural heritage, Virtual reality, Digital Humanities.

Introducción

El presente proyecto se presenta como parte de una investigación doctoral que abordará la búsqueda del patrimonio cultural de dos lugares emblemáticos de la ciudad de Temuco, Chile. La plaza Aníbal Pinto y la estación de Ferrocarriles entre los años 1930 a 1950, entendiendo que el concepto de patrimonio cultural puede ser atribuido a elementos heredados del pasado de un lugar o de un grupo social y que puede ser reconocido por instituciones gubernamentales para su protección, mantención y restauración (Matthes, 2018), poniendo así en tensión la falta de reconocimiento y valoración a estos dos lugares por su importancia histórica y social en la ciudad.

Ambos espacios generan diversos contrastes de interacciones, de tipos de personas, tipos de acciones o actividades sociales que crean una narrativa diversa y contrastante entre sí ya que son lugares que representan poderes y estructuras sociales diferentes.

La narrativa que envuelve estos sitios están dados por el cruce cultural que nació de la construcción impuesta por el estado y que ordeno de alguna manera, la ciudad, sus edificios y a su gente acorde al nivel de

crecimiento que se requería en la época (Oszlak, 1982).

La mezcla cultural (chilenos, colonos y mapuches) generó memorias, historias y recuerdos que quedaron grabados en fotografías, noticias o relatos de quienes vivieron en ese entonces. Estas historias no están escritas en ningún libro y los recuerdos de estos espacios se van perdiendo con el devenir del tiempo.

Este proyecto busca la reconstrucción de aquellos relatos y espacios a través de un mundo virtual que pueda ser capaz de simular la experiencia de volver al pasado de la Plaza Aníbal Pinto y la Estación de Ferrocarriles.

El objetivo general es construir un modelo original de análisis de la realidad histórica a través de una reconstrucción virtual. Los objetivos específicos son: analizar los datos obtenidos de las memorias (relato histórico), imágenes y el material de prensa, los elementos narrativos que ayuden al diseño de guión, con las características cotidianas y patrimoniales de estos dos espacios de Temuco. Desarrollo y testeo del diseño digital (Modelado 3D) en una interface virtual, interactiva e inmersiva.

Dada las características exploratorias, pero también analíticas, la metodología a desarrollar será mixta. Los datos serán procesados a través del software NVivo para la obtención de elementos clave. Misma herramienta, servirá para el análisis de imágenes y así poder obtener los elementos sintácticos necesarios para el diseño digital. Las entrevistas y notas periodísticas también serán procesadas con el fin de extraer los elementos que ayudarían a definir cuáles eran las características de aquel espacio y tiempo.

Contexto sociohistórico

Temuco entre los años 1930 a 1950

Es un importante período para la Araucanía que se perfilaba como una de las regiones más pobladas y diversas del país. Especialmente alrededor de estos dos espacios, Plaza Aníbal Pinto y Estación de ferrocarriles, dado que su desarrollo de actividades económicas y productivas, dieron lugar a la creación y delimitación de grupos sociales, actividades y movimientos característicos de la ciudad dentro del proceso de formación del estado nacional (Oszlak, 1982).

La velocidad de crecimiento estaba dado por la importancia agrícola de la región y por el fuerte contingente de mano de obra, por lo que el Estado promovió la instalación de

cientos de colonos europeos (Soto, 2002) quienes aportaron a la forma de la joven capital regional.

Es importante mencionar la interculturalidad que se ve en parte reflejada en las calles de la ciudad de Temuco, dada la gran movilidad humana que se produjo desde fines del siglo XIX, lo que de alguna manera provocó en los sujetos una desterritorialización (Rivera & Del Valle Rojas, 2016) aportando sus propias costumbres, comidas, celebraciones y diseños a la nueva tierra que los recibía.

Las características estéticas de la Plaza Aníbal Pinto y la Estación de Ferrocarriles de esta época, están marcadas por el estilo neoclásico tardío que brindó a la ciudad con una imagen arquitectónica que daba la impresión de estar en algún lugar del viejo continente (Cerda Brintrup Gonzalo, 2009) como puede apreciarse en las imágenes de ejemplo a continuación.

Fig. 1. Edificio Intendencia Temuco 1930. Fuente: Facebook Temuco antiguo en imágenes

Fig. 2. Edificio Intendencia Temuco 2020. Fuente: Google maps

Fig.3 Teatro Paramount, Plaza Anibal Pinto 1935. Fuente: Facebook Temuco antiguo en imágenes

Fig.4 Teatro Paramount, Plaza Anibal Pinto 2020 (desaparecido). Fuente: Google maps

Fig.5 Estación de Ferrocarriles 1930. Fuente: Facebook Temuco antiguo en imágenes

Fig.6 Estación de Ferrocarriles 2020. Fuente: Google maps

La plaza Aníbal Pinto se rodeaba de grandes e importantes edificios convirtiéndose en punto de encuentro social e intercambio económico. Alrededor de esta plaza se construyeron los primeros bancos (Banco chileno-alemán), la intendencia, la primera catedral, el Diario Austral y el primer teatro sonorizado de la época por lo que en esta zona confluía gran cantidad de habitantes con distintos motivos. El comercio mapuche y la venta de trigo y generando el ir y venir de los diversos habitantes. Se construía una ciudad diversa con un pasado violento, no era fácil vivir en Temuco, pero logró construirse una ciudad con próspero crecimiento (Pino Zapata, 1969).

Por otro lado, la estación de ferrocarriles era la puerta de entrada a la ciudad y que

significó parte fundamental del rápido crecimiento, siendo lugar de encuentro social, que abrió y fomentó el comercio y la creación de villas y barrios alrededor. (Ferrando, 2012). Por el barrio Estación y sus calles aledañas y luego de la gran crisis económica del 29, el aumento del alcoholismo y la prostitución fue explosivo. Eran noches alocadas y violentas en donde aparecían los "burdeles" o miserables "chincheles" que apenas eran casas o mediaguas sin comodidades y de donde se rescatan algunos nombres como "El Alamito", "El Palermo" o "El roto chileno". (Bello, 1992)

Es importante mencionar que, en este espacio de tiempo, sucedieron eventos a nivel mundial que de alguna forma impactaron en la vida de los temucanos de aquel entonces, mencionando por ejemplo la Gran Depresión del 29 en EEUU y que sus efectos económicos llegaron tardíamente a Chile, de la misma forma, los efectos de la Segunda guerra mundial.

Estado del arte

Una forma que el ser humano tiene de dejar huella, es a través de sus construcciones, las cuales pueden servir como referentes simbólicos que están asociados a identidades, ideas y valores que pueden darle el carácter de sacralizado y por lo mismo, esencial para una cultura específica, entendiendo esto como parte de su patrimonio cultural (Prats, 1998). Estos elementos o construcciones (más específicamente), al tener una importancia o valor simbólico para una comunidad, justifica que deba ser conservado, protegido o rescatado para su posteridad (Bellido Gant, 2008).

Las humanidades digitales consideran a las tecnologías como el puente vital que ha sido capaz de interpretar, transformar, reconstruir y restaurar elementos del patrimonio cultural mundial y llevarlo a miles de personas a través de distintas plataformas, como recorridos virtuales a museos o sitios patrimoniales (Pérez, 2019).

Una de las disciplinas más beneficiadas con el desarrollo de las humanidades digitales ha sido la Historia (Gibbs & Owens, 2012), ya que con la ayuda de las herramientas tecnológicas y del análisis de datos, se han podido reconstruir espacios históricos y arqueológicos para su visualización y estudios con nuevas perspectivas que antes no eran posibles. Estos esfuerzos por buscar la restauración y el rescate patrimonial a través de las

tecnologías, ha sido valorado e impulsado por la UNESCO, ofreciendo congresos internacionales como *World Heritage in Digital age, entre otros.*

La importancia del rescate o de la preservación patrimonial cultural, radica en el valor de los fenómenos culturales, su proceso histórico y cómo influye en un grupo humano brindándole la idea de identidad de su pasado y de su futuro (Garré, 2001). Es por eso que en este proceso de rescate o preservación, se piense de alguna manera también en la resignificación del pasado, que pudo haber sido olvidado o invisibilizado de alguna manera, como sucede con los edificios antiguos cuando son derrumbados (Azkarate, 2007), ¿se podrá resignificar el patrimonio cultural a través de estas nuevas tecnologías? ¿Se podrá fortalecer o reconstruir las memorias e identidades de una comunidad?

En la búsqueda de preservación o reconstrucción de estos elementos del pasado, es donde ciertas técnicas digitales comienzan a tomar fuerza gracias al amplio abanico de posibilidades que nos presentan a la hora de hacer realidad lo que antes creíamos imposible.

Hecha con rigor metodológico y científico, la repristinación digital crea un patrimonio, diría que una memoria, y en ello radica su mayor valor (Garcia Cuetos, 2004).

El concepto de repristinación proviene de la palabra italiana "ripristino" el cual quiere decir: "restauración, restablecimiento de un estado anterior, reposición en vigencia o actividad" y ha sido usado en una gran cantidad de artículos, seminarios e investigaciones relacionadas al mundo de la arquitectura y la arqueología (Raventós et al., 2006).

La investigadora española, María Pilar García Cuetos de la Universidad de Oviedo, habla de esto y del uso de las tecnologías casi como un proceso mágico, en el que se puede recuperar la materia inexistente que está ligada a los recuerdos y a las memorias. Habla de la importancia de la gran capacidad de difusión que presentan estas técnicas digitales como una de las principales ventajas a la hora de comunicar la historia y la investigación patrimonial (Garcia Cuetos, 2004).

Distintas técnicas que provienen de la industria de la entretención, la educación e incluso del mundo industrial, desde hace algún tiempo han comenzado a incidir en los procesos de rescate del patrimonio cultural fomentando así la facilitación de los estudios

históricos y a la difusión de la cultura a nivel mundial (Díaz Gómez et al., 2015).

Con estos elementos se gestó en España un concepto que uniría el uso de ciertas tecnologías con la investigación patrimonial y arqueológica para la reconstrucción de elementos culturales, llamada así "Arqueología Virtual".

A partir del año 2007, comenzó a funcionar el laboratorio llamado CIDAV, Centro de Investigación y Desarrollo de Arqueología Virtual, ubicado en Sevilla España, formado por los investigadores José Manuel Rodríguez Hidalgo, María Fernanda Morón y Alfredo Grande, quienes comenzaron a trabajar en los primeros lineamientos para oficializar a la "Arqueología Virtual" como disciplina científica (Hevia & Innova, 2010). Ellos vieron el enorme potencial de usar dichas tecnologías con el fin de darle vida nuevamente a elementos de la historia que pueden seguir existiendo gracias a estas técnicas.

Desde entonces en Europa, la Arqueología Virtual ha comenzado a aportar lo que para muchos parecía imposible. Reconstruir instancias históricas perdidas en el tiempo que nos ayuden a comprender lo que nuestros antepasados quizás querían comunicar. Muchas ruinas o lugares de los que sólo quedan partes son ahora visibles gracias a estas distintas tecnologías.

Gracias al trabajo de estos investigadores españoles anteriormente mencionados, hoy este concepto, se puede entender como una nueva disciplina científica (Virtual Archeology, 2019) capaz de abordar el inmenso concepto de patrimonio cultural y sus distintas áreas como el patrimonio monumental, etnográfico, documental, industrial, artístico, arqueológico y oral (Grande, 2016).

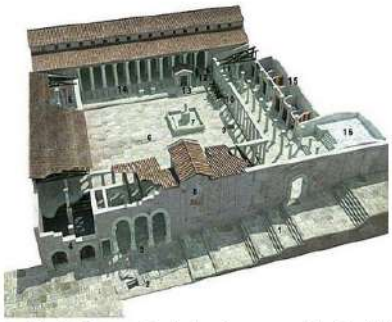


Ilustración 1. Balawat: Segóbriga. Reconstrucción 3D del foro

Ilustración 2. Balawat: Segóbriga: Reconstrucción 3D termas.

Algunos ejemplos de rescate patrimonial es lo que se ha llevado a cabo en Granada, España en donde se trabaja en

investigaciones desde el sector público y privado como es la empresa *Balawat*, quienes colaboraron en la interpretación de los parques arqueológicos de Segóbriga y que se muestran en las ilustraciones 1 y 2 (Gómez Robles & Quirosa García, 2009).

Problema

El devenir histórico de las ciudades produce la pérdida y/o transformación de la memoria histórica concebida como la significación del patrimonio cultural, esto es: la arquitectura, las prácticas culturales y las dinámicas sociales y microeconómicas, entre otras.

El devenir histórico podemos entenderlo como la sucesión de acontecimientos de forma continua que cambian o determinan la evolución humana (Pérez Porto & Merino, 2012); mientras que la memoria histórica podríamos entenderla como parte de la vida, que siempre está en evolución pero también es factible de la deformación propia del recuerdo y la amnesia. Esta siempre ligada al espacio, al gesto, a la imagen y al objeto y va a entender la historia como la representación del pasado (Nora. P,2008).

Mientras la perspectiva de Halbwachs aborda el recuerdo de modo personal, entendiendo que el recuerdo es una reconstrucción del pasado, con imágenes de antaño y que no es de interés para el recuerdo completo de una nación a no ser que la persona sea un personaje histórico (Halbwachs, 1968), esa perspectiva individual y la historia vivida no contada es la que será rescatada durante la investigación.

La ciudad de Temuco, que a principios del siglo XX contaba con una imagen totalmente distinta a lo que podemos ver hoy por hoy, su identidad y sus memorias han ido desapareciendo con el crecimiento exponencial de una ciudad joven.

Son pocas las construcciones que se mantienen en pie ya que existe un alto riesgo de pérdida patrimonial debido a la compraventa de lugares que luego son demolidos y que dan paso a nuevas edificaciones (Enríquez Eduardo, 2007).

Alcances

Los alcances de esta investigación se centran en la creación de material didáctico/digital para la educación, la difusión y la restauración de la historia de Temuco. Fomentará el repensar, la valorización de las memorias y las identidades de la ciudad, a través de una perspectiva que involucra la historia, la

tecnología, y las memorias de estos dos lugares en la primera mitad del siglo XX.

Buscando en la necesidad humana de reconstruir o recuperar memorias perdidas del pasado e intentar recrear lugares y momentos que se perdieron por distintos motivos (terremotos, guerras, demoliciones, etc.) quizás intentando recuperar nuestra herencia cultural tan diversa (Garcia Cuetos, 2004).

Esta investigación y proyecto aportará una reconstrucción histórica y cultural pero también la revalorización de la ciudad, del espacio social y sus historias propias, de la mano de tecnologías que nos ayudarán a experimentar y visualizar una forma nueva de ver la cultura y el patrimonio en el sur de Chile.

Para el logro de esta investigación se cuenta con el apoyo del Consejo Nacional de Monumentos de la Araucanía, quienes colaboran con material gráfico y el vínculo con instituciones locales.

Marco teórico

Tomás Albadalejo plantea, en su *"Teoría de los Mundos Posibles y la Macroestructura Narrativa"* la construcción de mundos basados en historias que pueden ser reales o no, que pueden tener estructuras con reglas apegadas a la realidad y que podrían ser construidas desde la imaginación o de los recuerdos (Albadalejo, 1998). A esto también le sumamos las representaciones que podemos obtener desde las imágenes y que pueden desencadenar una serie de memorias, asociadas a nuestro pasado, el de un lugar o el de nuestros ancestros (Ricoeur, 2004).

Bajo la concepción planteada anteriormente, y dadas las posibilidades que ofrece el campo tecnológico y digital en la actualidad, es posible pensar en un rescate patrimonial a través de la representación histórica y gráfica de la ciudad y sus imágenes, reconstruyendo las prácticas culturales, y las dinámicas sociales y microeconómicas bajo la concepción de los sujetos de la ciudad antigua.

Esta reconstrucción digital buscaría dar un nuevo significado al patrimonio cultural de la ciudad, a través de una revalorización en torno a las imágenes y de la significación plástica (Villafane, 2006), prácticas y dinámicas socio-culturales y económicas que se daban alrededor de los dos espacios mencionados.

La reconstrucción digital a través de la realidad virtual es fundamental en la búsqueda de la resignificación del patrimonio

cultural ya que los usuarios de este sistema podrán "situarse" dentro de este mundo virtual y revivir en primera persona los lugares, los hechos y los relatos de aquella época, situación que le traerá emociones y sensaciones únicas al rememorar y revalorar la ciudad y su pasado. La realidad virtual provee el efecto de una existencia concreta sin tener como tal esa existencia (Desai et al., 2014), la sensación de presencia y el sentido de espacio dentro de un mundo virtual, no puede ser alcanzado incluso por la más realista de las fotos o animaciones (Kim et al., 2013) por lo que el valor agregado del desarrollo de esta investigación estará enfocado en la experiencia de los usuarios al volver a ver, sentir que están y recorrer el Temuco antiguo que no pudieron ver antes y que sólo pudieron conocer por fotografías o por historias de sus padres y abuelos.

Se considerarán prácticas culturales como actividades o rituales característicos de una comunidad (Pérez Porto & Gardey, 2019), por lo que podríamos entender las ceremonias religiosas (procesiones, etc.), festividades, juegos, etc.

Por otro lado, las dinámicas sociales se entenderán como actividades relacionadas a la evolución como sociedad, analizando sus logros y crecimientos, así como sus creaciones históricas, arte, ciencia, etc. (García, 2016), por lo que será interesante saber cómo funcionaba el teatro, el servicio ferroviario, sus estéticas (letreros, vestimentas, etc).

Las dinámicas microeconómicas podríamos entenderlas como las economías relacionadas a los individuos, hogares y su interacción con los mercados (Gil, 2015) por lo que se considerará como el sector bancario, el comercio ambulante, hortaliceras mapuches, limpiabotas, venta de periódicos, etc.

Objetivos de investigación

El objetivo general es construir un nuevo modelo de análisis de la realidad histórica a través de una reconstrucción virtual. Los objetivos específicos son: analizar los datos obtenidos de las memorias (relato histórico), imágenes y el material de prensa. Construir con esos datos, los elementos narrativos que ayuden al diseño de guión, con las características cotidianas y patrimoniales de estos dos espacios de Temuco. Implementar, desarrollo y testeo del diseño digital (Modelado 3D) en una interface virtual, interactiva.

Estrategia metodológica

Tipo de metodología:

Dado que el proyecto se enmarca dentro de las humanidades digitales, la metodología propuesta será de un tipo de análisis mixto para poder obtener una perspectiva más amplia y enriquecida desde variados enfoques y que permita triangular y previsualizar los datos obtenidos (Hernández Sampieri, 2014) para la construcción de un guión narrativo que dará forma al mundo virtual. Enfoque de método histórico a través de herramientas como el estudio biográfico, la descripción densa y análisis desde la microhistoria (Sanz Hernández, 2005). Análisis sintáctico de las imágenes y de las entrevistas a través del uso de software especializado para el manejo de datos.

Principales áreas de análisis y conceptos:

Análisis sintáctico de imágenes. Obtención de elementos visuales (Características, formas, colores, diseños, etc.)

Análisis de entrevistas/relatos de vida.

Recortes de prensa de la época, especial énfasis en los dos lugares y en eventos o actividades sociales.

Técnicas de recolección de datos: construcción de los datos, fuente de los datos, rol de los actores sociales.

Se trabajará con tres fuentes primarias de información: Entrevistas, Imágenes (Fotografías o Videos) y Archivos de prensa local.

Entrevistas semi estructuradas, observación de imágenes antiguas (fotografías, recortes de revistas, periódicos).

Las imágenes se recolectarán de variadas fuentes, pero principalmente redes sociales especializadas en Temuco y Chile antiguo (Facebook e Instagram). Algunos sitios webs como la Biblioteca Nacional de Chile https://www.bibliotecanacional.gob.cl/sitio/ y Memoria Chilena http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-channel.html entre otros que pudieran agregarse durante el desarrollo de la investigación. El Consejo Nacional de Monumentos también aporta material gráfico (fotos).

Se considera la creación de un sitio web para el proyecto, como técnica de recolección de datos para la difusión y para el contacto con voluntarios que quieran hacer llegar sus imágenes familiares como aporte.

Se recolectará archivos de prensa local, específicamente del Diario Austral de

Temuco entre los años 1930-1950 y que estén relacionados directamente con los dos lugares a investigar. Estos deben contener información sobre sucesos, actividades o eventos sociales realizadas en dichos lugares. Se considerarán parte de la muestra, relatos o reportajes sobre historias particulares (leyendas, cuentos, etc.)

Población y corpus a estudiar:

Entrevistas: Se plantea la realización de entrevistas semi estructuradas a un número aproximado de diez personas que preferentemente hayan vivido en la ciudad entre los años 1930 a 1950. El perfil de los sujetos a entrevistar serán personas de ambos sexos entre 60 y 80+ años a quienes se les facilitará una serie de imágenes a modo de geolocalización de ambos lugares (Plaza Aníbal Pinto y Estación de Ferrocarriles) que sirvan para gatillar los recuerdos y los relatos. Originalmente se planteaba una entrevista en persona, pero dado el contexto de pandemia, se evalúa la realización de entrevistas a través de video llamadas o de llamada tradicional. En el caso de la llamada tradicional no es posible la exhibición de imágenes por lo que se describirán verbalmente y se grabará la conversación. Los entrevistados se buscarán como voluntarios a través de redes sociales, web del proyecto o invitaciones directas. Deberán firmar el consentimiento informado válido para el proceso reconocido por la universidad.

Los sujetos a entrevistar serán voluntarios entre 60-80+ años que preferentemente hayan vivido en la ciudad y que tengas recuerdos o historias sobre ambos lugares. Pueden ser recuerdos contados por sus antepasados, experiencias propias en relación a sucesos de impacto mundial (Segunda Guerra mundial, crisis económica). El perfil étnico de los entrevistados será variado ya que se espera poder conocer las historias desde chilenos, colonos y mapuches.

Imágenes: Estas deben ser del período entre 1930-1950 y que correspondan a ambos lugares de la ciudad. Su calidad debe permitir la observación y el análisis correspondiente para la revisión sintáctica de sus elementos visuales (estructuras, gráficas, estéticas, estilos, etc.). Se considerarán parte de la muestra, recortes de revistas, periódicos o archivos familiares que cumplan estas características.

Archivos de prensa: Corresponderán archivos que daten de la época señalada y que tengan directa relación con alguno de los

dos espacios a investigar. El contenido debe vincularse con actividades sociales realizadas, pero también podrían considerarse relatos e historias de situaciones fuera de lo común (historias de terror o sucesos extraños).

Reconstrucción digital Catedral de Temuco 1930. Diseñado por: Paola González Salas. Realizado en Maya

Técnicas de análisis de los datos: qué tipos de análisis son los más adecuados, de acuerdo a los objetivos planteados y al método seleccionado.

Los datos obtenidos de las entrevistas, las notas periodísticas y las imágenes, serán procesadas a través del software Nvivo con el fin de poder triangularlos y combinar los elementos más característicos en cuanto a costumbres (actividades y eventos) sociales, estéticas (gráficas, formas, etc.) y referencias culturales que puedan caracterizar a ambos espacios de la ciudad.

13) Referencias

ALBADALEJO, T. (1998). Teoría de los mundos posibles y macroestructura narrativa. In U. de Alicante (Ed.), Journal of Chemical Information and Modeling (Vol. 53). https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004

AZKARATE, A. (2007). MEMORIA Y RESIGNIFICACION. Apuntes desde la gestión del Patrimonio cultural.

BELLO, A. (1992). La prostitución en Temuco, 1930-1950: la mirada del "cliente". *Proposiciones*, 55–63.

CARO, J. L., LUQUE, A., & ZAYAS, B. (2015). Nuevas tecnologías para la interpretación y promoción de los recursos turísticos culturales. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 13, 931–945. Retrieved from http://www.paso-sonline.org/es/articulos/download/file?fi-d=57.817

BELLIDO GANT, M. L. (2008). *Difusión del Patrimonio Cultural y Nuevas Tecnologías* (Universidad Internacional de Andalucía, ed.). Andalucía.

DESAI, P. R., DESAI, P. N., AJMERA, K. D., & MEHTA, K. (2014). A Review Paper on Oculus Rift-A Virtual Reality Headset. International Journal of Engineering Trends and Technology, 13(4). Retrieved from http://www.ijettjournal.org

DÍAZ GÓMEZ, F., JIMÉNEZ PEIRÓ, J., BARREDA BENAVENT, A., ASENSI RECUENCO, B., & HERVÁS JUAN, J. (2015). Modelado 3D para la generación de patrimonio virtual. Virtual Archaeology Review, 6(12), 29. https://doi.org/10.4995/var.2015.4150

ENRÍQUEZ EDUARDO. (2007). El patrimonio de Temuco está en alto riesgo. Retrieved August 17, 2019, from http://www.australtemuco.cl/prontus4_noticias/site/artic/20070605/pags/20070605034159.html?0.42681590

FERRANDO, R. (2012). Y así nació la Frontera... (Universidad). Temuco: Universidad Católica de Temuco.

GARCÍA, F. (2016). Dinámica Social. Retrieved June 8, 2020, from http://dinamicasocial-3la12.blogspot.com/2016/10/unidad-1.html

GARCIA CUETOS, M. P. (2004). Succisa Virescit, o el viejo anhelo de la resurrección de la materia monumental. Papeles Del Partal, (2), 45–82.

GARRÉ, F. (2001). Patrimonio arquitectónico urbano, preservación y rescate: bases conceptuales e instrumentos de salvaguarda. *Conserva*, *5*, 5–21.

GIBBS, F., & OWENS, T. (2012). Building Better Digital humanities tools: Toward broader audiences and user-centered designs. *Digital Humanities Quarterly*, *6*(2).

GIL, S. (2015). Microeconomía. Retrieved June 8, 2020, from https://economipedia.com/definiciones/microeconomia.html

GÓMEZ ROBLES, L., & QUIROSA GARCÍA, M. (2009). Nuevas tecnologías para difundir el Patrimonio Cultural: las reconstrucciones virtuales en España. E-Rph: Revista Electrónica de Patrimonio Histórico, (4), 150–174. https://doi.org/10.30827/e-rph.v0i4.3357

GRANDE, A. (2016). International Principles of Virtual Archaeology. The Seville Principles. Retrieved August 25, 2019, from http://smartheritage.com/actuality

HALBWACHS, M. (1968). Memoria colectiva y memoria histórica (fragmentos). La Memoria Colectiva, 209–219.

HEVIA, L., & INNOVA, A. (2010). Arqueología virtual: instantáneas del pasado. Retrieved July 19, 2019, from

https://www.oei.es/historico/divulgacioncientifica/reportajes_439.htm

KIM, J.-H. K. J.-H., THANG, N. D. T. N. D., KIM, T.-S. K. T.-S., PH, D., VOINEA, A., SHIN, J., … SMITH, K. (2013). Virtual Reality History, Applications, Technology and Future. *Digital Outcasts*, *63*(ISlE), 92–98. https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/B978-0-12-404705-1.00006-6

NORA, P. (2009). "Les Lieux de mémoire." Santiago: Lom Ediciones.

SOTO, B. W. (2002). TEMUCO, PROBLEMAS DE UNA IDENTIDAD AÚN NO LOGRADA. *Revista Universum*, *17*.

OSZLAK, O. (1982). Reflexiones sobre la formación del Estado y la construcción de la sociedad argentina. *Desarrollo Económico Revista de Ciencias Sociales*, *21*(84), 531. https://doi.org/10.2307/3466613

PÉREZ, T. A. (2019). Algunas consideraciones sobre las humanidades desde la era digital. Universum, 34(1), 39–64. https://doi.org/10.4067/S0718-23762019000100039

PÉREZ PORTO, J., & MERINO, M. (2012). Definición de Devenir. Retrieved June 8, 2020, from https://definicion.de/devenir/

PÉREZ PORTO, J., & GARDEY, A. (2019). Definición de prácticas culturales. Retrieved June 8, 2020, from https://definicion.de/practicas-culturales/

PINO ZAPATA, E. (1969). Historia de Temuco: Biografía de la capital de la Frontera (1st ed.; E. U. de la Frontera, ed.). Temuco.

PRATS, L. (1998). El Concepto de Patrimonio Cultural. *Política y Sociedad*, *27*, 63–76.

RAVENTÓS, D., SANTOS VELASCO, J. A., & VALLE MELÓN, J. M. (2006). Reconstrucción Virtual de la Iglesia Suburbana de Tuscolo. Retrieved August 20, 2019, from http://www.ehu.eus/docarq/LDA/proyectos/Tusculum_iglesia/index-mod.htm

RICOEUR, P. (2004). *La memoria, la historia, el olvido* (Editions d). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

RIVERA, C. M., & DEL VALLE ROJAS, C. (2016). Episteme decolonial en dos obras del pensamiento mapuche: Re-escribiendo la interculturalidad1. Chungara, 48(2), 319–329. https://doi.org/10.4067/S0717-73562016005000018

VERGARA, M. (2019). Valoración del Patrimonio Arquitectónico a través de la Tecnología Digital. 12(12), 50–56.

VILLAFANE, J. (2006). Introducción a la teoría de la imagen. In Pirámide (Ed.),

Ediciones pirámide (grupo Anaya S. A. Madrid.

VIRTUAL ARCHEOLOGY, I. (2019). El patrimonio en la era digital: arqueología virtual.

De la infoviolencia a los sentipensamientos para el Vivir Bien: niñas y mujeres jóvenes bolivianas frente a mensajes violentos en las pantallas

Da infoviolência aos sentimentos por Viver Bem: Meninas e jovens bolivianas na frente de mensagens violentas nas telas

From infoviolence to feelings for Living Well: Bolivian girls and young women in front of violent messages on the screens

Édgar Dávila
Rigliana Portugal[71]

Resumen: La investigación presenta la situación de infoviolencia que enfrentan niñas de 10 a 14 años y mujeres jóvenes de 20 a 29 años de los distritos Max Paredes y Periférica de la ciudad de La Paz en Bolivia. El estudio destaca la importancia de los senti-pensamientos para el Vivir Bien, considerando la presencia de violencia que se difunde a través de las pantallas. El estudio es descriptivo y comparativo, con aplicación de una encuesta a 131 niñas y 272 mujeres jóvenes. Los resultados evidencian que más del 90% de niñas consultadas identifican contenidos violentos en las pantallas; sobre todo en los teléfonos móviles (94,4%). Las mujeres en un 95% afirman que existen contenidos violentos en las pantallas. Esta información provoca ira en el 24,4% de niñas encuestadas; pena, en el 20,3%; e impotencia, en el 13,9%. En el caso de las mujeres jóvenes, 23,1% siente pena; y 21,8%, ira. Ante la presencia de contenido violento a través de su teléfono móvil (64,1% de niñas y 56,3% de jóvenes) afirma que tras recibir el mismo, no lo comparte. Solamente un 20,6% de niñas y un 22,1% de jóvenes comparten con otras personas el contenido violento recibido, y lo hacen a través de charlas y conversaciones en sus pantallas. El estudio evidencia que niñas y jóvenes, son afectadas por la infoviolencia que circula, en las pantallas, y

[71] Carrera de Ciencias de la Comunicación, Universidad Mayor de San Andrés, Bolivia, rigliana@gmail.com

por otro lado considera que los sentimientos y pensamientos que fluyen pueden ser canalizados de forma positiva, aportando en la prevención de la violencia.

Palabras clave: Infoviolencia; sentipensamientos: Vivir Bien; violencia; niñas y mujeres jóvenes; pantallas; Bolivia.

Abstract: The research presents the situation of infoviolence faced by girls between 10 and 14 years old and young women between 20 and 29 years old from the Max Paredes and Periférica districts of the city of La Paz in Bolivia. The study highlights the importance of feelings-thoughts for Living Well, considering the presence of violence that spreads through the screens. The study is descriptive and comparative, with a survey of 131 girls and 272 young women. The results show that more than 90% of the girls consulted identify violent content on the screens; especially in mobile phones (94.4%). 95% of women affirm that there is violent content on the screens. This information provokes anger in 24.4% of the girls surveyed; penalty, in 20.3%; and impotence, in 13.9%. In the case of young women, 23.1% feel sorry; and 21.8% anger. In the presence of violent content through their mobile phone (64.1% of girls and 56.3% of young people), they affirm that after receiving it, they didn't share it. Only 20.6% of girls and 22.1% of young people share the violent content received with other people, and they do so through talks and conversations on their screens. The study shows that girls and young people are affected by the infoviolence that circulates on the screens, and on the other hand, it considers that the feelings and thoughts that flow can be channeled in a positive way, contributing to the prevention of violence.

Keywords: Infoviolence; feelings-thoughts: Living Well; violence; girls and young women; screens; Bolivia

1. ABORDAJE TEMÁTICO

El tema de investigación aborda la infoviolencia y los sentipensamientos para el Vivir Bien, considerando a niñas y mujeres jóvenes bolivianas frente a mensajes violentos en las pantallas. El estudio define a las pantallas como aquel recurso físico que permiten reflejar y proyectar lo que se construye de la realidad; "son una ventana para la relación con el mundo y sirven para un contacto virtual con la realidad y las personas" (Zeballos, 2017). Estas pantallas

transmiten cotidianamente una cantidad inimaginable de información, que es consumida por niñas de 10 a 14 años y mujeres jóvenes de 20 a 29 años, que viven coincidentemente en las zonas más violentas de la ciudad de La Paz. El contenido informativo que ofrecen las pantallas es eminentemente violento (Agetic, 2018); esa infoviolencia afecta al "sentipensamiento de las personas, es decir, a la razón y a la emoción para interpretar la realidad y para vivir" (Fals, 2007).

2. OBJETIVOS

Describir la situación de infoviolencia que enfrentan niñas de 10 a 14 años y mujeres jóvenes de 20 a 29 años de los distritos Max Paredes y Periférica de la ciudad de La Paz en Bolivia.

Precisar la importancia de los sentipensamientos para la prevención de la violencia, que se ejerce a través de las pantallas.

3. FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA

3.1. Infoviolencia

La infoviolencia encadena dos términos importantes: la información y la violencia. La información "es un conjunto de datos con un significado acerca de un suceso, hecho o fenómeno, que reduce la incertidumbre con respecto a nuestras decisiones o que aumenta el conocimiento respecto a algo" (Chiavenato, 2010). Este autor subraya que un mensaje se da en un contexto determinado, aspecto en el que coinciden los investigadores Toffler y Toffler (2006).

El contexto social, político, cultural, tecnológico y de diversa índole, de una u otra forma incide en el proceso de recepción e interpretación de la información.

En un contexto globalizado, marcado por el desarrollo acelerado de las tecnologías, los seres humanos dependemos cada vez más de la información, no sólo por un tema de conocimiento del entorno, sino por la necesidad y el valor que tiene la información al momento de tomar decisiones.

Por otro lado, la violencia implica

> "el uso intencional de la fuerza física, de amenazas contra uno mismo, contra otra persona, un grupo o una comunidade, que tiene como consecuencia o es muy probable que tenga como consecuencia un traumatismo, daños psicológicos, problemas de desarrollo o la muerte" (OMS, 2012).

Sin duda "la violencia contra mujeres y niñas sigue siendo generalizada, y su

eliminación es una preocupación global" (ONU Mujeres, 2018).

En la normativa boliviana, se define específicamente la violencia contra las niñas como "la acción u omisión, por cualquier medio, que ocasione privaciones, lesiones, daños, sufrimientos, perjuicios en la salud física, mental, afectiva, sexual, desarrollo deficiente e incluso la muerte de la niña, niño o adolescente" (Art. 147. Ley N° 548, 2014). También, precisa la violencia hacia las mujeres jóvenes como

> "cualquier acción u omisión, abierta o encubierta, que cause la muerte, sufrimiento o daño físico, sexual o psicológico a una mujer u otra persona, le genere perjuicio en su patrimonio, en su economía, en su fuente laboral o en otro ámbito cualquiera, por el sólo hecho de ser mujer" (Art. 6. Ley N° 348, 2013).

Por lo tanto, la infoviolencia se concibe como la acción de producción, circulación, intercambio y consumo de contenidos escritos, sonoros o audiovisuales con lenguaje sexista, estereotipado, denigrante y discriminatorio, que vulnera los derechos de niñas, niños, adolescentes y mujeres, a través de soportes masivos de comunicación tradicionales y digitales.

3.2. Vivir Bien y su vínculo con la comunicación

El Vivir Bien, es una de las expresiones emblemáticas de lo que Boaventura de Sousa (2009) denomina "epistemologías del sur", precisando que la comprensión del mundo es más amplia que aquella comprensión occidental que invisibilizó la riqueza de la diversidad del mundo, bajo un paraguas de orden hegemónico.

En Bolivia la Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia, establece en el Capítulo 8 que

> "El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (Vivir Bien), ñandereko (vida armoniosa), tekokavi (vida buena), ivimaraei (tierra sin mal) y qhapajñan".

Por los señalado, desde el ámbito constitucional y normativo se reconoce en Bolivia, a nivel principista el Suma Qamaña o Vivir Bien.

Una tipología que clasifica el Vivir Bien señala tres corrientes: la socialista y estatista que se caracteriza por destacar la gestión anticapitalista del Vivir Bien; la ecologista y post-desarrollista centrada en los elementos relacionados con la preservación de la naturaleza; y la

indigenista o pachamamista, que destaca la centralidad de los pueblos originarios e indígenas en su concepción y en su gestión (Hidalgo-Capitán, et al., 2014, p. 27).

Sin embargo, independientemente de la tipología, el Suma Qamaña (aymara) y Sumak Kausay (quechua), complejiza las relaciones entre comunicación y proyectos de sociedad, porque rompe con las concepciones tradicionales de desarrollo vinculadas con la modernización y el progreso. Su apuesta es por la vida en equilibrio y armonía con la naturaleza, lo espiritual y social. "Es una propuesta dialogal de los sujetos sociales consigo mismos, con otros seres sociales en sociedad y, es un desafío para la comunicación, de diálogo con la naturaleza y el cosmos" (Contreras, 2014, p. 19).

Para investigadores como Crespo (2013) el problema central no es preguntarse qué es el Suma Qamaña, sino principalmente conocer cómo trabaja, por ello afirma que “el Suma Qamaña no es un concepto que permita entender qué está pasando en el país, las prácticas sociales e individuales que están (des)estructurando las multifacéticas sociedad(es) boliviana(s), sino más bien permite intervenir sobre ella; de ahí que la pregunta no debe ser qué es el Suma Qamaña, sino cómo opera en el mundo real como discurso, qué tipo de prácticas sociales y realidades genera, a qué tipo de relaciones de poder y dominación está articulado.

De ahí que en el ámbito discursivo del Vivir Bien (Suma Qamaña) las propuestas que surgen tomando como bandera este contenido sean, a decir de Contreras (2014) "los movimientos sociales de los pueblos indígenas, afrodescendientes, defensores de los derechos humanos, organizaciones urbano-populares, jóvenes, mujeres, sindicatos y movimientos políticos anti-sistémicos, que ven un nuevo proceso de despertar propositivo de las diversidades" (p. 17).

La reflexión del Vivir Bien ha encontrado ejes de interacción con la comunicación, es por ello que en el caso de la Comunicación para el Vivir Bien, ésta tiene que ver con el pensamiento y práctica comunitaria inclusiva. En criterio de Contreras (2014) “la Comunicación para el Vivir Bien es una propuesta que pretende que las epistemologías del sur se visibilicen y se legitimen en prácticas de vida solidaria, en comunidad, para vivir con dignidad”.

Referirnos al Vivir bien es una expresión de vivir en armonía y respecto, en comunión, con lo cual no puede haber cabida para la

violencia, la discriminación, el egoísmo, entre otros.

3.3. Sentipensamientos

Estudios desarrollados demuestran que la emoción tiene notable importancia en nuestra vida. Precisa Zaltman (2003) que lo que una persona piensa está condicionado por lo que siente, pues existen zonas en el cerebro humano que se activan antes de que seamos conscientes de la elección realizada (p. 58); en correspondencia Punset (2006) explica que "no más del 5% de la actividad mental se desarrolla de manera consciente" (p. 159). Es decir, lo que nos define es lo que nos emociona; y justamente como explica Maturana (1997) son las emociones las que predisponen al individuo para que piense y actúe de cierta manera.

Si las emociones nos predisponen de cierta forma como precisa Maturana, resulta interesante profundizar en el conocimiento de las mismas, en contextos de alta sensibilidad como los contextos de la comunicación e información donde la audiencia, por ejemplo, visibiliza hechos violentos, a través de las pantallas.

En línea con el análisis, autores como Contreras (2014) sugieren considerar una metodología de la comunicación para el Vivir Bien, la cual podría organizar la producción discursiva siguiendo la lógica metodológica del "sentir/pensar-decidir/actuar-convivir, que articula, armónicamente, las sensibilidades, creencias y saberes con las experiencias; el conocimiento crítico de la realidad con los imaginarios individuales y colectivos; y los sentimientos y conocimientos con las acciones de vida comunitaria en con-vivencia" (p. 91).

La propuesta de Contreras sin duda plantea bajo ese abordaje un intercambio bidireccional, dialéctico, compenetrado y complementario entre el sentir/pensar y el hacer. En esta relación propuesta, los sentipensamientos son centrales por cuanto las personas ubicadas en lugares sociales, culturales, políticos y espirituales, se apropian de la realidad histórica; asimismo situados en el contexto histórico "procesan los hechos y las ideas desde nuestros temores y esperanzas, desde nuestros saberes y sentires, desde nuestras realidades reales e imaginadas" (p. 92).

En ese sentido, en contextos de exposición ante la violencia, es posible afirmar que desde los sentipensamientos es posible el procesamiento y la visibilización de las voces y sonidos silenciados, para poner en agenda de análisis los mismos, "con su lengua, sus

signos y significados- cosmovisiones y modos de vida". En el caso de la violencia, la misma ha sido acuñada desde la herencia de la colonialidad, el capitalismo y el nuevo orden civilizatorio: machista, patriarcal, violento, racista, que debe ser desmontado.

La investigadora Silvia Rivera (Año) precisa que la trascendencia de la palabra en el Vivir Bien, cuando recupera como uno de sus componentes el principio y práctica aymara del *jaqen parlaña* o hablar como gente, lo que conlleva tres condiciones: primero escuchar para hablar; hablar de lo que se sabe; y refrendar las palabras con los actos. Sin duda, los contenidos que circulan desde los medios sean estos tradicionales o digitales conllevan contenidos violentos, sobre los cuáles es importante escuchar, hablar, saber y refrendar, para avanzar en la prevención.

4. METODOLOGÍA/PLANTEAMIENTO

El estudio es descriptivo y comparativo, con la aplicación de una encuesta de carácter cuantitativo a niñas de 10 a 14 años y a mujeres jóvenes de 20 a 29 años, de unidades educativas situadas en las zonas Periférica y Max Paredes de la ciudad de La Paz en Bolivia. El cuestionario administrado considera las dimensiones de acceso y uso, y comprensión crítica propuestas por Pérez-Tornero y Varis (2012). Las preguntas dicotómicas y de selección múltiple, permiten conocer la exposición de niñas y mujeres a la infoviolencia. A su vez, brindan contenido que aporta en la comprensión de la importancia de los sentipensamientos.

4.1. Estrategia metodológica

Se desarrollaron 403 encuestas y se recogieron los datos, de manera directa, de niñas de 10 a 14 años y mujeres jóvenes de 20 a 29 años. 131 encuestas se realizaron a niñas que viven en las zonas Max Paredes y Periférica. En el caso de las mujeres jóvenes, se aplicaron 272 encuestas, administradas de forma directa tambien en las mismas zonas. La selección de la muestra se hizo por fórmula, con el fin de contar con una población representativa y confiable del universo de niñas y mujeres jóvenes.

El cuestionario fue estructurado en tres partes: Datos generales; acceso y uso a mensajes violentos por medio de las pantallas; y comprensión crítica relacionada con los sentipensamientos. Dos de las partes, corresponden a dimensiones planteadas por Pérez-Tornero y Varis (2012)

para establecer capacidades de las personas ante las pantallas. El estudio aborda las dimensiones de "Acceso y Uso" y "Comprensión Crítica", por cuanto interesa conocer "la capacidad de usar operativamente los medios, de comprender críticamente y poder evaluar la información" (Perez-Tornero y Variz, 2012, p. 104) presentada a través de las pantallas.

La dimensión de "Acceso y Uso" está dividida en dos componentes. El "Acceso" se refiere al ingreso "físico a los medios y sus contenidos mediáticos, que depende de la disponibilidad (avalaibility) en un contexto determinado" (Perez-Tornero y Varis, 2012, p. 104). Es decir, que el acceso va más allá de la posesión del medio, implica conocer su funcionamiento y la habilidad de ingresar a los contenidos. El componente "Uso" es el conjunto de saberes "Cognitivos y Prácticos", vale decir los conocimientos teóricos y habilidades prácticas para la manipulación.

La dimensión de "Comprensión Crítica" tiene tres capacidades. La capacidad de "Lectura" es la condición de poder decodificar", es decir recibir y entender un mensaje de acuerdo con un código empleado en una situación de comunicación concreta. La "Comprensión" implica relacionar el significado del mensaje recibido o decodificado con el contexto e identificar los conocimientos o intereses de quien envió el mensaje. La "Evaluación" es el proceso mediante el cual se clasifica o categoriza el contenido de un mensaje con relación a unas escalas de valores sociales; es "además una toma de conciencia de las oportunidades ofrecidas y las condiciones planteadas por los medios" (Zeballos, 2017, p. 59).

Las competencias analizadas permiten aproximarnos a la comprensión de los sentipensamientos, desde la prevención de la violencia.

La aplicación de la encuesta abarcó noviembre y diciembre de 2019, para posteriormente realizarse el análisis e interpretación de los resultados.

5. RESULTADOS

5.1. Acceso y uso de niñas y mujeres jóvenes a pantallas

La mayoría de niñas y mujeres jóvenes consultadas acceden y usan las pantallas (televisión, smartphones). 99,2% de las niñas de 10 a 14 años ven televisión diariamente. Lo propio ocurre en mujeres jóvenes entre 20 a 29 años (97.1%). A su vez el 53,8% de niñas ve televisión; 14,6% durante 3 horas y 39,2% durante más de 3 horas, todos los días. Las

mujeres jóvenes ven televisión 3 horas (21,1%) y más de 3 horas (26%). Estos datos explicitan que tanto en niñas como en mujeres, el nivel de acceso a pantallas es alto, con una exposición que va en ascenso por la frecuencia con la cual ambos grupos, observan diariamente televisión.

33,8% de las niñas ven, con mayor frecuencia, programas infantiles y 22,3% telenovelas. Para las jóvenes, los noticieros ocupan el primer lugar en frecuencia (36.2%), seguidos de telenovelas (16.6%). La programación que consumen niñas y mujeres, posee contenido violento. Y destaca en el caso de las niñas el consumo de telenovelas, siendo estás replicadoras de estereotipos que amplian las brechas de género, como explicitan Pérez y Leal (2017), "las telenovelas han contribuido a la reproducción de los estereotipos de género que se introducen en el imaginario colectivo como una normalidad. Sus historias representan mujeres con roles pasivos, víctimas de discriminación, violencia, sexualidad y cosificación" (p. 167). En el caso de las mujeres, los noticieros presentan contenido violento naturalizado en las informaciones que destacan hechos de violencia, donde la víctima en la mayoría de los casos es mujer.

En el caso del acceso a los smartphones, 42,9% de niñas usan su celular diariamente más de 3 horas; y 53,6% de jóvenes lo hace, por ese lapso de tiempo. Las niñas, de preferencia usan Internet en su smartphone para escuchar música (21,5%) y conversar por WhatsApp (20,4%); las jóvenes lo hacen para dialogar por WhatsApp (19,8%) y revisar su muro de Facebook (17.33%). El acceso a redes sociales, por parte de niñas y mujeres se enfrenta al hecho de la circulación de contenido violento por estos espacios, lo cual amplifica la naturalización de hechos de violencia donde el género es el protagonista.

5.2. Infoviolencia

El 67,2% de niñas identifican la violencia como una acción que provoca daño físico y no la relacionan con abusos sexuales, pese a que en las zonas de Max Paredes y Periférica, existe un alto índice de agresiones. 89.8% de las niñas consultadas reconocen los contenidos violentos en la programación televisiva, resultado que se reitera en el contenido violento recibido a través de los smartphones. El 95,9% de mujeres jóvenes considera que sí existe violencia en la televisión. Asimismo, el 100% de mujeres jóvenes recibe los mensajes de televisión y reconoce diversas formas de violencia que se

muestran por este medio. Para la mayoría de ellas (43,5%), los contenidos se expresan en imágenes indecentes, solo para adultos, personas en situación de pobreza, infanticidio y feminicidio. En materia de smartphones, el 98,9% de mujeres jóvenes afirma que existen contenidos y mensajes violentos que circulan a través de Internet (accesible vía smartphone). El 61,2% de ellas considera que la violencia que circula se expresa en contenidos de imágenes indecentes, feminicidas, de pobreza principalmente.

El 49,6% de las niñas consultadas reconoce, en los contenidos audiovisuales, golpes, gritos y agresiones; y provocan, en el 23,1% de ellas, sentimientos de pena y, en el 21,8%, ira. La mayoría de las niñas encuestadas (94,4%) coinciden en identificar contenidos y mensajes violentos en Internet, para el 41,1% se traducen en insultos, apodos, estereotipos, que las ignoran; y, para el 37,5%, en imágenes indecentes solo para adultos, y en personas en situación de pobreza, de infanticidio o de feminicidio. Estas formas de violencia que contiene Internet y que ellas consumen por medio de sus smartphones provocan en el 24,4% de las consultadas ira; en el 20,3%, pena; y en el 13,9%, impotencia.

En un establecimiento de relación entre el significado del contenido violento y la situación en la que se encuentran las mujeres jóvenes y tras la internalización del contenido violento, ellas reconocen que el sentimiento que les provoca la violencia es pena (20.1%), impotencia (19,8%) e ira (19,7%). En lo que concierne a smatphones, el 20,4% de mujeres señala que el sentimiento que les provoca la violencia que circula por Internet es la ira.

75,6% de las niñas encuestadas cree que existen contenidos televisivos que ayudan a evitar situaciones de violencia. Algunos de estos contenidos están en programas educativos que dan información sobre la forma en que deben cuidar ante situaciones de violencia (34,9%), programas que muestran la importancia de sus derechos y su respeto (20,8%) y entrevistas con personas que hablan a favor de los Derechos Humanos (17%). En el caso de los smartphones, un porcentaje más bajo (46,5%) encuentran contenidos educativos que den información sobre la forma en que se deben cuidar ante situaciones de violencia y 20,8% encuentran programas que muestran la importancia de los derechos y su respeto que consideran que ayudan a evitar situaciones de violencia.

El 81,6% de las mujeres jóvenes cree afirmativamente que sí existen en televisión contenidos que pueden ayudar a evitar situaciones de violencia. Se privilegia con un 27% las entrevistas con personas que hablan a favor de los Derechos Humano; seguida por el 22,4% que establece la opción de contar con programas que muestren la importancia de los derechos y su respeto. En cuanto a los smartphones y desde un sentido crítico las mujeres jóvenes reconocen que existen contenidos que circulan por internet que pueden evitar situaciones de violencia, destacando: programas que muestren la importancia de los derechos y su respeto (29,2%); programas educativos que dan información sobre la forma en que debemos cuidarnos ante situaciones de violencia (26,1%).

5.3. Sentipensamientos para Vivir Bien

En consideración a los aportes de Zaltman (2003), 90% de niñas condicionarían lo que piensan sobre la violencia, a partir de los sentimientos de pena (24,4%), ira (20,3%) e impotencia (13,9%), que les genera la exposición de dichos contenidos a través de las pantallas. Las mujeres en un 95% afirman que existen contenidos violentos en las pantallas, que les provocan pena (23,1%) e ira (21,8%).

Recuperando lo que menciona Contreras (2014), los sentipensamientos de niñas y mujeres jóvenes permiten el procesamiento de contenidos violentos y evitan que éstos sean compartidos por las pantallas. De esa manera, ellas visibilizan, de forma espontánea, maneras de prevenir cualquier tipo de violencia.

Finalmente, el estudio corrobora, como lo postula el Vivir Bien, la existencia de prácticas comunitarias inclusivas entre pares; es decir, que niñas y mujeres jóvenes comparten sus conocimientos y concilian sus sentimientos, al momento de consumir contenidos violentos y decidir difundirlos. Desde su lectura, existe un análisis de que este contenido violento no es bueno para ellas ni para las demás.

6. CONCLUSIÓN

La investigación cumple con los objetivos planteados, porque describe la situación de infoviolencia que enfrentan niñas de 10 a 14 años y mujeres jóvenes de 20 a 29 años de los distritos Max Paredes y Periférica de la ciudad de La Paz en Bolivia; asimismo, precisa la importancia de los sentipensamientos, para la prevención de la

violencia, que se ejerce a través de las pantallas.

La información recolectada explica que el nivel de acceso de niñas y mujeres jóvenes, a pantallas, es alto. La exposición que poseen va en ascenso por la frecuencia con la cual ambos grupos observan diariamente televisión. Mientras, que su acceso a redes sociales se enfrenta al hecho de la circulación de contenido violento por estos espacios, lo cual amplifica la naturalización de hechos de violencia donde el género es el protagonista.

Los sentipensamientos constituyen ámbitos por los que niñas y mujeres jóvenes toman decisiones con autonomía y sentido crítico, al momento de consumir y difundir contenidos violentos, a traves de las pantallas. De esa manera, detienen y autocontrolan la propagación de mensajes violentos, generando su propia protección.

Queda pendiente profundizar en el estudio referido a la producción creativa y autónoma de contenido preventivo ante la violencia por parte de niñas y mujeres jóvenes, a través de las pantallas.

7. REFERENCIAS

Agetic. (2018). Estudio de Consumo de Tecnologías de la Información y Comunicación en Bolivia. La Paz: Agetic.

Aguaded, I. (2018). "Medios emergentes en una nueva sociedad digital: la revolución educomunicativa", en García-Ruiz, R., Pérez-Rodriguez, A, & Torres, A. (edit) *Educar para los nuevos medios,* Abya Yala Universidad Politécnica Saleciana, Quito.

Boaventura De Sousa (2009). Una epistemología del sur. La reinvención del conocimiento y la emancipación social, Siglo XXI Editores. CLACSO: Buenos Aires.

Crespo, C. (2013) ¿Suma Qamaña? No, gracias. En periódico Los Tiempos, Cochabamba, 30/10/2013, www.lostiempos.com/diario/opiniones/columnistas/201313030/vivir-bien-no-gracias_233432_505805.html

Comisión Económica para América Latina y El Caribe (2018). Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2018. Evolución de la inversión en América Latina y el Caribe: hechos estilizados, determinantes y desafíos de política.CEPAL. https://goo.gl/Q8YY26

Constitución Política del Estado. Estado Plurinacional de Bolivia. La Paz 2009. Recuperado de http://www.planificacion.gob.bo/uploads/marco-

legal/nueva_constitucion_politica_del_estado.pdf

Contreras, A. (2014). Sentipensamientos de la Comunicación Desarrollo a la Comunicación para el Vivir Bien. Universidad Andina Simón Bolívar. Quito: Ediciones La Tierra.

Chiavenato, I. (2010). Introducción a la Teoría General de la Administración. México. McGraw-Hill Interamericana.

Delgado-Ponce, A. y Pérez-Rodríguez, A. (2018). La competencia mediática. En R. García-Ruiz, A. Pérez-Rodríguez y Torres, A. (Eds.), Educar para los nuevos medios. Claves para el desarrollo de la competencia mediática en el entorno digital (pp. 13-25). Cuenca: Abya Yala Universidad Politécnica Salesiana.

Fals Borda, Orlando. Entrevista. Documental José Barros, Rey de reyes. Bogotá. 19 oct. 2007. Recuperado de https://youtu.be/LbJWqetRuMo

Ferrés, J. (2010). "Educomunicación y cultura participativa", en Aparici, R. (edit.) Ed*ucomunicación; más allá del 2.0,* Gedisa Editorial, Barcelona.

Fiscalía General del Estado. (2017). Informe de Gestión. Ministerio Público de Bolivia. Bolivia. Fiscalía General del Estado.

Fiscalía General del Estado. (2018). https://www.fiscalia.gob.bo/

Hidalgo-Capitán, Antonio Luis y Ana Patricia Cubillo-Guevara (2014) "Seis debates abiertos sobre el Sumak Kausay", en Dossier: En busca del Sumak Kausay, Revista Iconos 48, Quito, FLACSO, pp. 25-40.

Ley 348/2013, de 9 de marzo. Ley Integral para Garantizar a las Mujeres una Vida Libre de violencia. (https://goo.gl/QmQbXU) (30-08-2018).

Ley 548/2014, de 17 de julio. Código Niña, Niños, Adolescente. (https://goo.gl/bLKua7) (11-06-2018)

Maturana, H. (1997). Emociones y lenguaje en educación y política. Santiago de Chile: Dolmen Ediciones.

ONU Mujeres. (2018). Informe Anual. Organización de las Naciones Unidas por los Derechos de las Mujeres. http://annualreport.unwomen.org/es/2018

Organización Mundial de la Salud (OMS). (2012). Campaña Mundial de Preveción de la Violencia. Francia. OMS.

Organización de las Naciones Unidas (1993). Declaración sobre la Eliminación de la Violencia contra las Mujeres. Recuperado https://www.ohchr.org/sp/professionalinterest/pages/violenceagainstwomen.aspx

Pérez, M. y Leal, Sandra (2017). Las telenovelas como generadoras de estereotipos de género: el caso de México. Universidad de Medellín. Anagramas Rumbos y Sentidos de la Comunicación 16(31) pp. 167-185. DOI: 10.22395/angr.v16n31a7

Pérez-Tornero, J.M. & Varis, T. (2012). Alfabetización mediática y nuevo humanismo. Barcelona: UNESCO, UAB y ATEI.

Pinheiro, P. (2006). Informe Mundial Sobre la Violencia Contra Niñas y Niños. Brasil. UNICEF, 2016.

Punset, E. (2006). L' ànima és al cervell. Radiografía de la máquina de pensar. Barcelona. Comuna Edicions.

Toffler, A. y Toffler, H. (2006). La Revolución de la Riqueza. London. Random House Mondadori.

Villegas, S. (2015). Medios de Comunicación y violencia de género en La Paz. Diagnóstico y pautas para una política municipal. La Paz: PIEB.

Zaltman, G. (2003). Cómo piensan los consumidores. Lo que nuestros clientes no pueden decirnos y nuestros competidores no saben. Barcelona: Urano.

Zeballos, R. (2017). La competencia mediática de jóvenes de la ciudad de La Paz. Capacidades ciudadanas para la interacción con los medios y tecnologías de comunicación. La Paz: SIRCA.

60+ em meio à comunicação digital móvel: peculiaridades de consumo de uma geração advinda da comunicação analógica

60+ en medio de la comunicación digital móvil: las peculiaridades de consumo de una generación a partir de la comunicación analógica

60+ in the midst of mobile digital communication: peculiarities of the consumption of a generation originated from analog communication

Melissa Streck [72]

Resumo: Assim como pessoas evoluem, interfaces também evoluem e se transformam. Entender a relação de 60+ e GUIs de apps de mídias digitais móveis é essencial em contextos de envelhecimento populacional.

Palabras Chave: Interface do usuário, smartphone, 60+.

Resumen: Así como las personas evolucionan, las interfaces también se transforman. Comprender la relación de 60+ y las GUI de las apps de medios digitales es esencial en contextos de envejecimiento de la población.

Palabras Clave: Interfaces del usuário, smartphone, 60+.

Abstract: Just as people evolve, interfaces also evolve and transform. Understanding the relationship of seniors and mobile digital media app GUIs is essential in aging contexts.

Key words: User interface, smartphone, 60+.

[72] Melissa Streck. Doutoranda em Comunicação Social no PPGCom PUCRS, Mestra em Design, Brasil, mstreck@gmail.com.

Introdução

A partir de pesquisa de doutorado realizada com um público de 60+ (termo utilizado para designar idosos contemporâneos) brasileiros e sua relação com smartphones, este texto apresenta a problemática dos 60+ em meio à rápida evolução de tecnologias para comunicação móvel. O universo das tecnologias expande tanto no que diz respeito aos hardwares, como smartphones, smartwatches ou óculos para realidade virtual ou mista, bem como nos softwares, como é o caso de apps utilizados em smarphones e outros artefatos. Existem peculiaridades de uso e consumo por gerações acima de 60 anos que são evidenciadas e discutidas a partir dos dados encontrados.

Paralelo ao aumento do número de 60+[73], especialmente nos países em desenvolvimento, tem-se uma comunicação que passa a ser cada vez mais móvel e ubíqua. A população brasileira vem envelhecendo e também criando interesse em estar cada vez mais conectada. Este é um fato que vem chamando a atenção, também para questões de mercado[74]. Portanto, percebe-se que existe desigualdade na elaboração de tecnologias digitais para distintas gerações, em diferentes aspectos. Existem também preconceitos que envolvem os 60+ no que tange o uso de novas tecnologias digitais móveis e massivas.

Com entendimento de que diferentes gerações possuem divergentes compreensões e dão distintos sentidos às mídias digitais, este trabalho tem como objetivo a discussão dos resultados de um estudo sobre o comportamento de consumo de mídias digitais por 60+. Busca-se também compreender elementos que dificultam esta interação através das interfaces do usuário, tendo em vista que a geração 60+ viveu por longo período mediado por tecnologias analógicas, diferente das gerações nascidas a partir da informatização. Outro objetivo do trabalho é apresentar uma visão deste consumo por parte de uma geração posterior, que no caso são filhos de pais acima de 60 anos.

Para alcançar estes objetivos, a pesquisa foi dividida em duas principais partes. A primeira foi um aporte teórico a respeito do tema, procurando por pesquisas já realizadas sobre o assunto e que pudessem contribuir com a visão deste universo bem como por

[73] Dados do IBGE: https://bit.ly/36Hwdnf.
[74] Pesquisa de mercado: os 60+ e a internet: https://www.slideshare.net/martinhenkel790/pesquiosa-os-60-e-a-internet.

referências teóricas que dessem o suporte necessário para a discussão. Após este aporte teórico, foi realizada uma pesquisa empírica, que buscou compreender elementos que dificultam esta interação através das interfaces do usuário, tendo em vista que a geração 60+ viveu por longo período mediado por tecnologias analógicas, diferente das gerações nascidas a partir da informatização. A pesquisa empírica foi, portanto, dividida em três etapas, sendo elas: 1) coleta de dados; 2) Aprofundamento com entrevistas e *card sorting* e 3) Questionário amplo com filhos. Os resultados, ao final da pesquisa apontaram hipóteses que já eram esperadas, porém também trouxeram elementos que surpreenderam.

Referenciais teóricos

O smartphone permite personalizações aos usuários, através de apps utilizados. Neste sentido, resgata-se McLuhan (1964) para discutir personalização e intensidade de uso, pois o smartphone se transformou em extensão do homem moderno. Flusser (2007), segue este pensamento de McLuhan, trazendo a ideia de que o homem é a constante e o meio sua variável, aprofundando a discussão de personalização de acordo com o perfil de usuário. Porém, o smartphone é um meio massivo que em geral tem suas interfaces desenhadas para gerações mais jovens que nasceram após a informatização dos meios. Neste sentido, aborda-se Scolari (2018) que fala da coo evolução das interfaces do usuário. Assim como o usuário evolui, as interfaces de seus artefatos deveriam evoluir de forma conjunta. Pesquisadores como Anjos & Gontijo (2015), Comunello, Fernández-Ardèvol, Mulargia e Belotti (2017) e Mostaghel (2016) dão aporte teórico para questões específicas sobre a usos e comportamentos desta geração com seus smartphones.

Em um contexto mais ampliado, McLuhan (1964) traz a ideia dos meios de comunicação como extensões do homem, tendo em vista que estes envolvem os sentidos de cada usuário. Para McLuhan, os meios de comunicação não são neutros e causam alterações nos sentidos de seus usuários. McLuhan, vale lembrar, é pai da ideia de que o meio é a mensagem, o que significa que “as consequências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer extensão de nós mesmos – constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos” (1964, p. 21).

Flusser concorda com McLuhan quanto à ideia de que os meios compõe extensões do homem, dizendo que é possível considerar "as ferramentas, as máquinas e os eletrônicos como imitações das mãos, como próteses que prolongam o alcance das mãos e em consequência ampliam as informações herdadas geneticamente graças às informações culturais, adquiridas" (2007, p. 36). Para o filósofo, ainda neste sentido, "o homem é a constante e a ferramenta é a variável" (2007, p. 37), ou seja, é o homem quem determina qual sentido irá dar para a ferramenta, pois ela seria apenas um instrumento. Buscando responder a pergunta do que seria um aparelho eletrônico, Flusser admite haver alguma dificuldade buscando uma resposta:

> "as máquinas são ferramentas construídas de acordo com teorias científicas, em um momento em que a ciência consistia sobretudo a física e na química, ao passo que os aparelhos eletrônicos podem ser também aplicações, teorias e hipótese da neurofisiologia e da biologia".

Ele separa ainda os termos ferramenta, máquina e aparelho, sendo, para ele: ferramenta uma imitação empírica; máquina uma imitação mecânica e aparelho uma imitação neurofisiológica, e justifica este último dizendo que "os aparelhos eletrônicos consistem nos mais adequados métodos para transformar coisas para o uso" (2007, p. 38). Em seguida, Flusser comenta que a relação entre homem e aparelho é algo reversível, e que ambos funcionam de forma conjunta: "o aparelho só faz aquilo que o homem quiser, mas o homem só pode fazer aquilo de que o aparelho é capaz" (2007, p. 40). Ou seja, existe uma dependência do homem de seu aparelho e vice-versa, porém o aparelho apresenta a limitação do que lhe foi programado fazer. Junto a isto, Flusser lembra que os aparelhos são mais adaptáveis ao uso do que as máquinas, além de menores e mais baratos.

Scolari complementa McLuhan e Flusser, separando em palavras-chave os tipos de interface em cada época a partir dos meios eletrônicos, buscando compreender as transformações sociais (2018, p. 16). Na década de 1950, tratava-se de uma estrutura; na de 1960 (período da obra de McLuhan) de significado; na de 1980 (período da obra de Flusser) do discurso, questionado porque a interface não poderia ser a palavra chave do século XXI. Isto porque a interface hoje é elemento essencial para uso de qualquer tecnologia, seja de comunicação, trabalho, ou outros diversos fins. Para o pesquisador, as

interfaces nunca serão transparentes, sempre haverá algum espaço para mal-entendidos ou uma sobre interpretação (2018, p. 36). Sempre haverá alguma interpretação diferente da qual era esperada pelo designer, por parte do usuário. Portanto, questões de comportamento de uso vão para uma proposta de co criação de interfaces, sendo estas um resultado de conversas entre usuário e designer, com objetivo de chegar à interface perfeita, sendo uma relação de ida e volta entre criador e usuário. Ele cita a frase de McLuhan "nós damos forma a nossas ferramentas e logo elas nos formam"[75] (2018, p. 83). Neste sentido evolutivo, também existe outro ponto, que é o tecnológico que, segundo Scolari, as tornam metabólicas: "para poder sobreviver, as interfaces se movem, estabelecem relações e interatuam com outras interfaces como um organismo vivo"[76]. Scolari também traz a ideia de que interfaces formam um ecossistema e que cada interface possui interfaces dentro de si (1998, p. 58).

De forma mais pontual a respeito das tecnologias digitais e do público 60+, foram encontradas pesquisas que contribuíram para a construção deste trabalho. Anjos & Gontijo (2015) apontam que este público utiliza bem menos recursos do que um aparelho smartphone oferece, sendo os principais utilizados o telefone (para ligações) e apps de mensagens. Comunello, Fernández-Ardèvol, Mulargia e Belotti (2017) comentam que ainda existe um grande preconceito em relação ao uso de novas tecnologias para usuários 60+. E que, paralelo a este preconceito, existe uma carência de estudos para entender comportamentos e a relação do público de mais idade com aparelhos como smartphones. Vale ressaltar que as pesquisadoras comentam que cada geração possuiria sua cultura, conforme cresce com específicas mídias. Do ponto de vista de Mostaghel (2016), a tecnologia integra o público de mais idade junto à sociedade da informação, o que permite que ele fique mais envolvido com familiares e amigos, através das redes sociais digitais. A pesquisadora também comenta que estas tecnologias auxiliam na qualidade de vida, permitindo que eles vivam de forma mais autônoma, além de permitir, com a internet, uma janela para informações diversas.

Metodologia

[75] Tradução da autora para a frase em inglês: We shape our tools and thereafter they shape us.
[76] Tradução da atora para texto em espanhol: A medida que la tecnologia se hace más sofisticada, se vuelve más biológica. Para poder sobrevivir, las interfaces se mueven, establecen relaciones e interactúan com otras interfaces como um organismo vivo.

Metodologicamente, o trabalho está dividido três etapas empíricas, de forma que, combinadas, complementam a construção teórica. A primeira destas etapas foi uma coleta de dados com usuários voluntários acima de 60 anos. Esta coleta foi realizada através da instalação de um app de coletor, desenvolvido para metodologia própria do Ubilab/PUCRS (Pellanda, Pase, Nunes, Streck, Souza & Pereira, 2019). O app foi instalado nos smartphones de 11 dos participantes usuários de sistema operacional Android, no período de junho a julho de 2018. Para a coleta de 1 usuário de iOS, foi realizada a captura de tela do relatório semanal, no período de novembro de 2018. Ao total, foram 12 participantes localizados no estado do Rio Grande do Sul do Brasil, sendo destes 75% do gênero feminino e 25% do masculino. Quanto às idades, 67% possuía entre 66 e 67 anos, 25% entre 60 e 65 anos e 8% mais de 76 anos.

Após uma análise prévia do resultado de coleta de dados, foram identificados diferentes perfis de usuários. Com isto, foi selecionado um usuário por tipo de perfil para a etapa de aprofundamento, composta por card sorting e entrevista. Nesta etapa, buscou-se entender a importância das mídias mais utilizadas, bem como identificação de elementos da interface que facilitassem ou dificultassem seu uso. A realização do *card sorting* buscou compreender preferências em relação a recursos básicos da GUI, notificações e preferência de categorias de apps.

A terceira etapa foi a distribuição de um questionário, de forma ampla, para filhos de usuários de smartphone 60+. No questionário, foram disponibilizadas 22 questões objetivas, que buscavam entender o perfil dos pais (faixa etária, tipo de sistema operacional, tempo de uso de smartphones) e questões bastante pontuais sobre comportamento, motivos de uso e dificuldades em relação ao uso. Também foi disponibilizada uma questão aberta, para que os respondentes pudessem comentar o que quisessem a respeito da experiência de uso de smartphone por seus pais 60+. O objetivo desta etapa foi obter uma visão de uma geração posterior, que já cresceu e teve uma adaptação diferenciada com tecnologias informacionais e digitais.

Principais resultados

Buscando driblar preconceitos e premissas falsas sobre os usos de mídias digitais móveis por 60+, este trabalho traz resultados interessantes. Na etapa de coleta

de dados aparece a intensidade de uso de um grupo de poucos apps, sendo eles, em princípio, para comunicação. A categoria de comunicação é a que prevalece para todos os participantes desta etapa. Apps de mensagens, redes sociais e telefone são os mais utilizados em volume, de forma geral. Em seguida, apps de busca e navegação, junto aos de fotos aparecem antes de apps de email e notícias. Observou-se, portanto, uma variedade no tipo de apps utilizados por usuários 60+, porém chama a atenção a intensidade de apps que tem como finalidade a comunicação social.

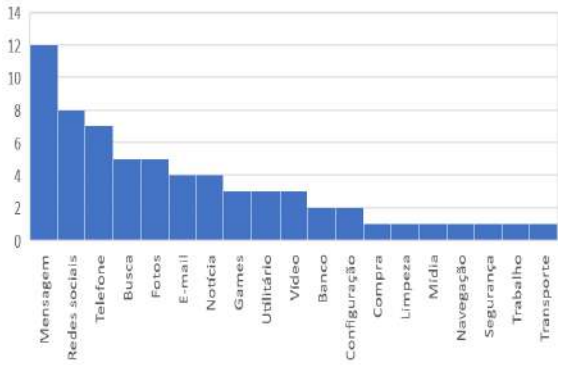


Gráfico 1: Categorias mais utilizadas pelos participantes.

Após identificar as categorias, foi possível também identificar quatro principais perfis de usuários, dentre os participantes, sendo eles:

Prático: Diversidade de apps; volume de apps de utilitários;

Informado: Intensidade de apps de notícia e comunicação;

Corporativo: Intensidade de apps relacionados a trabalho;

Social: Intensidade de apps de redes sociais e comunicação.

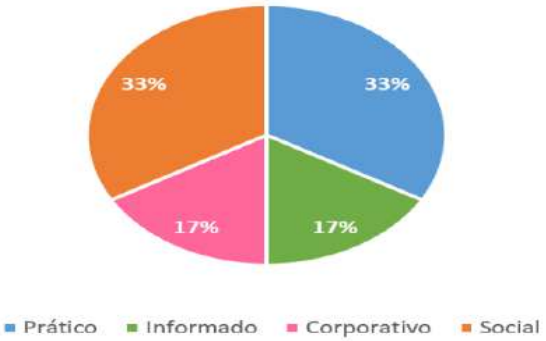


Gráfico 2: Proporção dos perfis encontrados

Na etapa de entrevistas e *card sorting*, ficou evidente que o smartphone tem uma grande importância, independentemente do tipo de uso, para qualquer um deles, principalmente para questões de comunicação entre laços sociais já existentes. Poder estar diretamente conectado com família, em primeiro lugar, é algo essencial. Em seguida, chama a atenção a consciência de que utilizam apenas uma pequena porcentagem do que o aparelho pode oferecer. De forma bastante geral, as notificações são importantes mas não a ponto de serem prioridade (a não ser que seja

algo mais urgente), sendo as que se referem à família as mais relevantes. As configurações e instalações mais complexas, para a maioria e quando necessárias, são solicitadas para terceiros. Quanto à preferência de recursos básicos na interface gráfica de apps, a maioria elencou a região central e tamanhos maiores de ícones e botões como preferenciais para diferentes tipos de interação, como editar, receber ou enviar alguma informação.

A terceira etapa, que foi o questionário amplo com uma geração posterior, contou com 146 respondentes, com ou sem vínculo com participantes das etapas anteriores. Houve coincidência quanto à proporção da idade dos pais dos respondentes, sendo a maioria entre 60 e 75 e uma minoria com mais de 76 anos, além de haver uma proporção entre os usuários de Android e iOS.

Como resultado, aparece a importância do smartphone para comunicação e informação, seguido por lazer, informação, trabalho e saúde, o que confirma resultados encontrados nas etapas anteriores. Apps de mensagem são prioritários, sendo o WhatsApp o mais importante, seguido pelo Facebook. Segundo os filhos, estes são importantes para se comunicarem com família e amigos, prioritariamente. O segundo tipo de app considerado mais importante é o de utilitários como despertador, telefone, relógio ou calculadora. Notícias, navegadores ou buscadores e finanças ficam em segundo lugar. Apps de trânsito ou mapas, saúde e compras aparecem como terciários. Além de terem indicado diferentes apps para seus pais (80% indicou algum app), os filhos relatam ser o WhatsApp o mais relevante.

Quanto à questão de notificações, a maioria dos respondentes afirma que seus pais utilizam notificações (60%), o que mostra a relevância deste recurso. Ao contrário do que apareceu no resultado da etapa de aprofundamento, aspectos de saúde ficam em segundo lugar, seguidos por amigos, informação e trabalho. É interessante observar que para terceiros a questão de notificações sobre saúde é mais prioritária. Para os próprios 60+ ela é importante, mas não a ponto de ganhar tanta relevância em um aparelho digital.

Dentre os resultados, aparecem também questões sobre informações excessivas, configurações complexas, necessidade de auxílio e falta de tutoriais especializados. A maioria dos pais dos respondentes pede ajuda para realizar configurações (57,5%). Um número significativo (17,8%) realiza

configurações básicas sozinhos e 9% faz qualquer tipo sozinhos. Um total de 13% dos pais não faz nenhum tipo de configurações.

Por fim, em um campo de comentário livre, houveram questões positivas e negativas quanto ao uso dos smartphones pelos pais 60+. Dentre as positivas, os assuntos foram sobre inclusão digital, qualidade de vida, comunicação, informação e lazer. As negativas trouxeram os assuntos de complexidade, aprendizagem, comportamento e dificuldades na interface.

Reflexões e conclusões

Diferente dos meios de comunicação que McLuhan conheceu, quando afirmou que estes eram as extensões do homem, os meios de comunicação contemporâneos oferecem diversas possibilidades quando pensadas neste sentido. No caso de smartphones, estes podem ser extensões variáveis de acordo com as necessidades de seus usuários. E este meio está em constante evolução tecnológica, resgatando Scolari, quando se traduz estas transformações para o design de interfaces do usuário e funcionalizes técnicas que são acrescentadas em cada nova versão, tanto do aparelho como dos apps que se atualizam conforme possibilidades tecnológicas. Neste sentido, entende-se que complexidade das transformações vai ao encontro com a ideia de Flusser, quando comenta que a relação entre homem e aparelho é reversível, funcionando os dois de forma conjunta. Entende-se que nesta etapa entra a questão da experiência, que molda tanto o usuário como o design das interfaces, gerando assim a sua coevolução

Através da pesquisa realizada, percebe-se que existe uma lacuna no que tange, em geral, o uso pleno de recursos e funcionalidades de apps por parte do público de usuários 60+. Com os avanços tecnológicos, as mídias digitais móveis vão se transformando com maior velocidade, em meio à população que envelhece. Ao mesmo tempo, os 60+ não querem ser excluídos deste universo através de produtos elaborados somente para eles. É preciso levantar esta discussão para que futuras mídias sejam pensadas de forma a integrar, cada vez mais, todas gerações. O grande gargalo não é a dificuldade com elementos das interfaces em si, como tamanho dos ícones ou questões de iluminação. A questão vai muito mais para o lado da compreensão das possibilidades a serem exploradas.

A inclusão digital aparece como uma questão positiva e essencial no que diz

respeito ao uso de tecnologias como smartphone pelo público 60+. A popularização dos smartphones e preços mais acessíveis permitem a ampliação do acesso para uma grande parte da população. A facilidade em baixar apps e todas as possibilidades de conexão que um smartphone oferece também favorecem esta questão. De certo modo, a aprendizagem e a complexidade se complementam, pois a complexidade dos elementos dificulta a aprendizagem, a qual leva mais tempo. A interface do usuário também está intrínseca a esta questão, mais ligada ao sentido de entendimento e aprendizagem. De forma geral, a pesquisa aponta para uma falta de diálogo dos recursos oferecidos com os 60+, bem como as lacunas que se evidenciam com as possibilidades que um smartphone pode oferecer através de diferentes apps, configurações e gerenciamento de notificações. Existe o gap de conhecimento sobre muitos recursos, apesar de um alto volume de uso. Não é problema pedir ajuda, mas interfaces que muitas vezes não se fazem entender para um grupo específico de usuários, que vem aumentando em proporções significativas, é sim problemático.

A cultura digital vem ganhando novas proporções, devido à popularização dos smartphones, dos benefícios que este pode trazer em funções do dia a dia, bem como auxílios de bem estar e saúde. Cada app tem suas peculiaridades de interface, desde os ajustes de instalação até o uso pleno. Portanto, para utilizar diferentes apps, é preciso algum domínio de literacia midiática digital. E, conforme a pesquisa empírica deste trabalho apontou, é aqui que entra a lacuna, a falta de diálogo, portanto só usam o que é de costume e passou por algum tipo de curadoria inicialmente. Em tempos em que as tecnologias evoluem e as telas se moldam, tanto em formatos como em design de interfaces, dever-se-ia pensar em formas de integrar e atrair diferentes perfis de usuários. Esta questão também pode ser levantada para que futuras pesquisas e exploração de possibilidades, de forma que as interfaces digitais possam coevoluir dialogando mais com diferentes perfis de usuários, como é o caso de gerações 60+.

Referências

Anjos, T. P. & Gontijo, L. A. (2015). Recomendações de usabilidade e acessibilidade para interface de telefone

celular visando o público idoso. *Production*, 25 (4), 791-811.

Campos Pellanda, E., Fagundes Pase, A., Bisso Nunes, A. C., Streck, M., Ramos de Souza, D., & Mércio Pereira, I. (2019). Comunicação e mobilidade: proposta de procedimento metodoló-gico para o entendimento da audiência mobile através de um estudo de caso do UBILAB/PUCRS. *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones"*, 12(1), 43-58.

Comunello, F., Fernández-Ardèvol, M., Mulargia, S. & Belotti, F. (2017). Women, youth and everything else. Age-based and gendered stereotypes in relation to digital technology among elderly Italian mobile phone users. *Media, Culture & Society*, 39(6), 798-815.

Flusser, V. (2007). O mundo codificado: Por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac & Naif.

McLuhan, M. (1964). Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix.

Mostaghel, R. (2016). Innovation and technology for the elderly: Systematic literature review*. Journal of Business Research,* 69 (11), 4896–4900

Scolari, C. A. (2018). *Las leyes de la interfaz*. Gedisa. Barcelona.

Mídia Laranja: a informação como indicador de inovação

Media Naranja: la información como indicador de innovación

Orange Media: information as an indicator of innovation

Juliano Maurício de Carvalho[77]
Victor Simões Zamberlan[78]

Resumo: Os novos negócios da mídia ensejam cenários de inovação. O desenvolvimento de novos arranjos em torno da criatividade potencializa dinâmicas que contribuem também para o setor de mídia em sua forma de projetar valores tangíveis e intangíveis. O estudo qualitativo, de caráter exploratório e revisão integrativa, desvela o indicador informação da Economia Laranja e sistematiza formas de mensuração da inovação na mídia. O trabalho denota que a inovação midiática dentro do pilar estudado está aferida através da potencialidade de prover fluxo informativo para os demais pilares da Economia Laranja, segmentada pela mensuração de capacidades que permitam a incorporação de novos atores, indivíduos ou instituições, o aperfeiçoamento dos fluxos já estabelecidos e a definição clara e objetiva, por garantia de lei, que respalde a inovação midiática.

Palavras-chave: Mídia; Inovação; Economia Laranja.

Resumen: Las nuevas empresas de medios crean escenarios de innovación. El desarrollo de nuevos arreglos en torno a la creatividad potencia la dinámica que también tiene para el sector de los medios de comunicación en su forma de diseñar valores tangibles e intangibles. El estudio cualitativo, la revisión exploratoria e integradora, revela el indicador de información de la Economía Naranja y sistematiza formas de medir la innovación en los medios de comunicación. El trabajo denota que la innovación mediática dentro del pilar estudiado se mide a través del

[77] Juliano Maurício de Carvalho. Docente na Unesp (Universidade Estadual Paulista), Livre-docente e Doutor em Comunicação Social, Brasil, juliano.mauricio@unesp.br.
[78] Victor Simões Zamberlan. Graduando em Jornalismo na Unesp (Universidade Estadual Paulista), Brasil, v.zamberlan@unesp.br

potencial de dar un flujo informativo a los demás pilares de la economía naranja, segmentada por la medición de capacidades que permiten la incorporación de nuevos actores, particulares o instituciones, la mejora de los flujos ya establecidos y la definición clara y objetiva, mediante la garantía de derecho, que apoya la innovación mediática.

Palabras-clave: Medios; Innovación; Economía Naranja.

A economia da cultura e da criatividade

A exploração da inovação e da criatividade tem sido perscrutada pelos estudos de mídia, na tentativa de apresentar novos ensejos e configurações possíveis que rearranjem produtos, processos, cenários, nos quais o setor está inserido. A criatividade configura-se como um elemento cada vez mais valorizado e que, segundo Kung (2008), pode "ser entendida como uma inspiração inicial que leva à criação de um novo produto ou serviço"[79] (p. 4). Conforme Carvalho (2012, p. 208):

A globalização e sua crescente vocação para a agregação de valor aos bens simbólicos aportam ao processo produtivo uma nova dinâmica dos trabalhos criativos, uso de tecnologias digitais e redes sociais, levando à consolidação da economia do conhecimento, dos serviços intangíveis e à ampliação do fosso de excluídos na aclamada sociedade da informação.

A tecnologia e formas flexíveis de organização do trabalho, incorporação do capital humano e uma instrumentalização de novas relações profissionais têm caracterizado as mutações na nova indústria (Pereira & Simonetto, 2018, p. 4). Portanto, segundo Bertoni e Moura (2016, p. 89), a era organizacional que limitava a criatividade, como aferido pelos ambientes de trabalho repetitivo e industrial, por exemplo, rompe

[79] No original: It is concerned with the initial inspiration that leads to the creation of a new product or service.

em busca de uma função e espaço que ensejem a criatividade para além de fatores como a economia, as artes, os espaços, a cultura e demais desenhos possíveis. Para Zaganelli e Gantos (2015), o momento atual econômico é caracterizado dentro de uma lógica pós-fordista, ou seja,

> "no capitalismo cognitivo atual, o conhecimento passa a produzir outro conhecimento por meio da propagação" (p. 95). Logo, ainda seguindo o pensamento dos dois autores, "na contemporaneidade, houve uma mudança no eixo da valorização do conhecimento e da centralidade da comunicação" (Zaganelli & Gantos, 2015, p. 95).

Contudo, a crítica voltada a uma nova forma de pensar a economia da cultura e da criatividade e os instrumentos de aferição da inovação se mostram de fundamental relevância para a percepção da indústria de mídia. Porém, segundo Bleyen, Lindmark, Ranaivoson e Ballon (2014), "a inovação de mídia recebe menos atenção dentro das políticas de inovação" (p. 29). A justificativa está, de acordo com os autores, no delineamento de indicadores de inovação para abarcar a atividade criativa de grande parte da mídia. Conforme Poli (2016), "as redes de colaboração vêm suprir uma estrutura funcional do processo produtivo" (p. 245), de maneira que podemos caracterizar o agravamento e a intensidade da rede como:

> Uma nova forma de organização social, constituída por diferentes profissionais que buscam oportunidades de trabalho, renda e financiamento, e que, por meio de uma gestão horizontal, dinamizam a cadeia, seja no processo criativo, seja nos processos de difusão, circulação e consumo. (Poli, 2016, p. 245).

O mapeamento das dimensões práticas e teóricas dos indicadores de Economia Laranja auxilia o entendimento de potencialidades presentes nos arranjos produtivos, que vislumbrem alterações dos cenários, em seu caráter técnico, social, político e econômico, para formas que propiciem o empacotamento de produtos e serviços a serem disponibilizados nesse cenário, por exemplo. Assim, a mídia, como um setor que pavimenta os fluxos de informação, disposto nos mecanismos da sociedade, também é crível de apoderar-se da inovação e da criatividade como forma de tangibilizar novos arranjos sustentáveis.

Aspectos metodológicos

A abordagem teórico-metodológica se alicerça na revisão integrativa (Botelho, Cunha & Macedo, 2011) dos estudos das

indústrias criativas (Bertoni & Moura, 2016), categorias inauguradas nos arranjos criativos locais (Poli, 2016) e nos instrumentos de aferição de bens simbólicos propostos na economia da arte e da cultura (Banco Interamericano de Desarrollo, 2013; Zaganelli & Gantos, 2015). De natureza exploratória e qualitativa, o estudo busca caracterizar as formas de mensuração da Economia Laranja e sistematizar incursões teóricas da cultura inovativa nos negócios midiáticos.

A revisão integrativa permite maior compreensão acerca do material já produzido e levantado pelos pesquisadores; segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), "o termo 'integrativa' tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método." (p. 127). Ao se constituírem novos enquadramentos da literatura abordada, através da síntese de pesquisas e estudos já realizados, é possível identificar e consolidar um novo produto de pesquisa.

A mídia como setor criativo

O desenvolvimento da indústria de mídia, na última década, tem apresentado um movimento em direção à inovação disruptiva (Cândido, 2011). Esse itinerário está apoiado na introdução de formas de monetização midiática que apostam na superação de modelos tradicionais de financiamento e no incremento de empreendimentos com características da economia da criatividade. As atividades que têm sua origem na criatividade, em competências e no talento individual, com a potencialidade de geração de trabalho e riqueza por meio da criação e exploração da propriedade intelectual, têm sido caracterizadas pelas indústrias criativas (Carvalho & Carvalho, 2013, p. 3).

A mensuração de valor do pilar *informação* da Economia Laranja é trabalhada dentro da dimensão de criação, aquela que envolve a oferta de produtos criativos. A criatividade tem relações nos processos de mudanças observadas dentro da nova organização da economia, da cultura e das cidades, resultando, por exemplo, no ressignificado do valor da informação. Não obstante, as atribuições implementadas e ressignificadas para o valor *informação* são capazes de ensejar novos parâmetros de se pensar inovação midiática, isso porque, segundo Kung (2008, p. 6), inovação e criatividade são termos independentes, mas relativos a conceitos indissociáveis. Nogami (2019) conclui que "o conceito de agregação de valor, tendências de mercado orientadas

pelos desejos do consumidor e a busca incansável por tecnologia passam a regular a dinâmica de mercado" (p. 11).

Segundo Storsul e Krumvisk (2013, p. 16), são duas as dimensões possíveis para a inovação midiática. A primeira é compreendida por meio do aspecto de mídia que está sendo inovado – novos modelos de negócio, desenvolvimento de novas plataformas de mídias, novas maneiras de produzir textos midiáticos; e a segunda pressupõe entender quão limitada ou abrangente é a inovação auferida e quais os efeitos observados ou causados.

A indústria da criatividade apresenta "potencialidade de geração de trabalho e riqueza através da criação e exploração da propriedade intelectual" (Carvalho & Carvalho, 2013, p. 3). Logo, o trabalho intelectual é esquematizado de forma tangível e, conforme os autores, está "diretamente ligado à convergência entre as indústrias de mídia e informação e os setores cultural e artístico" (2013, p. 4). O acesso ao conteúdo dos setores criativos, e que aglutinam, portanto, os eixos do conhecimento e da informação, é requisito objetivo basilar que sustenta a Economia Laranja. A regulamentação de marcos legais das políticas públicas para os setores aqui apontados se comporta como potencializadora ou limitadora do acesso aos conteúdos dos setores criativos. Segundo Carvalho, Lopes e Zambon (2014, p. 172), as alterações que comportam novos territórios para o fluxo dos insumos criativos, com especial atenção para o ambiente digital, se encaminham para:

Necessidade de uma regulamentação que abarque não só esta nova lógica de distribuição de conteúdo, como também os favorecimentos das indústrias criativas, cuja relação entre valoração econômica de seus insumos criativos tem relação indissociável com a propriedade intelectual atribuída a eles.

O desenvolvimento de valor intangível, relacionado com o eixo informação, criatividade e cultura, transpassa o valor estritamente econômico, o que dificulta o mapeamento quantitativo e qualitativo das mudanças. Os indicadores econômicos por si são insuficientes para a averiguação integral dos campos que versam sobre inovação e criatividade para propostas de uma nova economia; segundo Wagemans e Witschge (2019), "a natureza iterativa dos processos de inovação no cenário atual da mídia torna difícil estudar esses fenômenos de forma

linear"[80] (p. 211). Logo, segundo os autores, dispõe-se para o setor de mídia que "a dificuldade em delinear as diferentes fases dos processos de inovação é aumentada pela natureza participativa do desenvolvimento de tecnologia e do trabalho baseado em projetos, onde os membros da equipe desempenham funções variadas" (Wagemas & Witschge, 2019, p. 211).

Neste cenário, Zaganelli e Gantos (2015) canalizam e sintetizam os valores tangíveis e intangíveis da informação de forma que "busca-se pensar em novas formas de informações compartilhadas que valorizem o local, estimulem o desenvolvimento da região e superem as barreiras da exclusão, promovendo a capacidade dos vulneráveis na produção de informação" (p. 95), pois a informação tem capacidade de permitir aos atores do ambiente criativo, como empresas, indivíduos, governos, conexão e compartilhamentos de fomento ao ambiente em rede. A busca que mature a compreensão desses ambientes em rede é aplicada e resumida a propostas processuais e produtivas inovadoras, porém, como alertam Bertoni e Moura (2016), "muitas vezes a inovação parece ser apenas uma palavra de ordem utilizada sem profundidade ou puramente com objetivos de desenvolvimento econômico" (p. 90).

O ecossistema laranja e o indicador informação

No relatório "La Economía Naranja: Una oportunidad infinita" do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Buitrago & Duque, 2013), são propostas políticas institucionais para o desenvolvimento da economia da arte e da cultura, baseadas no avanço de sete áreas, cujas iniciais começam pela mesma letra, sendo apelidadas de "7i". O documento delineia sete parâmetros para o amadurecimento e a expansão da Economia Laranja[81]: informação, instituições, indústria, infraestrutura, integração, inclusão e inspiração. O eixo da informação flexiona para a produção de conhecimento e compartilhamento que verse sobre a Economia Criativa, ou Laranja, e potencialize os esforços que melhorem aferições e estudos sobre o cenário da criatividade. O segundo eixo, das instituições, explora os mecanismos de cooperação e colaboração,

[80] No original: The iterative nature of innovation processes in the current media landscape makes it difficult to study tese phenomena in a linear fashion.

[81] A terminologia "Economia Laranja" é abordagem similar a "Economia Criativa".

apostando no aprimoramento do quadro de gestão dos cenários criativos. A indústria é responsável pelo diálogo e enquadramento de quais atores e setores adentram a indústria da cultura e da criatividade. O pilar da infraestrutura recai sobre aspectos, físicos ou virtuais, que possibilitem o contato e a troca de conhecimento e cultura entre indivíduos. O eixo integração respalda a união, o conjunto das regiões políticas e administrativas dos cenários discutidos, enquanto o pilar inclusão carrega também o valor de junção, mas aplicado às pessoas e ao tecido social. Por fim, o pilar inspiração decorre da criação e oportunidade para a geração de criatividade nos ambientes de Economia Laranja.

A caracterização de um ambiente pautado por uma nova economia, que torne tangível o capital humano e econômico em sua forma inovadora e criativa, rearranjando a proposta de atribuir valor a produtos e processos, é fundamental para desvelar os rigores e dinâmicas exercidos por atores, estruturas, comportamentos, ofertas e demandas de inovação e criatividade. A cultura é o eixo estruturante desse arranjo econômico; por isso, denotam-se a capilaridade e o compartilhamento desse valor para os cenários ensejados, a fim de fomentar a Economia Criativa. Segundo Zaganelli e Gantos (2015, p. 91):

O conceito de economia criativa está relacionado intimamente ao desafio de transformar a sociedade em uma economia que tem criatividade, cultura e arte como elementos-chave para o desenvolvimento local, a sustentabilidade e a inclusão cultural.

> A Economia Laranja estrutura os arranjos produtivos em empreendimentos que fortaleçam a *clusterização* criativa. Os *hubs criativos* são centros de conexões de capital humano, tecnológico, empresarial, não alocados, necessariamente, em um espaço de proximidade geográfica. Esses arranjos criam ambientes em que as relações de trabalho se envolvem nos processos produtivos da Economia Criativa e são estabelecidos por meio de projetos temporários (Poli, 2016, p. 236).

Clusters criativos podem ser compreendidos como subconjuntos de polos de empresas que incluem prestadores de serviços e empresas semelhantes em estreita proximidade uns dos outros, retomando, assim, o eixo geográfico por definição. Segundo Gong e Hassink (2017), as indústrias criativas são afetadas pelas economias de aglomeração, que "agem como força centrípeta, promovendo a incubação e atração das indústrias criativas em locais

com características específicas, ou em grandes cidades e metrópoles" (p. 587).

Para Bertoni & Moura (2016), a remodelagem desses cenários institui "maiores lucros e infinidades de ideias possíveis, onde a criatividade é um bem intangível e recurso praticamente interminável" (p. 88); os autores ainda pontuam que "os lugares bem-sucedidos são multidimensionais e diversificados, oferecendo estímulos e experiências que promovem o desenvolvimento da criatividade" (*Idem*, p. 89). A consolidação da criatividade nos ensejos e nas organizações dos espaços deve-se elevar para novas fronteiras que perpassem a dinâmica econômica desses cenários, a fim de resultar em inovação que ocupe os mais variados espaços, como é o caso dos estudos em inovação social e inovação aberta (Koslosky, Speroni & Gauthier, 2017; Medeiros, Galvão, Correia, Gómez & Castillo, 2017), por exemplo. O direcionamento que rege os indicadores propostos, na tentativa de compreender o ambiente caracterizado, respalda também a desenvoltura da inovação midiática.

A inovação midiática e formas de mensuração

Ao propor a projeção da Economia Laranja através dos "7i" (informação, instituições, indústria, infraestrutura, integração, inclusão e inspiração), Duque e Buitrago (2013) enfatizam que "a informação é o pecado original da Economia Laranja"[82] (p. 161). O indicador explorado pelos atores interpreta a informação como capacidade-chave de preencher vazios informativos acerca dos processos e produtos criativos e conhecimentos versados sob o compartilhamento de uma nova economia que celebre esses valores. Segundo os autores, a falta de maiores explorações, produções e divulgações de materiais que tratem da Economia Laranja contribui para a falta de maturação dessa nova economia. A informação, portanto, age como ferramenta primordial para atribuir potencialidade de aferição para a desenvoltura da Economia Laranja. Isso porque os fluxos que marcam a informação como produto necessário para os demais setores de atividades econômicas,

[82] No original: La deficiencia de información es el pecado original.

sociais, políticas, entre outras, são facilitados e arranjados dentro do mecanismo de mídia.

A inovação e a mídia têm atribuições conjuntas que podem zelar pela mensuração do sucesso da estruturação da nova economia, mas a inovação deve ser avaliada de forma independente da ação da própria mídia, uma vez que tem capacidade de interferir na ação da própria, afinal a criação constante de conteúdo, por exemplo, configura-se ciclicamente como produto renovado de valor. Segundo Franciscato (2010, p. 11), o conceito de inovação é enviesado para a avaliação de características que versem sobre o desenvolvimento de aspectos tecnológicos, econômicos e empresariais. As novas tecnologias, novos formatos e novos modelos de negócio implementados são importantes medidores da mídia como estrutura dentro dos cenários de Economia Criativa, mas não suficientes para a mensuração do valor intangível da mesma, pois não são únicos. Significa dizer que o pilar *informação* não explora a mídia como infraestrutura, como empresa, mas explora a mídia como capacidade de compartilhar e enveredar valor intangível para os demais pilares. Nesse percurso, vale ressaltar que os eixos da Economia Laranja, portanto os "7i", precisam funcionar de maneira mútua e incessante, isso porque o ambiente de rede fomenta a inter-relação de todas as bases, fazendo com que a maturação de um eixo reflita no escalonamento dos demais.

O pilar *informação*, por conseguinte, dispõe que a capacidade de mensurar inovação da mídia não está disposta para a própria mídia, como organização, como empresa. O setor encarregado de avaliar os avanços organizacionais, tecnológicos e empresariais pode ser encontrado em outros pilares, como o pilar *infraestrutura e indústria*. Logo, a mensuração de inovação da mídia no pilar *informação*, como proposta de valor intangível, está em potencializar o fluxo de informação capaz de abastecer os demais atores inseridos na Economia Criativa, sejam estes pessoas ou instituições. Assim, a mensuração de inovação de mídia para o pilar *informação* deve prospectar, pelo menos, três características de avaliação: a mídia como capaz de desbravar e conectar novos atores, pessoas ou instituições, em sua forma de prover informação para os demais setores da Economia Laranja; a mídia como plataforma que facilite os fluxos de informação, na forma de acessibilidade e conhecimento; a mídia como setor criativo

respaldado por políticas de propriedade intelectual claras e objetivas.

Contudo, Ovalle (2018) salienta que "as atividades que geram produtos não tangíveis como o conhecimento, o bem-estar, a estética etc. devem apropriar-se de ferramentas que permitem visualizá-las em termos de impacto econômico"[83] (p. 4). Assim, a inovação midiática não apenas é inerente e incluída pela expressão "informação" da Economia Laranja, como também é termômetro para o grau de inovação e sustentabilidade dessa proposta. Segundo Dogruel (2013, p. 39):

> A inovação midiática é vista como um processo social dinâmico e complexo que ultrapassa o controle de atores individuais e está inserido em um contexto mais amplo de atores sociais e instituições que moldam o desenvolvimento, difusão e implementação da inovação, bem como suas consequências.[84]

O ensejo dos cenários e as consequências da inovação discutidas por Dogruel (2013) aferem a natureza inter-relacionada não somente para a criação de valor concomitante entre os atores, ou pilares, figurados na forma da Economia Criativa, mas também durante a provação da inovação no ambiente de desenvolvimento, difusão e implementação dos cenários criativos.

Reflexões finais

Constatamos os fatores econômicos e tecnológicos que impulsionam a inovação midiática como instrumento para a compreensão de novos arranjos criativos no campo comunicacional, bem como refletimos sobre os limites apresentados para a mensuração da inovação midiática. A incorporação dos capitais tangíveis e intangíveis da mídia como valor no âmbito do desenvolvimento de arranjos criativos compõe o setor inovador das cidades conectadas e criativas e pode ser ressignificada na nova economia. Consolidam-se, dessa forma, instrumentos que possam fomentar alternativas de monetização do tripé tecnologia, criatividade e negócios no advento da cultura inovativa.

O fluxo informacional demandado pela economia, possibilitado pela mídia, é compreendido como pertencente à economia compartilhada. Logo, o pilar *informação*

[83] No original: Las actividades que generan productos no tangibles como el conocimiento, el bienestar, la estética etc., deban apropiar herramientas que les permitan visibilizarlos en términos del impacto económico.

[84] No original: Media innovation is thus seen as a dynamic and complex social process that exceeds the control of single actors and is embedded in a wider context of societal actors and institutions that shape the innovation's development, diffusion and implementation as well as its consequences.

apresentado na literatura Laranja enseja a presença da inovação midiática ali contida, segmentada através da potencialidade da mídia como capacidade de fornecer fluxo de informação aos demais campos da Economia Criativa. Os indicadores que estruturam o desenvolvimento da inovação da mídia como empresa, como organização, são pautados através de outros pilares, a exemplo do pilar *indústria* e *infraestrutura*. Avaliar a capilaridade da inovação midiática na potencialidade de agregar novos atores, de polir os fluxos de comunicação e de ser respaldada por políticas públicas de direitos intelectuais marca os indicadores que permitem explorar a mídia dentro do pilar *informação* para a Economia Laranja.

Referências

Banco Interamericano de Desarrollo (BID). (2017). Paisagens futuras da economia laranja: Caminhos criativos para melhorar vidas na América Latina e no Caribe.

Bertoni, C., & Moura, H. (2016). Por que a economia criativa é sinônimo de inovação? In Pinheiro, C. M. P. & Barth, M. (Orgs.). *Indústrias Criativas* (pp. 87-93). Nova Hamburgo: Editora Feevale.

Bleyen, V. A., Lindmark, S., Ranaivoson, H. & Ballon, P. (2014). A typology of media innovations: insights from an exploratory study. *The Journal of Media Innovations*, 1(1), 28-51. Oslo: Fritt.

Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. de A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136. https://doi.org/10/ggmkcv.

Buitrago, F., & Duque, I. (2013). *La Economía Naranja: Una oportunidad infinita*. Banco Interamericano de Desarrollo.

https://cloud.mail.iadb.org/Multi_pubLP?page=economia_naranja_oportunidad_infinita&UTMM.

Cândido, A. C. (2011). Inovação Disruptiva: Reflexões sobre as suas características e implicações no mercado. *ET – Working Paper Series*: [72], 27. https://run.unl.pt/handle/10362/6912.

Carvalho, J. M. de. (2012). Territórios, globalização, tecnologias e identidades: Uma perspectiva crítica das políticas culturais e comunicativas. *Revista Comunicação Midiática*, 7(1), 207-210.

https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/308.

Carvalho, J. M. de, & Carvalho, A. M. G. de. (2013). Diversidade cultural na pauta das Indústrias Criativas no Brasil. *Anais*, 1-12.

http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1540-1.pdf.

Carvalho, J. M. de, Lopes, G. F., & Zambon, P. S. (2014). Propriedade intelectual e as indústrias criativas: cultura digital, regulamentação e as licenças públicas. *Alceu*, 15(29), 172-182.

Dogruel, L. (2013). Opening the black box: The conceptualising of media innovation. In *Media innovations: A multidisciplinary study of change* (pp. 29-43). Göteborg: Nordicom.

Franciscato, C. E. (2010). Uma proposta de incorporação dos estudos sobre inovação nas pesquisas em Jornalismo. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 8-18.

Gong, H., & Hassink, R. (2017). Exploring the clustering of creative industries. *European Planning Studies*, 25(4), 583-600. https://doi.org/10/ggmq4t.

Koslosky, M. A. N., Speroni, R. de M., & Gauthier, O. (2015). Ecossistemas de inovação – uma revisão sistemática da literatura. *Espacios*, 36(3), 13-31.

Kung, L. (2008). Innovation and creativity in the media industry: What? Where? How? *Management and Innovation in the Media Industry*, 3-13.

Medeiros, C. B. de, Galvão, C. E. de S., Correia, S., Gómez, C., & Castillo, L. (2017). Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 16(3), 957-982. Joaçaba, Unoesc.

Nogami, V. K. da C. (2019). Destruição criativa, inovação disruptiva e economia compartilhada: Uma análise evolucionista e comparativa. *Suma de Negocios*, 10(21), 9-16.

http://dx.doi.org/10.14349/sumneg/2019.v10.n21.a2.

Ovalle, O. (2018) Economía naranja: visibilidad cuantitativa de la contribución de la biblioteca al desarrollo nacional. In XXII Conferencia Internacional de Bibliotecologia. Bibliotecas, archivos y museos: aportando a la agenda 2030, pp. 1-6. Santiago: Colegio de Bibliotecarios de Chile.

Pereira, A., & Simonetto, E. de O. (2018). Indústria 4.0: Conceitos e perspectivas para o Brasil. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 16(1). https://doi.org/10/ggdzg4.

Poli, K. (2016). Economia Criativa, hubs criativos e a emergência de uma nova forma de organização do trabalho. In L. Valiati & G. Moller (Orgs.). *Economia Criativa, cultura e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Cegov. http://www.ufrgs.br/obec/pubs/CEGOV2016EditorialGTEconomiaCriativadigital.pdf.

Storsul, T., & Krumsvik, A. (2013). What is media innovation? In *Media innovations: A multidisciplinary study of change* (pp. 13-26). Göteborg: Nordicom.

Wagemans, A., & Witschge, T. (2019). Examining innovation as process: action research in journalism studies. *The International Journal of Research into New Media Technologies*, 25(2), 209-224. Bringhton: Sage.

Zaganelli, B. M., & Gantos, M. C. (2015). Economia Laranja e comunicação: Uma nova partilha do valor da informação na era da criatividade. Organicom, 12(23), 88-97. https://doi.org/10/ggbtj9

Transparência de dados na sociedade da informação e o caso de divulgação da Covid-19 no Brasil

Transparencia de datos en la sociedad de la información y el caso de divulgación de Covid-19 en Brasil

Data transparency in the information society and the Covid-19 disclosure case in Brazil

Callenciane Ferreira Leão[85]
Deise Magalhães Pequeno[86]
Germana Cruz Pereira[87]

Resumo: Durante a pandemia de Covid-19 em junho de 2020 no Brasil, a dinâmica e o formato na divulgação de dados ligados à doença sofreu alterações. Essas mudanças originaram reações junto à sociedade civil e à imprensa, resultando na formação de um consórcio entre jornais nacionais para suprir a demanda por esses dados. Este artigo pretende, portanto, observar esse caso destacando aproximações entre o contexto de divulgação de dados da Covid-19 e a questão da transparência em uma sociedade onde a informação é essencial para a vida cotidiana, à luz de conceitos como sociedade Informacional e transparência de informações, além de algumas das principais legislações sobre governança digital no país.

Palavras-chave: Transparência, Sociedade da Informação, Covid-19.

Resumen: Durante la pandemia de Covid-19 en junio de 2020 en Brasil, la dinámica y formato en la difusión de datos relacionados con la enfermedad cambió. Estos cambios provocaron reacciones con la sociedad civil y la prensa, lo que resultó en la formación de un consorcio entre periódicos nacionales para abastecer la demanda de estos datos. Este artículo, por lo tanto, pretende observar este caso resaltando las similitudes entre el contexto de la divulgación de datos

[85] Callenciane Ferreira Leão, UFRGS, Mestre em Comunicação e Informação, Brasil, callen.ce@gmail.com.
[86] Deise Magalhães Pequeno, UFC, Graduada em Comunicação Social, Brasil, magalhaespequeno@gmail.com
[87] Germana da Cruz Pereira, UFC, Doutora em Linguística, Brasil, germanadacruz@gmail.com

en Covid-19 y el tema de la transparencia en una sociedad donde la información es esencial para la vida cotidiana, a la luz de conceptos como Sociedad de la información y transparencia de información, además de algunas de las principales legislaciones sobre gobernanza digital en el país.

Palabras clave: Transparencia, Sociedad de la Información, Covid-19.

Abstract: During the Covid-19 pandemic in June 2020 in Brazil, the dynamics and format in the dissemination of data related to the disease changed. These changes led to reactions with civil society and the press, resulting in the formation of a consortium between national newspapers to supply the demand for this data. This article, therefore, intends to observe this case by highlighting similarities between the context of data disclosure at Covid-19 and the issue of transparency in a society where information is essential for everyday life, in the light of concepts such as Information society and transparency of information,in addition to some of the main legislation related to digital governance in the country.

Key words: Transparency, Information Society, Covid-19.

Introdução

A transparência na comunicação de informações é essencial para o desenvolvimento de um governo democrático, especialmente em se tratando de uma sociedade onde a base informacional é fonte de matéria-prima, junto aos usos das novas tecnologias, na articulação de estratégias, pesquisas e tomadas de decisão. Órgãos e instituições que processam dados na área de saúde pública e lidam com transparência de dados governamentais abertos contribuem para esse cenário, com esclarecimentos de questões de interesse público.

No Brasil, um caso relacionado à transparência de dados governamentais abertos gerou reações nacionais e

internacionais durante a pandemia de Covid-19[88]. Trata-se da mudança na forma de o Ministério da Saúde (MS) lidar com a dinâmica de comunicação relativa à doença no país em junho de 2020, quando dados referentes a casos de infectados e mortes por data de ocorrência passaram a ser priorizados, e não mais como dados acumulados.

A dinâmica de apresentação também foi modificada (Agência Brasil, 2020)[89], pois até 17 de abril, as informações eram disponibilizadas às 17h, mas nas semanas seguintes foi passando para as 19h e, em seguida, para as 22h. No dia 4 de junho, o portal do MS ficou inativo. Ao retornar à atividade, o portal não apresentava números consolidados, histórico de casos e tabelas, um material considerado importante para análise dos casos, gerando reações acerca de tal omissão (G1, 2020)[90].

Uma das reações a esse acontecimento partiu do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), que criou o Painel Conass no dia 7 de junho, com dados fornecidos pelos estados brasileiros, com a proposta de divulgação diária de dados até às 18h[91]. Em seguida, surgiu o consórcio inédito entre os jornais G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL, iniciado em 8 de junho, a fim de melhorar a apuração e divulgação de dados relativos à Covid-19 em seus portais e perfis em redes sociais online, incluindo números sobre mortos e infectados coletados nas secretarias de Saúde dos Estados e Municípios.

A partir desses acontecimentos, com destaque para o período entre 4 e 9 de junho de 2020, em decorrência do fato da omissão dessas informações, este artigo faz uma reflexão sobre a importância da transparência e da divulgação de dados para a democracia e a governança digital em uma sociedade em que a informação é uma base tão relevante para o cotidiano, observando o caso do surgimento do consórcio de jornais durante o período de omissão de dados sobre Covid-19 no portal do Ministério da Saúde do Brasil e identificando aspectos de conflito da omissão com relação à base legislativa.

[88] O Wuhan Institute of Virology divulgou a primeira sequência do genoma do agente causador da Covid-19, uma informação importante para que outros pesquisadores do mundo pudessem pesquisar formas de combater a doença e cuidar dos pacientes a partir de uma base de dados compartilhada (BBC BRASIL, 2020). Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=p3kAf8E8-Fk>. Acesso em: 7 jul. 2020.

[89] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/ministerio-da-saude-muda-formato-de-divulgacao-de-dados-de-covid-19>. Acesso em: 15 jun. 2020.

[90] Disponível em:<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/09/brasil-tem-38497-mortes-por-coronavirus-revela-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-sao-1185-nas-ultimas-24-horas.ghtml>. Acesso em: 13 jun. 2020.

[91] Disponível em: <http://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

1. Transparência de dados governamentais abertos e governança digital

A informação representa um elemento importante para os usuários e o Estado nas dinâmicas cotidianas, uma vez que "(...) o Estado moderno configura-se como uma das maiores e mais importantes fontes de informação, além de requisitar uma grande quantidade destas para a sua atuação" (JARDIM, 2014, p.81). Então, justamente porque as ações do Estado causam impacto na vida da sociedade, há relevância na questão da divulgação de dados, viabilizando uma participação ativa dos cidadãos.

A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, inseriu em seu Art. 37, Cap. VI, o Princípio da Publicidade, vinculando este à administração direta e indireta e a todos os Poderes da União. Ainda, no Art. 5 da supracitada Carta Magna observa-se o inciso XXXIII, segundo o qual

> "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado" (CF, 1988).

Visando dar cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do Art. 5º constitucional, em 2011 foi editada a Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação - LAI. De acordo com o Art. 3 deste instituto legal, os procedimentos nele descritos destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, devendo estes serem executados de acordo com os princípios basilares da CF/88, considerando a publicidade enquanto preceito geral e o sigilo como exceção e a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações.

Posteriormente, diante da evolução tecnológica e da intensificação da veiculação de dados através da Internet, a Lei Nº 2.965/2014 estabelece princípios e garantias, direitos e deveres relativos ao uso da Internet no Brasil, sendo conhecida como o Marco Civil da Internet (MCI). Além de trazer regras de segurança e manejo para o trânsito de dados pessoais e públicos na rede mundial, esta lei estabelece uma série de diretrizes relativas ao desenvolvimento da internet no Brasil. Dentre elas, há a previsão no inciso VI do Art. 24 para uma atuação governamental orientada para a publicidade e para a disseminação de dados e informações públicos de forma aberta e

estruturada. Observa-se, assim, que além dos protocolos de segurança das informações de usuários e entes públicos, o Marco Civil brasileiro reforça a transparência e a publicidade de dados em um processo de evolução jurídica já iniciado pela Constituição Federal brasileira e pela Lei de Acesso à Informação – LAI.

A transparência, por sua vez, considerada um dos pilares junto à participação e à colaboração na promoção da divulgação de dados governamentais abertos, ou DGA (SOUZA, OUTEIRO & ARAÚJO, 2019), pode ser identificada através de canais de comunicação, como portais eletrônicos, que integram o conjunto de ferramentas para a governança digital, e contribui para viabilizar um governo mais aberto, eficaz e democrático. Assim, o sistema de dados abertos é "(...) um mecanismo que possibilita que os dados sejam consultados sem restrições de licenças, patentes ou mecanismo de controle" (SOUZA, OUTEIRO & ARAÚJO, 2019, p.4).

Além disso, uma vez que a Constituição brasileira apresenta a publicidade como um dos princípios da administração pública, o Portal da Transparência, em atividade desde 2004, é um dos portais eletrônicos mais relevantes para acompanhar uso de dados públicos (LIMA, 2017). Outro portal importante é o Portal Brasileiro de Dados Abertos (PDBA), onde "dados são abertos quando qualquer pessoa pode livremente acessá-los, utilizá-los, modificá-los e compartilhá-los para qualquer finalidade, estando sujeito a, no máximo, a exigências que visem preservar sua proveniência e sua abertura" (PBDA, 2020)[92]. Os dados abertos ficam à disposição para consulta da população, como por pesquisadores acadêmicos, organizações da sociedade civil e jornalistas, pois é dever "(...) dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas" (LAI, 2011).

No entanto, se a transparência pode ser favorável à dinâmica informacional, a opacidade surge como os obstáculos que dificultam o acesso a informações seguras. Conforme Valente (2004, pp.91-92) explica, "qualquer discussão em torno de políticas públicas, avaliação e possibilidades de intervenção estatal sobre a sociedade

[92] Informação disponível em: <http://dados.gov.br/pagina/dados-abertos>. Acesso em: 29 jul. 2020

dependem fundamentalmente de informações seguras (...)". Essas informações, por sua vez, dependem de mecanismos através dos quais são processadas. Sobre isso, entende-se que:

> No Brasil e demais países da América Latina, a opacidade informacional do Estado expressa uma situação em que este não dispõe de mecanismos de controle sobre seus estoques informacionais. Por outro lado, e, em consequência, a sociedade não controla o Estado. O tema requer a construção de referenciais analíticos, além do confronto das diversas experiências históricas envolvendo as relações entre gestão da informação e a transparência administrativa (JARDIM, 2008, p.83).

No entanto, para além do uso de tecnologias da informação para sistematizar dados sobre processos, pessoas e conhecimento em geral, como ocorre na criação de metodologias e procedimentos para o tratamento da informação, a governança digital auxilia a atender as demandas de funcionamento do Poder Público e da Sociedade, "(...) seja no que se relaciona com a eficiência/eficácia de processos administrativos, seja na melhoria da prestação de serviços públicos, das condições para o exercício do controle social e da participação popular" (BRANDI & SILVA,2017, p.74).

Isso incluiria, por exemplo, usos de plataformas e processos digitais para demandas diversas de governança, originando o que se conhece como as nomenclaturas Governo Eletrônico ou E-Government (PIMENTA & CANABARRO, 2014).

2. Sociedade informacional e omissão de dados no contexto da Covid-19

O conceito de sociedade da informação (ou informacional) surge em um momento pós-industrial, quando a sociedade dava cada vez mais importância aos "insumos baratos de informação propiciados pelos avanços tecnológicos na microeletrônica e telecomunicações" (WERTHEIN, 2000, p. 71). Esse período é marcado pelas mudanças do modelo de trabalho do capitalismo industrial e pela valorização da "velocidade" nas dinâmicas cotidianas de acesso a informações, no contexto das interações sociais, da globalização e do uso da Internet (XAVIER, AZEVÊDO, 2009, p.2).

Assim, emergem formas de pensar e valores (LEVY, 1999) relacionados ao contato de indivíduos com máquinas e dinâmicas de conhecimentos promovidas por essas interações, em uma lógica sócio-política (MATTELART, 2002; OLIVEIRA & BAZI, 2008)

especialmente ligadas a formas produtivas e o cenário tecnológico e político da sociedade (BELL, 1973; CASTELLS, 2000; MATTELART, 2002; OLIVEIRA & BAZI, 2008).

Essas transformações "definem um novo paradigma, o da tecnologia da informação, que expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade" (WERTHEIN, 2000, p. 72). Nesse sentido, a informação é uma matéria-prima que passa a ser fundamental para a vida com uso das novas tecnologias, cada vez mais presentes na vida cotidiana, além de propiciar as conexões entre redes de tecnologias (CASTELLS, 2000). Entendendo essa perspectiva como uma metáfora é possível indicar que a informação revela traços do fenômeno de transformação de uma realidade social, um fenômeno cultural e um modo de produção onde a informação faz parte de várias etapas envolvidas nas dinâmicas da vida cotidiana e na existência dos seres em sociedade (CASTELLS, 1998).

> Com efeito, a metáfora da 'sociedade da informação', como comumente tende a ser designada a sociedade atual a partir dos centros indutores da opinião pública, sugere a celebração duma relação de pertença privilegiada da sociedade em que vivemos ao mundo da informação, relação esta que implica uma transformação estrutural na definição dos modos de cognição legítima que suportam a nossa referência quotidiana ao mundo e a nossa relação prática com ele (MATOS, 2002, p.10).

Além disso, no Brasil, o *site* do Governo Digital (gov.br) indica, por exemplo, que se busca com as diretrizes da Estratégia de Governo Digital (EGD) - 2020 a 2022, instituída pelo Decreto nº 10.332/2020, melhorar a qualidade de serviços e políticas públicas, tornando-os mais acessíveis aos cidadãos, é válido destacar que as características do governo do futuro, segundo essas diretrizes, são identificadas como: Centrado no Cidadão, Integrado, Inteligente, Confiável, Transparente e aberto e Eficiente. Transparência, portanto, consta como elemento essencial para essa ideia de governo do futuro. Portanto, no caso da omissão de dados sobre a Covid-19 no Brasil em 4 de junho de 2020, ocorre um tensionamento nesse contexto de informação como matéria-prima e transparência como diretriz, conforme é apresentado a seguir.

3. Divulgação em portais eletrônicos e a iniciativa de um consórcio de jornais

No Brasil surgiram iniciativas diversas para a divulgação de dados relacionados à

Covid-19. O portal eletrônico do Ministério da Saúde[93], por exemplo, criou um menu específico em destaque para as informações relacionadas à Covid-19[94], além de disponibilizar um chat (Coronavírus - TeleSUS) para tirar dúvidas sobre o novo Coronavírus, causador da Covid-19. Portais como o da transparência (transparencia.gov.br) e de dados abertos (dados.gov.br) também são relevantes, com "mais de 7 mil conjuntos de dados para que a sociedade civil realize análises, crie aplicações e fiscalize as políticas públicas por meio de relatórios customizados e de dados brutos das fontes oficiais de governo" (GOVERNO DIGITAL, 2020).

Através do portal da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que é a instituição de referência em pesquisas na área da saúde na América Latina, incluindo o tema Covid-19[95], e está vinculada ao Ministério da Saúde, também é possível acompanhar avanços sobre vacinas e outras informações relacionadas à pandemia, além de deixar acessível seu Plano de Dados Abertos (PDA)[96] alinhado à LAI[97].

O Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br), por sua vez, inclui link através do qual chegamos ao painel oficial sobre a Covid-19, o Coronavírus Brasil[98]. Em paralelo, existe também a iniciativa do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), com o Painel Conass Covid-19, criado no dia 7 de junho, com dados fornecidos pelos estados brasileiros, com a proposta de divulgação diária de dados até às 18h[99]. Existia ainda uma sessão especial sobre Covid-19 no Portal da Transparência, originado através de uma iniciativa dos Cartórios de Registro Civil do Brasil, e o Painel Covid, uma plataforma da Rede CoVida – Ciência, Informação e Solidariedade,

[93] Informação disponível em: <https://saude.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2020.
[94] Informação disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2020
[95] A Fiocruz teve papel fundamental na América Latina em pesquisas sobre o Coronavírus em 2020, uma vez que a Organização Mundial da Saúde nomeou em abril deste ano o Laboratório de Vírus Respiratórios e do Sarampo do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) para analisar geneticamente o agente causador da Covid-19. O trabalho do IOC/Fiocruz seria em parceria com o Laboratório para Diagnóstico de Vírus Respiratórios do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), dos Estados Unidos, outra instituição importante para o estudo da Covid-19 na América. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/>. Acesso em: 12 set. 2020.
[96] Outras entidades sanitárias, que também possuem PDA, são a Agência Nacional de Saúde, com o PDA ANS 2019-2021, e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com PDA ANVISA 2019-2021. Ambas compartilhando um glossário explicativo sobre termos como dado, dados abertos e dado público similar ao do PDA ao da Fiocruz.
[97] A Fiocruz apresenta formas de publicação dos dados na internet, junto a metodologias e boas práticas da transparência na Administração Pública, incluindo canais de comunicação e "(...) mecanismos transparentes de priorização na abertura de bases de dados; estrutura de governança; formas de monitoramento, controle e metas de melhoria contínua; e obediência a metodologias e padrões para a correta catalogação e publicação dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos" (FIOCRUZ, 2018, p.4).
[98] Informação disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2020
[99] Informação disponível em: <http://www.conass.org.br/painelconasscovid19>. Acesso em: 29 jul. 2020

uma iniciativa conjunta do Cidacs/Fiocruz e da UFBA, para visualização de dados e previsão da situação para os próximos sete dias de cada zona geográfica do Brasil.

Em paralelo a esses portais, houve o surgimento do *site* Transparência Covid-19, onde é possível acompanhar o índice de transparência de Estados brasileiros na divulgação de informações através dos boletins. O Boletim nº11 apontou que o problema na transparência de dados no nível federal incomodou a sociedade, fazendo o governo voltar a publicar as informações. "Com retirada de dados do ar, governo federal teria 24 pontos no ranking, nível inferior ao que tinha no início da avaliação, em 3 de abril, com 36 pontos" (TRANSPARENCIA COVID-19, 2020, p.1). Ainda de acordo com esse boletim:

> A trajetória do governo federal na abertura de dados da pandemia é repleta de oscilações. As sucessivas mudanças já afetaram, por exemplo, o horário e a frequência das coletivas em que é feito o anúncio formal das estatísticas. Também surgiram diversas fontes de dados pelo caminho, com ferramentas que foram desenvolvidas, alteradas e mesmo "abandonadas" no período de avaliação. Ainda hoje, a União é um dos entes que mais dispersam informações sobre Covid-19 em plataformas diferentes, incluindo hotsites, painéis e formatos de publicação" (TRANSPARENCIA COVID-19, 2020, p.2).

Como parte das decorrências de fontes oficiais que dispersavam informações, o Consórcio entre jornais G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL, surgia em 8 de junho com a proposta de disponibilizar diariamente o total de mortos pela Covid-19, entre outros detalhes, com números consolidados de casos testados e resultado positivo do novo Coronavírus, até às 20h[100].

Em virtude da relevância do tema, também em 8 de junho, ocorreu a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 690 (ADPF 690 MC / DF), ajuizada por partidos políticos junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, solicitando

> "a divulgação diária, até às 19h30, de compilação de dados estaduais, sem manipulação, tanto em *site* próprio para tal fim, quanto nas redes sociais (Facebook e Twitter) da Presidência, do Ministério da Saúde e da Secretaria de Comunicação da Presidência da República e de seus titulares" (STF, 2020),

[100] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2020.

julgada parcialmente procedente e em regime de urgência, determinando que o Ministro da Saúde mantivesse a divulgação diária e integral dos dados epidemiológicos relativos à pandemia, inclusive no *site* do Ministério da Saúde e incluindo os números acumulados de ocorrências, como realizado até então nos dias anteriores a 4 de junho de 2020. Até o encerramento deste artigo, a ADPF nº 690 encontrava-se pendente de julgamento.

Conclusão

Uma das reflexões iniciais sobre o caso apresentado diz respeito às ações paralelas de indicação de dados sobre a Covid-19 no Brasil no início de junho de 2020. Tanto havia o portal Coronavírus Brasil, atualizado pelo Ministério da Saúde, como outros portais paralelos (Painel Conass, Sessão Covid-19 do Portal da Transparência, Painel Covid) e o Consórcio de Veículos de Imprensa. Também é válido ressaltar que o consórcio seguiu em atividade mesmo fora do recorte temporal observado neste artigo.

Destacamos, assim, que a ocorrência da mudança da dinâmica de informação de dados sobre a Covid-19 pelo portal do MS feita especialmente em um cenário de pandemia vai de encontro ao Princípio da Publicidade, consagrado expressamente na CF/88, e integra um descumprimento em cadeia de outros decretos e leis relacionados à transparência na prestação do serviço público. Considerando que há uma Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, esse cenário pode ser conflitante não apenas com as legislações, mas com a proposta de promoção de desenvolvimento do país em uma sociedade em que a informação é um recurso essencial para tomadas de decisão, devendo ser promovida com celeridade e acurácia. Afinal, se não há garantia de transparência, pode haver prejuízo para a credibilidade da governança digital e, consequentemente, o desenvolvimento de outras esferas no país.

Diante desse cenário, pode-se indicar que a formação e a atuação do chamado Consórcio de Veículos de Imprensa, iniciado em junho de 2020, resgata a importância da liberdade de imprensa para que seja garantida a transparência necessária ao real significado do Princípio da Publicidade, uma vez que a informação tornou-se um bem marcadamente relevante na contemporaneidade para a sociedade em geral.

Referências

BELL, D. (1973). O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix. Disponível em: <https://www.cin.ufpe.br/~cjgf/SOCIETY/AS%20DiMENSOES%20DO%20CONHECIMENTO%20-%20Daniel%20Bell.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRANDI, L. S. N., & DA SILVA, A. M. (2018). Governança Digital: estudo comparado em municípios Brasileiros e Portugueses. PRISMA. COM, (35), 73-107.

CASTELLS, M. (1998). The Information Age: Economy, Society and Culture, Vol. III End of Millennium, Oxford and Malden, MA, Blackwell.

CASTELLS, M. (2000). A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 jul 2020.

DECRETO Nº 10.332, de 28 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.332-de-28-de-abril-de-2020-254430358>. Acesso em: 16 jun. 2020.

FIOCRUZ (2018). Plano de Dados Abertos. Disponível em: <encurtador.com.br/oFLX3>. Acesso em: 2 jul. 2020.

HABERMAS, J (2003). Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

JARDIM, J. M. (2008). A face oculta do Leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. Revista Do Serviço Público, 59(1), p. 81-92. Disponível em: <encurtador.com.br/rBDGV>. Acesso em: 16 jun. 2020

LEI Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/beNO6>. Acesso em: 16 jun. 2020

LEI Nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Disponível em:<encurtador.com.br/qwKM4>. Acesso em: 17 jun. 2020.

LÉVY, P. (1999). Cibercultura. São Paulo: Ed. 34.

LIMA, M. C (2017). Entre transparência e opacidade: o papel da informação no combate a políticas urbanas excludentes. Sessão Temática 10, XVII ENANPUR, São Paulo. Disponível em: <encurtador.com.br/lrJX7>. Acesso em: 16 jun. 2020

MATTELART, Armand (2002). História da sociedade da informação. São Paulo: Loyola.

MATOS, M. (2002). O que é a Sociedade da Informação. Educação, Sociedade e Cultura, No. 18, pp. 7-23. Disponível em:<encurtador.com.br/atwAL>. Acesso em: 15 jun. 2020.

Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 690 Distrito Federal, de 8 de junho de 2020. Relator: Alexandre de Moraes. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF690cautelar.pdf> Acesso em: 30 jul. 2020.

Ministério da Saúde, de 9 de junho de 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=445071&ori=1>. Acesso em: 30 jul. 2020.

OLIVEIRA, A. F. M.; BAZI, R. E. R. (2008). Sociedade da Informação, Transformação e Inclusão Social: a questão da produção de conteúdos. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação,Campinas, v.5, n. 2, p.115-131, jan/jun. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/28215895_Sociedade_da_Informacao_transformacao_e_inclusao_social_a_questao_da_producao_de_conteudos/fulltext/0e6061b0f0c46d4f0ab919ee/Sociedade-da-Informacao-transformacao-e-inclusao-social-a-questao-da-producao-de-conteudos.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

PIMENTA, M. S., & CANABARRO, D. R. (2014). Governança Digital. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV.

WERTHEIN, J. (2000). A sociedade da informação e seus desafios. Ci. Inf., Brasília, v.29, n.2, pp.71-77, maio/ago. Disponível em:<encurtador.com.br/uFYZ9>. Acesso em: 16 jun. 2020.

SOUZA, A. B. de; & OUTEIRO, G. M. de, & ARAÚJO, M. F. (2019) Transparência pública: uma análise dos dados governamentais abertos nos municípios dos Estados do Pará e São Paulo. Caderno de Administração, Revista do Departamento de Administração da FEA, Vol. 13, n.1. Jan - Jul, p. 70- 87. Disponível em:<encurtador.com.br/cnABL>. Acesso em: 2 jul. 2020.

VALENTE, A. P. de M. A. (2004) Transparência e opacidade: o SIAFI no acesso à informação orçamentária. Disponível em:<encurtador.com.br/rtzBR>. Acesso em: 16 jun. 2020.

XAVIER, M. M.; AZEVÊDO, A. de. (2009) Sociedade da Informação: um olhar funcional sobre a sociedade adjetivada de tecnológica. Biblioteca on-line de ciências da

comunicação, João Pessoa (PB): Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: <encurtador.com.br/sBDMN>. Acesso em: 16 jun. 2020.

Mapeamento da produção acadêmica da RMVale: uma relação possível entre conhecimento científico e desenvolvimento

Mapping of academic production in the RMVale: a possible relationship between scientific knowledge and development.

Viviane Fushimi Velloso[101]
Viviane Renata Campos[102]

Resumen: O presente trabalho tem como objetivo demarcar a produção acadêmica da RMVale – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - em sua relação com os 39 municípios que a compõem. O ponto de partida fui um estudo realizado com dados do Censo de 2016 do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq), que identificou 6.509 artigos produzidos pelos grupos de pesquisa da região. Sendo assim, para iniciar um aprofundamento da discussão sobre a relações entre a produção de conhecimento acadêmico local e o desenvolvimento da região. Verifica-se a necessidade de ampliar a discussão sobre a dimensão simbólica do território e nesse sentido, identificar a relação entre a produção de conhecimento acadêmico e essa localidade. Por meio de uma pesquisa bibliográfica-documental, com técnica bibliométrica, selecionar na base de dados dos periódicos capes a produção científica referente aos municípios da região e as problemáticas tratadas pelos estudos.

Palabras Clave: Desenvolvimento Regional, Conhecimento e desenvolvimento, produção acadêmica e científica.

[101] Viviane Fushimi Velloso. Universidade de Taubaté, Doutorado, Brasil, vivianevf@gmail.com
[102] Viviane Renata Campos. Instituto de Pesquisas Aeroespaciais, Mestrado, Brasil, vrcampos78@gmail.com.

Abstract: This paper aims to demarcate the academic production of RMVale – Regiaão Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - in its relationship with the 39 municipalities that compose it. The starting point was a study of 2016 Census data from the Research Groups Directory of the National Council for Scientific and Technological Development (DGP / CNPq), which identified 6,509 articles produced by research groups in the region. Thus, to initiate a deeper discussion on the relationship between the production of local academic knowledge and the development of the region. There is a need to broaden the discussion about the symbolic dimension of the territory and, in this sense, to identify the relationship between the production of academic knowledge and this locality. Through a bibliographic-documentary research, with bibliometric technique, to select in the database of the capes journals the scientific production referring to the municipalities of the region and the problems addressed by the studies.

Key words: Regional Development, Knowledge and development, academic and scientific

Introdução

Na sociedade contemporânea o conhecimento tem se mostrado decisivo para o desenvolvimento econômico, assim como tem contribuído significativamente para o aumento da participação social consciente. Da mesma forma, a produção acadêmica e científica cumpre papel determinante no processo de inovação tecnológica e, consequentemente, impulsiona evolução econômica de uma região.

Contudo, percebe-se que a Comunicação Científica necessita promover maior visibilidade da ciência junto à sociedade, para que o conhecimento gerado em instituições voltadas ao desenvolvimento científico possa reverter, democraticamente, ao cidadão. Dessa forma, almeja-se uma transferência

mais efetiva desse conhecimento à melhoria da qualidade de vida das localidades, principalmente, onde essas instituições estão sediadas.

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é aprofundar a discussão de um estudo inicialmente de perfil quantitativo sobre a produção científica dos Institutos Públicos de Pesquisas (IPPs) e Instituições de Ensino Superior (IESs) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale). Com base no Censo de 2016 do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq), quantificou-se a produção científica da RMVale. Foram selecionados 37.640 arquivos, desta base, identificou-se 270 arquivos a partir do termo de pesquisa utilizado com os nomes dos 39 municípios e obteve-se o total de 6.509 artigos científicos produzidos pelos grupos de pesquisa da região.

Para tanto o artigo se apresentará dividido em quatro seções. Inicia-se com o referencial teórico, como o conceito de comunicação científica, território e região metropolitana. O método de análise buscou, com referência à teoria dos lugares centrais, identificar os municípios da RMVale e suas problemáticas na produção acadêmico-científica na base de periódicos da Capes. Na sequência apresentará os resultados e análise, iniciando uma discussão sobre a produção de conhecimento científico nos municípios, as principais problemáticas estudadas e a possível relação e interferência desse conhecimento nos IDHs dos municípios da RMVale.

Comunicação Científica

A complexidade da comunicação científica pode estar diretamente ligada aos avanços científicos seja pela produção da pesquisa ou pela "transferência de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações e que se destinam aos especialistas em determinadas áreas do conhecimento" (BUENO, 2010, p. 2).

Nesse sentido, a comunicação científica, vital para a ciência e para a pesquisa, é investimento necessário para o desenvolvimento do conhecimento científico e da sociedade. "[...] o apoio às atividades científicas é dispendioso, e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes" (MEADOWS, 1999, p.vii).

Por outro lado, na relação com a difusão do conhecimento científico, a comunicação

científica impulsiona a inovação tecnológica e exerce papel fundamental no desenvolvimento econômico de uma região (SIDONE *et. al.*, 2016). Considera-se que ao compartilhar ideias, experimentos e testes, pode-se auxiliar na construção de conhecimento mais aprofundado sobre determinadas regiões territoriais e áreas do conhecimento. Assim juntas, atendem aos problemas locais, pois permitem soluções e aplicações científicas mais direcionadas.

Nesse contexto, o termo "difusão científica" pode ser caracterizado de forma mais abrangente. Como a "[...] utilização de recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo" (BUENO, 2009, p.162). Contudo, "pode ser pensada em dois níveis, segundo a linguagem em que as informações são escritas e segundo o público a que estas se destinam: 1) difusão aos especialistas e 2) difusão para o público em geral" (BUENO, 1985, p. 1421).

Assim, o estudo sobre a produção científica de uma localidade pode revelar o potencial de conhecimento a ser compartilhado, bem como sinalizar a variedade de possibilidades para impulsionar o desenvolvimento local. Pode-se refletir, tanto pela disseminação da ciência, a comunicação científica - periódicos, apresentações orais, congressos etc -, quanto ou então como divulgação científica - jornais, revistas, programas jornalísticos de televisão e rádio entre outros -, ambos *online* e *offline.*

Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em estudos realizados sobre as desigualdades regionais, identifica que as atividades de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) apresentam ligação com o desenvolvimento regional. Eles revelam que as regiões menos desenvolvidas são as que têm uma menor base científica e mecanismos de transmissão mais precários entre a ciência e a tecnologia (IPEA, 2010).

Do mesmo modo que, voltadas ao compartilhamento mais amplo de informações científicas, uma investigação mais aprofundada, depois de identificada a capacidade de produção de conhecimentos e as áreas producentes, pode pautar uma política de divulgação científica mais eficiente. De forma a apontar às instituições, sua capacidade de interferir mais efetivamente na melhoria da qualidade de vida da região em que estão instaladas.

O Território e a Teoria dos Lugares Centrais

Nesse contexto da comunicação científica, o conceito de território abrange diferentes concepções, contudo as mais usuais as relacionadas ao materialismo e ao idealismo (HAESBAERT, 2005). Do ponto de vista materialista, o território é entendido no sentido físico propriamente dito e assume importância econômica, como fonte de recursos naturais e de abrigo, pois estará relacionado à sobrevivência humana. No ponto de vista idealista, à identidade cultural de um povo e à ideia de pertencimento, destaca-se a dimensão simbólica do território.

Contudo as duas dimensões, material e simbólica, não devem ser consideradas independentemente, pois o território pode desempenhar funções ou produzir significados simultaneamente. (HAESBAERT, 2005).

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p.14).

Dessa forma, o território não está restrito à ideia de limite físico, mas pode-se definir um espaço de interação social, palco para diversos atores e distintos interesses (SACCO DOS ANJOS, 2016). A multiplicidade de manifestações e múltiplas formas de poder e controle são exercidas por diferentes agentes que compõem o território. Nesse sentido, se concretizam como forma de dominação, de apropriação, no sentido de identificação com o espaço em que se vive e de propriedade.

Portanto, o território envolve a relação entre o espaço material e os processos sociais e de poder do qual é palco e que lhe confere caráter de mobilidade e fluidez (HAESBAERT, 2002; 2007). Nesse contexto, a configuração espacial dos municípios são frações territoriais e suas áreas de influência, no tocante à oferta de bens e serviços por eles gerados, pode ser explicada, pela teoria dos lugares centrais, desenvolvida por Walter Christaller (BRADFORD e KENT, 1987).

A teoria compreende que os lugares centrais, que oferecem muitas funções são chamados “centros de ordem superior” e, os que fornecem menor número são “centros de ordem inferior” (BRADFORD e KENT, 1987, p.

24). Nesse âmbito, o desenvolvimento de determinada localidade depende da quantidade de funções, bens e serviços, que ela pode oferecer para si e para as localidades do seu entorno. Além disso, também podem variar pela área de mercado, emprego, população e pelo tipo e número de funções que fornecem.

Cabe destacar que a localização geográfica e a facilidade de transporte, também influenciam o desenvolvimento dos lugares centrais. Segundo a teoria, a procura por um bem e/ou serviço está relacionada ao "alcance ou raio de ação de um bem" e o "limiar mínimo de um bem". Nesse sentido, identifica-se a distância que o consumidor estaria disposto a percorrer para adquirir determinado bem ou serviço.

Considerando-se o cenário da produção científica da RMVale, pode-se atribuir à produção de conhecimento científico na região como "bem de ordem superior", que influencia na compreensão da centralidade dos municípios. Portanto, na relação com o IDH-Índice de Desenvolvimento Humano - dos municípios e pode-se estabelecer uma aproximação entre a capacidade de atratividade dos municípios produtores de conhecimento científico e de formação profissional, promovendo o deslocamento regional em busca de um "bem de ordem superior", promovendo a centralidade desses municípios.

Região Metropolitana

A região metropolitana, de dimensões econômicas, políticas e culturais, compreende uma estrutura territorial formada por uma metrópole e distintos centros urbanos. (CUNHA, 2015). Configura-se um "fenômeno geográfico" caracterizado, entre outros aspectos, pela grande concentração populacional urbana e pela oferta de bens e serviços diversificados e especializados e outras relações funcionais:

> existência de relação funcional de interdependência, relativa a evidentes fluxos migratórios de natureza pendular, assim como a diversos aspectos sociais, econômicos, de infraestrutura e de serviços urbanos que provoquem a necessidade de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum (FREITAS, 2009, p. 52).

Criada pela Lei Complementar Estadual nº 1.166, de 9 de janeiro de 2012, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale), conforme explicitado em seu Artigo 2º, tem objetivo de promover:

I - o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida;

II - a cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinados;

III - a utilização racional do território, dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, dos bens culturais materiais e imateriais;

IV - a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum aos entes públicos atuantes na região;

V - a redução das desigualdades regionais (SÃO PAULO, 2012).

Composta por 39 Municípios a RMVale situa-se entre as RMs de São Paulo e do Rio de Janeiro e são divididas em cinco sub-regiões:

Sub-Região 1: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos;

Sub-Região 2: Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé;

Sub-Região 3: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira;

Sub-Região 4: Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras;

Sub-Região 5: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba (EMPLASA, 2018).

A RMVale apresenta diversidade nas atividades econômicas, nos setores automobilístico, aeronáutico, aeroespacial, petroleiro e turístico. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,781 (ATLAS BRASIL, 2018) e registrou em 2015, 5,29% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo (EMPLASA, 2018).

Método

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa e indução analítica (ZNANIECKI, 1934). Buscou-se como fonte de dados o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual “constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa em atividade no País”

(CNPq, 2018e). Para tanto, a seleção delimita-se aos Institutos Públicos de Pesquisas (IPPs) e Instituições de Ensino Superior (IESs) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVale) que possuem grupos de pesquisa cadastrados no Diretório.

A base de dados do Censo de 2016 do DGP/CNPq estava disponível para download em formato aberto ("xml"), composta por 37.640 arquivos, número total dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq – Censo 2016. A base de dados contém informações referentes à produção científica, tecnológica e artística (C,T&A) dos últimos três anos de cada membro do grupo. Até o Censo de 2010, as informações eram disponibilizadas em um "Plano Tabular", que permitia localizá-las, por meio de um browser, a partir de buscas textuais (CNPq, 2018a; CNPq, 2018f). Após o censo de 2010, este diretório foi descontinuado e o CNPq passou a disponibilizar os arquivos "xml".

A busca foi organizada para localizar os grupos de pesquisa da região, primeiramente, utilizou-se como termo de pesquisa os nomes dos 39 municípios que compõem a RMVale, que resultaram em 270 arquivos. A partir deste resultado, efetuou-se a análise de cada um dos arquivos para a identificação das instituições e o levantamento de suas respectivas produções científicas e as áreas do conhecimento.

Deve-se destacar que essas informações são colhidas partir das informações existentes nos currículos Lattes dos pesquisadores quando da realização do censo (CNPq, 2018d) e, por este motivo, a exatidão destas informações depende da atualização de seus currículos. Outra informação relevante é que os pesquisadores que participam em mais de um grupo tiveram a totalidade de sua produção remetida a cada um dos grupos, portanto, é possível dupla contagem, porém não foi possível identificar num primeiro momento.

Esse levantamento foi realizado no período de fevereiro a maio de 2018, com dados referentes a 2016, ano do último censo pelo CNPq, o qual contempla os grupos de pesquisa existentes na base corrente do DGP em 04 de novembro de 2016 e a produção científica informada na base de Currículos Lattes até 14 de novembro de 2016 (CNPq, 2018c).

A consulta aos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das cidades da RMVale foi realizada no sítio eletrônico do "Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil", plataforma coordenada

pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro, utilizando como critério de busca a espacialidade "Regiões metropolitanas".

Resultados e análises

O IDHM é um índice que contempla indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: expectativa de vida, renda per capita e acesso à educação (PNUD, 2018). No estudo optou-se pela seleção "RM – Vale do Paraíba e Litoral Norte" que contempla seus 39 municípios, para geração do Gráfico 1.

Na comparação com os 39 municípios, São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá e Cruzeiro então entre os 40 primeiro e identificados com IDHM acima dos índices da região, do Estado e Nacional. Os demais são identificados com índices bons pelo IPEA (2010), porém, embora acima da média regional e Nacional, apresentam índices abaixo da referência Estadual.

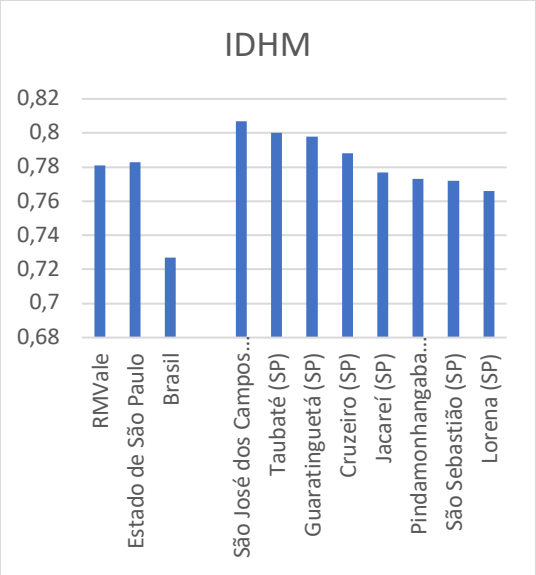


Gráfico 3 - Comparativo entre o IDHM - Municipal, Regional, Estadual e Navional. Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados IPEA (2010)

Destaca-se que os quatro municípios apresentam os maiores índices de produção científica estão entre os dez melhores IDHMs da RMVale, como se observa, detalhadamente, no Quadro 1 a distribuição do IDHM dos municípios da RMVale distribuídos por sub-região.

SUB-REGIÃO 1			
MUNICÍPIO	IDHM	POSIÇÃO NA RMVALE	POSIÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO
São José dos Campos	0,807	1º	12º
Caçapava	0,788	4º	42º
Jacareí	0,777	7º	80º
Jambeiro	0,756	15º	192º
Santa Branca	0,735	20º	353º
Paraibuna	0,719	25º	485º
Igaratá	0,711	26º	529º
Monteiro Lobato	0,71	27º	538º

SUB-REGIÃO 2			
MUNICÍPIO	IDHM	POSIÇÃO NA RMVALE	POSIÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO
Taubaté	0,8	2º	24º
Tremembé	0,785	6º	54º
Pindamonhangaba	0,773	8º	100º
Campos do Jordão	0,749	18º	237º
São Bento do Sapucaí	0,72	24º	474º
Santo Antônio do Pinhal	0,706	28º	553º
São Luís do Paraitinga	0,697	32º	595º
Lagoinha	0,693	33º	604º
Redenção da Serra	0,657	38º	641º
Natividade da Serra	0,655	39º	642º

Continua...

... em continuação.

SUB-REGIÃO 3			
MUNICÍPIO	IDHM	POSIÇÃO NA RMVALE	POSIÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO
Guaratinguetá	0,798	3º	25º
Lorena	0,766	10º	133º
Cachoeira Paulista	0,764	11º	142º
Piquete	0,757	13º	185º
Aparecida	0,755	16º	195º
Roseira	0,737	19º	335º
Canas	0,704	29º	561º
Potim	0,697	31º	594º
Cunha	0,684	34º	617º
SUB-REGIÃO 4			
MUNICÍPIO	IDHM	POSIÇÃO NA RMVALE	POSIÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO
Cruzeiro	0,788	5º	43º
Bananal	0,733	21º	363º
Lavrinhas	0,729	22º	404º
Queluz	0,722	23º	458º
Areias	0,697	30º	590º
São José do Barreiro	0,684	35º	618º
Arapeí	0,68	36º	621º
Silveiras	0,678	37º	627º

SUB-REGIÃO 5			
MUNICÍPIO	IDHM	POSIÇÃO NA RMVALE	POSIÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO
São Sebastião	0,772	9º	106º
Caraguatatuba	0,759	12º	169º
Ilhabela	0,756	14º	191º
Ubatuba	0,751	17º	231º

Quadro 1 - IDHM dos municípios da RMVale. Fonte: Campos, Velloso e Kamimura (2019 com base IPEA,2010)

Ressalta-se que, no Quadro 1, a classificação dos municípios nas sub-regiões apresenta significativo destaque do primeiro colocado na classificação dos municípios em relação ao posicionamento no Estado de São Paulo. Verifica-se que a sub-região 1, 2 e 3 apresentam os três primeiro municípios entre os vinte e cinco primeiros colocados no Estado. A sub-região 4 está entre os 50 primeiros do Estado. Apenas a sub-região 5 todos os municípios estão acima dos 100 primeiros do estado, contudo, o município com o IDH mais alto está entre os 250 do Estado.

O Quadro 2 apresenta a distribuição da produção científica regional com base no Censo de 2016 do DGP/CNPq e foram registrados 270 grupos de pesquisa.

INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	Nº DE GRUPOS DE PESQUISA	PRODUÇÃO CIENTÍFICA		
			2014	2015	2016
Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE	São José dos Campos	11	333	315	223
Instituto de Controle do Espaço Aéreo - ICEA	São José dos Campos	01	03	05	10

Instituto de Estudos Avançados – IEAv	São José dos Campos	12	397	406	204
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE	São José dos Campos	33	1.803	1.564	890
	Cachoeira Paulista	07	449	384	281
Instituto de Pesca - IP	Ubatuba	02	39	35	35
Centro Universitário Salesiano de São Paulo - UNISAL	Lorena	09	325	323	206
Centro Universitário Teresa D'Ávila – UNIFATEA	Lorena	02	154	34	38
Escola de Engenharia de Lorena – EEL/USP	Lorena	12	441	421	233
Instituto Federal de São Paulo - IFSP	Campos do Jordão	02	16	17	04
	Caraguatatuba	01	24	13	07
	Jacareí	04	41	25	24
	São José dos Campos	01	22	19	14
Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA	São José dos Campos	21	935	964	567

Universidade Anhembi Morumbi	São José dos Campos	08	234	137	74
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP	Guaratinguetá	18	1.232	1.098	478
	São José dos Campos	18	1.280	1.300	861

Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	São José dos Campos	17	473	434	337
Universidade de Taubaté - UNITAU	São José dos Campos	03	56	46	31
	Taubaté	59	2.627	2.378	1.310
Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP	São José dos Campos	29	1.265	1.147	682
TOTAL GERAL		270	12.149	11.065	6.509

Quadro 2- Grupos de Pesquisa e Produção Científica por Instituição da RMVale. Fonte: Campos, Velloso e Kamimura (2019, DGP/CNPq 2016)

Verifica-se uma concentração de 94% dos grupos de pesquisa da RMVale entre os municípios de São José dos Campos, Taubaté, Lorena e Guaratinguetá, pertencentes às Sub-regiões 1, 2 e 3, respectivamente. Juntos, perfazem um total de 254, sendo 64 pertencentes a Institutos Públicos de Pesquisa - IPPs e 190 a Instituições de Ensino Superior – IESs, que desenvolvem pesquisa, sendo que destas, apenas 19 são privadas e situadas em Lorena.

Na relação dos Quadro 1 e o Quadro 2, verifica-se que São José dos Campos (17.031 publicações no triênio 2014-2016), Taubaté (6.315 publicações no triênio 2014-2016) e Guaratinguetá (2.808 publicações no triênio 2014-2016), os municípios com os maiores IDHM da região, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (IPEA, 2010).

Diante desses dados, fica manifesta a tendência de correlacionar os indicadores econômicos do município e os indicadores de produtividade intelectual, científica e tecnológica dos IPPs e IESs, em suas localidades. Porém, há que se levantar alguns dados para verificar o nível de correlação desses índices e produzir um indicador mais efetivo sobre o impacto e a contribuição da produção científica na construção dos indicadores de desenvolvimento humano IDH de uma região.

Ao considerar que o conhecimento oriundo das pesquisas desenvolvidas nas universidades pode ser utilizado tanto em

nível local como regional, pode-se presumir a contribuição para o desenvolvimento econômico. Levantando-se, a partir da contribuição desse conhecimento para o processo de inovação, sua interferência nas organizações e nos negócios, bem como para a sociedade (SEDLACEK, 2013).

Nesse mesmo sentido, os Institutos públicos de Pesquisa - IPPs, ao se enquadrarem como fontes geradores de conhecimento, contribuem para a criação de polos científicos e tecnológicos. Consequentemente, participam com o incremento das atividades intelectuais e produtivas de uma região (LEITE JUNIOR et al., 2011).

Dessa forma, no contexto da produção científica da RMVale, que se observa no Quadro 3, pela distribuição por grande área de conhecimento, pode-se aperfeiçoar a análise sobre o impacto desses conhecimentos produzidos na localidade. Além de sua contribuição para aplicação direta na construção do capital intelectual local, capaz de influenciar o capital cultural e, de forma oportuna, também contribuir diretamente para os indicadores educacionais que compõem o IDH da localidade.

Pode-se observar no Quadro 3 a distribuição da produção científica das instituições pelos municípios, separados pelas grandes áreas de conhecimento.

INSTITUIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	PUBLICAÇÕES POR GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO							
		AGR	BIO	ENG	EXT	HUM	LLA	SAU	SOC
IAE	São José dos Campos	-	-	567	304	-	-	-	-
ICEA	São José dos Campos	-	-	-	-	-	18	-	-
IP/USP	Ubatuba	109	-	-	-	-	-	-	-
IEAv	São José dos Campos	-	-	551	456	-	-	-	-
INPE	São José dos Campos	250	-	1.280	2.727	-	-	-	-

	Cachoeira Paulista	-	-	8	1.106	-	-	-	-
UNISAL	Lorena	-	-	97	-	278	-	-	479
UNIFATEA	Lorena	-	-	-	-	-	-	-	226
EEL/USP	Lorena	-	44	988	63	-	-	-	-
IFSP	Campos do Jordão	-	-	-	-	37	-	-	-
	Caraguatatuba	-	-	-	44	-	-	-	-
	Jacareí	-	-	-	27	39	-	-	24
	São José dos Campos	-	-	55	-	-	-	-	-
ITA	São José dos Campos	-	-	1.547	900	12	-	-	7
Universidade Anhembi Morumbi	São José dos Campos	-	19	426	-	-	-	-	-
UNESP	Guaratinguetá	-	-	1.756	873	179	-	-	-
	São José dos Campos	-	-	68	303	-	-	3.070	-
UNIFESP	São José dos Campos	-	56	226	826	-	-	77	59
UNITAU	São José dos Campos	-	-	-	-	-	-	-	133
	Taubaté	362	540	251	387	1.233	178	1.283	2.081
UNIVAP	São José dos Campos	-	110	2.274	421	100	-	81	108
TOTAL		721	769	10.094	8.437	1.878	196	4.511	3.117

Quadro 3 – Produção científica por grande área de conhecimento Fonte: Elaboração própria com base em dados CNPq (2016)

Pelo Quadro 3, observa-se que São José dos Campos possui 11 das 15 instituições elencadas, isso coloca o município em destaque como "centro de ordem superior". Não somente pela produção científica, que corresponde a 60,1% da produção científica da região, mas também pela variedade de ofertas que as instituições de pesquisa e ensino superior propiciam.

> [...]de modo abrangente, os padrões de especialização científica parecem estar associados a diversos fatores, tais como a necessidade de solução de problemas locais [...], a presença de oportunidades geográficas [...], existência de afinidades históricas e culturais [...] e concentração da atividade industrial [...] (SIDONE *et. al.*,2016, p. 25).

Como observado anteriormente, destaca-se que na medida em que essa concentração de instituições estimula o deslocamento interno da região, na busca desses "bens e serviços de alta ordem", define-se o lugar central. Assim, essa realidade tende a provocar a concentração de bens e produtos da mesma natureza, reforçando o deslocamento.

Nos municípios, como Taubaté e Guaratinguetá, percebe-se outra grande concentração de produção científica e de instituições de Pesquisa e Ensino. Da mesma forma que São José dos Campos, potencializa-se o "limiar mínimo" e o "alcance ou raio de ação" de alguns bens ou serviços, que os caracterizam, também, como lugares centrais de "bens e serviços de alta ordem". Abrangendo, assim, localidades que possivelmente não se identificava no alcance de São José dos Campos.

Considerações Finais

Nesse contexto, verifica-se a relação existente entre o município e o papel das universidades e Instituições Públicas de Pesquisa, no estímulo à criação de novos lugares centrais. Nasce assim, a possibilidade de estimular o desenvolvimento econômico municipal ao promover a procura mínima necessária para os "bens e serviços de ordem inferior" na localidade e abrindo referência para "bens e serviços de ordem superior".

Contudo, deve-se lembrar que, na medida em que esse deslocamento é estimulado, outros "bens e serviços de alta ordem" tendem a se instalar nesses municípios e potencializar o "limiar mínimo" e o "alcance ou raio de ação" de outros bens ou serviços. Porém vale ressaltar que isso pode interferir de forma negativa, caso não se atente para a procura mínima necessária para os "bens e

serviços de ordem inferior" que alimentam os índices econômicos municipais na localidade.

Nesse sentido, alerta-se para um possível desequilíbrio que essa função geradora de conhecimento científico e de formação profissional regional, produtora de "bens de ordem superior", poderia gerar. Ao promover o deslocamento com alto "alcance ou raio de ação" para alguns "bens de ordem inferior" as localidades podem ser afetadas negativamente, pois com ofertas mais compensadoras economicamente, aumenta-se o "limiar mínimo" de "bem ou serviço de ordem inferior", fundamental para a economia local.

Referências

ATLAS BRASIL. (2018) Consulta. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>. Acesso em: 26 mai. 2018.

BRADFORD, M. G.; KENT, W. A. (1987) Teoria os Lugares Centrais: O Modelo de Christaller. In: _____. Geografia Humana - Teorias e suas aplicações. Lisboa: Gradiva, p. 17-45.

DA COSTA BUENO, W. (2016) "A DIVULGAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA: Processo De Legitimação Social e Afirmação Da Cidadania." Fronteiras e Interfaces Da Comunicação Científica, edited by Cristiane Porto et al., DGO - Digital original ed., SciELO – EDUFBA, Salvador, pp. 21–32. JSTOR, www.jstor.org/stable/10.7476/9788523217327.5.

CNPQ - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (2016). Busca textual. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscagrupo/saibamais/index_saibamais.htm>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. Censos. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/censos2>. Acesso em: 10 fev. 2018.

_____. Censos atual. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/censo-atual/>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Censos realizados. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/censos-realizados>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. O que é. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Plano Tabular. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/sobre12>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. O que contêm as bases. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-contem-as-bases>. Acesso em: 12 fev. 2018.

CUNHA, D. F. Região Metropolitana: Apenas Uma Estrutura Territorial Legalizada? (2015) In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, 2015, Presidente Prudente.Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/20/562.pdf>. Acesso em 19 mai. 2018.

EMPLASA - EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO SA (2018). Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>. Acesso em: 25 mai. 2018.

FREITAS, R.(2009) Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. Humanae, v.1, n.3, p. 44-53, Dez.. Disponível em: <http://www.esuda.com.br/revista_humanae.php> .Acesso em: 19 mi. 2018.

HAESBAERT, R. (2007) Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et.al. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, p. 43-71.

HAESBAERT, R. (2002) O Binômio Território-Rede e seu Significado Politico-Cultural. In: _____. Territórios Alternativos. Editora Contexto/Eduff, p. 117-128.

_____. (2005) Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo. Anais... Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>. Acesso em: 01 mai 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍTICA (2018). Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=downloads>. Acesso em: 26 mai. 2018.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2010). Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada : desafios do desenvolvimento produtivo brasileiro, v.1, livro 5. Brasília : Ipea. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6470>. Acesso em: 27 mar. 2018.

LEITE JÚNIOR, J. A. et al. (2009) A Importância dos Institutos de Pesquisas para o Desenvolvimento Regional do Vale do Paraíba Paulista. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13., ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 9, São José dos Campos. Anais eletrônicos... Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0947_0526_01.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MEADOWS, A. J. (1999) A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos/Livros,.

E-MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2018) Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 19 fev. 2018.

OLIVEIRA, F de.(2014)Jornalismo Científico. São Paulo: Ed. Contexto,.

OSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. (2015) Unidades Territoriais Urbanas no Brasil Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico e Aglomerações Urbanas em 2015. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/relatorio_unidadesurbanas2015.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (2018). A metodologia de cálculo do IDHM. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em: 26 mai. 2018.

SACCO DOS ANJOS, F. (2016) Abordagem Territorial e Desenvolvimento: Tópicos sobre a Natureza de um Debate Inacabado. In: BADALOTTI, R. M.; COMERLATTO, D. (orgs.). Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional. Passo Fundo : Ed. IMED, p. 15-27. e-BOOK. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18256/978-85-99924-87-7>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SANTOS, M. (2007) O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, p. 13-21,.

SANTOS, M. (1998) O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Editora HUCITEC, p. 15-20,.

SÃO PAULO (2010) Lei Complementar nº 1.166, de 9 de janeiro de 2012. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 10 jan., p. 1. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20120110&

Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>. Acesso em: 18 fev. 2018.

SEDLACEK, S. (2013)The role of universities in fostering sustainable development at the regional level. Journal of Cleaner Production, 48, p. 74-84,. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652613000346>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SIDONE, O. J. G.; HADDAD, E. A.; MENA-CHALCO, J. P.(2016) A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. TransInformação, Campinas, v. 28, p 15-31, jan./abr.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862016000100015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 fev. 2018.

ZNANIECKI, F. (1934) The Method of Sociology. Farar & Rinehart, New York.

A divulgação científica no Estado de Mato Grosso do Sul e suas especificidades

Divulgación científica en el Estado de Mato Grosso do Sul y sus especificaciones

Scientific disclosure in Mato Grosso do Sul State and its specificities

Jéssica Cristina Corte [103]

Resumen: La innovación junto con la ciencia y la tecnología se consideran factores decisivos para el desarrollo económico y social de un país y una región. Las políticas de Ciencia, Tecnología e Innovación (CT&I) funcionan como un impulsor, permitiendo que la población se acerque a la ciencia y proporcionando acceso y conocimiento a la sociedad. Por tanto, la investigación presenta un panorama de la difusión científica presente en los vehículos de comunicación online en el Estado de Mato Grosso do Sul, analizando el escenario en el que los CT&I se insertan en la región.

Palabras Clave: Divulgación científica, Mato Grosso do Sul, Comunicación.

Abstract: The research presents an overview of the scientific disclosure present in online communication vehicles in the State of Mato Grosso do Sul, analyzing the scenario in which it is inserted in the region.

Key words: Scientific disclosure, Mato Grosso do Sul, Communication.

[103] Jéssica Cristina Corte. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Bacharel em Comunicação Social – Radialismo, Brasil, jessica_corte1@hotmail.com.

Introdução

A ciência revela-se como uma forte indutora do desenvolvimento socioeconômico de países e regiões, sendo que, a criação de políticas no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação se apresenta como um elemento importante de competitividade e inclusão (ROCHA; FERREIRA, 2004). No entanto, sabe-se que, para o entendimento científico em uma sociedade se faz necessário uma recodificação da linguagem da ciência que é considerada difícil, para desenvolvimento de uma melhor compreensão e democratização da informação produzida.

Neste contexto, a divulgação científica tem um papel relevante, uma vez que permite a aproximação da população com a ciência, proporciona aos cidadãos o contato e acesso a produções científicas, contribuindo para o conhecimento e desenvolvimento da sociedade. A divulgação da ciência tem por objetivo, segundo Mora (2003, p. 13), "tentar refazer essa linguagem universal que possa unir, humanidade, arte e Ciência usando a mútua compreensão", ou seja é uma recriação do conhecimento, tentando torná-lo acessível para o público.

De acordo com Bueno (1985, p. 19), divulgação científica "pressupõe um processo de recodificação, isto é, a transposição de uma linguagem especializada para uma linguagem não especializada, com o objetivo de tornar o conteúdo acessível a uma vasta audiência". Dessa forma o conhecimento científico contribui com a formação educacional permitindo a aproximação da população com a ciência e o contato com a produção científica.

Ainda segundo Schwartzman (1993) investir na Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) é ainda mais importante para elevar o padrão de vida de uma população, consolidar a economia e assim adentrar com plenitude no mundo globalizado. Desta forma, os investimentos em políticas de CT&I funcionam como um impulsionador do desenvolvimento de um país, região, estado ou município.

Os estados que apresentam infraestrutura de pesquisas com atividades relacionadas a geração e disseminação do conhecimento científico, são fomentados com o avanço da ciência e tecnologia local, contribuindo assim para o bem-estar de sua população. Porém, no que diz respeito aos investimentos em

divulgação científica no Brasil, os resultados não são satisfatórios, em 2019 o governo congelou 41,9% das verbas, representando um bloqueio de R$ 2,132 bilhões do valor definido na Lei Orçamentária Anual, valores divulgados em nota pelo Ministério da Economia[104].

Pensando nessas políticas de investimento em produção e divulgação científica como forte elemento para o desenvolvimento de um cenário socioeconômico regional e local, a presente pesquisa apresenta uma análise sobre como a divulgação científica esta presente no Estado de Mato Grosso do Sul.

Os objetivos iniciais desta pesquisa foram: reunir dados sobre a produção e divulgação da ciência em veículos de comunicação *online* da região e analisar o cenário em que a Ciência, Tecnologia e Inovação estão inseridas no Estado de Mato Grosso do Sul.

Para alcançar os objetivos o trabalho contou com dados sobre a CT&I da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT). Anteriormente a esses dados, buscou traçar um panorama dos veículos de comunicação *online* que divulgam a ciência e consequentemente as Instituições de apoio à pesquisa científica da região. Além disso, tratou-se ainda da importância de um mapeamento sobre a divulgação científica para um Estado, contribuindo para o seu desenvolvimento social e econômico.

O mapeamento na divulgação científica

Considerando que um dos objetivos principais desta pesquisa é mapear o panorama das produções científicas presentes em veículos de comunicação *online* no Estado de Mato Grosso do Sul, se faz necessária uma análise sobre a importância de se realizar um mapeamento como este, visando o desenvolvimento da região.

Segundo Rocha e Ferreira (2004), a criação de políticas no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação constitui um elemento diferenciado do desenvolvimento econômico e social de um país e uma região. Ainda assim, lugares como o Brasil tem a sua sistematização de dados e informações ainda precárias sobre o assunto, o que impõe dificuldades ao apresentar aspectos da

[104] Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69237336. Acesso em: 15 jul. 2020.

dimensão e abrangência em relação à difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Sendo assim, o mapeamento contribui para uma visão coesa das vertentes sobre a temática, no caso da divulgação científica proporciona conhecer as produções, bem como os lugares utilizados para a disseminação da ciência. A partir dele é possível identificar e sistematizar pontos e lacunas, permitindo uma melhor política de investimento.

Diante disso, a realização do mapeamento para a análise da divulgação científica em determinada região, representa um manuscrito muito mais voltado para a abertura de novas análises do que para conclusões específicas.

> O mapeamento da produção acadêmica relativa a um determinado tema e/ou a partir de determinada fonte representa valiosa contribuição, ao permitir visualizar características do estado do conhecimento sobre o tema estudado, identificando pontos positivos e também fragilidades a serem enfrentadas (FERREIRA; QUEIROZ, 2012, p. 22).

O mapa funciona então como um material base, constituindo-se como um recurso para orientar decisões do cotidiano. A importância dessas informações está no valor de seu uso, ao dispor desses dados os cientistas, as faculdades e qualquer outra instituição que esteja interessada em divulgar pesquisas científicas, poderá desempenhar com melhor exatidão voltando para onde estas se encontram.

Mato Grosso do Sul e a Divulgação Científica

A pesquisadora Dannyela da Cunha Lemos (2013), relata que a história da ciência no Brasil foi iniciada de maneira eficaz somente com a instalação da Família Real Portuguesa no país em 1808. Até então não haviam universidades, museus ou bibliotecas no país e com a vinda da família real tivemos as primeiras iniciativas de estabelecer a ciência no Brasil. Sendo assim, a trajetória das instituições científicas se instalaram no regime monárquico e foram ampliadas nos regimes republicanos seguintes, que foram impulsionadas pelo cenário internacional da revolução técnico-científica.

Desde esse período foram criados centros de pesquisas e instituições de financiamento ao amparo à pesquisa, como conhecemos

atualmente – Capes[105], Finep[106], CNPq[107] – são agências federais que estabelecem as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, fortalecendo todo o país.

No Estado de Mato Grosso do Sul foi fundada em 1998 a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia, a FUNDECT, que tem como função ampliar e consolidar as ações de Ciência, Tecnologia e Inovação, concedendo apoio financeiro a execução de projetos de pesquisa relevantes ao desenvolvimento social, econômico e científico do Estado. A Constituição Estadual estabelece que o repasse mínimo de recurso estabelecido é de 0,5% da Receita Tributária Estadual (ICMS), valor que deve ser transferido mensalmente a fundação, segundo o Relatório de Gestão FUNDECT (2013)[108].

Ainda no Brasil, devido aos avanços das inovações tecnológicas, a tendência da CT&I nas últimas décadas tem sido de buscar relações transnacionais e cooperação internacional, ampliando as fronteiras geográficas, estabelecendo redes de comunicação científicas e visando a troca de conhecimento (CONSTANTINO; MENDES; SANTOS, 2018). O Mato Grosso do Sul é um Estado que possibilita essa integração com países de fronteira, que além da troca internacional, possibilita um desenvolvimento regional e local, ampliando o capital cultural dos pesquisadores.

> O Estado de Mato Grosso do Sul tem se desenvolvido em matéria de pesquisas científicas que alcançam desde os contextos mais teóricos até aplicações em manejo ambiental e genético. Entretanto, vê-se que não existe divulgação destas importantes pesquisas que configuram não apenas o presente, mas o futuro do desenvolvimento científico, socioeconômico e político do Estado (FRANÇA; SARDINHA; RODRIGUES FILHO, 2010, pg.1).

Além disso, em relação aos demais estados, o Mato Grosso do Sul ocupa uma posição expressiva no âmbito das pesquisas e desenvolvimento, como mostra a Figura 1, ocupando o segundo lugar na região Centro-

[105] Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é uma fundação que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu em todos os estados brasileiros.
[106] Financiadora de Estudos e Projetos é uma empresa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação.
[107] Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico é uma entidade para incentivo à pesquisa no Brasil.
[108] Disponível em: http://www.fundect.ms.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/Relatorio-Gest%C3%A3o-2013-FUNDECT.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

Oeste, sendo que, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que ainda é considerada nova, é uma das principais instituições de CT&I do Estado.

2.3.8 Brasil: Percentual dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento (P&D)(1) dos governos estaduais em relação às suas receitas totais, 2000-2017

(em percentual)

Regiões e Unidades da Federação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total	**1,63**	**1,72**	**1,55**	**1,44**	**1,22**	**1,19**	**1,12**	**1,38**	**1,33**	**1,36**	**1,37**	**1,52**	**1,55**	**1,42**	**1,51**	**1,73**	**1,64**	**1,60**
Norte	**0,07**	**0,06**	**0,07**	**0,08**	**0,05**	**0,17**	**0,25**	**0,21**	**0,24**	**0,20**	**0,20**	**0,17**	**0,26**	**0,19**	**0,23**	**0,21**	**0,22**	**0,20**
Acre	-	-	0,06	0,06	0,07	0,15	0,17	0,10	0,09	0,10	0,09	0,08	0,04	0,08	0,04	0,04	0,02	0,02
Amapá	0,66	0,76	0,55	0,18	0,09	0,10	0,12	0,09	0,17	0,18	0,17	0,05	0,03	0,04	0,01	0,06	0,06	0,05
Amazonas	-	-	0,01	0,13	0,13	0,56	0,86	0,60	0,64	0,49	0,47	0,49	0,48	0,45	0,54	0,64	0,57	0,45
Pará	0,08	0,04	0,08	0,10	0,002	0,002	0,03	0,10	0,28	0,14	0,17	0,14	0,43	0,20	0,25	0,15	0,20	0,20
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01	0,002	0,01	0,01	0,01	0,0001	0,00	0,01	0,03	0,02
Roraima	0,05	0,02	0,01	0,02	0,01	0,03	0,04	0,17	0,02	0,24	0,08	0,01	0,05	0,07	0,28	0,22	0,27	0,39
Tocantins	-	-	0,0003	0,0001	-	0,05	0,07	0,09	0,07	0,02	0,05	0,08	0,04	0,07	0,03	0,01	0,02	0,02
Nordeste	**0,30**	**0,44**	**0,37**	**0,44**	**0,37**	**0,41**	**0,36**	**0,48**	**0,40**	**0,36**	**0,34**	**0,42**	**0,42**	**0,36**	**0,52**	**0,49**	**0,54**	**0,56**
Alagoas	0,08	0,10	0,14	0,22	0,23	0,22	0,19	0,13	0,17	0,18	0,16	0,17	0,27	0,14	0,26	0,11	0,12	0,12
Bahia	0,69	0,76	0,88	0,97	0,93	1,06	0,93	1,10	0,56	0,47	0,48	0,72	0,60	0,62	0,74	0,77	0,81	0,79
Ceará	0,07	0,16	0,10	0,17	0,12	0,20	0,17	0,57	0,60	0,42	0,41	0,38	0,61	0,40	0,75	0,48	0,49	0,58
Maranhão	0,02	0,82	0,22	0,54	0,005	0,14	0,14	0,13	0,18	0,17	0,19	0,17	0,23	0,26	0,37	0,30	0,39	0,33
Paraíba	0,26	0,22	0,20	0,22	0,28	0,23	0,31	0,35	0,38	0,57	0,54	0,72	0,79	0,49	0,56	0,71	0,86	0,98
Pernambuco	0,42	0,52	0,36	0,34	0,23	0,19	0,19	0,28	0,51	0,39	0,30	0,40	0,29	0,26	0,49	0,44	0,51	0,43
Piauí	0,001	0,01	0,01	0,01	0,02	0,06	0,08	0,03	0,02	0,04	0,03	0,01	0,04	0,08	0,05	0,19	0,40	0,16
Rio Grande do Norte	0,21	0,23	0,08	0,04	0,07	0,10	0,05	0,06	0,16	0,27	0,26	0,30	0,37	0,31	0,36	0,46	0,62	0,90
Sergipe	0,002	0,01	0,02	0,07	0,11	0,04	0,01	0,03	0,06	0,23	0,22	0,10	0,11	0,10	0,07	0,10	0,01	0,14
Sudeste	**2,95**	**3,03**	**2,84**	**2,50**	**2,03**	**1,94**	**1,82**	**2,25**	**2,19**	**2,18**	**2,22**	**2,53**	**2,58**	**2,50**	**2,65**	**3,12**	**3,04**	**2,91**
Espírito Santo	-	-	0,07	0,04	0,01	0,04	0,06	0,09	0,06	0,11	0,14	0,15	0,17	0,20	0,09	0,27	0,24	0,43
Minas Gerais	0,29	0,34	0,15	0,09	0,17	0,22	0,30	0,47	0,51	0,50	0,46	0,61	0,45	0,41	0,38	0,32	0,35	0,66
Rio de Janeiro	1,58	1,08	0,83	0,71	0,61	0,59	0,63	0,90	0,90	1,09	0,96	1,04	1,10	1,02	1,20	1,42	1,53	1,19
São Paulo	4,54	4,90	4,58	4,25	3,43	3,24	3,00	3,57	3,41	3,21	3,36	3,94	4,13	4,11	4,33	5,06	4,89	4,64
Sul	**0,54**	**0,72**	**0,58**	**0,59**	**0,75**	**0,79**	**0,74**	**0,87**	**0,77**	**1,07**	**1,02**	**0,97**	**0,98**	**0,77**	**0,78**	**0,90**	**0,91**	**0,87**
Paraná	0,76	1,14	1,39	1,33	1,72	1,55	1,52	1,87	1,57	2,25	1,86	1,75	1,94	1,45	1,71	1,70	1,74	1,68
Rio Grande do Sul	0,61	0,65	0,11	0,11	0,25	0,30	0,17	0,18	0,12	0,21	0,27	0,28	0,23	0,22	0,24	0,21	0,21	0,16
Santa Catarina	0,04	0,13	0,26	0,37	0,17	0,54	0,59	0,70	0,83	1,21	1,59	1,32	1,17	0,86	0,81	1,02	0,80	0,83
Centro-Oeste	**0,01**	**0,01**	**0,02**	**0,03**	**0,11**	**0,09**	**0,08**	**0,14**	**0,22**	**0,31**	**0,31**	**0,21**	**0,27**	**0,27**	**0,33**	**0,20**	**0,27**	**0,35**
Distrito Federal	0,01	0,01	0,02	0,04	0,08	0,05	0,02	0,20	0,35	0,54	0,56	0,11	0,19	0,21	0,31	0,05	0,03	0,22
Goiás	-	-	-	0,002	0,05	0,02	0,01	0,07	0,18	0,23	0,17	0,28	0,35	0,24	0,17	0,19	0,40	0,41
Mato Grosso	0,04	0,04	0,001	0,04	0,22	0,20	0,22	0,17	0,19	0,25	0,34	0,30	0,16	0,17	0,12	0,30	0,30	0,36
Mato Grosso do Sul	-	-	0,04	0,05	0,12	0,13	0,13	0,12	0,12	0,11	0,15	0,15	0,40	0,57	1,00	0,35	0,41	0,39

Figura 1 - Elaboração: Coordenação de Indicadores e Informação (COIND) - CGGI/DGE/SEXEC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Fonte: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/recursos_aplicados/governos_estaduais/2_3_8.html?searchRef=percentual%20dos%20dispendios%20em%20pesquisa%20e%20desenvolvimento&tipoBusca=expressaoExata

Sendo a universidade um espaço de produção e troca de conhecimento, a UFMS é uma importante fonte de informações científicas em Mato Grosso do Sul. São utilizados os veículos de comunicação tradicionais como a televisão e o rádio, além dos portais da Internet para a divulgação de seus programas e pesquisas científicas. A comunicação institucional tem como papel a divulgação da Universidade, bem como de seus projetos desenvolvidos e conhecimentos produzidos.

Além da UFMS o Estado de Mato Grosso do Sul conta com outras instituições de divulgação científica como a própria FUNDECT, que possui um site contendo informações sobre editais e bolsas, mas também notícias sobre projetos e pesquisas da região. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul também disponibiliza em seu site uma página – MS em Pesquisa – destinada a divulgar ações de pesquisas científicas assim como a Secretaria de Estado de Educação (SED), que divulga notícias e conteúdos educativos em sua página.

Metodologia

Esta pesquisa, quanto a sua metodologia, se caracteriza como uma pesquisa exploratória que tem como objetivo explorar e proporcionar maior familiaridade com o problema em questão. Este método é utilizado de modo a proporcionar uma maior proximidade do pesquisador com o universo do objeto de estudo, oferecendo informações e orientações para se formular novas ideias e hipóteses.

> Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (GIL, 2008 p.27).

Sabendo-se que o termo divulgação científica é utilizado para designar a difusão do conhecimento das ciências para o público não especializado, esse trabalho classificará as notícias de divulgação científica como sendo aquelas em que há o debate ou exposição de pesquisas, ou ideias para construção do conhecimento e desenvolvimento humano.

Para a verificação de valores utilizados e informações sobre despesas e produções científicas, utilizamos de dados apresentados pelo site da FUNDECT. Além disso, foi realizada uma relação dos sites das Instituições em que o debate científico se apresenta em uma página ou programa dedicado a divulgação da ciência e uma pesquisa de coleta de dados e de suas redes sociais.

Assim, foi realizada uma pesquisa exploratória buscando mapear a disseminação da divulgação científica e seus impactos sociais e culturais no desenvolvimento local e regional. Espera-se que com esses dados consiga-se contribuir com as discussões dos impactos de Ciência, Tecnologia e Inovação e promover uma maior atenção para esse campo ainda pouco explorado.

Resultados

A Ciência, Tecnologia e Inovação é considerada um instrumento de produção do desenvolvimento social e econômico em Mato Grosso do Sul (CONSTANTINO; MENDES; SANTOS, 2018). Em 2018 foram contabilizadas no Estado 25 instituições de ensino, ciência, tecnologia e inovação, como mostra a Figura 2, sendo que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) é a principal ligada diretamente ao governo do Estado.

Além dessas instituições de ensino, ciência, tecnologia e inovação existem também algumas que fomentam a divulgação e popularização da ciência para o Estado, promovendo estratégias para promoção e articulação entre empresas e as Universidades, tendo em vista a melhoria da educação. No Estado foram mapeadas 6 instituições que disponibilizam em suas páginas digitais, programação sobre a divulgação científica da região, dentre essas à Assembleia Legislativa; FUNDECT; Secretaria de Estado de Educação (SED); Feira de Tecnologias, Engenharias e Ciências de Mato Grosso do Sul (FETEC MS); Governo do Estado de MS e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO).

A Assembleia Legislativa possui um programa especialmente destinado para o debate científico, o MS em Pesquisa. O programa de televisão quinzenal foi inaugurado em julho de 2018 e além dos

episódios no canal 9 da NET[109] na TV ALMS o conteúdo fica disponível no site e canal do YouTube oficial da Assembleia.

Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação – MS
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFGD – Universidade Federal da Grade Dourados
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados
Faculdade Estácio de Sá
FACSUL – Faculdade Mato Grosso do Sul
Instituto Qualittas de Pós-Graduação
IPOG – Instituto de Pós-Graduação
CNPGC - Embrapa Gado de Corte
CPAP - Embrapa Pantanal
CPAO - Embrapa Agropecuária Oeste
FIOCRUZ-MS - Fundação Oswaldo Cruz MS
AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
IAGRO - Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal
Fundação MS
Fundação Chapadão
ESP - Escola de Saúde Pública de Mato Grosso do Sul
FMB - Fundação Manoel de Barros
Instituto Senai da Inovação – ISI Biomassa
Instituto Senai de Tecnologia – IST Alimentos
Fundação Tuiuiú
FINOVA – Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação

Figura 2 - Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação no Mato Grosso do Sul. Fonte: http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_25/Michel%20Constantino%20(10).pdf

[109] Empresa de Telecomunicação.

Outro órgão que divulga a ciência no Estado é a FUNDECT, que lançou ainda em 2020 o programa Mídia Ciência, em parceria com a UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), que tem como objetivo popularizar a produção científica da região. O projeto de jornalismo científico conta com um site[110] onde são publicadas notícias e vídeos ligados a projetos, pesquisas e até entrevistas com especialistas, dando dicas e informações científicas.

Já a Secretaria de Estado de Educação, além de seu site[111] oficial no qual disponibiliza notícias vinculadas a estudos, pesquisas e projetos científicos, possui também um canal no YouTube com vídeos educativos onde disponibiliza aulas e promove a cobertura de feiras culturais.

A Feira tecnológica estudantil da região de Mato Grosso do Sul (FETEC), além de sua página nas redes sociais do Facebook e Instagram e seu site[112] oficial onde divulga notícias e informações sobre editais e até dicas sobre projetos, começou em 2020 a produzir Podcasts[113] na plataforma de *streaming* Spotify[114] onde traz especialistas do mundo científico para debater assuntos da área.

E enfim, o site[115] oficial do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, dispõe de uma categoria dentro de sua página de notícias sobre a Ciência e Tecnologia, assim como a SEMACRO, que é um órgão estadual e além de fomentar investimentos executa e coordena ações na área da indústria, comércio e meio ambiente. Possui em seu site[116] uma página reservada para notícias com uma categoria separada para a Ciência, Tecnologia e Inovação com informações sobre pesquisas e investimentos no estado, além também de uma página na rede social Facebook.

Por fim, além das Instituições de ensino e fomento a pesquisa e divulgação científica, foi implantado no Estado o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de aproximar os setores produtivos e científicos do Estado. Com o intuito de promover articulações e fortalecer relações, foram criados alguns projetos

[110] Disponível em: https://www.midiaciencia.com/. Acesso em: 15 jul. 2020.
[111] Disponível em: https://www.sed.ms.gov.br/. Acesso em: 15 jul. 2020.
[112] Disponível em: http://fetecms.com.br/. Acesso em 15 jul. 2020.
[113] Conteúdo em áudio publicado no formato multimídia na Internet.
[114] Serviço de streaming de música, vídeo e Podcast.
[115] Disponível em: http://www.ms.gov.br/. Acesso em 15 jul. 2020.
[116] Disponível em: https://www.semagro.ms.gov.br/. Acesso em 15 jul. 2020.

como o Bioeconomia, destinado à pesquisa da biodiversidade; o Tecnosocial, com o objetivo de promover o desenvolvimento territorial sustentável e o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação, que assessora o Governador do Estado nas diretrizes políticas de CT&I.

Considerações Finais

O objetivo proposto neste estudo de expor as especificidades do Estado de Mato Grosso do Sul realizando um panorama das instituições de divulgação científica e compartilhamento de conhecimento e pesquisas, possibilita a oportunidade de se conhecer melhor suas competências científicas além também de proporcionar uma visão mais geral e visibilidade aos trabalhos realizados.

A realização da pesquisa bibliográfica sobre o tema que chegou ao estudo de Rocha e Ferreira (2004) confirmando a importância dos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento local e regional, aponta a necessidade de uma visão panorâmica e a importância de seu mapeamento para a comunidade científica e a sociedade leiga em geral.

Para tanto se tornam prioritárias ações e investimentos, sendo fundamental o apoio de instituições e cooperação de programas e secretarias, fomentando o debate de ideias e desenvolvendo parcerias que promovam essa colaboração.

O mapeamento será para os estudos em divulgação científica regional um instrumento facilitador de acesso e fonte de conhecimento, além ainda de proporcionar visibilidade e apontar onde o conhecimento se encontra e quem o produz.

A valorização da Ciência, Tecnologia e Inovação por parte da população em um Estado, se desenvolve com o seu conhecimento. Sendo assim, aproximar as pesquisas da sociedade faz com que se promova uma melhor relação entre os pares. Por isso a divulgação científica se torna tão importante e disseminá-la em meios onde o público se apresenta facilita ainda mais esse vínculo.

Portanto, as instituições que fomentam as pesquisas não são apenas divulgadoras científicas, elas estão conectando pessoas ao conhecimento e levando-o adiante. No Mato Grosso do Sul as instituições que divulgam a ciência apontam para onde está o conhecimento, enquanto possibilitam à comunidade científica e à sociedade o acesso às pesquisas a partir de suas publicações e produções midiáticas.

Referências

Bueno, W. (1988). Jornalismo científico no Brasil: aspectos teóricos e práticos. São Paulo: ECA/USP.

Constantino, M., Mendes, D. R., & Santos, F. K. (2018). Impacto das políticas de ciência, tecnologia e inovação no Mato Grosso do Sul. UNIEURO, Brasília, número 25 (Especial). Disponível em: http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_25/Michel%20Constantino%20(10).pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

Duarte, J., & Barros, A. (2005). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas.

Ferreira, L., & Queiroz, S. (2012). Textos de divulgação científica no ensino de ciências: uma revisão (Vol. V). Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia.

França, G. M., Sardinha, A. C., Filho, R., & Chaves, L. (2010). A experiência do Núcleo de Jornalismo Científico da UFMS. Revista PJ: Br ano VII, Nº 13.

GIL, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas.

Lemos, D., & Cário, S. (2013). A Evolução das Políticas de Ciência e Tecnologia no Brasil e a Incorporação da Inovação. Rio de Janeiro.

Mora, A. (2003). A divulgação da ciência como literatura. Rio de Janeiro: Casa da Ciência Editora: UFRJ.

Rocha, E., & Ferreira, M. (2004). Indicadores de ciência, tecnologia e inovação: mensuração dos sistemas de CTeI nos estados brasileiros (Vol. XXXIII). Brasília: Ciência da Informação.

Schwartzman, S. (1993). Ciência e tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global. São Paulo.

Traços Urbanos: uma Análise do Uso da Debreagem Narrativa na Imagem-fluxo

Urban Traits: An Analysis of the Use of Narrative Debris in the Image-flow

Alexandre Schirmer Kieling[117]

Kênia Cardoso Vilaça de Freitas[118]

Amanda Caroline Rodrigues[119]

Clarissa Trein de Almeida[120]

Resumo: Nesse artigo, propomos a realização do estudo de caso do documentário e do aplicativo desenvolvidos para a televisão digital: "Traços urbanos". Este documentário interativo aborda o universo da arte de rua, sobretudo do graffiti, no Distrito Federal. Partindo da experiência prática de planejar e realizar esses produtos de forma simétrica, lançamos nesse texto algumas reflexões sobre as suas narrativas tentando situá-las no universo do audiovisual contemporânea no geral, e das transformações do universo televisivo, em particular. Discutiremos também o conceito de debreagem narrativa, que foi chave no desenvolvimento dos produtos (documentário e aplicativo) de forma complementar.

Palabras Clave: Televisão Digital, Documentário, Arte Urbana.

[117] Professor da Universidade Católica de Brasília. Doutor em Comunicação. Brasil. E-mail: alexandrek@ucb.br.
[118] Pós-doutoranda CAPES/PNDP da Universidade Católica de Brasília. Doutora em Comunicação. Brasil. E-mail: kenialice@gmail.com.
[119]Pesquisadora do Grupo de Pesquisa de Conteúdo Digital Transmidiatico e Interativo. Mestra em Comunicação (UCB), Bolsista Capes. Brasil. E-mail: amandarodrigues.jornalista@gmail.com.
[120] Mestranda da Universidade Católica de Brasília. Especialista em TV Digital. Brasil. E-mail: claryalmeida@gmail.com.

Abstract: In this article, we propose the analyse the documentary and the application developed for the digital television: "Urban Traits".This interactive documentary addresses the universe of street art, especially graffiti, in the Federal District.Starting from the practical experience of planning and carrying out these products jointly, we have developed in this text some reflections on its narratives trying to situate them in the universe of contemporary audiovisual in general, and the transformations of the television universe, in particular. We will also discuss the concept of narrative debris, which was key in the development of products (documentary and application) in a complementary way.

Key words: Digital Television Documentary, Urban Art.

Nesse artigo nos propomos a pensar questões pertinentes à construção narrativa audiovisual contemporânea. Partiremos de um estudo de caso do documentário e do aplicativo feitos para a televisão digital: “Traços urbanos”. Este documentário interativo aborda o universo da arte de rua, sobretudo do graffiti, no Distrito Federal. O filme e o aplicativo foram desenvolvidos de forma conjunta e complementar pelo nosso Grupo de Pesquisa de Narrativas Interativas e Transmidiáticas do Mestrado em Comunicação da Universidade Católica de Brasília, com financiamento do projeto Global ITV - consórcio que une universidade brasileiras e instituições europeias.

A narrativa do documentário (que tem cerca de 15 minutos) trata sobre as mudanças que o universo da arte urbana sofreu nos últimos 30 anos e as características específicas da cena atual na cidade de Brasília e no seu entorno. Para isso, o filme foca-se em quatro personagens, os grafiteiros: Satão, Toys, Omik e Siren. Em entrevistas, estes falam sobre a experiência de grafitar pelas ruas de Brasília, pensando na relação espacial de uma cidade projetada para ser suspensa em muitos de seus prédios. De forma complementar, o aplicativo pensando para o ambiente de interatividade da TV Digital, fornece informações extras sobre a arte de rua (tanto sobre os artistas

entrevistados e as suas obras, com um portifólio e geolocalização, quanto sobre os aspectos estéticos e técnicos da arte).

Partindo da experiência prática de planejar e realizar ambos produtos de forma combinados, lançamos nesse texto algumas reflexões sobre essas narrativas. Como esse documentário feito para a televisão pode ser pensado a partir das características que marcam o audiovisual e as imagens em movimento contemporâneos? De que forma a inserção de debreagens narrativas reconfiguram essas imagens em fluxo dentro do próprio documentário? E para fora dele, no aplicativo interativo o que pode ser considerado fluxo que atravessa as modalidades narrativas e dos dispositivos e o que é interrupção ou quebra? Essas são algumas questões que pretendemos responder ao longo desse texto. Para isso, começaremos por descrever de forma um pouco mais detida a estrutura do documentário e do aplicativo. Em seguida, levantaremos brevemente algumas características das imagens audiovisuais contemporâneas, tendo o fluxo como um dos seus elementos definidores. Por fim, pensaremos como as formas de interatividade na narrativa televisual podem ser encontradas no aplicativo do "Traços Urbanos" e como estas podem criar outras camadas narrativas.

Cabe para isso retomar as ideias de *artefato diegético* (Smith, 2009) e *extensões diegéticas* (Askwith, 2007). Os artefatos diegéticos caracterizam todo elemento que possa ser entendido como um objeto presente no universo da narrativa, mas que se apresente também como disponível e funcional no mundo real. Sendo dessa forma objetos que têm significado explícito no núcleo narrativa televisiva. As extensões diegéticas seriam os objetos que não aparecem na narrativa principal, mas são apresentados como se eles existissem dentro da diegética no espaço do programa. As duas operações nos parecem estar presentes quando pensamos a articulação aplicação e documentário no "Traços Urbanos".

Traços Urbanos: processo de construção da narrativa

Conforme já dissemos, o documentário e o aplicativo foram pensados de formas simultâneas e para serem complementares em seus funcionamentos. Assim, o uso da interatividade no aplicativo é condicionada à narrativa do documentário, aparecendo como opção apenas nos momentos de debreagem

(pausa narrativa) do filme e ficando disponível por um limite de tempo pré-estabelecido. Essas debreagens, podem tanto levar o espectador a navegação pelo hipertexto (Figura 1), quanto à um momento de contemplação de obras de arte urbana no contexto da cidade, mantendo o fluxo no próprio documentário (Figura 2).

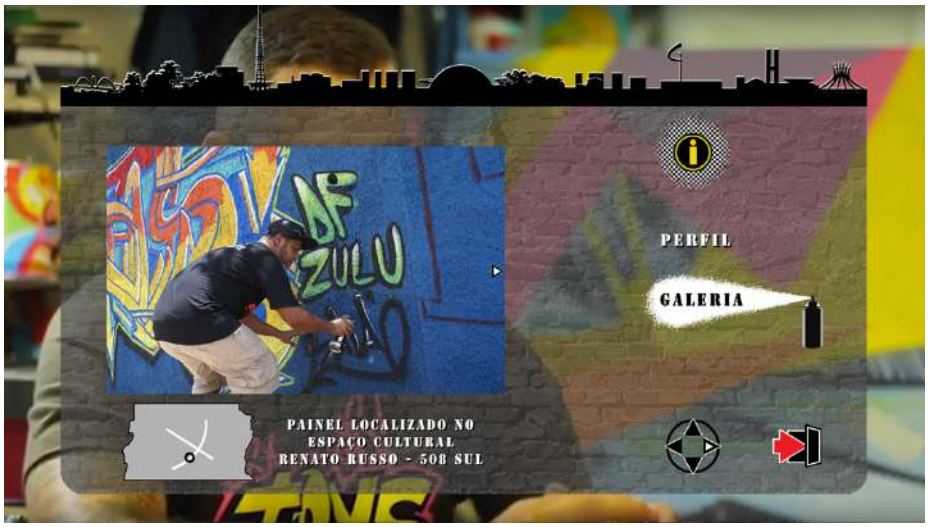


Figura 1. Debreagem pela Navegação no Aplicativo.

Figura 2. Debreagem pela contemplação de obras de arte urbana no contexto da cidade.

Figura 3. Menu de acesso ao perfil dos artistas Satão e Toys

Nas duas modalidades, o recurso constitui uma ruptura da interrupção do fluxo narrativo. Essas rupturas dividem os três blocos do documentário. Assim, no primeiro bloco são apresentados os personagens dois dos personagens: Satão e Toys. E a interatividade oferecida é o acesso ao perfil e galeria de obras desses dois grafiteiros (Figura 3).

No segundo bloco, os entrevistados são Omik e Siren – e a interetividade com acesso ao perfil e galeria passa a ser sobre esses dois artistas. No terceiro e último bloco, os quatro aparecem comentando os aspectos gerais das suas experiências de fazer arte de rua no DF. Ao final desse bloco, a interatividade oferece acesso a todos os quatro perfis e também duas novas opções: o menu chamado “kit graffiti”, que apresenta uma lista de materiais necessários para a prática da atividade (Figura 4) e um menu de links (Figura 5), que oferece através do QR code acesso ao perfil das redes sociais dos artistas.

Figura 4. *Menu Kit Graffiti.*

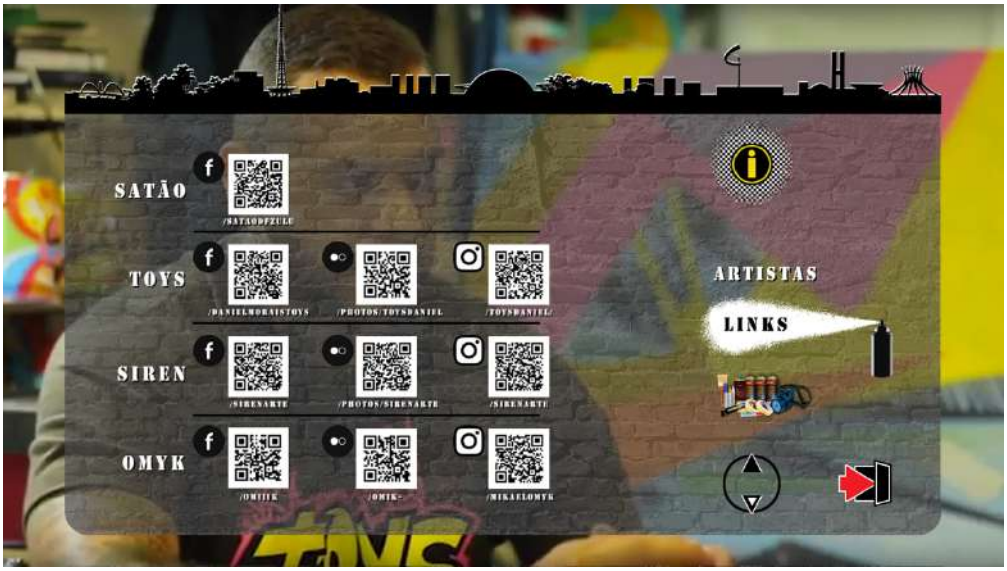


Figura 5. *Menu links.*

Uma parte importante do processo foi dedicada pensar as formas de estimular e também pensar as codificações dos espectadores na nevegação do aplicativo. Se a interatividade em segunda tela (por tablets, computadores ou celulares) tem a interface de uso com o espectador/usuário de forma cada vez mais automatizada (esses dispositivos são constantemente utilizado para funções semelhantes); a interatividade pela televisão ainda nos parece pouco codificada. Por isso, nos propusemos a testar uso de botões variados do controle remoto para as funções as quais estes estão previamente destinados (ainda que a utilização pelo espectador televisivo seja rara). Assim, a nevegação ocorre da seguinte forma: os botões de cores amarela (C) e vermelha (A) do controle remoto são a base para a entrada e a saída do aplicativo. Como alternativa também pode-se usar o Enter (OK) com a mesma função do amarelo, no início da interatividade. O desenho do botão da Interatividade foi feito com a cor amarela de forma proposital e o seu estado não se altera (é possível conferir a cor na Figura 4). E não existe a opção de acionar o sair por meio de setas do controle remoto, apenas pelo botão vermelho (daí sua cor na interface desenhada).

Esse conceito foi proposto pelo designer da interface interativa, o pesquisador Moacir Macedo, para reforçar o uso dos botões coloridos como parte importante nas funções da navegação. Como já explicado, interessa-nos observar como o espectador televisivo entenderá a codificação da interface de forma que consiga navegar adequadamente pelo aplicativo. Assim, o botão Amarelo sempre faz o aplicativo retornar ao início da Interatividade, na debreagem em que estiver (qualquer uma das três existentes).

No desenho do aplicativo, Moacir Macedo também estabeleceu dois caminhos de navegação: um vertical, para escolher as opções com as setas “Para cima” e “Para baixo”; e outro horizontal, com as setas “Para direita” e “Para esquerda”, que permitem fazer a navegação pelos itens internos de cada opção, quando elas oferecem tal navegação (por exemplo nas fotos das Galerias, nos itens do Kit Graffiti e nos Artistas disponíveis na terceira e última debreagem). Assim, as setas de navegação horizontal só aparecem quando existem as opções citadas, nunca para mudar de nível ou de opções na Vertical (no rodapé direito da Figura 4 podemos ver a opção de todas as direções de setas ativadas, enquanto no

mesmo local da Figura 5 está disponível apenas a navegação pelas setas verticais).

A partir dessa proposta de navegação, o nosso objetivo foi o de testar como a interatividade pode ser incorporada como uma camada narrativa intrínseca ao conteúdo narrativo da TV – alinhando os dois tipos de conteúdo. Dessa forma, tanto o aplicativo, quanto o documentário foram pensados como pilotos – e, assim, podem ser expandidos para outras versões e/ou terem conteúdos acrescentados (por exemplo, pensando o universo do graffiti em outra cidade para além de Brasília ou incorporando novos artistas à narrativa).

Feita essa breve apresentação do conteúdo e das formas de funcionamento da aplicação no "Traços Urbanos", nos propomos a seguir a pensar o uso dessa debreagem como um recurso narrativo na incorporação de outras camadas de conteúdo (nesse caso, o aplicativo de interatividade) ao fluxo do documentário. De que forma a interatividade pode complementar o sentido da narrativa audiovisual? A sobreposição dessas camadas é uma forma de interrupção do fluxo para o espectador? Ou a utilização de recursos e dispositivos múltiplos já está incorporada ao fluxo da imagem contemporânea? Estas são algumas das questões que abordaremos. Para começar, é importante definir algumas características das imagens audiovisuais atuais, que estão presentes no documentário e aplicativo interativo em questão.

Do maneirismo à imagem-fluxo

Comecemos então esse mergulho no audiovisual contemporâneo pelo cinema. "Nem a profundidade simulada da imagem rasa, nem a distância real da imagem em relação ao espectador, mas a possibilidade oferecida a este de deslizar lentamente ao longo das imagens que deslizam elas mesmas umas sobre as outras" (Daney, 2007, p. 233), é nessas palavras que Serge Daney define a relação contemporânea entre o cinema e o seu espectador, no que ele chamou de "o terceiro tipo de cenografia cinematográfica" – uma fase que sucede o cinema clássico e o moderno. Assim, depois das imagens profundas do cinema clássico (no qual o pacto com o espectador baseava-se na pergunta: "o que há para ver atrás da imagem?") e das imagens autoevidentes do cinema moderno (quando a pergunta desloca-se para: "o que há para ver nas imagens, afinal?"), o autor acredita que no início dos anos de 1980 estamos diante de

uma nova fase (em que a pergunta se tornou: "que imagem está atrás da imagem?"). Para Daney, trata-se de um cinema de imagens barrocas, maneiristas.

Esse curto, porém denso, texto de Daney – "A rampa (Bis)" (Daney, 2007) – é um dos pontos retomados por Gilles Deleuze em sua "Carta a Serge Daney: otimismo, pessimismo e viagem", publicada originalmente em 1986 (Deleuze, 1992). Na epístola Deleuze revisita as três cenografias cinematográficas daneysianas para discutir as potências da imagem contemporânea. Para Deleuze, a encenação maneirista seria marcada pela "formação profissional do olho, um mundo de controladores e controlados que se comunicam através da admiração pela técnica, nada além da técnica" (Deleuze, 1992, p. 93). Ou seja, por espectadores de certa forma analíticos: que procuram na imagem dos filmes as outras imagens que deslizam dentro dessa. Mas, ao mesmo tempo, a mise en abîme de imagens deixaria perdido esse espectador em seus mecanismos, na "admiração pela técnica", no controlar e ser controlado pela multiplicidade de telas.

Para Deleuze a resolução desse impasse (entre um espectador analítico/controlador e um espectador perdido entre imagens/controlado) passaria pela criação de uma arte do controle, que se desenvolveria pela hibridização das imagens: "Seria preciso que o cinema deixasse de fazer cinema, que estabelecesse relações específicas com o vídeo, a eletrônica, as imagens digitais, para inventar a nova resistência e se opor à função televisiva de vigilância e de controle" (Deleuze, 1992, p. 98). O autor descreve estas novas imagens – da televisão, do vídeo, do computador – como uma espécie de fluxo contínuo:

> As novas imagens já não têm exterioridade (extra campo), tampouco interiorizam-se num todo: têm, melhor dizendo, um direto e um avesso, reversíveis e não passíveis de superposição, como um poder de se voltar sobre si mesmas. Elas são objeto de uma perpétua reorganização, na qual uma nova imagem pode nascer de qualquer ponto da imagem precedente (DELEUZE, 1990, p. 315).

Ainda que comece por destacar elementos técnicos, Deleuze acredita que estas novas imagens ganham força e autonomia por estarem a serviço de "uma poderosa vontade de arte" – possivelmente tão potente quanto a inflexão da imagem-movimento (cinema clássico) para a imagem-tempo (cinema moderno). Atualizando a

taxionomia deleuzena, Raymond Bellour (2008, p. 17) batiza essas novas imagens como imagens-fluxo, no sentido de que fluem e refluem livremente. Seria uma imagem "globalizada pela revolução informática", que foge constantemente dos limites materiais do seu dispositivo – uma imagem feita para a televisão que é exibida no cinema; ou uma imagem da internet que é incorporada a um filme; etc.

O fluxo livre de imagens/dados não teria sido possível sem um elemento comum que uniu o cinema, a televisão, o vídeo e a informática: a tela. Esta superfície, ou mesa de dados, foi o grande local de convergência das novas imagens. E é dessa premissa que partem Gilles Lipovetsky e Jean Serroy em seu livro A tela global, no qual investigam como a emergência e a proliferação de novas telas influenciaram a grande tela do cinema. Para Lipovetsky e Serroy (2009) não há dúvida de que o cinema foi a principal arte do século XX. Mas os autores apontam que desde a metade desse século a tela grande do cinema passou a conviver com um número cada vez mais diverso de outras telas: "Em menos de meio século passamos da tela-espetáculo à tela-comunicação, de uma tela ao tudo-tela" (Lipovetsky & Serroy, 2009, p. 11). Estaríamos vivendo, dessa forma, em um período em que os autores denominam tela global: "Tela de vídeo, tela em miniatura, tela gráfica, tela nômade, tela tátil: o século que começa é o da tela onipresente e multiforme, planetária e multimidiática" (Ibdem, p. 12). Esse período caracteriza-se por uma grande mutação cultural, que, segundo os autores, afeta não só o campo da arte, mas a própria existência.

Lipovetsky e Serroy associam essa inflexão do cinema contemporâneo com outras esferas, o que eles chamam de hipermodernidade. Esta mudança envolveria, "num movimento sincrônico e global, as tecnologias e os meios de comunicação, a economia e a cultura, o consumo e a estética" (Ibdem, p. 23). O interessante neste ponto de vista é destacar não só como o cinema se transformou por influência dos campos da comunicação, das novas tecnologias e da nova organização econômica e social do final do século XX, mas também como essas áreas foram afetadas pelo cinema. Assim, se Deleuze e Daney se preocupam em como a televisão, a imagem eletrônica ou o computador criaram uma ruptura na cenografia cinematográfica, para Lipovetsky e Serroy a questão se inverte para: como o cinema alterou, inventou, transformou não só as outras mídias à sua volta, mas a própria

existência. Para Lipovetsky e Serroy, é quando o cinema perde sua preponderância absoluta nos campos artísticos e culturais que sua influência global aumenta. Em outras palavras, o mundo não faz cinema, ele é cinema.

Partindo destas premissas, os autores propõem, entre outros, os conceitos de imagem-excesso e de imagem-distância. Essa imagem-excesso estaria ligada à dinâmica hiperbolização do ritmo, dos planos, da montagem, da faixa sonora etc. A busca cada vez maior por velocidade e imagens extremas de sexo, de violência, do choque. Acreditamos que esta imagem-excesso relaciona-se diretamente com o que Raymond Bellour chamou de imagem-fluxo. Ambos os conceitos tentam dar conta das imagens contemporâneas, caracterizadas por uma circulação intensa e que de certa forma buscariam transbordar os seus próprios limites. Mas, enquanto o termo imagem-fluxo é cunhado por Bellour para descrever uma cine-instalação, ou seja, uma forma especializada de arte contemporânea, a imagem-excesso estaria em um universo muito menos seletivo. Para os autores, estas imagens são efeito das novas tecnologias, principalmente da digitalização, e têm como passarela os efeitos especiais dos blockbusters hollywoodianos. Os sons graves e a intensidade extrema de imagens desses filmes atingiriam o espectador diretamente em seu corpo e sistema sensorial – "o audiovisual prevalece aqui sobre as palavras, o amplificador sobre a história, a sensação pura sobre a compreensão" (Ibdem, p. 74).

Já a imagem-distância seria, para Lipovetsky e Serroy, o terreno da autorreferencialidade: "Cinema dentro do cinema, cinema sobre o cinema, autocinema, pericinema, metacinema" (Ibdem, p. 67), e poderíamos dizer o vídeo dentro do vídeo, o televisivo dentro do televisivo e assim respectivamente. Nada mais próximo do maneirismo de Serge Daney: quando atrás de uma imagem não há nada além de outra imagem e a narrativa audiovisual desliza sobre o audiovisual. Também como Daney, os autores enxergam nas novas mídias um fator determinante para esse processo: "A diferença de suporte permite, com a granulação particular da imagem de vídeo e da imagem digital em relação à película, toda uma gama de variações que colocam um tipo de imagem em concorrência com outro" (Ibdem, p. 128). A convergência entre as imagens levaria a metáfora de um filme dentro do outro à sua literalidade técnica.

No entanto, é necessário destacar que para que a alusão, a citação, o pastiche, a metalinguagem – todas as piscadas de olhos e olhares direto para a câmera – funcionem é preciso a participação ativa de um espectador consciente em busca do que observar. De um espectador "cultivado pela mídia", com quem se estabelece uma cumplicidade, como sugerem os autores. Sem este comprometimento espectatorial, os jogos, as mise en abîmes e os outros efeitos similares passariam despercebidos. Nessa perspectiva, a desaceleração presente no documentário "Traços Urbanos" busca oferecer esse espaço para o olhar inquieto e adiciona a opção do aplicativo informacional. De certa forma, é preciso que o espectador encontre prazer nesse processo de desvendar imagens, que se assuma como descobridor das imagens escondidas. Que esse espectador passe, ao mesmo tempo, por uma adesão à narrativa – aceite o jogo em questão – e um distanciamento seguro – acredite que continuam sendo apenas imagens.

Em "Traços Urbanos", a câmera diante da obra de rua em amplitude aberta de lente serve para compor a impermanência da dinâmica urbana gerando um espaço de busca e observação a disposição dos impulsos e desejos do espectador. Se pela opção da interatividade do aplicativo o espectador é convidado ao movimento (ao deslocamento para novas informações e imagens), pela debreagem interna ao documentário a proposta é de imersão – de deslocamento dentro da própria imagem. Cada debreagem composta de quatro planos longos (de cerca de 30 segundos) em que a câmera permanece parada e o que se move é a cidade. No quadro, cabe ao espectador o prazer do jogo, da busca: onde está o graffiti? Como esse compõe um cenário com a cidade que pulsa? Que fluxos urbanos são esses de pessoas e carros?

Nesse sentido, nos parece fundamental pensar de forma mais detida que fluxo é esse que atravessa a imagem contemporânea e como esse se relaciona com os processos de interação do espectador. Partimos então da análise da pesquisadora Gabriela Freitas, que definirá o fluxo das imagens na artemídia não só como conceito, mas como uma manifestação estética. Para Freitas é "na interação que constitui a experiência do participador com a obra (por meio de aparatos tecnológicos) existe uma produção de subjetividade que funda um dos muitos sujeitos contemporâneos, no caso, um sujeito em fluxo" (Freitas, 2014, p. 15). Mas esse

fluxo não abarcaria apenas uma noção de deslize ou continuidade, voltando a Heráclito, Gabriela Freitas defende que "a noção de fluxo abarca o contrário, que seria convergente; é do encontro dos contrários que surge a verdadeira harmonia" (Ibdem, p. 2). O fluxo contemporâneo pode ser concebido de uma forma não contínua, mas como algo que sofre interrupções, rupturas. E essa marcação levaria a existência do ritmo e da oscilação dentro do próprio fluxo. Por essa relação passaria o aspecto humano e o tecnológico. Gabriela Freitas defende que esses aspectos: "devem ser tomados não como contrários, mas como complementares. Ou, como propõe um pensamento do fluxo, num embate que permaneça na harmonia/desarmonia entre contrários" (Ibdem, p. 175).

Essa acepção do fluxo contemporâneo nos parece fundamental pois ela reconcilia a ideia do fluxo entendido como o as imagens que deslizam sobre o referencial de outras imagens (Daney, 2007; Lipovetsky & Serroy, 2009) ou deslocam-se em grande quantidade por plataformas híbridas (Bellour, 2008) com a necessidade de pensá-las a partir também das suas interrupções/intervalos (e dos ritmos que esses constroem). É na mesma direção que abordagem nos permite voltar ao conceito de debreagem narrativa[121] – a partir do qual a interação documentário e aplicativo "Traços Urbanos" foi pensada.

Essa debreagem tem por objetivo justamente o de propor uma pausa que possibilite outros ritmos na fruição da narrativa documentária. Essa pode conduzir tanto para outra camada narrativa da obra (o aplicativo interativo) e assim depender diretamente da ação do espectador no uso da tecnologia para a navegação pelas opções de conteúdo; quanto para uma pausa narrativa que se desenrola na própria obra, saindo do modo de documentário de entrevista (com planos mais curtos e uma decupagem que privilegia a construção de um discurso pelos personagens) para um momento de contemplação da imagem (em que a paisagem urbana e o graffiti são apresentados ao espectador em planos mais longos, que convidam a uma imersão na imagem, na sua decifração). Em qualquer uma das opções, o efeito marca a projeção da narrativa para fora de si. E essa pausa não constitui em si uma interrupção do fluxo

[121] Pensada no sentido de Greimas que contempla qualquer intensidade de interrupção do fluxo narrativo.

narrativo, mas a criação de ritmos e camadas de sentido dentro deste fluxo.

Até agora, pensamos a criação da debreagem narrativo em "Traços Urbanos" a partir da perspectiva de análise do audiovisual do produto, ou seja, destacando a narrativa documentária como o referencial. A seguir gostaríamos de deslocar essa leitura do documentário para o aplicativo e como a debreagem narrativa pode ser analisada pela categoria de interatividade deste. Induzido pelo movimento de debreagem acoplasse a ideia de dispositivo narrativo (MIT) com a possibilidade de navegação no aplicativo vinculado à narrativa.

A debreagem narrativa como processo de interatividade

Primeiro, nos é pertinente definir que entendemos interatividade como: "processos de interação que envolvem os sujeitos da comunicação, mediados por dispositivos discursivos ou tecnológicos que apresentam recursos com ofertas interativas." (Kieling, 2009, p. 24). Essa interatividade pode ser classificada a partir de diversas categorias, levando em consideração o seu grau de simetria temporal, a forma de resposta que possibilita ao usuário e a autonomia do conteúdo disponível. Nesse sentido, retomamos aqui a análise feita pela pesquisadora (e também integrante do Grupo de Pesquisa de Narrativas Interativas e Transmidiáticas) Clarissa Trein de Almeida sobre os aspectos da interatividade no documentário e aplicativo "Traços Urbano".

Em sua categorização a pesquisadora propõe pensar a interatividade nas seguintes possibilidade:

1. Grau de controle do espectador: reativo, coativo ou pró-ativo (Rhodes & Azbell, 1985; Primo & Cassol, 1999). Nas interações reativas o controle do espectador é mínimo: as alternativas de escolhas são limitadas e oferecidas de antemão e cabe apenas a reação diante delas (a escolha de uma das opções). Nas interações coativas o espectador tem algum controle sobre a estrutura narrativa do conteúdo (pelo ritmo, ordenação das sequências, escolha da perspectiva da câmera e/ou do estilo). Nas interações pró-ativas, o controle é o mais amplo: o espectador pode intervir na estrutura e/ou no conteúdo do programa.

2. Disponibilidade e armazenamento do conteúdo (Crocomo, 2007; Ferraz, 2009): níveis local, simples e pleno. No primeiro nível (local), os dados estão armazenados no set-top-box e podem ser navegados como hipertexto na tela. No segundo nível

(simples), além do armazenamento no set-top-box, existe a possibilidade de uso de um canal de retorno pelo espectador para o envio de mensagens (mas não é um processo em tempo real). No terceiro nível (pleno), o canal de retorno pode ser utilizado em tempo real para envio e recebimento de mensagens.

3. Relação entre conteúdo do aplicativo e conteúdo do programa audiovisual (Becker & Zuffo, 2009): conteúdo fortemente acoplado, conteúdo fracamente acoplado e conteúdo desacoplado. No primeiro caso, existe uma ligação direta entre o conteúdo do aplicativo e o do audiovisual – um depende do outro para ter sentido. Essas aplicações são feitas com um momento específico de início e de fim da execução. No segundo, existe uma ligação entre o audiovisual e o aplicativo, porém não existe a determinação de um momento específico de execução. No último caso, não existe nenhuma relação entre o conteúdo do aplicativo e o conteúdo do audiovisual.

4. Sincronismo na transmissão dos dados: sincronizados, síncronos e assíncronos (Becker & Zuffo, 2009). No primeiro caso, os dados devem ser exibidos com marcação temporal precisa e dependente do fluxo audiovisual. No segundo, existe uma marcação temporal entre as informações e os dados, mas sem uma relação temporal com o fluxo audiovisual. E no último, não há uma marcação temporal associada aos dados.

5. Desenho do aplicativo (Becker & Zuffo, 2009): *overlay* de tela, redimensionamento de tela e cobertura total. No *overlay* de tela, a interação costuma aparecer no rodapé da tela e de forma sobreposta ao conteúdo audiovisual. No redimensionamento, o aplicativo ocupa 75% da tela e o conteúdo do fluxo audiovisual é redimensionado para ocupar os 25% restantes. Na cobertura total, o aplicativo ocupa a tela inteira (podendo ou não interromper também o fluxo do audio).

Seguindo esses critérios, o aplicativo "Traço Urbanos" será considerado: com o grau de controle do espectador reativo; com interatividade de nível 1 (local), com a relação entre o conteúdo interativo e audiovisual sincronizada e fortemente acoplada e com utilização do desenho de *overlay* de tela e uso de transparência na sobreposição. Nesse aspecto a pesquisadora destaca que uma maior potencialidade de conjunção entre o audiovisual e a interatividade passaria pela configuração de uma "sintaxe audiovisual interativa". Levando em consideração na construção do produto " os critérios

narratológicos - escolha do gênero e subgênero -, interativos - tipo de serviço, nível e interface - e a relação entre a aplicação e o audiovisual" (Almeida, 2016, p.111).

A análise nos mostra que entre o conteúdo televisivo (nesse caso o documentário) e o aplicativo existe sincronicidade e uma forte acoplação de sentidos narrativos. A navegação por essa outra camada narrativa requer as informações e as sensações construídas pela narrativa do fluxo audiovisual. Ao mesmo tempo, as novas informações e conteúdos que podem ser obtidos na aplicação ampliam o entendimento do conteúdo do documentário – enquanto este ainda está sendo exibido e não como uma busca posterior.

Considerações finais

Nesse artigo, partimos da construção partilhada de um aplicativo e um documentário televisivo para pensarmos sobre a construção narrativa audiovisual contemporânea. Em um momento em que a televisão defini-se cada vez mais pelas características dos seus conteúdos (e cada vez menos pelas formas de transmissão ou suportes de exibição) essa questão de como e que produtos podem ser testados e propostos nos parece bastante pertinente. Mais do que fórmulas novas, cabe pensar como adaptar e/ou reinventar as existentes.

Por isso, desde o início interessava-nos formas de combinar as narrativas dos dois produtos para que estas se tornassem co-dependentes: o entendimento dos produtos deveria acontecer de maneira verdadeiramente complementar. Para tanto, logo entendemos que era fundamental implicar o espectador de forma decisiva nessa construção. Sendo para isso necessário o entendimento desse espectador como analista, jogador, o que desliza pelas imagens e pelos dispositivos em busca dos seus próprios processos de significação

Após esse primeiro olhar analítico sobre os produtos, acreditamos que se por um lado a debreagem interativa provoca consequentemente uma interrupção de intensidade narrativa, essa não necessariamente significa uma interrupção absoluta do fluxo. Este fluxo na verdade mais se reconfigura entre experiências oscilando a partir das decisões (entre debreagem interna e externa, entre as opções do menu, entre o controle ativo e a imersão, etc.) de cada espectador/jogador.

Referências

Almeida, C. T. (2016). *Narrativas interativas: possíveis configurações para a tv digital.* (Monografia). Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.

Askwith, I. (2007). *Television 2.0: Reconceptualizing TV as an engagement medium.* (Master Thesis). Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, MA.

Becker, V., & Zuffalo, M. (2009). Interatividade na TV digital: estado da arte, conceitos e oportunidades. Em S. Squirra, & Y. Fechine (orgs.), *Televisão digital: desafios para a Comunicação* (pp. 44-67). Porto Alegre, RS: Sulina.

Bellour, R. (2008). Cineinstalações. Em K. MACIEL (org.), *Cinema sim: narrativas e projeções: ensaios e reflexões* (pp. 8-25). São Paulo, SP: Itaú Cultural.

Crocomo, F. (2007). *TV digital e produção interativa: a comunidade manda notícia.* Florianópolis, SC: Editora da UFSC.

Daney, S. (2007). *A rampa: Cahiers du cinéma, 1970-1982.* São Paulo, SP: Cosac Naify.

Deleuze, G. (1992). *Conversações, 1972-1990.* São Paulo, SP: Ed. 34.

Ferraz, C. (2009). Análise e perspectivas da interatividade na TV digital. Em S. Squirra, & Y. Fechine (org.), *Televisão digital: desafios para a Comunicação* (pp. 15-43). Porto Alegre, RS: Sulina.

Fiorin, J. (1995). A pessoa desdobrada. *ALFA: Revista de Linguística, 39*, pp. 23-44.

Fiorin, J. L. (1996). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo.* São Paulo, SP: Ática.

Freitas, G. (2014). *Da estética do fluxo à estética em fluxo: experiência e devir entre artemídia e comunicação.* (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Kieling, A. S. (2009). *Televisão: a presença do telespectador na configuração discursiva da interatividade no programa "Fantástico".* (Tese de doutorado). Unisinos, São Leopoldo, RS.

Kieling, A. S. (2012a). A dinâmica das ofertas interativas e dos processos de interação na TV Digital. Artigo apresentado no. *X Congresso da LUSOCOM – Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Lisboa*.

Kieling, A. S. (2012b). Narrativas digitais interativas e o uso da tecnologia como narrador implícito. *Famecos, 19*(3), pp. 739-758.

Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2009). *A tela global: mídias culturais e cinema na era hipermoderna.* Porto Alegre, RS: Sulina.

Primo, A. T., & Cassol, M. B. (out. de 1999). Explorando o conceito de interatividade: definições e taxonomias. *Revista Informática na Educação: teoria e prática, 2*(2), pp. 65-80.

Rhodes, D., & Azbell, J. (dec. de 1985). Designing interactive video instruction professionally. *Training and Development Journal, 39*(12), pp. 31-33.

Smith, A. (2009). *Transmedia Storytelling in Television 2.0: Strategies for Developing Television Narratives Across Media Platforms.* Middlebury, VT: Middlebury College.

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN – ALAIC

UNIVERSIDAD PONTIFICIA BOLIVARIANA – UPB

2020